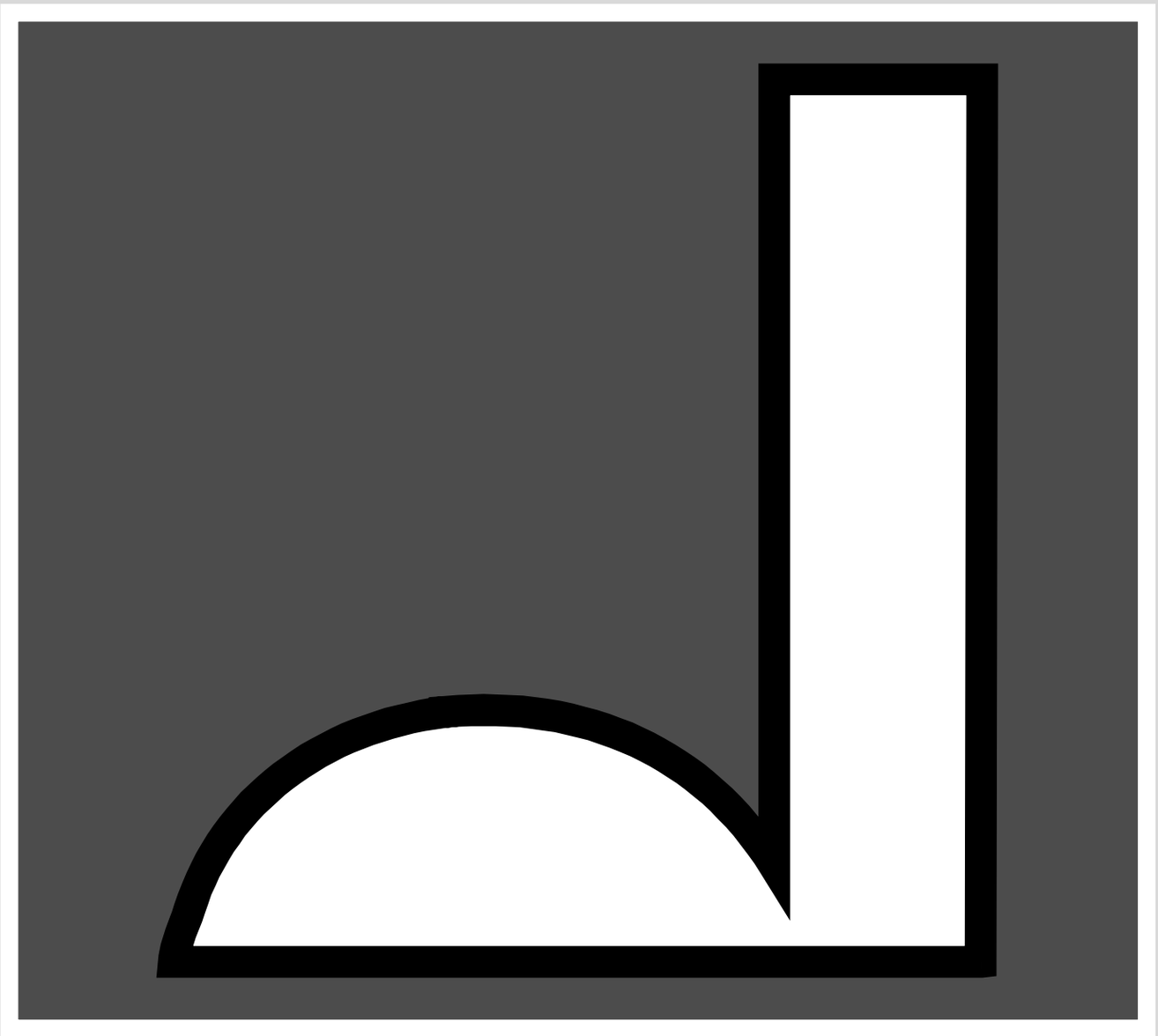
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LVIII – Nº 186 – QUARTA-FEIRA, 12 DE NOVEMBRO DE 2003 – BRASÍLIA - DF

MESA

Presidente
José Sarney – PMDB – AP
1º Vice-Presidente
Paulo Paim – BLOCO – PT – RS
2º Vice-Presidente
Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO
1º Secretário
Romeu Tuma – PFL – SP
2º Secretário
Alberto Silva – PMDB – PI

3º Secretário
Heráclito Fortes – PFL – PI
4º Secretário
Sérgio Zambiasi – BLOCO – PTB – RS

Suplentes de Secretário
1º João Alberto Souza – PMDB – MA
2º Serys Slhessarenko – BLOCO – PT – MT
3º Geraldo Mesquita Júnior – BLOCO – PSB – AC
4º Marcelo Crivella – BLOCO – PL – RJ

LIDERANÇAS

LIDERANÇA DO BLOCO DE APOIO AO GOVERNO - 23
(PT-14, PTB-3, PSB-3, PL-3)

LÍDER
Tião Viana - PT

Vice-Líderes
Roberto Saturnino-PT
Ana Júlia Carepa-PT
Flávio Arns-PT
Ideli Salvatti-PT

LÍDER - PL
Magno Malta

VICE-LÍDER - PL
Aelton Freitas

LÍDER – PSB - 3
Antonio Carlos Valadares

VICE-LÍDER – PSB
Geraldo Mesquita Júnior

Líder – PTB - 3
Fernando Bezerra

LIDERANÇA DO PMDB - 22

LÍDER
Renan Calheiros
Vice-Líderes
Hélio Costa
Sérgio Cabral
Luiz Otávio
Ney Suassuna
Garibaldi Alves Filho
Romero Jucá
Papaléo Paes

LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA – 28
PFL –17 / PSDB - 11

LÍDER
Efraim Morais - PFL
Vice-Líderes
Tasso Jereissati-PSDB
Césas Borges-PFL
Eduardo Azeredo-PSDB
Rodolpho Tourinho-PFL

LÍDER – PFL
José Agripino

Vice-Líderes – PFL
Paulo Octávio
Demóstenes Torres
César Borges
Rodolpho Tourinho
José Jorge
João Ribeiro

LIDER – PSDB
Arthur Virgílio

Vice-Líderes – PSDB
Antero Paes de Barros
Lúcia Vânia
Leonel Pavan
Álvaro Dias

LIDERANÇA DO PDT – 5

LÍDER
Jefferson Péres

Vice-Líder
Almeida Lima

LIDERANÇA DO PPS – 2

LÍDER
Mozarildo Cavalcanti

LIDERANÇA DO GOVERNO

LÍDER
Aloísio Mercadante – PT

Vice-Líderes
Fernando Bezerra-PTB
Patrícia Saboya Gomes-PPS
Hélio Costa-PMDB
Marcelo Crivella-PL

EXPEDIENTE

Agaciel da Silva Maia
Diretor-Geral do Senado Federal
Júlio Werner Pedrosa
Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações
José Farias Maranhão
Diretor da Subsecretaria Industrial

Raimundo Carreiro Silva
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal
Sérgio Castro
Diretor da Subsecretaria de Ata
Denise Ortega de Baere
Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)
Atualizado em 31.10.2003

CONGRESSO NACIONAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 806, DE 2003

Aprova o ato que outorga permissão à Portugal Telecomunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Britânia, Estado de Goiás.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.212, de 5 de julho de 2002, que outorga permissão à Portugal Telecomunicações Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Britânia, Estado de Goiás.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 11 de novembro de 2003. – Senador **José Sarney,** Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 807, DE 2003

Aprova o ato que outorga permissão às Organizações Rio Bonito Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Itapirapuã, Estado de Goiás.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que s e refere a Portaria nº 1.222, de 5 de julho de 2002, que outorga permissão às Organizações Rio Bonito Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Itapirapuã, Estado de Goiás.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 11 de novembro de 2003. – Senador **José Sarney,** Presidente do Senado Federal.

ELABORADO PELA SUBSECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 160ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 11 DE NOVEMBRO DE 2003

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Ofício do Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados

Nº 1.023/2003, de 6 do corrente, comunicando a aprovação do Projeto de Lei nº 7.474, de 2002, do Senado Federal (Projeto de Lei do Senado nº 245/2002), o qual prorroga o prazo do art. 1º da Lei nº 9.871, de 23 de novembro de 1999, alterado pelas Leis nºs 10.164, de 27 de dezembro de 2000, e 10.363, de 28 de dezembro de 2001, referente a ratificação das concessões e alienações de terras feitas pelos Estados em faixa de fronteira, e dá outras providências..... 36078

1.2.2 – Pareceres

Nº 1.707, de 2003, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Requerimento nº 1.064, de 2003, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, que manifesta integral apoio à candidatura de Celso Furtado ao prêmio Nobel de Economia de 2004. 36078

Nº 1.708, de 2003, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 417, de 2003 (nº 2.518/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova permissão outorgada à Rádio Cultura de Nilópolis Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Nilópolis, Estado do Rio de Janeiro. 36082

1.2.3 – Comunicações da Presidência

Abertura de prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o Projeto de Decreto Legislativo nº 417, de 2003, cujo parecer foi lido anteriormente, seja apreciado pelo Plenário. 36084

Término do prazo, ontem, sem interposição de recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2002, de autoria do Senador Francisco Escórcio, que acrescenta alínea ao inciso I do art. 23 da Lei nº 8.977, de 6 de janeiro de 1995, que dispõe sobre o Serviço de TV a cabo, para incluir canal reservado ao Tribunal de Contas da União, rejeitado terminativamente pela Comissão de Educação. Ao arquivo. 36084

Término do prazo, ontem, sem interposição de recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 293, de 2003, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que institui o ano de 2006 como o "Ano Nacional Santos Dumont", aprovado terminativamente pela Comissão de Educação. À Câmara dos Deputados. 36084

Término do prazo, ontem, sem interposição de recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Decreto Legislativo nº 571, de 2003 (nº 2.645/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Portugal Telecomunicações Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Britânia, Estado de Goiás, aprovado terminativamente pela Comissão de Educação. À promulgação. 36084

Término do prazo, ontem, sem interposição de recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Decreto Legislativo nº 660, de 2003 (nº 3.131/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão às Organizações Rio Bonito Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Itapirapuã, Estado de Goiás, aprovado terminativamente pela Comissão de Educação. À promulgação..... 36084

1.2.4 – Leitura de projetos

Projeto de Resolução nº 61, de 2003, de autoria do Senador Osmar Dias, que dispõe sobre o envio de solicitações ao Conselho de Comunicação Social. 36084

Projeto de Lei do Senado nº 457, de 2003, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que altera o § 2º e sua alínea **a** do art. 33 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para estabelecer condições para a progressão de regime e determinar o início do cumprimento de pena em regime fechado para o condenado reincidente. 36086

Projeto de Lei do Senado nº 458, de 2003, de autoria do Senador César Borges, que altera o **caput** do art. 983 da Lei nº 5.869, de 11 de ja-

neiro de 1973 (Código de Processo Civil), dilatando o prazo para o requerimento do inventário e da partilha. 36088

Projeto de Lei do Senado nº 459, de 2003, de autoria do Senador Magno Malta, que obriga a presença do profissional fisioterapeuta em Academias, nos clubes e agremiações desportivas. ... 36088

Projeto de Lei do Senado nº 460, de 2003, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que revoga o Capítulo VI – Do Protesto Por Novo Júri, do Título II – Dos Recursos em Geral, do Livro III – Das Nulidades e dos Recursos em Geral, do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal. 36089

1.2.5 – Leitura de requerimentos

Nº 1.098, de 2003, de autoria da Senadora Heloísa Helena, solicitando ao Ministro de Estado da Previdência Social as informações que menciona. 36090

Nº 1.099, de 2003, de autoria do Senador Osmar Dias, solicitando que o Projeto de Lei do Senado nº 432, de 2003, seja encaminhado à Comissão de Educação para que a mesma se pronuncie sobre o mesmo. 36096

Nº 1.100, de 2003, de autoria do Senador Alvaro Dias, solicitando ao Ministro de Estado da Previdência Social as informações que menciona. 36096

Nº 1.101, de 2003, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao jornal Diário de S. Paulo, sucessor do Diário Popular, de São Paulo, pelo transcurso de seu 119º aniversário de existência. 36100

Nº 1.102, de 2003, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao jornal Correio Braziliense, pelo seu programa de apoio a instituições dedicadas ao amparo de crianças carentes no Distrito Federal. 36100

Nº 1.103, de 2003, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, solicitando inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do Sr. Edézio Cardoso, médico anestesista, ocorrido no dia 10 do corrente. 36100

Nº 1.104, de 2003, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, solicitando que o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2003, seja encaminhado à segunda e última Comissão constante do despacho inicial de distribuição, por ter a primeira esgotado o prazo sem se manifestar. 36100

Nº 1.105, de 2003, de autoria do Senador Leonel Pavan, solicitando ao Ministro de Estado dos Transportes as informações que menciona. ... 36100

Nº 1.106, de 2003, de autoria do Senador Pedro Simon, solicitando inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento da Jornalista e empresária Niomar Moniz Sodré Bittencourt. 36101

1.2.6 – Leitura de Proposta de Emenda à Constituição

Nº 84, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Demóstenes Torres, que altera o art. 5º, inciso XI, da Constituição Federal, para autorizar que a busca e apreensão domiciliar possa ser determinada pelo Ministério Público e pela autoridade policial. 36102

1.2.7 – Ofícios

Nº 1.220/2003, de 11 do corrente, da Liderança do PTB na Câmara dos Deputados, de substituição de membros na Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 135, de 2003. 36106

Nº 1.275/2003, de 11 do corrente, da Liderança do PFL na Câmara dos Deputados, de substituição de membros na Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 135, de 2003. 36106

Nº 1.714/2003, de 11 do corrente, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados, de substituição de membros na Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 135, de 2003. 36106

S/Nº/2003, de 11 do corrente, da Liderança do PT no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 135, de 2003. 36106

1.2.8 – Discursos do Expediente

SENADOR *JOSÉ JORGE* – Protesto contra o veto presidencial a projeto de lei que destinava recursos do Fundef para financiar alunos especiais. Apelo ao Ministério da Educação pelo lançamento, em conjunto com os Estados e municípios, de programa para melhorar a alfabetização no ensino fundamental. 36107

SENADOR *ALBERTO SILVA* – Crescimento do interesse pela produção do combustível biodiesel em todo o País, defendendo a provisão de recursos à Embrapa, que possui condições técnicas de produzir a mamona. 36113

SENADOR *ALVARO DIAS*, como Líder – Efeitos nefastos da Medida Provisória nº 135, de 2003. 36117

SENADOR *MOZARILDO CAVALCANTI*, como Líder – Reativação do Programa Calha Norte. 36118

SENADOR *EFRAIM MORAIS*, como Líder – Protesto contra veto integral do presidente da República a projeto que garante recursos do Fundef para financiar o ensino especial. 36120

SENADOR *ANTONIO CARLOS MAGALHÃES*, como Líder – Análise do posicionamento do governo em relação ao orçamento impositivo.. 36121

SENADOR *TIÃO VIANA*, como Líder – Considerações ao pronunciamento do Senador Antonio Carlos Magalhães. 36122

1.2.9 – Comunicações da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se hoje no Plenário do Senado Federal, às 19 horas, destinada à apreciação da retificação do Projeto de Lei nº 56, de 2003-CN, e leitura de expediente. 36123

Designação de Senadores para compor a Comissão Parlamentar de Inquérito criada nos termos do Requerimento nº 729, de 2003, destinada a apurar irregularidades cometidas por empresas de seguros, revendedores de automóveis, recuperadoras de veículos e oficinas de desmanche de automóveis, em relação aos veículos "salvados", conforme indicações das Lideranças. 36124

Determinando a juntada ao processado e publicação no **Diário do Senado Federal**, do *Recurso* em Questão de Ordem, apresentado pelo Senador Hélio Costa em 6 do corrente, referente à apreciação do Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2003. 36124

Recebimento, em época oportuna, do requerimento solicitando a prorrogação dos trabalhos da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada por meio do Requerimento nº 2, de 2003-CN, que requer a criação de Comissão Parlamentar Mista Inquérito com a finalidade de investigar as situações de violência e redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil. 36124

1.3 – ORDEM DO DIA

Item 1 (Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 1.078, de 2003 – art. 336, II)

Projeto de Lei da Câmara nº 26, de 2003 (nº 4.161/2001, na Casa de origem), que dispõe sobre a alteração da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, para incluir a ligação rodoviária Cametá – Limoeiro (PA – 156) à BR – 422 (Novo Repartimento) à BR – 230 (Transamazônica) na relação descritiva do Sistema Rodoviário Federal. **Aprovado com emendas,** após usarem da palavra os Srs. Luiz Otávio, Fernando Bezerra e Mozarildo Cavalcanti. À Comissão Diretora para redação final. 36125

Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 26, de 2003 **(Parecer nº 1.709, de 2003-CDIR). Aprovada.** À sanção. 36127

Item 2

Proposta de Emenda à Constituição nº 39, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador Ney Suassuna, que acrescenta o § 5º ao art. 73 da Constituição Federal, criando a Procuradoria do Tribunal de Contas da União. **Não houve oradores,** na segunda sessão de discussão, em segundo turno. 36127

Item Extra-Pauta

Requerimento nº 1.064, de 2003, do Senador Aloizio Mercadante, manifestando integral apoio à candidatura de Celso Furtado ao Prêmio Nobel de Economia de 2004. **Aprovado,** após usarem da palavra os Srs. Aloizio Mercadante, Eduardo Suplicy, Arthur Virgílio, Jefferson Péres, Ramez Tebet, Roberto Saturnino, Maguito Vilela, José Jorge, Marco Maciel, Pedro Simon, Tasso Jereissati, Efraim Morais, Antonio Carlos Valadares, Ney Suassuna, José Agripino, Renan Calheiros, José Maranhão, Hélio Costa, Mozarildo Cavalcanti, Mão Santa, Antonio Carlos Magalhães, Luiz Otávio, Garibaldi Alves Filho, César Borges, Eduardo Azeredo, Heloísa Helena, Heráclito Fortes e Patrícia Saboya Gomes. 36128

Item 3

Proposta de Emenda à Constituição nº 67, de 2003 (nº 40/2003, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que modifica os arts. 37, 40, 42, 48, 96, 149 e 201 da Constituição Federal, revoga o inciso IX do § 3º do art. 142 e o § 10 do art. 201 da Constituição Federal e dispositivos da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, e dá outras providências (Reforma da Previdência). **Discussão encerrada,** em primeiro turno, após leitura das Emendas nºs 217 a 336-PLEN**,** tendo usado da palavra os Srs. Eduardo Suplicy, Valdir Raupp, Papaléo Paes, Eduardo Azeredo, Flávio Arns, Efraim Morais, César Borges, Sérgio Cabral, Mão Santa, Heloísa Helena, Lúcia Vânia, Augusto Botelho, Arthur Virgílio, Leonel Pavan, Marcelo Crivella, Almeida Lima, Garibaldi Alves Filho e Paulo Paim. 36142

1.3.1 – Comunicação da Presidência

Transferência da sessão conjunta convocada para hoje, às 19 horas, no Plenário do Senado Federal, para amanhã, quarta-feira, às 12 horas, no mesmo local, destinada à apreciação da retificação do Projeto de Lei nº 56, de 2003-CN, e leitura de expediente. 36187

1.3.2 – Ordem do Dia (Continuação)

Item 4

Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 19, de 2003 (nº 7.261/2002, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a intimação dos representantes judiciais dos Estados e do Distrito Federal. **O substitutivo é dado como definitivamente adotado.** À Câmara dos Deputados. 36187

Item 5

Requerimento nº 972, de 2003, do Senador José Jorge, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2001, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Serviços de Infra-Estrutura. **Aprovado.** 36188

Item 6

Requerimento nº 976, de 2003, da Senadora Lúcia Vânia, solicitando, nos termos regimen-

tais, a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 200, de 2003, de sua autoria. **Aprovado.** 36188

Item 7

Requerimento nº 985, de 2003, do Senador Paulo Paim, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 6 e 429, de 2003, por versarem sobre a mesma matéria. **Aprovado.** 36188

1.3.3 – Leitura de requerimentos

Nº 1.108, de 2003, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, solicitando a retirada, em caráter definitivo, do Requerimento nº 1.005, de 2003, de sua autoria. 36189

Nº 1.109, de 2003, de autoria da Senadora Maria do Carmo Alves, solicitando a Ministra de Estado do Meio Ambiente as informações que menciona. 36189

Nºs 1.110 a 1.122, de 2003, de autoria do Senador José Agripino, respectivamente, solicitando ao Ministro Chefe da Casa Civil as informações que mencionam. 36190

Nº 1.123, de 2003, de autoria do Senador Paulo Octávio, solicitando ao Ministro de Estado da Previdência Social as informações que menciona. 36191

Nº 1.124, de 2003, de urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 77, de 2003, que concede anistia a dirigentes ou representantes sindicais e trabalhadores punidos por participação em movimento reivindicatório. **Aprovado.** 36195

1.3.4 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR *VALMIR AMARAL* – Comentários sobre a crescente produtividade das lavouras do Centro-Oeste. 36195

SENADOR *ROMERO JUCÁ* – Considerações sobre a reunião do General Agreement on Trade and Tariffs – GATT, que resultou no Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights – TRIPS, acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados Ao Comércio. 36196

SENADOR *AMIR LANDO* – Necessidade de uma política efetiva do governo para resolver a questão do desemprego no País. 36201

SENADOR *LEONEL PAVAN* – Comentários a matérias publicadas no jornal **Folha de S.Paulo,** de 15 de outubro do corrente, sob títulos "Sonhei o sonho errado, afirma Gabeira" e "O sonho errado". 36203

SENADOR *ALVARO DIAS* – Análise do artigo publicado no **Jornal do Brasil**, de 2 de novembro do corrente, sob título "Fernando Henrique virou plural no PT". 36206

SENADORA *ANA JÚLIA CAREPA* – Lançamento, hoje, no Palácio do Planalto, do Programa Luz para Todos. 36209

1.3.5 – Comunicação da Presidência

Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária, amanhã, às 14 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia anteriormente designada. 36210

1.4 – ENCERRAMENTO

2 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Ata Circunstanciada da 6ª Reunião realizada em 26 de agosto de 2003. 36211

3 – ATA DA MESA DO SENADO FEDERAL

10ª Reunião realizada em 6 de novembro de 2003. 36262

4 – COMISSÃO DIRETORA

Ata da 4ª Reunião realizada em 6 de novembro de 2003. 36265

5 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 5.166 a 5.173, de 2003. 36266

SENADO FEDERAL

6 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 52ª LEGISLATURA

7 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

8 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

9 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

10 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

11 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

12 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

13 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

14 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

15 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

Ata da 160ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 11 de novembro de 2003

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência dos Srs. José Sarney, Paulo Paim, Eduardo Siqueira Campos e Romeu Tuma

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Aelton Freitas – Alberto Silva – Almeida Lima – Aloizio Mercadante – Alvaro Dias – Amir Lando – Ana Júlia Carepa – Antonio Carlos Magalhães – Antônio Carlos Valadares – Arthur Virgílio – Augusto Botelho – César Borges – Delcidio Amaral – Demostenes Torres – Duciomar Costa – Edison Lobão – Eduardo Azeredo – Eduardo Siqueira Campos – Eduardo Suplicy – Efraim Morais – Eurípedes Camargo – Fátima Cleide – Fernando Bezerra – Flávio Arns – Garibaldi Alves Filho – Geraldo Mesquita Júnior – Gerson Camata – Gilberto Mestrinho – Hélio Costa – Heloísa Helena – Heráclito Fortes – Ideli Salvatti – Jefferson Peres – João Alberto Souza – João Batista Motta – João Capiberibe – João Ribeiro – Jonas Pinheiro – Jorge Bornhausen – José Agripino – José Jorge – José Maranhão – José Sarney – Juvêncio da Fonseca – Leomar Quintanilha – Leonel Pavan – Lúcia Vânia – Luiz Otavio – Magno Malta – Maguito Vilela – Mão Santa – Marcelo Crivella – Marco Maciel – Maria do Carmo Alves – Mozarildo Cavalcanti – Ney Suassuna – Osmar Dias – Papaléo Paes – Patrícia Saboya Gomes – Paulo Octávio – Paulo Paim – Pedro Simon – Ramez Tebet – Reginaldo Duarte – Renan Calheiros – Roberto Saturnino – Rodolpho Tourinho – Romero Jucá – Romeu Tuma – Roseana Sarney – Sérgio Cabral – Sérgio Guerra – Sérgio Zambiasi – Serys Slhessarenko – Sibá Machado – Tasso Jereissati – Teotônio Vilela Filho – Tião Viana – Valdir Raupp – Valmir Amaral.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – A lista de presença acusa o comparecimento de 80 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, ofício do Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados que passo a ler.

É lido o seguinte

PS-GSE nº 1.023

Brasília, 6 de novembro de 2003

Senhor Secretário,

Comunico a Vossa Excelência que foi aprovado nesta Casa o Projeto de Lei nº 7.474, de 2002, do Senado Federal (PLS nº 245/02), o qual "Prorroga o prazo do art. 1º da Lei nº 9.871, de 23 de novembro de 1999, alterado pelas Leis nºs 10.164, de 27 de dezembro de 2000, e 10.363, de 28 de dezembro de 2001, referente à ratificação das concessões e alienações de terras feitas pelos Estados em faixa de fronteira, e dá outras providências".

Na oportunidade, informo a Vossa Excelência que a referida proposição foi, nesta data, enviada à sanção.

Atenciosamente, – Deputado **Geddel Vieira Lima**, Primeiro-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) _ O expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes.

PARECER Nº 1.707, DE 2003

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre o Requerimento nº 1.064/2003, do Senador Aloízio Mercadante, que manifesta integral apoio à Candidatura de Celso Furtado ao Prêmio Nobel de Economia de 2004.

Relator: Senador **Eduardo Suplicy**

I – Relatório

Vem a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, nos termos do permissivo regimental, o Requerimento (SF) nº 1.064 de 2003, que manifesta integral apoio à candidatura de Celso Furtado ao Prêmio Nobel de Economia de 2004.

De autoria do Senador Aloízio Mercadante, o Requerimento em apreço vem fundamentado em

consistentes motivações, dentre as quais registro algumas para realçar os fundamentos da proposição e da importância das obras do Prof. Celso Furtado nas Ciências Econômicas e para todos os brasileiros e latino americanos:

> Considerando a influência decisiva que a obra de Celso Furtado teve e tem na formação dos economistas e cientistas sociais em todo o mundo, por sua originalidade, consistência teórica e ousadia intelectual;
>
> Observando que Celso Furtado sempre teve clara consciência da função social que cabe aos intelectuais desempenhar e por isto deu à sua obra um nítido sentido pedagógico dirigido à orientação as ações transformadores que permitissem aos países periféricos a superação da sua condição de subdesenvolvimento;
>
> Destacando que, além da extraordinária qualidade, a obra de Celso Furtado avulta-se também por sua abrangência temática e influência internacional sendo ele o economista latino americano mais lido em todo o mundo.

II – Mérito

O Prêmio Nobel da economia é uma homenagem às pessoas que mais se destacaram por desenvolverem avanços de grande significado para a Ciência Econômica. As obras de Celso Furtado contribuíram expressivamente para a erradicação da pobreza e a superação do subdesenvolvimento das economias periféricas. Pois, o autor inovou as analises econômicas vigentes com conceitos inovadores de centro-periferia, de trocas desiguais entre a produção de matérias primas **versus** manufaturas no comércio internacional. Juntamente com o seu principal mentor, Raúl Presbisch, desenvolveu postura critica a teoria hegemônica das vantagens de especialização induzidas pelo livre comércio internacional.

A grande contribuição da obra de Celso Furtado à economia é a construção de uma complexa relação entre teoria e história. Conforme ressalta Chico de Oliveira, segundo essa abordagem, não há uma teoria que se aplique à historia, nem ao contrário, uma historia que seja explicada pela teoria. A dinâmica analítica se dá através de uma relação interativa e auto-estruturante em que a história é a teoria e a teoria é a história. Dessa forma, refuta-se **a priori** a aplicação e a utilização de modelos teóricos atemporais e desprovidos de contextos históricos na explicação da realidade.

A obra de Celso Furtado também é um clássico do pensamento brasileiro. Furtado, em seus livros, busca compreender as origens, a identidade e o destino do Brasil. Ele, juntamente com Caio Prado Jr., Gilberto Freyre, Florestan Fernandes, Raimundo Faoro e Sergio Buarque de Holanda, constituem o que denominamos de "interpretes do Brasil". No sentido de que elaboram interpretações que moldaram a nossa compreensão da formação da sociedade, do Estado e da nação, com suas formas sociais, econômicas, políticas e culturais, que nos imprimiram as nossas especificidades e particularidades. Esses autores teceram representações do país que se tornaram insubstituíveis pra quem quiser entender a dinâmica da sociedade brasileira.

No entanto, como muito bem anotou Maria da Conceição Tavares, no artigo "Subdesenvolvimento, dominação e lutas de classes" publicado no livro Celso Furtado e o Brasil, editado pela Fundação Perseu Abramo, o Prof. Celso Furtado, teve uma luta incansável pela verdadeira emancipação nacional. "Suas preocupações recorrentes com o tema da construção nacional diante das diversas formas de dominação internacional e do pacto interno de dominação estão presentes em quais todos os seus escritos desde de 1964. A separação para fins analíticos entre as dimensões econômicas, políticas e sociais do nosso subdesenvolvimento nunca o impediu de ter uma visão histórico-estrutural capaz de abranger [essas] as três dimensões".

No entanto, Celso Furtado não é reconhecido apenas pela sua obra e pela sua vida pública e acadêmica. Ele é daqueles homens que, através da sua inteligência e ações, sintetizam o projeto de uma geração, a esperança de uma época e de um povo. E movido pelos grandes valores da humanidade e não apenas pela busca do interesse próprio, mas pela busca da ética, da solidariedade, da justiça, da liberdade e da democracia.

Celso Monteiro Furtado nasceu em Pombal, no sertão da Paraíba, em julho de 1920. Gradua-se em Direito no Rio de Janeiro. Convocado pelo Exército Brasileiro, enfrenta os horrores da 2ª Guerra Mundial servindo com a Força Expedicionária Brasileira (FEB), na Itália. Em 1948, obtém o título de doutor, na Universidade de Paris 1 (Sorbonne), com a tese "Léconomie coloniale brasiliense".

Após uma rápida passagem pelo Brasil, instala-se em Santiago do Chile para integrar a recém-criada Comissão Econômica para a América Latina

(CEPAL), órgão das Nações Unidas, berço do original pensamento econômico latino-americano. No ano seguinte, em 1949, o economista argentino Raúl Presbisch assume a secretaria-executiva da CEPAL, pensador que irá influenciar significativamente as obras do brasileiro. Nesse período, Furtado é nomeado diretor da Divisão de Desenvolvimento, e até 1957 cumpre missões em diversos países do continente, como Argentina, México, Venezuela, Equador, Peru e Costa Rica, onde tem contato direto com os problemas de desenvolvimento dos países latino americanos. Em 1953, preside no Rio o Grupo Misto CEPAL-BNDE, que elabora um estudo sobre a economia brasileira, com ênfase especial nas técnicas de planejamento. O relatório do Grupo Misto, editado em 1955, será a base do Plano de Metas do Governo de Juscelino Kubitschek.

De volta ao Brasil, no final dos anos cinqüenta, desliga-se da CEPAL e assume a diretoria regional do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico – BNDE, e como membro do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste elabora para o Governo Federal o estudo "Uma política de desenvolvimento para o Nordeste", origem da criação, em 1959, da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), com sede no Recife, de que será superintendente nos Governos de Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart.

Em 1962 é nomeado, no regime parlamentar, o primeiro titular do Ministério do Planejamento, quando elabora o Plano Trienal apresentado ao país pelo presidente João Goulart por ocasião do plebiscito visando a confirmar o parlamentarismo ou a restabelecer o presidencialismo. No ano seguinte deixa o Ministério do Planejamento e retorna à Superintendência da Sudene, quando concebe e implanta a política de incentivos fiscais para os investimentos na região. O Ato Institucional nº 1, publicado três dias depois do golpe militar de 31 de março de 1964, cassa os seus direitos políticos por dez anos. Têm início seus anos de exílio. Retorna à Universidade de Paris 1, onde assume a cátedra de Desenvolvimento Econômico. Permanecerá nos quadros da Sorbonne por vinte anos. É o primeiro estrangeiro nomeado para uma universidade francesa, por Decreto Presidencial do General De Gaulle.

Em janeiro de 1985 é convidado pelo recém-eleito Presidente Tancredo Neves para participar da Comissão do Plano de Ação do Governo. Integra também a Comissão de Estudos Constitucionais, presidida por Afonso Arinos, para elaborar um projeto de nova Constituição. Em março de 1986 é nomeado Ministro da Cultura do Governo do Presidente José Sarney; sob sua iniciativa, é aprovada a primeira Lei de Incentivos Fiscais à Cultura. Em julho de 1988 pede demissão do cargo, retornando às atividades acadêmicas no Brasil e no exterior. Em 1997, assume a cadeira nº 11 da Academia Brasileira de Letras.

Sendo assim e em sintonia com a proposição do Senador Mercadante, um número significativo de economistas e de intelectuais, do Brasil e de outros países, ao qual eu me incluo, decidiram indicar o nome do professor Celso Furtado para ser laureado com o prêmio Nobel de Economia. Eis a relação das principais obras publicadas por Celso Furtado, dentre as quais destacaram alguns clássicos, como **Formação Econômica do Brasil**, que foi traduzido em muitas línguas.

Ficção:

Contos da vida expedicionária – de Nápoles a Paris. (RJ, Zelio Valverde, 1946)

História econômica:

L'économie coloniale brésilienne. (Tese de doutoramento, Université de Paris, 1948). Tradução em português (São Paulo, Hucitec, Abphe, 2001).

A economia brasileira. (RJ, A Noite, 1954)

Uma economia dependente. (RJ, Ministério da Educação e Cultura, 1956)

Formação econômica do Brasil. (edições brasileiras: RJ, Fundo de Cultura, 1959; SP, Editora Nacional, 1965; Brasília, Universidade de Brasília, coleção "Biblioteca Básica Brasileira", 1963; São Paulo, coleção "Grandes nomes do pensamento brasileiro", 2000) Tradução em espanhol (México, Fondo de Cultura Económica, 1962), alemão (Munique-Frankfurt, Wilhelm Fink Verlag, 1975), francês (Paris, Mouton, 1972; Paris, Publisud, 1998), inglês (Los Angeles, University of California Press, 1963), italiano (Turím, Einaudi, 1970), japonês (Tóquio, Shinsekaisha, 1972), polonês (Varsóvia, Panstwowe Wydawnictwo Naukowe, 1967), romeno (Bucareste, Editura Univers, 2000).

Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina. (RJ, Civilização Brasileira,1966) Tradução em espanhol (Buenos Aires, Eudeba, 1966).

Formação econômica da América Latina. (RJ, Lia Editora, 1969)

A hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América Latina. (RJ, Civilização Brasileira, 1973) Tradução em espanhol (Barcelona, Edicusa, 1971; Lima, Campodonica, 1971), francês (Paris, Calmann-Lévy, 1970), inglês (Nova York, Anchor Bo-

oks-Doubleday, 1970), italiano (Milão, Franco Angeli, 1971), japonês (Tóquio, Shinsekaisha, 1972).

A economia latino-americana.(SP, Editora Nacional, 1976) Tradução em espanhol (Santiago do Chile, Universitaria, 1969; México, Siglo XXI, 1971; Havana, Guairas,1972), chinês (Beijing, 1983), francês (Paris, Sirey, 1970), inglês (Cambridge,Cambridge University Press, 1970), italiano (Bari, Laterza, 1971), japonês (Tóquio, Shinsekaisha, 1969), Sueco (Estocolmo, Rabén & Sjõrgren, 1972).

Política econômica:

Perspectivas da economia brasileira. (RJ, Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1958)

A Operação Nordeste. (RJ, Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1959)

Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste. (RJ, Imprensa Nacional, 1959)

Subdesenvolvimento e Estado democrático. (Recife, Condepe, 1962)

A pré-revolução brasileira. (RJ, Fundo de Cultura, 1962) Tradução em espanhol (Barcelona, Nova Terra, 1966), francês (Paris, Plon, 1964), inglês (Los Angeles, University of California Press, 1965).

Teoria e política do desenvolvimento econômico.(SP, Editora Nacional, 1967; Lisboa, Dom Quixote, 1971; SP, Abril Cultural, coleção "Os Economistas", 1983; SP, Paz e Terra, 2000) Tradução em espanhol (México, Siglo XXI, 1968), francês (Paris, PUF, 1970), italiano (Bari, Laterza, 1972).

Um projeto para o Brasil. (RJ, Saga, 1968) Tradução em inglês (Nova York, Anchor Books-Doubleday, 1970).

Análise do "modelo" brasileiro. (RJ, Civilização Brasileira, 1972) Tradução em espanhol (Buenos Aires, Centro Editor de America Latina, 1972), francês (Paris, Anthropos, 1974).

O Brasil pós "milagre". (RJ, Paz e Terra, 1981) Tradução em espanhol (México, Fondo de Cultura Económica, 1983), francês (Paris, Maison des Sciences del'Homme, 1987).

A nova dependência, dívida externa e monetarismo. (RJ, Paz e Terra, 1982) Tradução em espanhol (Buenos Aires, Centro Editor de America Latina, 1985).

Não à recessão e ao desemprego. (RJ, Paz e Terra, 1983) Tradução em espanhol (Buenos Aires, Paz e Terra, 1984), francês (Paris, Anthropos, 1984), inglês (Londres, Third World Foundation, 1984).

Cultura e desenvolvimento em época de crise. (RJ, Paz e Terra, 1984)

ABC da dívida externa. (SP, Paz e Terra, 1989)

Brasil, a construção interrompida. (SP, Paz e Terra, 1992) Tradução em espanhol (México, Fondo de Cultura Económica, 1992), francês (Paris, Publisud, 1995).

Teoria econômica:

Desenvolvimento e subdesenvolvimento. (RJ, Fundo de Cultura, 1961) Tradução em espanhol (Buenos Aires, Eudeba, 1964), persa (Teerã, 1980), francês (Paris, PUF,1966), inglês (Los Angeles, University of California Press, 1964).

Dialética do desenvolvimento. (RJ, Fundo de Cultura, 1964) Tradução em espanhol (México, Fundo de Cultura Económica, 1965).

O mito do desenvolvimento econômico. (RJ, Paz e Terra, 1974; SP, Círculo do Livro, s.d.; SP, Paz e Terra, ed. abreviada, 1996) Tradução em espanhol (Buenos Aires,Periferia, 1974; México, Siglo XXI, 1975), francês (Paris, Anthropos, 1976), polonês (Varsóvia, Panstwowe Wydawnictwi Ekonomíczne, 1982).

Prefácio a nova economia política. (RJ, Paz e Terra, 1976; Lisboa, Dina livro, s. d.) Tradução em espanhol (México, Siglo XXI, 1976), italiano (Milão, Jaca Book, 1977).

Criatividade e dependência na civilização industrial. (RJ, Paz e Terra, 1978; SP, Círculo do Livro, 1978) Tradução em espanhol (México, Siglo XXI, 1979), alemão (Frankfurt, Verlag für lnterkulturelle Kommunikation, 1984), francês (Paris, PUF,1981), inglês (Oxford, Martin Robertson, 1983).

Pequena introdução ao desenvolvimento – um enfoque interdisciplinar. (SP, Editora Nacional, 1980; SP, Paz e Terra, 2000) Tradução em espanhol (México, Fondo de Cultura Económica, 1983), francês (Paris, Publísud, 1989).

Transformação e crise na economia mundial. (SP, Paz e Terra, 1987) Tradução em espanhol (Bogotá, Tercer Mundo Editores, 1990).

O capitalismo global. (SP, Paz e Terra/RJ, ABL, 1998; Lisboa, Gradiva, 1999).

Tradução em espanhol (México, Fondo de Cultura Económica, 1999).

O longo amanhecer – reflexões sobre a formação do Brasil. (SP, Paz e Terra, 1999).

Memorialística:

A fantasia organizada.(RJ, Paz e Terra, 1985) Tradução em espanhol (Buenos Aires,Eudeba, 1988; Bogotá, Tercer Mundo Editores, 1989), francês (Paris, Publisud,1987).

A fantasia desfeita. (SP, Paz e Terra, 1989)

Os ares do mundo. (SP, Paz e Terra, 1991) Tradução em espanhol (México, Fondo de Cultura Económica, 1993).

Celso Furtado – Obra autobiográfica, 3 vol. (SP, Paz e Terra, 1997)

Seca e Poder. (SP, Fundação Perseu Abramo, 1998)

Antologias:

El subdesarollo latinoamericano, ensayos de Celso Furtado. (México, Fondo de Cultura Económica, 1982)

Obras escogidas de Celso Furtado. (Bogotá, Plaza & Janes, 1982)

III – Voto

Por todo exposto, somos pela aprovação da proposição do Senador Aloizio Mercadante.

Sala das Comissões, 6 de novembro de 2003. – **Eduardo Matarazzo Suplicy**, Relator – **Pedro Simon**, Presidente em Exercício – **Heloísa Helena** – **Aelton Freitas** – **Eduardo Azeredo** – **Mozarildo Cavalcanti** – **Tasso Jereissati** – **João Capiberibe** – **Rodolpho Tourinho** – **Jefferson Péres** – **José Agripino** – **Marco Maciel** – **Arthur Virgílio.**

PARECER Nº 1.708, DE 2003

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 417, de 2003 (nº2.518/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova permissão outorgada à Rádio Cultura de Nilópolis Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Nilópolis, Estado do Rio de Janeiro.

Relator: Senador **Sérgio Cabral**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para decisão terminativa, o Projeto de Decreto Legislativo nº 417, de 2003 (nº 2.518, de 2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova permissão outorgada à Rádio Cultura de Nilópolis Ltda*.,* para explorar o serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Nilópolis, Estado do Rio de Janeiro.

Por meio de Mensagem Presidencial, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 24, de 24 de janeiro de 1994, que renova permissão para a exploração de canal de radiodifusão sonora, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal. A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, devendo pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições. O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona os elementos a serem informados pela entidade pretendente e pelo Ministério das Comunicações que devem instruir o processo submetido à análise da Comissão de Educação. O exame da documentação que acompanha o PDS nº 417, de 2003, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal. A proposição oriunda da Câmara, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 417, de 2003, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova permissão outorgada à Rádio Cultura de Nilópolis Ltda., para executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Nilópolis, Estado do Rio de Janeiro, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 10 de setembro de 2003. – **Osmar Dias**, Presidente – **Sérgio Cabral,** Relator – **Flávio Arns** – **Duciomar Costa** – **Hélio Costa** – **Valdir Raupp** – **Leomar Quintanilha** – **Renildo Santana** – **Sérgio Guerra** – **Reginaldo Duarte** – **Almeida Lima** – **Mozarildo Cavalcanti** – **Eurípdes Camargo** – **Mão Santa** – **Luiz Otávio** – **Marco Maciel** – **Arthur Virgílio** – **Lúcia Vânia.**

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PDS 417/03

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTBE PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTBE PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FÁTIMA CLEIDE									
FLÁVIO ARNS	X				TIÃO VIANA				
IDELI SALVATTI					ROBERTO SATURNINO				
JOÃO CAPIBERIBE					EURÍPEDES CAMARGO	X			
DUCIOMAR COSTA	X				PAPALÉO PAES				
AELTON FREITAS					VAGO				
VALMIR AMARAL					VAGO				
HELOÍSA HELENA					VAGO				
					VAGO				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
HÉLIO COSTA	X				MÃO SANTA	X			
MAGUITO VILELA					GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPP	X				JUVÊNCIO DA FONSECA				
GERSON CAMATA					LUIZ OTÁVIO	X			
SÉRGIO CABRAL	X				ROMERO JUCA				
JOSÉ MARANHÃO					AMIR LANDO				
TITULARES - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					EDISON LOBÃO				
JORGE BORNHAUSEN					JONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGE					JOSÉ AGRIPINO				
LEOMAR QUINTANILHA	X				MARCO MACIEL	X			
RENILDO SANTANA	X				PAULO OCTÁVIO				
ROSEANA SARNEY					JOÃO RIBEIRO				
TITULARES - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO GUERRA	X				ARTHUR VIRGÍLIO	X			
LEONEL PAVAN					EDUARDO AZEREDO				
REGINALDO DUARTE	X				TEOTÔNIO VILELA FILHO				
ANTERO PAES DE BARROS					LÚCIA VÂNIA	X			
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR		SUPLENTE-PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
OSMAR DIAS					JEFFERSON PÉRES				
ALMEIDA LIMA	X				ÁLVARO DIAS				
TITULAR – PPS	SIM	NÃO	AUTOR		SUPLENTE-PPS	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MOZARILDO CAVALCANTI	X				PATRÍCIA SABOYA GOMES				

TOTAL: 18 SIM: 17 NÃO: — ABS: — AUTOR: — PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 10 / 09 / 2003

SENADOR OSMAR DIAS
Presidente da Comissão de Educação

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUICÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....

SEÇÃO II
Das Atribuições do Congresso Nacional

.....

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

.....

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

.....

CAPÍTULO V
Da Comunicação Social

.....

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o principio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

.....

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Os pareceres lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Nos termos do art. 91, § 3º, do Regimento Interno, combinado com o Parecer nº 34, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, aprovado pelo Plenário em 25 de março de 2003, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o **Projeto de Decreto Legislativo nº 417, de 2003**, seja apreciado pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

– **Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2002**, de autoria do Senador Francisco Escórcio, que *acrescenta alínea ao inciso I do art. 23 da Lei nº 8.977, de 6 de janeiro de 1995, que dispõe sobre o Serviço de TV a cabo, para incluir canal reservado ao Tribunal de Contas da União;*

– **Projeto de Lei do Senado nº 293, de 2003**, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que *institui o ano de 2006 como o "Ano Nacional Santos Dumont";*

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 571, de 2003** (nº 2.645/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Portugal Telecomunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Britânia, Estado de Goiás; e*

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 660, de 2003** (nº 3.131/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão às Organizações Rio Bonito Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Itapirapuã, Estado de Goiás.*

Tendo sido apreciados terminativamente pela Comissão de Educação, o Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2002, rejeitado, vai ao Arquivo e o de nº 293, de 2003, aprovado, vai à Câmara dos Deputados.

Os Projetos de Decreto Legislativo nºs 571 e 660, de 2003, também aprovados, vão à promulgação.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Sobre a mesa, projetos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 61, DE 2003

Dispõe sobre o envio de solicitações ao Conselho de Comunicação Social.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º Esta Resolução dispõe, no âmbito do Senado Federal, sobre o envio de solicitações ao Conselho de Comunicação Social.

Art. 2º Poderão ser encaminhadas ao Conselho de Comunicação Social solicitações de estudos, re-

comendações e pareceres a respeito dos assuntos tratados no Título VIII, Capítulo V, da Constituição Federal e, em especial, sobre:

I – liberdade de manifestação do pensamento, da criação, da expressão e da informação;

II – propaganda bebidas alcoólicas, agrotóxicos, medicamentos e terapias nos meios de comunicação social;

III – diversões e espetáculos públicos; IV – produção e programação das emissoras de rádio e televisão;

V – monopólio ou oligopólio dos meios de comunicação social;

VI – finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas da programação das emissoras de rádio e televisão;

VII – promoção da cultura nacional e regional, e estímulo à produção independente e à regionalização da produção cultural, artística e jornalística;

VIII – complementariedade dos sistemas privado, público e estatal de radiodifusão;

IX – defesa da pessoa e da família de programas ou programações de rádio e televisão que contrariem o disposto na Constituição Federal;

X – propriedade de empresa jornalística e de radiodifusão sonora e de sons e imagens;

XI – outorga e renovação de concessão, permissão e autorização de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens; e

XII – legislação complementar quanto aos dispositivos constitucionais que se referem à comunicação social.

Art. 3º São competentes para encaminhar solicitações ao Conselho de Comunicação Social a Mesa e as Comissões do Senado Federal.

Art. 4º As solicitações atinentes a proposições legislativas em tramitação só poderão ser encaminhadas pela Comissão competente para o exame de mérito, ou pela Mesa se o mérito da matéria não houver sido apreciado em caráter terminativo na Comissão ou no Plenário do Senado Federal.

Art. 5º Nas Comissões, a decisão quanto ao envio de matéria ao Conselho de Comunicação Social será tomada mediante a aprovação de parecer ou requerimento proposto por um de seus membros. Parágrafo único. Da deliberação que rejeitar o envio de solicitação ao Conselho caberá recurso à Mesa do Senado Federal, subscrito por um décimo dos Senadores, no prazo de cinco dias úteis contados a partir da publicação da decisão.

Art. 6º Para o exame de proposição legislativa em tramitação, o Conselho de Comunicação Social terá o prazo de duas sessões.

Parágrafo único. Nos demais casos, o prazo será estipulado pelo órgão solicitante.

Art. 7º Os pareceres, estudos ou recomendações exarados pelo Conselho de Comunicação Social sobre proposições legislativas em tramitação deverão instruir os relatórios que sobre estas forem produzidos.

Art. 8º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O Conselho de Comunicação Social encontra previsão constitucional no art. 224, da Lei Maior. Sua criação foi estabelecida pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991.

No entanto, sua instalação definitiva só ocorreu em 2002, com a eleição de seus dirigentes e a aprovação de seu regimento interno.

Com a entrada em funcionamento do Conselho, ganha o Congresso Nacional um órgão auxiliar de funções consultivas. Composto por representantes da sociedade e dos setores que tratam da comunicação social, o referido colegiado tem o potencial de se constituir em ferramenta de fundamental importância para qualificar os debates que se travam no Parlamento a esse respeito.

No entanto, a fim de que tais contribuições mostrem-se tempestivas e oportunas, é necessário que se regulamente o modo como as Casas do Congresso encaminharão ao Conselho solicitações de pareceres, estudos e recomendações. Do contrário, o papel desse órgão consultivo poderá ser ofuscado pela intempestividade ou mesmo impossibilidade de manifestação sobre questões relevantes em discussão no Parlamento.

Esse é justamente o objetivo que se busca com a norma ora proposta, que tem como escopo disciplinar, no âmbito do Senado Federal, o envio de solicitações àquele órgão consultivo. Nesse sentido, regulam-se, entre outros aspectos, questões como competência, oportunidade e prazo para o encaminhamento de matérias ao Conselho.

No que se refere à competência para o encaminhamento de matérias, confere-se essa atribuição às Comissões e à Mesa do Senado Federal. Para tanto, parte-se de interpretação analógica do art. 71, inciso VII, da Constituição Federal, que trata do Tribunal de Contas da União, órgão que, a exemplo do Conselho

de Comunicação Social, auxilia o Congresso Nacional. O mencionado dispositivo contempla a possibilidade de que as Comissões, tanto da Câmara como do Senado, solicitem trabalhos à Corte de Contas. Entendemos que tal princípio também possa ser aplicado ao caso em exame, motivo pelo qual consignamos a competência da Mesa e das Comissões para encaminhar solicitações ao Conselho.

Especial ênfase é dedicada às solicitações que tratem de proposições legislativas em tramitação, como pareceres ou recomendações sobre projetos de lei, por exemplo. Nesses casos, tem-se a preocupação de assegurar que as contribuições do Conselho sejam ofertadas no momento oportuno de forma a instruir o exame de mérito da matéria e, ao mesmo tempo, não comprometer a regular tramitação da proposição.

Dessa forma, espera-se aperfeiçoar o processo de consulta ao Conselho de Comunicação Social, de modo que suas valiosas contribuições possam ser colhidas nas devidas oportunidades. O objetivo maior presente na proposição, portanto, não é o de limitar o papel do Conselho, mas sim o de valorizá-lo, ao permitir que suas manifestações sejam feitas nos momentos mais decisivos.

Diante do exposto, submetemos a presente proposição legislativa à consideração de nossos Pares, certos de que contaremos com sua aprovação e possível aperfeiçoamento.

Sala das Sessões, em 11 de novembro de 2003. – Senador **Osmar Dias.**

(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e a Diretora.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 457, DE 2003

Altera o § 2º e sua alínea "a" do art. 33 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para estabelecer condições para a progressão de regime e determinar o início do cumprimento de pena em regime fechado para o condenado reincidente.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O § 2º e sua alínea "a" do art. 33 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, passam a viger com a seguinte redação:

"Art. 33. .....

.....

§ 2º A pena de prisão será executada de forma progressiva, com a transferência para regime menos rigoroso, a ser determinada pelo juiz, quando o preso tiver cumprido ao menos um terço da pena no regime anterior, não tiver praticado falta disciplinar de natureza grave e assim recomendar o exame técnico interdisciplinar realizado pela Comissão encarregada, e, ainda, observados os seguintes critérios

a) o condenado a pena superior a 8 (oito) anos ou reincidente deverá iniciar o cumprimento em regime fechado;"

..... (NR)

Art**.** 2º Esta lei entra em vigor após noventa dias da data de sua publicação.

Justificação

É inquestionável que a segurança pública é hoje a principal preocupação no País. Os índices de criminalidade aumentam em escala geométrica e o cidadão de bem cobra do Estado, em todos os níveis e esferas de Poder, respostas adequadas, que venham pôr termo à já calamitosa situação.

O combate implacável à violência e à criminalidade não pode encontrar obstáculos em matizes ideológicos, pois todos os brasileiros são, indiscriminadamente, atingidos.

Diante do quadro apresentado, o Congresso Nacional deve atender aos legítimos anseios da sociedade dizendo não, de forma veemente, à impunidade.

Com o presente projeto, busco alterar o § 2º e sua alínea **a**, do artigo 33 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para estabelecer condições para a progressão de regime, aumentando o lapso temporal para pelo menos um terço e exigindo a realização do exame técnico interdisciplinar e, ainda, determinar o início do cumprimento de pena em regime fechado para o condenado reincidente.

As penas no Brasil são, com algumas exceções, suficientes para a prevenção e repressão ao crime. Todavia, o cumprimento da sanção aplicada é um verdadeiro estimulo à criminalidade. Raramente o autor de um crime é descoberto. Quando é descoberto, nem sempre é preso; quando é preso, nem sempre fica na cadeia; mesmo que fique, nem sempre vai a julgamento; quando é julgado, geralmente escapa da condenação por alguma brecha legal; e quando é descoberto, preso, julgado e condenado, ainda se vê livre, pois a legislação é recheada de regalias.

Mesmo nos crimes graves, cumpre-se apenas um sexto da pena em regime fechado. Para se ter idéia, quem é condenado a uma pena de 18 anos cumpre pouco mais de dois anos, levando-se em conta que a cada três dias trabalhados o infrator tem o direito à remição de um dia no cômputo da reprimenda. É a certeza da impunidade. Entendo que com o aumento para um terço do período mínimo de cumprimento da pena como condição para progressão para regime menos rigoroso o Estado estará cumprindo com a sua obrigação constitucional de proporcionar segurança pública ao cidadão.

A exigência da realização do exame técnico interdisciplinar por comissão especializada antes da concessão do benefício para a progressão para regime menos rigoroso é medida necessária e poderá aferir o grau de eficácia da terapêutica penal aplicada ao preso até aquele momento.

É equivocado o entendimento de que o exame não se demonstrou ainda eficaz. Na verdade, a aparente ineficácia é decorrente da ausência de implementação de políticas públicas para sua realização a contento.

A exigência do exame técnico interdisciplinar representa segurança para a sociedade e para o preso quando do seu retorno ao convívio social. O atendimento a critério meramente objetivo – cumprimento de período de pena – não é capaz de oferecer os elementos garantidores de que o condenado não oferecerá mais perigo à sociedade.

A reincidência – que operará como determinante para o estabelecimento do regime inicial fechado para o cumprimento da pena – comporta fatores diversos que concorrem para a sua ocorrência. É certo que seu efeito demonstra que o agente, mesmo tendo passado por todas as fases da persecução penal, do inquérito à execução, contínua agindo em desacordo com as regras básicas que orientam a convivência social. Tal fator deve levar a conseqüência de não poder tal pessoa receber tratamento penal semelhante àqueles que violaram a lei penal pela primeira vez.

Esta imposição ao reincidente, de iniciar o cumprimento da pena sempre em regime fechado, independentemente do **quantum** aplicado está em perfeita sintonia com o princípio do Código Penal de somente apenar com privação de liberdade a pessoa de maior potencial ofensivo ou violenta. Ao criminoso eventual, a legislação brasileira oferece vários benefícios, como a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direito.

Portanto, reputo como de fundamental importância à alteração legislativa que oro coloco perante Vossas Excelências para apreciação, pois ela atende às expectativas de nossas instituições e de toda a sociedade brasileira, que não mais suportam a impunidade.

Sala das Sessões, 11 de novembro de 2003. – **Demóstenes Torres.**

LEGISLAÇÃO CORRELATA

DECRETO-LEI Nº 2.848,
DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940

Código Penal.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta a seguinte lei:

.....

Reclusão e detenção

Art. 33. A pena de reclusão deve ser cumprida em regime fechado, semi-aberto ou aberto. A de detenção, em regime semi-aberto, ou aberto, salvo necessidade de transferência a regime fechado. (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11-7-1984)

§ 1º Considera-se: (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11-7-1984)

a) regime fechado à execução da pena em estabelecimento de segurança máxima ou média;

b) regime semi-aberto a execução da pena em colônia agrícola, industrial ou estabelecimento similar;

c) regime aberto à execução da pena em casa de albergado ou estabelecimento adequado.

§ 2º As penas privativas de liberdade deverão ser executadas em forma progressiva, segundo o mérito do condenado, observados os seguintes critérios e ressalvadas as hipóteses de transferência a regime mais rigoroso: (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11-7-1984)

a) o condenado a pena superior a 8 (oito) anos deverá começar a cumpri-la em regime fechado;

b) o condenado não reincidente, cuja pena seja superior a 4 (quatro) anos e não exceda a 8 (oito), poderá, desde o princípio, cumpri-la em regime semi-aberto;

c) o condenado não reincidente, cuja pena seja igual ou inferior a 4 (quatro) anos. poderá, desde o início, cumpri-la em regime aberto.

§ 3º A determinação do regime inicial de cumprimento da pena far-se-á com observância dos critérios previstos no art. 59 deste Código. (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11-7-1984)

.....

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 458, DE 2003

Altera o caput do art. 983 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), dilatando o prazo para o requerimento do inventário e da partilha.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Dê-se a seguinte redação ao **caput** do art. 983 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil):

"Art. 983. O inventário e a partilha devem ser requeridos dentro de 90 (noventa) dias a contar da abertura da sucessão, ultimando-se nos seis meses subseqüentes.

.....

(NR)"

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O Código de Processo Civil, em seu art. 983, estipula um prazo extremamente exíguo para o requerimento do inventário e da partilha. São apenas trinta dias que dispõem os legitimados pelos arts. 987 e 988 do CPC, para requererem o inventário, a partir da abertura da sucessão, ou seja, da data do óbito.

Sendo assim, muitas vezes os herdeiros se sujeitam à multa pelo descumprimento desse prazo, uma vez que, ainda sob o choque da perda de um parente querido, em muitos casos afigura-se trabalhosa a preparação de toda documentação necessária ao ajuizamento da ação de inventário e partilha, em face das exigências legais, tais como certidões de registro de imóveis e certidões negativas de tributos.

Convém salientar que o próprio Supremo Tribunal Federal editou a Súmula 542, segundo a qual "Não é inconstitucional a multa instituída pelo Estado-membro, como sanção pelo retardamento do início ou da ultimação do inventário".

Sendo assim, o presente projeto de lei tem por objetivo elastecer um pouco mais o prazo para o requerimento do inventário e da partilha, possibilitando, assim, àqueles que já se encontram sob sofrimento diante da perda de um ente querido, dispor de um prazo razoável para essa providência legal.

Sala das Sessões, 11 de novembro de 2003. – **César Borges.**

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 5.869, DE 11 DE JANEIRO DE 1973

Institui o Código de Processo Civil

.....

Art. 983. O inventário e a partilha devem ser requeridos dentro de trinta (30) dias a contar da abertura da sucessão, ultimando-se nos seis (6) meses subseqüentes.

Parágrafo único. O juiz poderá, a requerimento do inventariante, dilatar este último prazo por motivo justo.

.....

Art. 987. A quem estiver na posse e administração do espólio incumbe, no prazo estabelecido no art. 983, requerer o inventário e a partilha.

Parágrafo único. O requerimento será instruído com a certidão de óbito do autor da herança.

Art. 988. Tem, contudo, legitimidade concorrente:

I – o cônjuge supérstite;

II – o herdeiro;

III – o legatário;

IV – o testamenteiro;

V – o cessionário do herdeiro ou do legatário;

VI – o credor do herdeiro, do legatário ou do autor da herança;

VII – o síndico da falência do herdeiro, do legatário, do autor da herança ou do cônjuge supérstite;

VIII – o Ministério Público, havendo herdeiros incapazes;

IX – a Fazenda Pública, quando tiver interesse.

.....

Súmula 542

Decisão 3-10-1969 Publicação DJ DATA: 10-12-69

"Não é inconstitucional a multa instituída pelo Estado-Membro, como sanção pelo retardamento do início ou da ultimação do inventário.

.....

(*À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.*)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 459, DE 2003

Obriga a presença do profissional fisioterapeuta em Academias, nos clubes e agremiações desportivas.

O Congresso Nacional decreta:

Art 1º É obrigatória a presença de profissional fisioterapeuta, nas academias, nos clubes e agremiações desportivas, amadoras e profissionais nos diversos segmentos e modalidades do esporte, de 1ª, 2ª e 3ª divisão, representadas nas suas respectivas Federações Estaduais e Confederações Nacionais.

Art 2º As penas disciplinares aplicáveis pelos descumprimento, são:

a) advertência
b) multa
c) interdição do estabelecimento

Art 3º Esta lei entra em vigor cento e oitenta dias após a sua publicação.

Justificação

A relevância do trabalho do profissional fisioterapeuta é evidente no contexto da sociedade atual. No âmbito dos esportes, podemos acompanhar como é importante sua intervenção, para prevenir lesões e recuperar atletas nas suas demandas da saúde.

Do mesmo modo, o acompanhamento de alunos em academias e agremiações, tão procuradas atualmente, conferindo assim, maior estabilidade esportiva e prevenção aos seus atletas profissionais, amadores e seus freqüentadores em geral.

Daí a orientação desta proposta, no sentido de que a presença dos fisioterapeutas se torne obrigatória, nas academias, agremiações, nos clubes e nas várias modalidades do esporte, de 1ª até 3ª divisão, reconhecidas pelas respectivas entidades desportivas do País.

A OMS – Organização Mundial da Saúde, estima que deve haver um fisioterapeuta para cada mil habitantes. Em nosso País, existem aproximadamente 70 mil profissionais. Um quarto deles está concentrado no Estado de São Paulo, desta forma o déficit é significativo. Entretanto temos mais de 200 universidades e faculdades brasileiras que formam estes profissionais, e muitos deles não encontram colocação no mercado de trabalho. Esta iniciativa seria também benéfica ao ampliar suas possibilidades de exercerem sua profissão. Sendo assim, esperamos apoio dos nossos Pares para que a proposta mereça aprovação.

Sala das Sessões, 11 de novembro de 2003. – **Magno Malta.**

(*Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e Assuntos Sociais, cabendo a última a decisão terminativa.*)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 460, DE 2003

Revoga o Capítulo IV – Do Protesto Por Novo Júri, do Título II – Dos Recursos em Geral, do Livro III – Das Nulidades e dos Recursos em Geral, do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica revogado o Capítulo IV – Do Protesto Por Novo Júri, do Título II – Dos Recursos em Geral, do Livro III – Das Nulidades e dos Recursos em Geral, do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal.

Art. 2º Esta lei entra em vigor da data de sua publicação.

Justificação

A Constituição Federal, em seu artigo 5º inciso XXXVIII, reconhece a instituição do júri, assegurando a plenitude de defesa; o sigilo das votações; a soberania dos veredictos e a competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida. O Código de Processo Penal prevê um tipo de recurso, exclusivo da defesa, denominado “protesto por novo júri”, admitido quando a sentença condenatória, em crime doloso contra a vida – ressalte-se, de competência do tribunal do júri – cominar pena igual ou superior a vinte anos.

Trata-se, evidentemente, de um contra-senso jurídico. Não se compreende que em um processo, no qual foram observadas todas as garantias constitucionais e processuais, simplesmente em decorrência do **quantum** da pena aplicada, se dê nova oportunidade ao condenado, sem nenhuma razão material ou formal. Levar tal pessoa a novo julgamento, além de ser medida procrastinatória, enseja clara inobservância do princípio previsto na Constituição Federal da soberania dos veredictos do tribunal do júri.

Em decorrência do nefasto instituto, magistrados aplicam, não raramente, penas que não atinjam 20 anos unicamente para que não se oportunize a realização de nova sessão do júri popular. Mesmo que, diante da criteriosa análise do artigo 59 do Código Penal, que trata das circunstâncias judiciais para a fixação da pena, coubesse reprimenda maior.

Chega-se ao absurdo de o réu ser absolvido no segundo julgamento sem que no primeiro tenha havido o mínimo ranço de ilegalidade. Afastando qualquer lógica processual, deixa-se de lado a soberania dos veredictos, sem qualquer razão justificável.

Necessário salientar também que a medida aumenta, sem qualquer razoabilidade, os custos estatais com um novo e descabido julgamento.

Ora, se a pena é, sob a ótica da defesa, desproporcional ou se houve qualquer irregularidade na apreciação da matéria, que se interponha o recurso cabível da decisão. Qualquer irresignação motivada pode ser socorrida pelo grau de jurisdição revisor. O que deve ensejar qualquer revisão de um julgado deve ser a inobservância da lei, em qualquer de seus aspectos, e não uma situação meramente objetiva, qual seja, a adoção pelo magistrado do rigor necessário para a punição e a conseqüente condenação a pena igual ou superior a vinte anos.

A aprovação do presente projeto de lei certamente contribuirá para a redução da impunidade que grassa no País e espancará qualquer dúvida sobre a recepção ou não da norma pela Constituição Federal de 1988.

Assim, reputando como de fundamental importância a alteração legislativa que oro coloco perante Vossas Excelências para apreciação, concito-lhes a aprovar o presente projeto.

Sala das Sessões, 11 de novembro de 2003. – **Demóstenes Torres.**

LEGISLACÃO CORRELATA

DECRETO-LEI Nº 3.689,
DE 3 DE OUTUBRO DE 1941

Código de Processo Penal.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta a seguinte lei:

CAPÍTULO IV
Do Protesto por Novo Júri

Art. 607. O protesto por novo júri é privativo da defesa, e somente se admitirá quando a sentença condenatória for de reclusão por tempo igual ou superior a 20 (vinte) anos, não podendo em caso algum ser feito mais de uma vez.

§ 1º Não se admitirá protesto por novo júri, quando a pena for imposta em grau de apelação (art. 606).

§ 2º O protesto invalidará qualquer outro recurso interposto e será feito na forma e nos prazos estabelecidos para interposição da apelação.

§ 3º No novo julgamento não servirão jurados que tenham tomado parte no primeiro.

Art. 608. O protesto por novo júri não impedirá a interposição da apelação, quando, pela mesma sentença, o réu tiver sido condenado por outro crime, em que não caiba aquele protesto. A apelação, entretanto, ficará suspensa, até a nova decisão provocada pelo protesto.

.....

(*À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – O projetos lidos serão publicados e remetidos às comissões competentes.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.098, DE 2003

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal,

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º da Constituição Federal, e dos arts. 215 e 216-I e IV do Regimento Interno do Senado Federal, seja efetuado pedido de informações ao Ministro de Estado da Previdência Social, com as seguintes questões:

a) afirma-se que "Um cálculo atuarial desenvolvido pela Superintendência de Desenvolvimentos de Produtos de Previdência da 'Sul América', levando em conta uma taxa de juros de 8,5% ao ano, mostra que, para garantir uma aposentadoria integral pelas regras adotadas para quem ingressou no serviço público a partir de 1998 (30 anos de contribuição e 55 anos de idade), no caso de uma mulher, seria preciso uma contribuição de 21,8% sobre o valor do benefício. Para o caso dos homens, (35 anos de contribuição e 60 de idade), o percentual cai para 12%. Portanto, em ambos os casos, levando-se em conta a contribuição de 11 % do servidor e a parte da União, de até 22%, não há problema algum para financiar a aposentadoria integral do servidor civil federal". O MPS elaborou algum estudo conclusivo nesse sentido? E qual foi a conclusão desses estudos? Apresentar os estudos elaborados pelo MPS;

b) afirma-se que se não tivessem sido desviados os saldos do sistema de aposentadorias e pensões do setor urbano privado para outras áreas do gastos públicos e ti-

vessem eles sido aplicados em um fundo de capitalização, com juros reais anuais remunerados a uma taxa de 6%, teria sido possível acumular reservas equivalentes a 69,7% do PIB nacional, a valores de 1997 (aproximadamente R$598 bilhões, em valores de setembro de 1998). Assim questiona-se se existem estudos elaborados pelo MPS que confirme essa situação? Apresentar os estudos elaborados pelo MPS;

c) onde foram empregados os recursos arrecadados desde a instituição da Previdência Social quando incorporou o patrimônio dos vários Institutos de Aposentadorias, especialmente o Ipase? Quem cuida do patrimônio construído com recursos da Previdência? Há algum retorno desses vultosos investimentos? Traçar mapa histórico.

Justificação

A modernização das estruturas do governo federal e a dos quadros da administração pública tornaram-se questões importantes somente nos meados dos anos 30, na onda de centralização e tendências reformista trazidas pela Revolução de 1930. Mas foi durante a ditadura Vargas (1937-1945), que a reforma do Estado foi realmente iniciada e implementada. Até o final da década de 30, além dos militares que seguem os seus próprios princípios de organização, somente dois órgãos do governo federal (o Itamaraty e o Banco do Brasil) eram bem-estruturados, tinham instituído normas para ingresso no serviço público, tinham criado planos de carreira, regras para promoção baseadas no mérito, e tinham alimentado uma burocracia profissional com um "ethos" de serviço público. Os servidores que constituiam a elite da administração pública naquela época eram fornecidos principalmente por estes dois órgãos, sendo que o primeiro ainda os fornece. Vale a pena observar que foi essa elite burocrática, aliada aos militares, e inspirada por uma idéia de contrução nacional, que concebeu e implementou, na década de 30, três importantes intervenções estatais na economia, orientadas para o desenvolvimento: a nacionalização dos recursos minerais (1934), a nacionalização de jazidas de petróleo (1938) e a construção da primeira siderúrgica moderna (estatal) no Brasil (1939-41). A nacionalização preventiva do petróleo cujas reservas ainda não haviam sido descobertas salienta o fato de que essa elite burocrática foi capaz de desenvolver e implementar uma estratégia nacional de longo prazo, baseada na percepcão então corrente de que a forte regulamentação estatal e a sua intervenção direta na economia eram essenciais para industrializar o País por meio da substituição de importações. E, como sabemos, essa foi uma história de industrialização bem-sucedida.

Assim, a estruturação do funcionalismo público federal como um "corpo orgânico", com papel destacado na ordem econômica surge com a crise dos anos 30 e com a emergência do modelo desenvolvimentista, que implicou na organização numa burocracia civil para dar suporte ao Estado intervencionista.

Três diretrizes principais foram propostas e apoiadas por Vargas, inspiradas no serviço público britânico: critérios profissionais para o ingresso no serviço público, desenvolvimento de carreiras e regras de promoção baseada no mérito. Um novo órgão, o Departamento de Administração do Serviço Público (DASP) foi criado e encarregado, durante a ditadura Vargas (chamada, de forma condizente, de Estado Novo), de implementar essas diretrizes, de supervisionar a administração pública, e de formar os recursos humanos para os altos escalões do serviço público, de definir escalas de salários para o setor público, e até de fixar o orçamento nacional.

Isto nos conduz diretamente ao problema da ação do Estado nesse período, naquilo que concerne mais diretamente à industrialização. Característica saliente desse Estado seria dada pela sua preocupação com a racionalização ao nível administrativo, com a reforma e criação de órgãos destinados a dar maior amplitude e flexibilidade à ação oficial. Esses esforços, que teriam grande incremento no período posterior a 1937, implicavam em reforçar a instituição de uma economia capitalista diferenciada no país, e, por essa via, as suas bases de execução e de sustentação política seriam recrutadas cada vez mais nos centros urbanos.

O regime do Estado Novo, instaurado pela Constituição de 1937 em pleno clima de contestação da liberal-democracia na Europa, trouxe para a vida política e administrativa brasileira as marcas da centralização e da supressão dos direitos políticos. Em linhas gerais, o regime propunha a criação das condições necessárias para a modernização da nação: um Estado forte, centralizador, interventor, agente fundamental da produção e do desenvolvimento econômicos.

Fiel ao princípio de que era necessário aplacar as disputas políticas para promover o desenvolvimento do país, também no plano administrativo o governo do Estado Novo buscou eficiência e racionalidade. Procurou implantar, no recrutamento do funcionalis-

mo, a lógica da formação profissional, da capacidade técnica e do mérito, em substituição á filiação partidária ou da indicação política.

Coerente com os princípios do Estado Novo, o DASP via uma incompatibilidade entre a racionalidade e a irracionalidade da política. Pretendia assim estabelecer uma maior integração entre os diversos setores da administração pública e promover a seleção e aperfeiçoamento do pessoal administrativo por meio da adoção do sistema de mérito, o único capaz de diminuir as injunções dos interesses privados e político-partidários na ocupação dos empregos públicos. Nesse período, o órgão conheceu um contínuo processo de fortalecimento, chegando a exercer forte influência sobre as políticas governamentais então implementadas. Entre suas principais realizações nessa fase figura a sistematização dos direitos e deveres do funcionalismo, definidos no Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União, primeiro documento desse tipo no Brasil.

Como corolário disto tudo, o conceito de aposentadoria paga pelo Tesouro, como um direito do servidor, decorrente de sua dedicação exclusiva ao Estado se estabelece, como garantia da manutenção de seus vencimentos após a passagem à inatividade.

O fato de não haver um desconto especificado, um registro do desconto, não invalida o fato de que, realmente, estava presente uma contribuição de servidor, decorrente da fixação unilateral de seu salário e das condições de trabalho pelo Estado, sendo a proteção social decorrente da política de pessoal.

E aí que reside a fonte de equívoco dos discursos que pregam que os servidores nunca pagaram a sua previdência, pois esse caráter **propter labore** tem o seguinte significado: estipulados no serviço público o tempo de trabalho do funcionário, e quanto vai receber ao se aposentar, numa negociação salarial, ao invés de se propor um acréscimo de salário, se propõe uma maior contribuição do Estado para o sistema previdenciário.

Regulamentando essa política de concessão de direitos previdenciários aos servidores tem-se, em 23 de fevereiro de 1938, a criação do Instituto de Previdência e Assistência Social dos Servidores de Estado – IPASE, por meio do Decreto-Lei nº 288, autarquia encarregada de gerir os recursos oriundos das contribuições dos servidores e da União, destinadas ao custeio de diversos benefícios: pensão vitalícia para o cônjuge sobrevivente; pensão para os filhos até a idade de 22 anos; pecúlio; seguro de renda; seguro de morte.

Ficou delineado, assim, que as aposentadorias dos servidores públicos federais seriam custeadas por recursos oriundos do orçamento da União, enquanto que as pensões e outros benefícios seriam custeados pelas contribuições dos servidores e geridas pelo Ipase.

É de se notar que o Ipase, além do seu objetivo primordial de realizar o seguro social do funcionário público civil da União (principalmente conceder pensão vitalícia, pensão temporária e pecúlio), podia realizar as mais diversas operações que fossem julgadas convenientes para alcançar maior rentabilidade na gestão dos recursos, como operações de seguros privados, capitalização, financiamentos para aquisição de moradias, empréstimos e outras formas de assistência econômica.

Todavia, dada a correlação existente entre o número de servidores e o número de pensões a serem pagas, durante muito tempo teve-se um sistema basicamente superavitário, o que poderia ter contribuído para a formação de um fundo que financiasse também as aposentadorias.

Desde a criação do Ipase, em 1938, até sua extinção em 1977, quando foi incorporado ao Sinpas, deveria ser feito um levantamento de todo seu patrimônio acumulado e a estimativa de capitalização de seus eventuais superávits.

Por exemplo, a estimativa de capitalização dos eventuais superávits apresentados pelo sistema previdenciário do regime geral, ao longo do período 1945 – 1997, feita na tese de doutorado de Eli Iola Gurgel Andrade ("(Des) Equilíbrio da Previdência Social Brasileira: 1945 – 1997 – Componentes econômico, demográfico e institucional") mostra que, se realizada, a capitalização poderia ter resultado em uma reserva equivalente a 69,7% do PIB de 1997 (aproximadamente R$598 bilhões, em valores de setembro de 1998).

Ou seja, se não tivessem sido desviados os saldos do sistema de aposentadorias e pensões do setor urbano privado para outras áreas do gastos públicos e tivessem eles sido aplicados em um fundo de capitalização, com juros reais anuais remunerados a uma taxa de 6%, teria sido possível acumular reservas equivalentes a 69,7% do PIB nacional, a valores de 1997.

Somente com a remuneração de 6% de juros sobre essas reservas, teriam sido cobertas as despesas estritamente previdenciárias urbanas do ano de 1997, que representaram cerca de R$35,3 bilhões na época.

Um raciocínio da mesma natureza pode ser realizado para as perdas de recursos arrecadados pelo Ipase, que possuía um regime de capitalização coletiva, e cujas reservas foram utilizadas pela União para gastos correntes do orçamento fiscal.

Nos anos 50 procurou-se no regime público atrair competências, mantendo-se a aposentadoria integral como um atrativo para concorrer com o setor privado que oferecia grandes vantagens para uma classe média em ascensão num momento de grande crescimento econômico.

O Estado, investido de uma missão geral desenvolvimentista, de transformação da sociedade, com tarefas cada vez mais pesadas e cada vez mais diversificadas, tem de recrutar agentes que participarão dessa missão e que devem ser preparados tecnicamente para isso, com determinados mecanismos de incentivos que tinham como objetivo permitir o total devotamento do funcionário ao seu lugar público, desencorajando-o de buscar benefícios externos suscetíveis de entrar em contradição com os deveres inerentes ao serviço.

A estabilidade de emprego, por exemplo, é de natureza favorável à garantia da continuidade do serviço público.

A questão previdenciária do servidor público, vinculada ao próprio conceito desejado e necessário de administração pública e ao papel do servidor, enquanto agente do Estado, não pode e não deve, por isto mesmo, ser tratada genericamente como um apêndice da questão da previdência social, por se tratar de situações juridicamente distintas.

Os direitos previdenciários dos servidores públicos, ao invés de privilégios, visam assegurar competitividade, atratividade e retenção de pessoal qualificado, para um Estado forte, capaz de cumprir seus objetivos constitucionais, e que para isso precisa investir no capital humano e garantir as condições de dedicação plena aos interesses públicos.

Do Regime Jurídico do Servidor Público

A questão do regime jurídico dos servidores públicos é discutida desde longa data, e a doutrina é vasta neste particular. Muitas foram às teorias criadas para explicar as relações existentes entre o Estado, como empregador, e seu servidor. A teoria mais aceita é a da teoria do estatuto. No sistema estatutário não cabe ao funcionário, como uma das partes da relação, estabelecer critérios para a sua participação no serviço público, eis que o laço jurídico então criado decorre da lei e, complementarmente, dos regulamentos emitidos pelo ente público a que ele vai servir.

Isto significa que o Poder Público não faz contrato com os funcionários, nem com eles ajusta condições de serviço e remuneração, estabelecendo unilateralmente, em leis e regulamentos, as condições de exercício das funções públicas e os seus deveres e direitos. Todavia, não fica a Administração obrigada a manter o estatuto vigente ao tempo do ingresso no serviço público. O Poder Público pode, a qualquer tempo, mudar o estatuto e alterar as condições do serviço público, não havendo para o servidor direito adquirido a determinada situação, desde que não sejam ofendidas garantias asseguradas constitucionalmente.

Por outro lado, para os empregados públicos regidos pela legislação trabalhista, o vínculo empregatício é de natureza contratual, equiparando-se a administração ao empregador comum, sem quaisquer prerrogativas especiais, não lhe sendo lícito alterar unilateralmente as condições pactuadas, além de não poder estabelecer cláusulas discrepantes da legislação trabalhista.

Vale destacar as distintas situações que diferenciam os trabalhadores do setor privado dos servidores públicos civis:

DIREITOS TRABALHISTAS	SETOR PRIVADO	SERVIDOR PÚBLICO
Política Salarial	Negociada	Fixada em lei
FGTS	Sim	Não, mas tem a Estabilidade
Aviso prévio	Sim	Não, mas tem a Estabilidade
Seguro desemprego	Sim	Não, mas tem a Estabilidade
Participação nos lucros	Sim	Não
Direito de firmar convenções, dissídios, acordos coletivos de trabalho.	Sim	Não
Horas extras remuneradas	Sim	Não
Insalubridade/ periculosidade	Sim	Não
Estabilidade	Não, mas tem direito ao FGTS e multa na rescisão sem justa causa.	Não
Direito de greve	Sim	Não, por falta de lei específica

Embora excluídos do gozo de várias garantias constitucionais, como se vê no quadro acima, além da proibição de ter outras atividades privadas, aos servidores públicos são cobrados deveres e lealdade de forma tão rigorosa a ponto de responderem, mesmo depois de aposentados, pelos atos praticados quando em atividade, o que não ocorre com os trabalhadores do setor privado, de modo geral.

A situação do funcionário público, embora paralela à dos trabalhadores de setor privado, não pode ser a mesma deles, pois diferentes são as relações entre o funcionário com a Administração e as relações dos assalariados do setor privado com o seu patrão.

Direitos previdenciários e trabalhistas caminham juntos; portanto, se o objetivo é estabelecer a igualdade dos direitos previdenciários para todos os trabalha-

dores, há que se uniformizar, também, os direitos trabalhistas entre as duas categorias supracitadas.

Do Regime de Financiamento da Previdência do Servidor Civil

Com a Lei nº 8.688, de 21 de julho de 1993, regulamentou-se o disposto no § 6º do art. 40, da Constituição Federal, introduzido pela Emenda Constitucional nº 3, de 17 de março de 1993, que criou a contribuição social dos servidores civis da União destinada ao custeio das aposentadorias e pensões, com vigência a partir de novembro de 1993.

Essa mesma lei definiu que a contribuição da União seria em montante igual ao total das contribuições dos servidores, que variavam entre 9% a 12% da remuneração de cada um, mas não definiu o regime de financiamento do sistema, apenas declarando que os recursos oriundos das contribuições seriam recolhidos ao Tesouro Nacional, adotando, implicitamente, o regime de repartição simples, com as contribuições correntes dos ativos utilizadas para o custeio dos proventos dos atuais inativos.

Alterada, portanto, a natureza do sistema de aposentadorias dos servidores públicos, dever-se-ia delinear, obrigatoriamente, o seu regime de financiamento, ou seja, o mecanismo ou método que permitirá o cálculo da contribuição necessária para dar plena cobertura financeira ao Valor Atual dos Benefícios Futuros* do plano. Em outras palavras, o método que tornará possível a determinação do quanto deverá ser vertido ao plano para o completo financiamento do seu Custo Previdenciário**.

Valor Atual dos Benefícios Futuros = refere-se ao equivalente, no momento atual, dos valores dos benefícios futuros. O conceito de "valor atual" tem origem na matemática financeira, que oferece mecanismo de cálculo para determinar o equivalente em valor único, de um fluxo futuro de recebimentos e/ou pagamentos.

Custo Previdenciário = refere-se ao "Valor Atual dos Benefícios Futuros" de todos os benefícios, acrescido do custo administrativo.

A partir desse momento, portanto, deveria ter sido colocado em conta gráfica à contribuição atual dos servidores para demonstrar o montante acumulado e não confundir com o financiamento de estoque de todos os benefícios em vigor

Se não há um regime de custeio tecnicamente não se pode falar em déficit. Do ponto de vista de caixa do governo trata-se de uma necessidade de financiamento, mas não é déficit, que só pode ser assim qualificado se:

– O gasto com inativos devesse ser coberto integralmente pela contribuição dos ativos, ou seja, um regime de repartição simples como o do INSS;

Se não houvesse contribuição patronal, ou seja, se apenas o funcionário pagasse contribuições diferentemente do INSS, para o qual o empregador contribui com uma alíquota de mais que o dobro da paga pelo empregado.

No caso do funcionalismo não pode haver sistema de repartição simples: querer cobrar da atual geração de funcionários ativos todo um estoque acumulado de aposentadorias e pensões já concedidas é de uma inconsistência lógica e de uma impossibilidade prática, já que o quantitativo de ativos era de 1,48 vezes o de inativos em 1993 e praticamente igual em 1998 (entre 1991 e 1998, 365 mil pessoas se aposentaram ou passaram a receber pensões, enquanto o número de servidores diminui em 97.000). O segundo ponto é que, não havendo contribuição patronal especificada, simplesmente não se podem comparar os números do INSS com o do funcionalismo, mesmo que ambos os regimes fossem de repartição, pois seriam dois pesos e duas medidas.

Esse era o momento de se trazer todo o patrimônio acumulado do IPESP, atualizado, para servir de lastro para a manutenção dos benefícios já concedidos, complementado com recursos oriundos das privatizações efetuadas nos períodos posteriores, o que não foi enfrentado nem pelo governo, nem pelo Congresso, sendo, pelo contrário, disseminado um discurso atuarial sobre o equilíbrio do RPPS, esquecendo-se dos mais de 60 anos de (im) previdência do Governo Federal.

A Lei nº 9.630, de 23 de abril de 1998, alterou a alíquota de contribuição para 11%**,** fixa, e manteve a contribuição da União em valor idêntico à contribuição de cada servidor, mas, novamente, não cogitou do regime de financiamento e da gestão do sistema, assumindo a União, não expressamente, que se tratava de regime de repartição simples.

Já a Lei nº 9.783, de 28 de janeiro de 1999, manteve a alíquota de 11% para os servidores, mas alterou a contribuição a cargo da União, que, para o custeio do regime próprio de previdência de seus servidores, deveria observar os critérios estabelecidos na Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, a Lei Geral da Previdência Social no Serviço Público, que regulamentou, antecipadamente, as alterações introduzidas pela Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998.

Criado o Regime Próprio com as características desenhadas na Emenda Constitucional nº 20/98, com

a necessidade da adequação do regime aos critérios de capitalização, em substituição ao regime de repartição simples, conforme preceituado pela nova legislação, surge a questão crucial do chamado custo de transição, fenômeno sempre presente quando se substitui o regime de financiamento de um plano em andamento.

Optando o novo modelo por apontar para um regime da capitalização para os Regimes Próprios de Previdência, não se propôs, no entanto, os mecanismos aptos a equacionar essa transição, com as necessárias medidas que devem ser buscadas para que esse custo, composto pelos benefícios em manutenção mais o Serviço Passado (somatório das contribuições não vertidas e relativas ao tempo passado), seja enfrentado.

Da Contribuição Previdenciária do Servidor Civil em seu Aspecto Atuarial

Os pagamentos das aposentadorias e pensões do setor público têm sido apontados como umas das principais causas do desequilíbrio das contas públicas, embora estudos elaborados cientificamente demonstrem que o percentual cobrado do servidor público é suficiente para financiar a sua aposentadoria integral.

A afirmativa de que o servidor não contribui o suficiente para ter a sua aposentadoria integral e que essa é um privilégio em relação às aposentadorias do Regime Geral, é falacioso, pois não leva em conta que, embora no Regime Geral não se possa auferir mais do que R$1.561,56 de aposentadoria, a contribuição é de 11% sobre esse mesmo limite, mesmo que a remuneração seja muitas vezes maior. Com o servidor civil a situação é diferente, pois o desconto incide sobre o salário integral, sem limites.

Um cálculo atuarial desenvolvido pela Superintendência de Desenvolvimentos de Produtos de Previdência da "Sul América", levando em conta uma taxa de juros de 8,5% ao ano, mostra que, para garantir uma aposentadoria integral pelas regras adotadas para quem ingressou no serviço público a partir de 1998 (30 anos de contribuição e 55 anos de idade), no caso de uma mulher, seria preciso uma contribuição de 21,8% sobre o valor do benefício. Para o caso dos homens, (35 anos de contribuição e 60 de idade), o percentual cai para 12%. Portanto, em ambos os casos, levando-se em conta a contribuição de 11 % do servidor e a parte da União, de até 22%, não há problema algum para financiar a aposentadoria integral do servidor civil federal.

O nó da questão, portanto, não está no presente, mas no passado, pois o desequilíbrio verificado entre as despesas presentes com inativos e as contribuições correntes não resulta da insuficiência da contribuição paga pelo servidor, ao contrário, essa é atuarialmente consistente, mas da inadimplência do Tesouro Nacional com o servidor: a União, além de jamais haver contribuído com a contrapartida que lhe caberia, como empregadora, para a formação de um fundo, ainda que meramente contábil, a demonstrar a origem do financiamento de aposentadorias e pensões, malversou totalmente os recursos cobrados dos servidores com essa finalidade, os quais poderiam, por si somente, constituir sólida base atuarial do sistema.

O que esperamos com esse Pedido de Informações é demonstrar que os dados apresentados pelo discurso oficial sobre os supostos prejuízos causados ao Tesouro pelo pagamento de aposentadorias e pensões a servidores públicos são robustos a alguma análise, superficial que seja, pelo menos quanto ao regime de previdência dos servidores civis da União. Esperamos que não sejam expressões matemáticas manipuladas para respaldar argumentos favoráveis à imposição ilegal de contribuições previdenciárias aos inativos e de aumento para os que estão em atividade, como forma a criar superávits primários para cobrir o serviço da dívida, além de prepararem terreno para assegurar ao mercado privado acesso a considerável parcela das contribuições desses servidores.

E assim deverá ser porque o governo, esperamos, sempre pagou a parte contributiva que lhe cabia na formação do seguro social do servidor, conforme estabelece a Constituição. E o desconto feito nos vencimentos do funcionalismo em época alguma esteve disponível para qualquer tipo de aplicação. Faz-se o desconto e se procede à arrecadação. Aliás, esse seria o sentido econômico de se cobrar contribuição do funcionário público para fazer frente ao fundo previdenciário constituído.

Da Procedência do Pedido

Evidente não tratar-se de pedido de providência, nem de consulta, nem de sugestão, conselho ou interrogação de caráter meritório.

Pretende-se com este requerimento esclarecer assunto submetido à apreciação dessa casa, qual seja, a Proposta de Emenda à Constituição nº 67/2003 (Reforma Previdenciária), especialmente porque, em que pese o Sr. Ministro ter comparecido às audiências Públicas realizadas pela CCJ, não forneceu aos Senadores os estudos por eles solicitados

e que serviram de base à Proposta de Iniciativa da Presidência da Republica, da qual foi signatário.

Saliente-se a estreita e direta relação das informações solicitadas com a matéria que se procura esclarecer, especialmente porque o Ministro de Estado da Previdência Social assumiu o compromisso com o Senador Efraim Morais (CCJ 16-9-03) e perante os demais membros da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, além de outros Senadores ali presentes, de trazer aos Senadores dessa Casa os Estudos que serviram de base à propositura da PEC, não os apresentando, conforme se deduz de trechos retirados do relatório do Relator Tião Viana, assim:

A Senadora Serys Slhessarenko indagou ao Ministro (fls. 10 do Parecer do Relator) qual o sentido de ter realizado, como afirmou, 400 audiências com entidades organizadas sobre a reforma, houve acolhimento das propostas dessas entidades ou isso não passou de uma manobra pra tentar conferir legitimidade ao texto apresentado; o Senador Almeida Lima questionou o Ministro (fls. 10/11) se houve estudo atuarial para se chegar aos parâmetros utilizados na PEC e se ele teria conhecimento de estudo da USP que afirma que os fundos de pensão poderão ser instituídos com a Reforma podem arrecadar até 67 bilhões de reais. O Senador Efraim Morais (fls. 11 do Parecer do Relator) indagou sobre qual seria o montante do déficit da previdência e quanto seria arrecadado com a implementação da contribuição dos inativos. Às fls. 12/13 do Parecer do Relator (Relatório) o Ministro não respondeu às indagações do Senador Efraim Morais, respondendo aos do Senador Almeida Lima assim: "Que houve estudos atuaríais para a efetivação da PEC 67, de 2003, que os dados estão à disposição dos Senhores Senadores que assim o desejarem" e "que desconhece o estudo da USP mas que parece falacioso aduzir que os fundos de pensão possam acumular um patrimônio de 67 bilhões de reais até 2010, mas não pode fazer análise mais aprofundada por não ter tido acesso ao referido estudo." Na audiência seguinte, conforme fls. 17/18, nada foi esclarecido pelo Secretário da Previdência Social em relação às indagações anteriormente feitas. Na última audiência pública, às fls. 22/23 do Parecer do Relator o Senador Arthur Virgílio indagou ao Ministro sobre as regras de transição ao acarretar perdas de trinta por cento deveria ao menos conferir um período de adaptação IV) regra de transição que estabelece o pedágio; às fls. 23 do Parecer do Relator o Senador Efraim Morais indagou: Que estudos foram realizados para se chegar a alíquota que será usada para desconto dos aposentados? Que estudos foram realizados para se estabelecer os parâmetros para a redução das pensões; para estabelecer a idade mínima e também o tempo de contribuição?, ao que o Ministro deixou de responder (fls. 24/25) e em réplica o Senador Efraim Morais (fls. 25/26), "solicitou ao Ministro que fornecesse os estudos que estruturam as reformas à CCJ antes da votação da matéria...," ao que o Ministro "afirmou que pode fornecer os dados mais relevantes do ponto de vista das estimativas e fornece não só ao Senador Efraim, mas a todos os Senadores."

À vista do exposto, é inegável a admissibilidade desse Requerimento, que tem por objetivo evitar que tão importante matéria, venha trazer conseqüências danosas para esses servidores que trabalharam com afinco para o engrandecimento da nação brasileira, O Congresso Nacional não pode abrir mão de suas responsabilidades constitucionais, devendo votar com absoluta convicção.

Sala das Sessões, 11 de novembro de 2003, – Senadora **Heloísa Helena.**

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – O requerimento lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do inciso III do art. 216 do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO N.º 1.099, DE 2003

Requeiro, nos termos regimentais, que o Projeto de Lei do Senado n.º 432, de 2003, que "Dispõe sobre a obrigatoriedade da adição de micronutrientes ao leite distribuído em programas institucionais dos governos federal, estaduais e municipais.", seja encaminhado à Comissão de Educação para que a mesma se pronuncie sobre o mesmo.

Sala das Sessões, 11 de novembro de 2003. – **Osmar Dias**.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – O requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente, nos termos do art. 255, II, "c", 12, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 1.100, DE 2003

Requeiro, nos termos dos artigos 50, § 2º da Constituição Federal, e dos artigos 215 e 216, I e IV do Regimento Interno do Senado Federal, seja efetuado pedido de informações ao Ministro de Estado da Previdência Social, com as seguintes questões:

Afirma-se que o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos, possui um "déficit" da ordem de R$30 bilhões de reais/ano o que **per si** só justificaria a urgência da reforma proposta. Porém, no seu discurso o governo afirma que pretende economizar com a reforma algo da ordem de R$56 bilhões de reais em 30 anos, ou seja, pouco mais de R$1,5 bilhões de reais/ano. Assim questiona-se: Como o governo pretende tornar superavitária a Previdência, uma vez que fica claro que a Reforma isoladamente não cobre nem 5% do propalado déficit? E qual seria a urgência dessa reforma?

Afirma-se que a Seguridade Social apresentou entre 2000 e 2002 um Superávit da ordem de R$90 bilhões de reais. Assim, porque a Seguridade não poderá financiar a Previdência Social, se existem sobras na primeira? Como o Governo atual tem destinado essa sobra de recursos dos cofres da Seguridade?

Afirma-se que a CPMF, o Cofins, a CSSL, etc., não poderiam fazer frente às despesas da Previdência social. Porém, a Constituição Federal deixa claro que a seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à previdência social, sendo financiada por toda a sociedade, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além das contribuições sociais dos trabalhadores; dos empregadores, incidente sobre a folha de salários, o faturamento e o lucro; e sobre a receita de concursos de prognósticos. Assim, qual a base jurídica que afasta a CPMF, o Cofins e a CSSL de fazer frente ao financiamento da Previdência Social, especialmente quando existem sobras no caixa da Seguridade Social? Quais seriam as fontes de financiamento da Previdência Social?

Na Reforma Tributária, existe previsão para a Desoneração da Folha de Salários substituindo essa receita por uma contribuição incidente sobre o faturamento das empresas. A prevalecer a postura do Governo de que os recursos provenientes dos orçamentos da União – CPMF, o Cofins, a CSSL, etc., – não poderiam fazer frente às despesas da Previdência social e mantido tal dispositivo a previdência do trabalhadores da iniciativa privada será deficitária. Como o governo pretende equacionar essa situação? Já existe estudos sobre uma reforma para o setor privado?

Justificação

O déficit da Previdência Social foi durante muito tempo a mola propulsora que alimentou o discurso oficial do governo e parcela expressiva da grande mídia, aonde, quase que diariamente, manchetes falaciosas alardeavam o "rombo" da previdência social como fator que não permitia uma política de investimentos públicos e sociais, além de agravar o déficit fiscal e a dívida pública.

Assim sobreveio a Reforma do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos, onde se afirma possuir um "rombo" da ordem de R$30 bilhões de reais/ano o que per si só justificaria a urgência dessa reforma. Porém, no seu discurso o governo afirma que pretende economizar com essa reforma algo da ordem de R$56 bilhões de reais em 30 anos, ou seja, pouco mais de R$1,5 bilhões de reais/ano. Evidente que trata-se de um argumento sub-reptício do governo que está a subjugar a inteligência dos parlamentares dessa casa, uma vez que a pretendida economia alcançara tão somente 5% do propalado "rombo". Outra não poderá ser a conclusão: ou não existe nenhum "rombo" ou se existe, e tiver a magnitude alardeada pelo governo, essa reforma não será suficiente e muito menos urgente.

Destarte, aportou-nos dados que dão conta de que a Seguridade Social apresentou entre 2000 e 2002 um **superavit** da ordem de R$90 bilhões de reais. Assim, temos uma Seguridade superavitária e uma Previdência deficitária, segundo o próprio governo. A primeira questão que se coloca é saber porque a Seguridade não poderá financiar a Previdência Social, se existem sobras na primeira? E a segunda questão vem a reboque: Como o Governo atual tem destinado essa sobra de recursos dos cofres da Seguridade?

Pelas afirmativas do Ministro da Previdência, em audiência publica na CCJ., fica transparente que ele é contrário a que estes recursos financiem as aposentadorias dos servidores públicos e dos trabalhadores da iniciativa privada. Inclusive, por várias vezes, ele afirmou que houve aporte de capital do tesouro para financiar as aposentadorias, algo em torno de R$23 bilhões. Então essa verba não veio dos cofres da Seguridade Social. Pelo menos foi isso que ele deixou transparecer quando defendeu com veemência que a CPMF, o Cofins, a CSSL, etc., não poderiam fazer frente às despesas da Previdência social.

Ainda, nessa linha, apesar de declarar que nenhuma alteração atingiria o Regime Geral da Previdência Social-RGPS, o regime dos trabalhadores – o governo propôs, na Reforma Tributária, a Desoneração da Folha de Salários substituindo essa receita por uma contribuição incidente sobre o faturamento das empresas. A prevalecer essa lastimável postura do Sr. Ministro e do Governo, pode se concluir que no

dia seguinte à aprovação da Reforma Tributária e mantido tal dispositivo a previdência dos trabalhadores da iniciativa privada será deficitária e a partir de então necessitará de uma nova Reforma.

Devemos buscar a viabilização do sistema de previdência social dos servidores públicos, cujo custeio é uma questão crucial ao ajuste das contas públicas, mas para isso exige-se um debate profundo, claro e que permita o afloramento das questões escamoteadas.

Para que possamos chegar a formular propostas adequadas e factíveis, que poderão tornar transparente o problema do financiamento da previdência do servidor público, é necessário, antes de tudo, que tenhamos um diagnóstico correto, que não passe ao largo das reais condições da estrutura do custeio desse sistema, mas que não seja feito apenas sob o enfoque do ajuste fiscal, transformando o servidor público em bode expiatório de uma crise fiscal sem precedentes causada por uma política econômica que despendeu bilhões de reais de recursos públicos para manter a moeda sobrevalorizada e manter o fluxo de capitais externos.

As reformas efetuadas ao longo dos doze anos em que o atual político econômico se implantou, foram justificadas para manter o controle da inflação, reforma liberal ancorada na queda da inflação Mais que a questão fiscal, o liberalismo não acredita em cooperação, em solidariedade; o que move a sociedade é a competição (predatória) entre os cidadãos; o pacto geracional de solidariedade é prejudicial ao desenvolvimento do "livre mercado."

Deve-se evitar acirrar as contradições e colocar em confronto aqueles que não têm determinado "privilégio" (direitos sociais) com aqueles que conquistaram algum, ao invés de procurarem igualar as conquistas, cindindo a massa trabalhadora numa divisão da população entre os que tem e os que não tem entre vencedores e perdedores – estes, muito mais numerosos.

Para se falar em déficit é necessário, primeiro conhecer as fontes de custeio da Previdência Social e depois questionar se constitucionalmente poderá existir um déficit na Previdência Social e um superávit na Seguridade Social ou se é tudo uma coisa só.

Evidente que o objetivo dessa Reforma deve ajustar-se exatamente ao da Constituição Federal – Título VIII – Da Ordem Social – Artigo 193 que assim dispõe: A ordem social tem como base o primado do trabalho, e como objetivo o bem-estar e a justiça sociais.

Assim tais objetivos ganham a condição de princípios a serem erigidos em matéria de Ordem Social. Nesse caminho, o propalado déficit da previdência social deverá necessariamente passar por uma leitura da Constituição Federal – Artigos 194 e 195, para se definir exatamente a abrangência da Seguridade Social face à Previdência Social, senão:

Da Seguridade Social

Art. 194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

Art. 195. A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais.

I – dos empregadores, incidente sobre a folha de salários, o faturamento e o lucro;

II – dos trabalhadores;

III – sobre a receita de concursos de prognósticos.

§ 1º As receitas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios destinadas à seguridade social constarão dos respectivos orçamentos, não integrando o orçamento da União.

§ 2º A proposta de orçamento da seguridade social será elaborada de forma integrada pelos órgãos responsáveis pela saúde, previdência social e assistência social, tendo em vista as metas e prioridades estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias, assegurada a cada área a gestão de seus recursos.

.....

Portanto, a Constituição Federal deixa claro que a seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à previdência social. à saúde, e à assistência social, sendo financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além das contribuições sociais dos trabalhadores; dos empregadores, incidente sobre a folha de salários, o faturamento e o lucro; e sobre a receita de concursos de prognósticos.

O que esperamos com esse Pedido de Informações é demonstrar que os dados apresentados pelo discurso oficial sobre os supostos prejuízos causados

ao Tesouro pelo pagamento de aposentadorias e pensões a servidores públicos são robustos a alguma análise, superficial que seja, pelo menos quanto ao regime de previdência dos servidores civis da União. Esperamos que não sejam expressões matemáticas manipuladas para respaldar argumentos favoráveis à imposição ilegal de contribuições previdenciárias aos inativos e de aumento para os que estão em atividade, como forma a criar superávits primários para cobrir o serviço da dívida, além de prepararem terreno para assegurar ao mercado privado acesso a considerável parcela das contribuições desses servidores.

Da Procedência do Pedido

Evidente não tratar-se de pedido de providência, nem de consulta, nem de sugestão, conselho ou interrogação de caráter meritório.

Saliente-se a estreita e direta relação das informações solicitadas com a matéria que se procura esclarecer.

Pretende-se com este requerimento esclarecer assunto submetido à apreciação dessa casa, qual seja, a Proposta de Emenda à Constituição Nº 67/2003 (Reforma Previdenciária), especialmente porque, em que pese o Sr. Ministro ter comparecido às audiências Públicas realizadas pela CCJ, não forneceu aos Senadores os estudos por eles solicitados e que serviram da base à Proposta de Iniciativa da Presidência da Republica, da qual foi signatário.

Os questionamentos foram elaborados face às indagações dos Srs. Senadores que se fizeram presentes nas Audiências Públicas na CCJ e que ficaram sem as devidas respostas ou estas se deram insatisfatórias. Por exemplo, a Senadora Serys Slhessarenko indagou ao Ministro (fls. 10 do Parecer do Relator) qual o sentido de ter realizado, como afirmou, 400 audiências com entidades organizadas sobre a reforma, houve acolhimento das propostas dessas entidades ou isso não passou de uma manobra pra tentar conferir legitimidade ao texto apresentado; o Senador Almeida Lima questionou o Ministro (fls. 10/11) se houve estudo atuarial para se chegar aos parâmetros utilizados na PEC e se ele teria conhecimento de estudo da USP que afirma que os fundos de pensão poderão ser instituídos com a Reforma podem arrecadar até 67 bilhões de reais. O Senador Efraim Morais (fls. 11 do Parecer do Relator) indagou sobre qual seria o montante do déficit da previdência e quanto seria arrecadado com a implementação da contribuição dos inativos. As fls. 12/13 do Parecer do Relator (Relatório) o Ministro não respondeu às indagações do Senador Efraim Morais, respondendo aos do Senador Almeida Lima assim: "Que houve estudos atuariais para a efetivação da PEC nº 67, de 2003, que os dados estão à disposição dos Senhores Senadores que assim o desejarem e "que desconhece o estudo da USP mas que parece falacioso aduzir que os fundos de pensão possam acumular um patrimônio de 67 bilhões de reais até 2010, mas não pode fazer análise mais aprofundada por não ter tido acesso ao referido estudo." Na audiência seguinte, conforme fls. 17/18, nada foi esclarecido pelo Secretário da Previdência Social em relação às indagações anteriormente feitas. Na última audiência pública, às fls. 22/23 do Parecer do Relator, o Senador Arthur Virgílio indagou ao Ministro sobre as regras de transição ao acarretar perdas de trinta por cento deveria ao menos conferir um período de adaptação IV) regra de transição que estabelece o pedágio; às fls. 23 do Parecer do Relator, o Senador Efraim Morais indagou: Que estudos foram realizados para se chegar a alíquota que será usada para desconto dos aposentados? Que estudos foram realizados para se estabelecer os parâmetros para a redução das pensões; para estabelecer a idade mínima e também o tempo de contribuição?; Ao que o Ministro deixou de responder (fls. 24/25) e em réplica o Senador Efraim Morais(fls. 25/26), "solicitou ao Ministro que fornecesse os estudos que estruturam as reformas à CCJ antes da votação da matéria…," ao que o Ministro "afirmou que pode fornecer os dados mais relevantes do ponto de vista das estimativas e fornece não só ao Senador Efraim, mas a todos os Senadores."

Será que o que a sociedade realmente quer uma reforma açodada que não atenda aos objetivos constitucionais? Acreditamos que não. Por isso devemos esclarecer melhor a matéria para que votemos com a certeza de que tal medida não trará lesão a essa parcela da sociedade.

À vista do exposto, é inegável a admissibilidade desse Requerimento, que tem por objetivo evitar que tão importante matéria, venha trazer conseqüências danosas para esses servidores que trabalharam com afinco para o engrandecimento da nação brasileira, O Congresso Nacional não pode abrir mão de suas responsabilidades constitucionais, devendo votar com absoluta convicção.

Sala das Sessões, 11 de novembro de 2003. – **Álvaro Dias.**

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – O requerimento lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, inciso III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 1.101, DE 2003

Requer voto de aplauso ao jornal Diário de S.Paulo**, Sucessor do Diário Popular, de São Paulo, pelo transcurso de seu 119º aniversário de existência.**

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, voto de aplauso ao jornal **Diário de S.Paulo**, sucessor do centenário **Diário Popular**, pelo transcurso de seu 119º aniversario.

Requeiro, ademais, que deste voto de aplauso, sejam cientificados a direção do jornal homenageado.

Justificação

O voto de aplauso que ora requeremos, justifica-se pelo transcurso do 119º aniversário do **Diário S.Paulo**, Hoje sucessor do tradicional **Diário Popular**, o jornal que efetivamente fazia jus ao nome, pela sua larga penetração entre a população paulistana de classe média. Era o grande órgão da imprensa escrita que estampava, então, anúncios classificados de procura de empregados, principalmente entre as categorias mais simples. Marcava presença sobretudo pela eficiência desses seus anúncios, que, por isso, eram considerados verdadeiros serviços de utilidade pública.

Sala das sessões, 11 de novembro de 2003. – **Arthur Virgílio,** Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 1.102, DE 2003

Requer voto de aplauso ao jornal Correio Braziliense**, pelo seu programa de apoio a instituições dedicadas ao amparo de crianças carentes no Distrito Federal.**

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, voto de aplauso ao jornal **Correio Braziliense,** por instituir o programa **Correio Braziliense** Solidário, de amparo a instituições que cuidam de crianças carentes, especialmente creches.

Requeiro, ademais, que deste voto de aplauso, seja cientificada a direção do jornal.

Justificação

O voto de aplauso que ora requeremos, justifica-se pelo grande alcance do programa **Correio Braziliense** Solidário, de apoio a entidades voltadas ao amparo a crianças carentes. Trata-se de iniciativa que enobrece o jornal brasiliense e contribui para a melhoria das crianças desvalidas.

Sala das Sessões, 11 de novembro de 2003. – **Arthur Virgílio,** Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – A Presidência encaminhará os votos de aplauso solicitados.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 1.103, DE 2003

Com fulcro no art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento de Edézio Cardoso**,** médico anestesista mato-grossense, ocorrido no dia 10 do corrente mês, com apresentação formal de condolências à família do falecido.

Sala das Sessões, 11 de novembro de 2003. – Senadora **Serys Slhessarenko.**

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – O requerimento lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.104, DE 2003

Requeiro, nos termos do art. 119 do Regimento Interno do Senado Federal, que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2003, seja a matéria encaminhada à segunda e última Comissão constante do despacho inicial de distribuição, por ter a primeira esgotado o prazo sem sobre ela se manifestar.

Sala das Sessões, 11 de novembro de 2003. – Senadora **Ideli Salvatti,** PT/SC.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – O requerimento lido será publicado e incluído em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 1.105, DE 2003

Nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, e considerando a neces-

sidade premente de ampliação da capacidade operacional da rodovia BR-101, no trecho compreendido entre as localidades de Palhoça (SC) e Osório (RS), com vistas à melhoria das condições gerais de segurança e fluidez do tráfego, requeiro sejam prestadas, pelo Exmº Sr. Ministro de Estado dos Transportes, as seguintes informações, relativamente ao trecho em questão:

– estágio atual do processo de licitação para contratação das obras de duplicação;

– pendências ou dificuldades enfrentadas, inclusive quanto ao esquema de financiamento das obras, e providências que estão sendo adotadas por esse Ministério para superá-las;

– indicação, ainda que preliminar, do prazo estimado pelo Ministério para início efetivo das obras e respectivo cronograma de execução.

Salas das Sessões, 11 de novembro de 2003. – Senador **Leonel Pavan.**

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – O requerimento lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.106, DE 2003

Requer a inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento da jornalista e empresária Niomar Moniz Sodré Bittencourt.

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney,

Com fundamento no disposto no art. 218, inciso VII do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a Vossa Excelência a inserção em ata de um voto de profundo pesar pelo falecimento, no dia 31 de outubro último, no Hospital Samaritano do Rio de Janeiro, da jornalista e empresária Niomar Moniz Sodré Bittencourt, que foi Diretora-Presidente do extinto jornal **Correio da Manha**, além de fundadora e Diretora-Executiva do MAM – Museu de Arte Moderna, ambos no Rio de Janeiro, com mensagem à família.

Justificação

Faleceu, no dia 31 de outubro último, Niomar Moniz Sodré Bittencourt, essa extraordinária mulher, que deixou seu nome inscrito na história de nosso País. Aos 87 anos de idade e acometida do Mal de Aizeihmer, essa baiana de Salvador e cidadã do mundo "deixou o mundo para ingressar na História", como disse Getúlio, em sua Carta Testamento.

Desassombro foi a marca dessa mulher de corpo franzino e olhos grandes. Já aos 16 anos, fugiu de casa para se casar com o primo-irmão, Hélio. Mas, onde pôs em prática toda a sua coragem foi no enfrentamento da ditadura. Quando, em 1963, morreu o seu segundo marido, Paulo Bittencourt, assumiu a direção do jornal **Correio da Manhã**. E logo em 1964, foi das primeiras a entrar em choque com o governo militar. Foi sua a primeira voz da grande imprensa a opor-se à nova ordem. Na mesma semana do golpe militar, escreveu o editorial "A liberdade é um dogma".

Ameaças, prisões num total de 72 dias e a suspensão de seus direitos políticos por um ano, nada fez calar sua voz contra o regime autoritário. Dela disse um general, naqueles tempos: "É o único homem que conheço na imprensa brasileira".

O **Correio da Manhã** continuou a desafiar a ditadura e a publicar matérias de críticas ao regime, apesar do batalhão de censores postados à sua porta. Anistia ampla e irrestrita para os acusados de crimes políticos foi tema do qual o jornal foi pioneiro. Os empastelamentos sofridos não intimidaram a direção do jornal, que acabou fechado antes que calado.

Dela diz seu filho Antônio Moniz Sodré Netto: "Minha mãe era uma guerreira. Esteve presa, mas foi talvez quem mais concorreu, neste país, para a defesa dos direitos humanos, em plena ditadura militar. Burlava a censura e, mesmo com o jornal empastelado várias vezes, não hesitou em colocar seu patrimônio a serviço do que sabia ser um dever para com o leitor: não sonegar a informação". "Faria tudo outra vez", declarou uma vez à revista **IstoÉ**, relembrando os trinta anos que passou à frente do jornal.

Mas ainda lhe sobrava tempo para dedicar-se à paixão pelas artes. Fundou, em 1951, e por dez anos dirigiu, o Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, o tão famoso MAM, que, por duas vezes seguidas sofreu incêndios com suspeita de criminosos.

Logo que terminada a Segunda Guerra Mundial, passou a viajar e freqüentar o apartamento que possuíam em Paris, onde convivia com os grandes artistas da época. Ali montava verdadeiras galerias de

arte freqüentadas pelos grandes apreciadores, além dos artistas e críticos.

O colecionador Gilberto Chateaubriand assim depõe a respeito: "Era uma mulher extraordinária. Desde as trincheiras da imprensa ao mundo das artes, ela se distinguiu pelo espírito de combate e pela inteligência de que era possuídora. Dona Niomar ocupava posição ímpar no cenário cultural brasileiro".

No mundo da imprensa e no mundo das artes, é difícil encontrar outra personalidade tão forte, tão distinta e tão destemida quanto essa mulher, que recebeu o merecido epíteto de "A Dama da Resistência". A ela a mais justa de nossas homenagens.

Sala das Sessões, 11 de novembro de 2003. – Senador **Pedro Simon.**

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – O requerimento lido vai à publicação.

Sobre a mesa, proposta de emenda à Constituição que passo a ler.

É lida a seguinte

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 84, DE 2003

Altera o art. 5º, inciso XI, da Constituição Federal, para autorizar que a busca e apreensão domiciliar possa ser determinada pelo Ministério Público e pela autoridade policial.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O inciso XI do art. 5º da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5º .....

XI – a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem o consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação escrita e fundamentada do órgão do Ministério Público ou da autoridade judiciária ou policial competente, na forma da lei; (NR)"

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A Constituição Federal, promulgada em 5 de outubro de 1988, chamada de "Cidadã" pelo saudoso Deputado Ulysses Guimarães, trouxe inequívocos avanços. Os direitos e garantias individuais foram amplamente assegurados, inclusive guinados a condição de "cláusulas pétreas".

O Brasil presenciava um momento histórico importante, depois de viver um longo período ditatorial. O autoritarismo ainda doía na consciência nacional e nas carnes daqueles que haviam sido impiedosamente torturados. O temor de um amargo retorno ainda se fazia presente.

Os Constituintes (87/88), muitos deles emergentes das masmorras ditatoriais, procuraram inserir no texto constitucional todos os mecanismos, possíveis e imagináveis, capazes de assegurar à democracia que estava renascendo caminho seguro e sem volta, rumo a nova realidade que se apresentava.

É verdade que no afã de impedir o retrocesso político, muitos exageros foram cometidos. Criaram-se muitos direitos e poucos deveres. Muitas prerrogativas e poucas incumbências.

O então Presidente da República, Senador José Sarney, vaticinou que o Brasil, com aquela Constituição, seria ingovernável. Acertou em sua previsão. Tanto que, mesmo depois de quase meia centena de emendas e uma revisão, é unânime a opinião dos estudiosos no sentido de que urge convocar uma nova Assembléia Nacional Constituinte ou, no mínimo, realizar uma ampla reforma.

Uma das questões que merece cuidadosa análise pelos constituintes derivados é a que diz respeito à inviolabilidade do domicílio.

É absolutamente correto que a casa, em suas mais variadas conceituações, deve ser o asilo inviolável do indivíduo e salvaguardas legais devem ser explicitamente asseguradas. Todavia, o interesse individual não pode sobrepor-se ao interesse público. E a possibilidade de somente a autoridade judiciária autorizar a busca e apreensão domiciliar tem servido como valioso instrumento criminógeno e de impunidade.

Muitas vezes a busca e apreensão domiciliar de bens ou documentos tem de ser realizada com rapidez, sob pena de a prova buscada ser destruída ou desaparecer. Sabe-se também que, em decorrência do peso da máquina judiciária, um requerimento de busca e apreensão feito pela autoridade policial leva, em média, 30 dias para ser apreciada pelo juiz competente.

É, portanto, necessário que o órgão do Ministério Público e a autoridade policial possam expedir o mandado de busca e apreensão domiciliar.

E não há se falar em desrespeito a cláusula pétrea. O domicílio continuará a ser inviolável, com as mesmas garantias constitucionais. Apenas outras autoridades legalmente investidas pelo Estado, além do juiz, poderão determinar, com as cautelas legais, a busca e apreensão domiciliar.

Ressalte-se que o Código de Processo Penal estabelece com clareza, em seus artigos 240 a 249, a seguir transcritos, os procedimentos e as cautelas a serem adotados para a realização da busca domiciliar.

"Art. 240. A busca será domiciliar ou pessoal.

§ 1º Proceder-se-á à busca domiciliar, quando fundadas razões a autorizarem, para:

a) prender criminosos;

b) apreender coisas achadas ou obtidas por meios criminosos;

c) apreender instrumentos de falsificação ou de contrafação e objetos falsificados ou contrafeitos;

d) apreender armas e munições, instrumentos utilizados na prática de crime ou destinados a fim delituoso;

e) descobrir objetos necessários à prova de infração ou à defesa do réu;

f) apreender cartas, abertas ou não, destinadas ao acusado ou em seu poder, quando haja suspeita de que o conhecimento do seu conteúdo possa ser útil à elucidação do fato;

g) apreender pessoas vítimas de crimes;

h) colher qualquer elemento de convicção.

§ 2º Proceder-se-á à busca pessoal quando houver fundada suspeita de que alguém oculte consigo arma proibida ou objetos mencionados nas letras **b** a **f**, e letra **h,** do parágrafo anterior.

Art. 241. Quando a própria autoridade policial ou judiciária não a realizar pessoalmente, a busca domiciliar deverá ser precedida da expedição de mandado.

Art. 242. A busca poderá ser determinada de oficio ou a requerimento de qualquer das partes.

Art. 243. O mandado de busca deverá:

I – indicar, o mais precisamente possível, a casa em que será realizada a diligência e o nome do respectivo proprietário ou morador; ou, no caso de busca pessoal, o nome da pessoa que terá de sofrê-la ou os sinais que a identifiquem;

II – mencionar o motivo e os fins da diligência;

III – ser subscrito pelo escrivão e assinado pela autoridade que o fizer expedir.

§ 1º Se houver ordem de prisão, constará do próprio texto do mandado de busca.

§ 2º Não será permitida a apreensão de documento em poder do defensor do acusado, salvo quando constituir elemento do corpo de delito.

Art. 244. A busca pessoal independerá de mandado, no caso de prisão ou quando houver fundada suspeita de que a pessoa esteja na posse de arma proibida ou de objetos ou papéis que constituam corpo de delito, ou quando a medida for determinada no curso de busca domiciliar.

Art. 245. As buscas domiciliares serão executadas de dia, salvo se o morador consentir que se realizem à noite, e, antes de penetrarem na casa, os executores mostrarão e lerão o mandado ao morador, ou a quem o represente, intimando-o, em seguida, a abrir a porta.

§ 1º Se a própria autoridade der a busca, declarará previamente sua qualidade e o objeto da diligência.

§ 2º Em caso de desobediência, será arrombada a porta e forçada a entrada.

§ 3º Recalcitrando o morador, será permitido o emprego de força contra coisas existentes no interior da casa, para o descobrimento do que se procura.

§ 4º Observar-se-á o disposto nos §§ 2º e 3º, quando ausentes os moradores, devendo, neste caso, ser intimado a assistir à diligência qualquer vizinho, se houver e estiver presente.

§ 5º Se é determinada a pessoa ou coisa que se vai procurar, o morador será intimado a mostrá-la.

§ 6º Descoberta a pessoa ou coisa que se procura, será imediatamente apreen-

dida e posta sob custódia da autoridade ou de seus agentes.

§ 7º Finda a diligência, os executores lavrarão auto circunstanciado, assinando-o com duas testemunhas presenciais, sem prejuízo do disposto no § 4º.

Art. 246. Aplicar-se-á também o disposto no artigo anterior, quando se tiver de proceder a busca em compartimento habitado ou em aposento ocupado de habitação coletiva ou em compartimento não aberto ao público, onde alguém exercer profissão ou atividade.

Art. 247. Não sendo encontrada a pessoa ou coisa procurada, os motivos da diligência serão comunicados a quem tiver sofrido a busca, se o requerer.

Art. 248. Em casa habitada, a busca será feita de modo que não moleste os moradores mais do que o indispensável para o êxito da diligência.

Art. 249. A busca em mulher será feita por outra mulher, se não importar retardamento ou prejuízo da diligência.

Art. 250. A autoridade ou seus agentes poderão penetrar no território de jurisdição alheia, ainda que de outro Estado, quando, para o fim de apreensão, forem no seguimento de pessoa ou coisa, devendo apresentar-se à competente autoridade local, antes da diligência ou após, conforme a urgência desta.

§ 1º Entender-se-á que a autoridade ou seus agentes vão em seguimento da pessoa ou coisa, quando:

a) tendo conhecimento direto de sua remoção ou transporte, a seguirem sem interrupção, embora depois a percam de vista;

b) ainda que não a tenham avistado, mas sabendo, por informações fidedignas ou circunstâncias indiciárias, que está sendo removida ou transportada em determinada direção, forem ao seu encalço.

§ 2º Se as autoridades locais tiverem fundadas razões para duvidar da legitimidade das pessoas que, nas referidas diligências, entrarem pelos seus distritos, ou da legalidade dos mandados que apresentarem, poderão exigir as provas dessa legitimidade, mas de modo que não se frustre a diligência."

Em face do exposto, solicito aos ilustres Parlamentares o indispensável apoio à aprovação desta proposta de emenda à Constituição, que, se incorporada ao texto da Lei Maior, certamente se constituirá um passo importante rumo à diminuição da impunidade no Brasil.

Sala das Sessões, 11 de novembro de 2003. – Senador **Demóstenes Torres – Aelton Freitas – Almeida Lima – Álvaro Dias _ Amir Lando – Antero Paes de Barros – Arthur Virgílio Neto – Eduardo Suplicy – Efraim Morais – Fátima Cleide – Fernando Bezerra – Garibaldi Alves – Heloísa Helena – João Alberto Souza – João Capiberibe – Jorge Bornhausen – José Jorge – Lúcia Vânia – Magno Malta – Maguito Vilela – Mão Santa – Marco Maciel – Papaléo Paes – Paulo Octávio – Roseana Sarney – Serys Slhessarenko – Sibá Machado.**

LEGISLAÇÃO CORRELATA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

XI – a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial;

DECRETO-LEI Nº 3.689,
DE 3 DE OUTUBRO DE 1941

Código de Processo Penal.

Da Busca e da Apreensão

Art 240. A busca será domiciliar ou pessoal.

§ 1º Proceder-se-á à busca domiciliar, quando fundadas razões a autorizarem, para:

a) prender criminosos;

b) apreender coisas achadas ou obtidas por meios criminosos;

c) apreender instrumentos de falsificação ou de contrafação e objetos falsificados ou contrafeitos;

d) apreender armas e munições, instrumentos utilizados na prática de crime ou destinados a fim delituoso;

e) descobrir objetos necessários à prova de infração ou à defesa do réu;

f) apreender cartas, abertas ou não, destinadas ao acusado ou em seu poder, quando haja suspeita de que o conhecimento do seu conteúdo possa ser útil à elucidação do fato;

g) apreender pessoas vítimas de crimes;

h) colher qualquer elemento de convicção.

§ 2º Proceder-se-á à busca pessoal quando houver fundada suspeita de que alguém oculte consigo arma proibida ou objetos mencionados nas letras **b** a **f,** e letra **h,** do parágrafo anterior.

Art. 241. Quando a própria autoridade policial ou judiciária não a realizar pessoalmente, a busca domiciliar deverá ser precedida da expedição de mandado.

Art. 242. A busca poderá ser determinada de ofício ou a requerimento de qualquer das partes.

Art. 243. O mandado de busca deverá:

I – indicar, o mais precisamente possível, a casa em que será realizada a diligência e o nome do respectivo proprietário ou morador; ou, no

caso de busca pessoal, o nome da pessoa que terá de sofrê-la ou os sinais que a identifiquem;

II – mencionar o motivo e os fins da diligência;

III – ser subscrito pelo escrivão e assinado pela autoridade que o fizer expedir.

§ 1º Se houver ordem de prisão, constará do próprio texto do mandado de busca.

§ 2º Não será permitida a apreensão de documento em poder do defensor do acusado, salvo quando constituir elemento do corpo de delito.

Art. 244. A busca pessoal independerá de mandado, no caso de prisão ou quando houver fundada suspeita de que a pessoa esteja na posse de arma proibida ou de objetos ou papéis que constituam corpo de delito, ou quando a medida for determinada no curso de busca domiciliar.

Art. 245. As buscas domiciliares serão executadas de dia, salvo se o morador consentir que se realizem à noite, e, antes de penetrarem na casa, os executores mostrarão e lerão o mandado ao morador, ou a quem o represente, intimando-o, em seguida, a abrir a porta.

§ 1º Se a própria autoridade der a busca, declarará previamente sua qualidade e o objeto da diligência.

§ 2º Em caso de desobediência, será arrombada a porta e forçada a entrada.

§ 3º Recalcitrando o morador, será permitido o emprego de força contra coisas existentes no interior da casa, para o descobrimento do que se procura.

§ 4º Observar-se-á o disposto nos §§ 2º e 3º, quando ausentes os moradores, devendo, neste caso, ser intimado a assistir à diligência qualquer vizinho, se houver e estiver presente.

§ 5º Se é determinada a pessoa ou coisa que se vai procurar, o morador será intimado a mostrá-la.

§ 6º Descoberta a pessoa ou coisa que se procura, será imediatamente apreendida e posta sob custódia da autoridade ou de seus agentes.

§ 7º Finda a diligência, os executores lavrarão auto circunstanciado, assinando-o com duas testemunhas presenciais, sem prejuízo do disposto no § 4º

Art. 246. Aplicar-se-á também o disposto no artigo anterior, quando se tiver de proceder a busca em compartimento habitado ou em aposento ocupado de habitação coletiva ou em compartimento não aberto ao público, onde alguém exercer profissão ou atividade.

Art. 247. Não sendo encontrada a pessoa ou coisa procurada, os motivos da diligência serão comunicados a quem tiver sofrido a busca, se o requerer.

Art. 248. Em casa habitada, a busca será feita de modo que não moleste os moradores mais do que o indispensável para o êxito da diligência.

Art. 249. A busca em mulher será feita por outra mulher, se não importar retardamento ou prejuízo da diligência.

Art. 250. A autoridade ou seus agentes poderão penetrar no território de jurisdição alheia, ainda que de outro Estado, quando, para o fim de apreensão, forem no seguimento de pessoa ou coisa, devendo apresentar-se à competente autoridade local, antes da diligência ou após, conforme a urgência desta.

§ 1º Entender-se-á que a autoridade ou seus agentes vão em seguimento da pessoa ou coisa, quando:

a) tendo conhecimento direto de sua remoção ou transporte, a seguirem sem interrupção, embora depois a percam de vista;

b) ainda que não a tenham avistado, mas sabendo, por informações fidedignas ou circunstâncias indiciárias, que está sendo removida ou transportada em determinada direção, forem ao seu encalço.

§ 2º Se as autoridades locais tiverem fundadas razões para duvidar da legitimidade das pessoas que, nas referidas diligências, entrarem pelos seus distritos, ou da legalidade dos mandados que apresentarem, poderão exigir as provas dessa legitimidade, mas de modo que não se frustre a diligência.

(*À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – A proposta de emenda à Constituição que acaba de ser lida está sujeita às disposições constantes do art. 354 e seguintes do Regimento Interno.

A matéria será publicada e despachada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes

Of. nº 1.220/2003

Brasília, 11 de novembro de 2003

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência, nos termos regimentais, o Senhor Deputado José Militão (PTB-MG), como Titular, em substituição ao Senhor Deputado José Múcio Monteiro (PTB-PE), e o Senhor Deputado Armando Monteiro (PTB-PE), como Suplente, em substituição ao Senhor Deputado Ricarte de Freitas (PTB-MT) para integrarem a Comissão Mista que analisar a Medida Provisória nº 135, de 30 de outubro de 2003, que "altera a Legislação Tributária e dá outras providências".

Ao ensejo, renovo a Vossa Excelência, protestos de estima e elevada consideração.

Deputado **José Múcio Monteiro,** Líder do PTB.

Of. nº 1.275-L-PFL/2003

Brasília, 11 de novembro de 2003

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência os nomes dos Deputados do Partido da Frente Liberal que farão parte da Comissão Mista destinada a emitir parecer à Medida Provisória nº 135, de 30 de outubro de 2003, que "Altera a Legislação Tributária Federal e dá outras providências" em substituição aos anteriormente indicados.

Efetivos:
Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto
Deputado Mussa Demes

Suplentes:
Deputado Gervásio Silva
Deputado Pauderney Avelino

Atenciosamente, – Deputado **José Carlos Aleluia**, Líder do PFL.

Of. PSDB/nº 1.714/2003

Brasília, 11 de novembro de 2003

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado Walter Feldman, como membro suplente, deixando de ser membro titular, e o Deputado Eduardo Paes, como membro titular, deixando de ser membro suplente, para integrarem a Comissão Mista destinada a analisar a Medida Provisória nº 135, de 2003, que "altera a Legislação Tributária Federal e dá outras providências."

Respeitosamente, – Deputado **Jutahy Júnior**, Líder do PSDB.

S/Nº/2003

Brasília, 11 de novembro de 2003.

Sr. Presidente,

Nos termos regimentais indico a Senadora Ana Júlia para integrar, na qualidade de titular, a Comissão Mista destinada a analisar a MP 135 de 2003, em substituição ao Senador Magno Malta, que integrará em seu lugar como suplente.

Sala das Sessões, 11 de novembro de 2003. – **Tião Viana.**

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Serão feitas as substituições solicitadas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Há oradores inscritos.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – V. Exª tem a palavra, Senador Maguito Vilela.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, requeiro minha inscrição para uma comunicação inadiável no horário regimental.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Papaléo Paes.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP. Pela ordem.) – Solicito a minha inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Tem a palavra a Senadora Heloisa Helena.

A SRª HELOISA HELENA (Bloco/PT – AL. Pela ordem.) – Igualmente, Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Concedo a palavra à Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, também solicito minha inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Na prorrogação da Hora do Expediente, V. Exªs terão assegurado o uso da palavra, por cinco minutos, para uma comunicação inadiável, nos termos do art. 158, § 2º, do Regimento Interno, na seguinte ordem: Senador Maguito Vilela, Senador Papaléo Paes, Senadora Heloísa Helena e, como eu era o primeiro suplente, abro mão para a Senadora Ana Júlia Carepa ser a primeira suplente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Senador José Jorge.

S. Exª dispõe de 20 minutos

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, preparei um pronunciamento sobre a alfabetização no Brasil, mas, como neste Governo todo dia surge um fato novo, infelizmente terei que falar de um deles agora. Inclusive, fico muito feliz que o Senador Flávio Arns esteja aqui neste momento.

Hoje, fomos surpreendidos – não só eu, mas toda Comissão de Educação do Senado – com um veto ao Projeto de Lei nº 21, de 2003, oriundo da Câmara dos Deputados, onde recebeu o nº 4.853.

O projeto, muito discutido na Comissão de Educação e relatado pelo Senador Flávio Arns, acrescenta um inciso no projeto de regulamentação do Fundef. A idéia era fazer com que o Fundef também pudesse ser usado para financiar a educação dos alunos excepcionais. Todos que militam no ensino especial sabem que esses alunos têm que ter uma formação complementar, não podem simplesmente ir para as salas de aula, como os outros. Normalmente, existe uma rede de ensino que fornece essa educação complementar aos alunos do ensino especial.

O projeto propunha que os alunos excepcionais que não estivessem na rede pública, mas que estivessem nas APAEs, pudessem receber o financiamento. É algo barato porque a quantidade de alunos do ensino especial não é tão grande a ponto de interferir nas finanças do Governo. O que aconteceu?

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Governo vetou integralmente o projeto, sob a alegação de que o mesmo feriu o interesse público. Ora, não vi qual interesse público está sendo ferido em um projeto que praticamente não aumenta as despesas e atende aos alunos excepcionais.

Assim, não sabemos aonde o Governo quer chegar. Na semana passada, os velhinhos, humilhados, tiveram de ir para as filas do INSS. Nesta semana, são os alunos do ensino especial, as crianças excepcionais, as mais carentes, aquelas que necessitam de mais cuidados.

Em meu nome – e acredito em nome do Senador Flávio Arns e de todos os membros da Comissão de Educação –, faço um protesto contra esse veto.

Peço ao Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, Vice-Presidente da Casa, que apele ao Presidente José Sarney para que realizemos uma sessão do Congresso Nacional, a fim de derrubarmos esse veto.

O Sr. Flávio Arns (Bloco/PT – PR) – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Concedo o aparte ao Senador Flávio Arns, que sabe mais deste assunto do que eu.

O Sr. Flávio Arns (Bloco/PT – PR) – No decorrer dos anos, V. Exª tem demonstrado carinho, atenção e solidariedade especiais para com as pessoas portadoras de deficiência, assim como outros Senadores do Partido de V. Exª - Senadores Marco Maciel, Demóstenes Torres, Jorge Bornhausen. Portanto, vários Senadores têm sido extremamente solidários. Considero essa atitude do veto integral ao projeto de lei uma verdadeira aberração. Como disse V. Exª, o projeto foi vetado porque contraria o interesse público. Atender o excepcional, no Brasil, contraria o interesse público. Então, qual é o interesse público do Brasil? Atender o FMI? Atender os interesses econômicos? Atendem-se interesses sabe-se lá de que natureza, mas atender o cidadão portador de deficiência física contraria o interesse público. Além disso, esse veto tem, no seu conteúdo, mentiras oriundas do Ministério da Fazenda e levadas ao Presidente da República, quando afirma que essas entidades já recebem recursos suficientes do Poder Público. Isso é uma enganação! Hoje, fiz um apelo para que todas as centenas de Municípios brasileiros, onde estão as pessoas com deficiência, seus familiares, suas entidades, saiam para protestar, dizendo: nós somos gente também; nós somos brasileiros também, e, como brasileiros, merecemos, no mínimo, ser respeitados. Nesse sentido, a Comissão de Educação, hoje cedo, convocou o Ministro da Fazenda. É a primeira convocação para S. Exª se explicar com os pais de portadores de deficiências. As entidades vão entrar na Justiça por discriminação em relação ao portador de deficiência. Todos que queremos que tudo isso dê certo nos envergonhamos dessa iniciativa tomada. Envergonho-me e dirijo-me à sociedade de uma ma-

neira geral e às famílias dos portadores de deficiência. Envergonho-me, e que essa vergonha seja por todos nós transformada em luta, para mudar essa atitude discriminatória que ocorreu nesse veto publicado no Diário Oficial do dia de hoje.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Muito obrigado, Senador Flávio Arns. V. Exª sabe que conta conosco nessa luta para derrubarmos esse veto.

Concedo o aparte à Senadora Heloísa Helena.

A Srª Heloísa Helena (Bloco/PT – AL) – Senador José Jorge, saúdo V. Exª pelo pronunciamento e manifesto a admiração e o respeito pelo Senador Flávio Arns por sua luta. Às vezes, fico preocupada com o fato de parecer que estou legislando em causa própria, porque tenho amigos queridos que são portadores de deficiência, que, aliás, ficam danados da vida – além de eu ter uma filha de leite, Senador Papaléo, que é cega e que vê muito mais que muitos que estão aqui – quando digo "portadores de necessidades especiais". Eles dizem que necessidades especiais temos todos nós que aqui estamos, pois eles são portadores de uma deficiência mesmo. Mas quero, igualmente, expressar meu repúdio. Sei que virou moda neste País, quando não existe um argumento sério para justificar o veto, buscarem-se dois motivos: um é o interesse público, como bem já falou o Senador Flávio Arns – se fosse em nome do interesse público, para zelar pelo interesse público, é evidente que teríamos a obrigação de acatar o projeto e não de vetá-lo. Mas há um parágrafo no veto da mensagem presidencial que demonstra o que, de fato, está por trás, que é justamente: "(...)concorreria para o comprometimento não só das metas dos resultados primários positivos estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias, mas de todo o ajuste fiscal perseguido no processo de regularização das contas públicas do País". É isso. Trata-se do mesmo argumento utilizado em relação ao aposentado, aos trabalhadores do setor público e do setor privado, à dona de casa, ao cortador de cana. Os excluídos, os filhos da pobreza são sempre incluídos no discurso oficial, na demagogia eleitoralista, na vigarice política, mas, na hora de superar o abismo da fala, em relação à ação concreta, nada, infelizmente, é feito. Como podem considerar R$8 milhões muito, quando sabemos que, só entre janeiro e agosto deste ano, o Brasil efetuou o pagamento de R$102,4 bilhões – 10,2% do PIB – em juros nominais e de R$155 bilhões nos doze meses, desde que o acordo foi assinado? Convenhamos que é tanta insensibilidade dizer que esse valor vai provocar um aumento na despesa do Fundef que, às vezes, nem gosto de comentar. Quando vi aquela cena das pessoas com mais de noventa anos, senti-me constrangida de comentar. Todos que conhecemos a administração pública sabemos que existe metodologia para combater a fraude, sabemos dos prazos, sabemos que pode ser feita uma amostragem, sabemos que pode ser estabelecido que o próprio fiscal da Previdência pode, por amostragem, tentar identificar se existe ou não fraude, sabemos que pode ser dado um prazo de três, quatro meses, conforme a data. Há muitos mecanismos. Mas é sempre o mais frágil, o mais fraco que é atacado, porque as pessoas sempre contam com a certeza da omissão e do silêncio da grande maioria da sociedade. Talvez fosse de outra forma se estivéssemos com noventa anos, se todos tivéssemos um filho portador de uma deficiência, mas portador de deficiência sem condições, porque ter um filho portador de deficiência e ter condições objetivas de assegurar-lhe todo o aparato institucional é completamente diferente – é a sua dor, mas é uma experiência belíssima de vida que não tenho dúvidas de que Deus só assegura a alguns, que são aqueles capazes de conviver com pessoas tão iluminadas. Mas é completamente diferente da grande maioria das pessoas, da grande maioria dos filhos da pobreza, que acumulam uma marca feita pela natureza e que muitas vezes acabam sendo vítimas de um processo como esse. Assim, quero saudar V. Exª pelo pronunciamento. Espero, como disseram V. Exª e o Senador Flávio Arns, que possamos agilizar administrativa e legalmente uma sessão do Congresso. Sei que é maior dificuldade derrubar um veto; é aquela história de efeito marmita: ninguém discute um veto isoladamente, mas junta-se um monte de vetos para discutir e ninguém discute nada. Os Senadores e os Deputados chegam ao plenário e não sabem nem ao certo o que vão votar e ficam "pegando uma colinha" com um e com outro. Mas não é possível que a fatos lamentáveis como esse respondamos com o nosso silêncio, com o silêncio da omissão.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Agradeço a V. Exª, Senadora Heloísa Helena, e vamos lutar para derrubar esse veto.

A Srª Serys Slhessarenko (Bloco/PT – MT) – Permite-me V. Exª um aparte, Senador José Jorge?

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Concedo o aparte à Senadora Serys Slhessarenko.

A Srª Serys Slhessarenko (Bloco/PT – MT) – Vou ser breve para não tomar seu tempo, que já está quase acabando, Senador, mas quero realmente registrar que precisamos, após os apartes e o seu discurso, de uma estratégia para derrubar esse veto. É uma questão de justiça. O Senado da República com

certeza irá proceder para derrubar esse veto. É uma injustiça muito grande. Os portadores de deficiência precisam, sim, desse incentivo; precisam, sim, do Fundef. É um absurdo ter sido vetado. Por conseguinte, precisamos viabilizar mecanismos de derrubar o veto. Aproveito também para registrar total repúdio ao que ocorreu com os aposentados acima de noventa anos. Em outro momento, voltarei a falar para não ocupar seu tempo. Minha saudação e meus cumprimentos, Senador. Realmente é extremamente justa essa causa.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Muito obrigado, Senadora.

Concedo o aparte ao Senador Eduardo Siqueira Campos.

O Sr. Eduardo Siqueira Campos (PSDB – TO) – Serei breve, apenas gostaria de uma oportunidade para parabenizar V. Exª, que tem autoridade de sobra, Senador José Jorge, em função do seu passado na área da educação, na Lei de Diretrizes e Bases, entre outras ações de V. Exª como Deputado e hoje como Senador. Há poucos dias, analisávamos na Mesa que há mais de dois anos o Congresso não se reúne para analisar os vetos. Isso é desestímulo, é uma chamada à nossa consciência parlamentar, pois um projeto dessa envergadura, dessa importância e desse alcance merece uma atenção especial. Ouvi, ontem, o Senador João Ribeiro, do Partido de V. Exª, dizer que apresentaria, para aprovação nas Comissões de Educação e de Assuntos Sociais uma emenda dirigida às Apaes do Brasil inteiro. Eu disse ao Senador João Ribeiro que, sem dúvida nenhuma, essa será uma daquelas unanimidades sobre as quais todos os Senadores opinam e em que votam favoravelmente. Portanto, o assunto que traz V. Exª à tribuna – embora não se trate do objeto principal do seu pronunciamento – é da maior importância e gravidade. Teremos, na derrubada do veto e na aprovação da emenda do Senador João Ribeiro em favor das Apaes do Brasil inteiro, uma forma de dar uma resposta e de não nos calarmos, como bem disse a Senadora Heloísa Helena. Parabéns, Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Muito obrigado, Senador Eduardo Siqueira Campos, pelo seu aparte.

Volto ao meu discurso original, Sr. Presidente, sobre a questão da alfabetização.

O atual Governo vem publicando estatísticas educacionais e anunciando programas cuja temática versa sobre o analfabetismo em suas diversas formas, em que a preocupação principal é direcionada aos analfabetos de 15 anos ou mais que não tiveram acesso à escola e estão a demandar uma atenção prioritária do Governo.

Contudo, permeia nos sistemas públicos um outro alarmante tipo de analfabetos: os funcionais, que, embora tenham escolaridade de vários anos, permanecem não alfabetizados. Esse grupo, no meu entender, personifica a deterioração de nosso sistema público de ensino, pois demonstra que chegar à escola não é suficiente para ler e escrever, requisitos preliminares para continuidade de estudos e para inserção no mercado de trabalho.

Esse, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, é o tema central deste pronunciamento. Um Brasil de analfabetos escolarizados é a outra face da moeda dos desescolarizados analfabetos. Um imenso contingente de brasileiros em duas vertentes – uns chegaram às escolas e continuam analfabetos, outros continuam analfabetos por não terem chegado à escola –, enfim, dentro ou fora da escola, grande parcela da nossa população está fadada a engrossar as estatísticas dessa vergonha nacional chamada analfabetismo.

Não há como negar os significativos avanços obtidos no setor educacional brasileiro na década de 90. Pode-se mesmo afirmar que essa década foi uma das mais marcantes na recente história da educação nacional, na qual podemos destacar alguns dos mais significativos aspectos.

Primeiro, a Emenda Constitucional nº 10/96, que redefiniu as atribuições e competências entre os entes federados, para oferta do ensino público gratuito e obrigatório, trazendo, no seu conjunto, a criação do Fundef; segundo, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96, que, após longo período de tramitação no Congresso Nacional, foi aprovada e promulgada em dezembro de 1996, trazendo, nos seus princípios e definições, novo patamar organizacional, democrático e legal para a oferta de educação básica e de ensino superior; terceiro, o Plano Nacional de Educação, formulado e respaldado na legislação anteriormente descrita, definindo metas e ações que conduzirão a educação do País nos próximos dez anos – a Década da Educação.

Srªs e Srs. Senadores, tive o privilégio de ser Relator, como Deputado Federal, tanto do Fundef quanto da LDB e, no Senado, relatei o Plano Nacional de Educação. Portanto, participei ativamente da construção de todo o arcabouço legal que modernizou a educação na década passada, que permite hoje ao Brasil conduzir suas políticas de educação pública amparado nos princípios da democracia, da

eqüidade, da igualdade de aceso e de qualidade da educação para todos os brasileiros.

Não bastasse toda essa construção legal, o reordenamento do sistema educacional brasileiro no regime da estreita colaboração entre os três níveis de governo, estabelecido na legislação já referida, permitiu uma notável mobilização nacional – governamental e não-governamental –, na perspectiva de universalizar o acesso à educação como direito de todos. Em 1997, a campanha "Toda criança na escola" atingiu 94% da população em idade escolar.

Relatório apresentado pelo MEC/INEP, no ano 2000, informa que "o Brasil conseguiu antecipar e superar a meta estabelecida no Plano Decenal de Educação para Todos, que previa aumentar para 94%, pelo menos, a cobertura da população em idade escolar até 2003", como um dos aspectos do acordo do EFA-9, do qual o Brasil é signatário.

Sr. Presidente, como me resta pouco tempo para concluir o meu discurso, peço a V. Exª que autorize a sua publicação na íntegra e tentarei explicar de improviso o restante.

O Governo, por meio do Ministério da Educação, tem dado prioridade, durante este ano, ao analfabetismo de adultos, com um programa que mobiliza a sociedade e busca recursos de empresas, muito parecido com o antigo Mobral. Não vejo muita diferença entre o programa que o Governo está anunciando e começando a executar e o antigo Mobral, que, como sabemos, teve resultados muito discutíveis.

Ao lado desse programa para alfabetização de adultos – que é importante e deve ser realizado –, deve haver outro voltado para a alfabetização das crianças que estão na escola. Hoje, milhões de crianças chegam à quarta série sem saber ler. Então, a prioridade tem de ser um programa nacional de alfabetização das crianças que estão na escola.

Temos experiência nisso. O Governo de Pernambuco vem realizando uma experiência, juntamente com a Fundação Airton Senna, com 14 mil crianças em programa semelhante, e os resultados têm sido excelentes. O nosso Partido, Sr. Presidente, o PFL, resolveu também fazer uma experiência nas suas Prefeituras, e já temos mais de mil alunos em um processo especial de alfabetização dentro da escola. Porque não adianta tirar do analfabetismo os adultos e, a cada ano, manter milhões de crianças analfabetas na escola.

Não descerei aos detalhes, porque o tempo já se encerrou, mas minha idéia é pedir ao Ministério da Educação que, com urgência, lance, nacionalmente, em conjunto com Estados e Municípios, um programa para melhorar a alfabetização no ensino fundamental. Queremos que o aluno saiba ler ao terminar a primeira série ou, no máximo, a segunda série.

Existe uma diferença imensa, Sr. Presidente Paulo Paim, entre uma pessoa que sabe ler e outra que não sabe; é como atravessar um mar. Uma criança da terceira série que sabe ler tem uma capacidade de avanço que não se compara à daquela que não sabe, porque todo o aprendizado na escola depende da leitura.

Para encerrar, Sr. Presidente, gostaria de fazer um apelo ao Governo do Presidente Lula, ao Ministro Cristovam Buarque, enfim, a todos que aqui se encontram, para que haja um programa amplo, com recursos, a fim de garantir, com a participação de Estados e Municípios, a alfabetização das crianças na primeira e segunda séries do ensino fundamental.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR JOSÉ JORGE.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o atual Governo vem publicando estatísticas educacionais e anunciando programas cuja temática versa sobre o analfabetismo em suas diversas formas, onde a preocupação principal é direcionada aos analfabetos de 15 anos ou mais, que não tiveram acesso à escola, e estão a demandar uma atenção prioritária do governo.

Contudo, permeia nos sistemas públicos um outro alarmante tipo de analfabetos: os funcionais, que embora tenham escolaridade de vários anos, permanecem não alfabetizados. Este grupo, no meu entender, personifica a deterioração de nossos sistema público de ensino, pois demonstra que chegar à escola não é suficiente para ler e escrever, que são requisitos preliminares para continuidade de estudos e inserção no mercado de trabalho.

Este, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, é o tema central deste pronunciamento. Um Brasil de analfabetos escolarizados é a outra face da moeda dos desescolarizados analfabetos. Um imenso contingente de brasileiros em duas vertentes – uns chegaram às escolas e continuam analfabetos, outros continuam analfabetos por não terem chegado à escola – enfim dentro ou fora da escola grande parcela de nossa população está fadada a engrossar as estatísticas dessa vergonha nacional chamada analfabetismo.

Não há como negar os significativos avanços obtidos no setor educacional brasileiro na década de noventa. Pode-se mesmo afirmar que essa década

foi uma das mais marcantes na recente história da educação nacional, da qual podemos destacar alguns dos mais significativos aspectos.

Primeiro, a Emenda Constitucional nº 10/96, que redefiniu as atribuições e competências entre os entes federados, para oferta do ensino público, gratuito e obrigatório, trazendo no seu conjunto a criação do FUNDEF; segundo, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96, que após longo período de tramitação no Congresso Nacional, foi aprovada e promulgada em dezembro de 1996, trazendo nos seus princípios e definições novo patamar organizacional, democrático e legal, para a oferta de educação básica e de ensino superior; terceiro, o Plano Nacional de Educação, formulado e respaldado na legislação anteriormente descrita, definindo metas e ações que conduzirão a educação do país nos próximos dez anos – a Década da Educação.

Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, tive o privilégio de ser relator, como Deputado Federal, tanto do FUNDEF quanto da LDB e, no Senado, relatei o Plano Nacional de Educação. Portanto, participei ativamente da construção de todo o arcabouço legal que modernizou a educação na década passada que permite, hoje, ao Brasil, conduzir suas políticas de educação pública amparado nos princípios da democracia, da eqüidade, da igualdade de acesso e de qualidade da educação para todos os brasileiros.

Não bastasse toda esta construção legal, o reordenamento do sistema educacional brasileiro no regime da estreita colaboração entre os três níveis de governo, estabelecido na legislação já referida, permitiu uma notável mobilização nacional – governamental e não-governamental – na perspectiva de universalizar o acesso a educação como direito de todos. Em 1997, a campanha "Toda Criança Na Escola" atingiu 94% da população em idade escolar.

Relatório apresentado pelo MEC/INEP, no ano 2000, informa que "o Brasil conseguiu antecipar e superar a meta estabelecida no Plano Decenal de Educação para Todos, que previa aumentar para 94%, pelo menos, a cobertura da população em idade escolar até 2003", como um dos aspectos do acordo do EFA-9, do qual o Brasil é signatário.

Em 2001, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas, o INEP, publica como resultado do Censo Escolar 2001 que o Brasil atingiu a meta de cobertura de 96,4 % de atendimento escolar da população de 7 a 14 anos, faixa de ensino obrigatório.

Em que pese todo o nosso reconhecimento pelo mérito e esforço de colocar " toda criança na escola" numa quase universalização do ensino fundamental obrigatório, dentro do espírito da "Década Da Educação" cabe-nos, Senhor Presidente, como políticos e como cidadãos perguntar:

- Como estão as crianças nas escolas?
- Em que tipo de escolas colocamos as nossas crianças?
- Que tipo de ensino estão, nossas crianças, recebendo?
- O que nossas crianças esperam dos poderes constituídos enquanto direito a uma educação de qualidade?

Penso que cumprimos a primeira parte do embate nacional pelo direito de acesso à educação. Os números dos últimos cinco anos nos informam dessa conquista. Universalizamos as oportunidades de acesso a educação. Isto é verdade. Mas, o que se passa nas escolas em que nossas crianças estudam?

E, aí sim, Senhoras Senadoras e Senhores Senadores, cabe nossa perplexidade: em 2001, 42,2 % das crianças matriculadas nas escolas apresentavam distorção idade/série e desse total cerca de 40 % apresentavam-se não alfabetizadas, apesar de estarem há anos freqüentando a escola. Temos assim, um dos mais preocupantes quadros: as crianças estão na escola, mas não estão sendo ensinadas. Sabemos todos nós – pedagogos ou não – que só há ensino quando há aprendizagem. Tem-se assim, por certo, que a cultura da repetência, do abandono, da reprovação e do não ensino, perpassam nas escolas públicas gerando resultados que vitimam as nossas crianças e jovens gerando baixa- estima, desestímulo, abandono. Diga-se de passagem, no Brasil, a Taxa de Abandono em 2000 é de 12% e a de reprovação é de 10,7%, ambas no ensino fundamental, perdas que, somadas, mostram a dimensão do trabalho nacional que urge ser realizado para que se possa ter crianças na escola com aprendizagem garantida.

E o que dizer do analfabetismo na população de 15 anos ou mais, que campeia pelo país afora, deixando marginalizados do processo de apropriação do conhecimento, da inclusão no mundo dos letrados, excluídos do acesso ao trabalho, milhares de brasileiros? Em 2001, segundo dados do INEP, são 12,4% de brasileiros acima de 15 anos que estão analfabetos.

Como pode-se perceber, a questão da universalização e da escolarização acha-se ameaçada por dois processos distintos em sua origem, porém intrinsecamente relacionados no mérito: o analfabetismo.

O Governo Federal, está ensaiando alguns passos para solução do primeiro problema, ou seja os analfabetos que estão fora da escola. O Programa "Brasil Alfabetizado" trata desta questão. Contudo as condições de implantação, os recursos, a adesão dos governos estaduais, municipais, de ONG's e de empresários é ainda pouco efetiva para a dimensão do problema, além do que, parece-nos mais um slogan de campanha mais preocupado com o marketing do que um programa comprometido verdadeiramente com as metas e resultados.

Em relação ao analfabetismo escolar, não há por parte do Governo Federal nenhuma iniciativa em andamento. Sabemos que alguns estados da Federação estão com iniciativas próprias, como é o caso de Pernambuco, meu Estado, que criou um Programa de Correção do Fluxo Escolar, viabilizando dois projetos, um de Alfabetização, o "Se Liga Pernambuco" e outro de aceleração de estudos, o "Acelera Pernambuco". Os projetos estão sendo desenvolvidos através de um Termo de Aliança, entre o Governo do Estado, o Instituto Ayrton Senna e os Empresários pelo Desenvolvimento Humano- EDH, desdobrado em Termos de Compromisso com as Prefeituras, que aderem voluntariamente ao desenvolvimento dos projetos.

Antes de abordar os projetos propriamente ditos, cabe conhecer as bases estatísticas em que se debruçou o Governo do Estado e a Secretaria de Educação e Cultura para decidirem pela implantação do Programa de Correção do Fluxo Escolar. Pernambuco, em 2002, apresentou uma matrícula de 1ª a 4ª série de 879.197 alunos, sendo 738.019 da rede municipal e 141.178 da rede estadual. Deste total de alunos, 395.639 apresentam distorção idade- série de dois ou mais anos de repetência, ou seja, 45% do total, e neste grupo de defasados 158.255 estão analfabetos, 18% de todos os matriculados. As metas gerais do programa voltam-se para a alfabetização e correção da distorção idade- série desse contingente de alunos e têm um tempo de 5 a 6 anos para sua realização.

Sobre estes projetos devo destacar alguns aspectos fundamentais. Neste primeiro ano o Estado está desenvolvendo o Projeto SE LIGA PERNAMBUCO, em 48 municípios que manifestaram sua adesão. Este projeto destina-se especificamente a alfabetização de alunos de 8 a 14 anos que se encontram matriculados em turmas de 1ª a 4ª série do ensino fundamental e não sabem ler ou escrever, apesar de terem dois ou mais anos de escolaridade. São crianças multirrepetentes, que sofrem constantes reprovações, que abandonam e retornam à escola seguidamente .

Nesta primeira fase do "Se Liga Pernambuco" o atendimento está beneficiando 649 turmas, mais de 14 000 alunos. Através da parceria com o Instituto Ayrton Senna e o grupo de Empresários pelo Desenvolvimento Humano, o Governo do Estado e as Prefeituras participantes, foram capacitados 722 professores, 113 supervisores, 64 coordenadores e 06 técnicos da equipe estadual. Foram distribuídos os livros didáticos da alfabetização, específicos para leitura e escrita, materiais de apoio pedagógico, livros de literatura infantil, jogos silábicos e alfabeto móvel. Cada turma recebeu este material para um trabalho pedagógico adequado e específico da alfabetização. Além desta preparação metodológica dos professores para a alfabetização, dos materiais necessários distribuídos é assegurado um acompanhamento permanente e uma capacitação continuada em serviço para os professores, através da supervisão e da coordenação do projeto em cada município. Vale esclarecer, que cada município tem o seu coordenador municipal, cada grupo de oito professores tem um supervisor que o acompanha, assiste e orienta. Dispõe ainda de um sistema informatizado, onde todos os dados das escolas, das turmas e dos alunos, são regularmente registrados.

Em recente visita a uma escola do projeto "Se Liga Pernambuco", no município de Rio Formoso, o Ministro da Educação, a Presidente do Instituto Ayrton Senna, a Dra. Vivianne Senna e um grupo de empresários do EDH, constataram o êxito que o programa vem obtendo no Estado, quando cerca de 70% dos alunos já estão lendo e escrevendo.

Sem dúvida alguma, os resultados até agora apresentados nos deixam otimistas quanto aos objetivos finais. Um projeto com essa estrutura e gerenciamento – capacitação, material e acompanhamento sistemático – tem tudo para dar certo e reverter o quadro do analfabetismo escolar e possibilitar a correção do fluxo escolar no ensino fundamental do Estado. Em 2004, já manifestaram adesão aos projetos novos 78 municípios o que totalizará 126 municípios trabalhando alfabetização e correção de distorção idade série, nas turmas iniciais do ensino fundamental.

O projeto "Acelera Pernambuco", que objetiva aceleração de estudos de alunos de 9 a 14 , matriculados em turmas de 1ª a 3 ª série de ensino fundamental, com dois ou mais anos de distorção e que já estão alfabetizados, será implantado a partir do próximo ano.

Merece registro no desenvolvimento do projeto o amplo trabalho de colaboração entre estado e municípios, entendendo, ambos, que a reorganização da rede pública de educação do Estado é responsabilidade dos dois segmentos, o estadual e o municipal e que neste caso, cabe bem a máxima "a união faz a força" por um ensino público de qualidade.

Cabe, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, destacar neste pronunciamento uma oura experiência que vem sendo desenvolvida pelo Partido da Frente Liberal com o objetivo de alfabetização adequada dos alunos da 1ª série nos municípios administrados pelo PFL. É uma iniciativa inovadora e demonstra a responsabilidade social de nosso Partido em assegurar a todos os brasileiros igualdade de oportunidade para prosseguir nos estudos. Vale enfatizar que esse programa foi apresentado pessoalmente por mim e pelo Presidente do Partido Jorge Bornhausen à UNESCO com o intuito receber a sua colaboração.

O Programa de Alfabetização Infantil do PFL nasceu de um dado estarrecedor: no Brasil existem 5.8 milhões de matrículas na 1ª série, mas apenas 3,3 milhões de crianças têm 7 anos. A repetência já na 1ª série evidencia a dificuldade da escola pública em alfabetizar.

O Programa prevê que a participação dos municípios do PFL é voluntária; que, através do Instituto Tancredo Neves, seja oferecida orientação às equipes das Secretarias de Educação, bem como acompanhamento, assistência técnica e avaliação; e que os municípios participantes adotam uma mesma metodologia e estratégia, baseada na proposta do Programa Alfa e Beto de Alfabetização. E seus objetivos são: reduzir as matrículas na 1ª série de 5.8 para 3.2 milhões, economizando recursos para melhorar a qualidade e elevar salários dos professores; assegurar chances de sucesso para as crianças que hoje não conseguem sequer se alfabetizar ao final de 4 ou 8 anos de escolarização. Este é o maior gargalo da educação no Brasil; aumentar a eficiência do uso dos recursos em educação; demonstrar ao Brasil que é possível fazer educação de qualidade, desde que sejam estabelecidas prioridades, estratégias adequadas, e dadas as condições necessárias e suficientes para lidar com cada problemas; sinalizar para o Brasil que o PFL é um partido que se preocupa em assegurar a todos os brasileiros – sobretudo aos mais pobres – igualdade de oportunidades para prosseguir nos estudos.

Apresentadas estas duas iniciativas, uma do Estado de Pernambuco e outra do Partido da Frente Liberal, desejo registrar, nesta casa, um voto de aplauso ao Governador Jarbas Vasconcelos, extensivo à Secretaria de Educação e Cultura, pela iniciativa de implantação dos projetos Se Liga e Acelera Pernambuco, ao Instituto Ayrton Senna, na pessoa de sua presidente Vivianne Senna e ao grupo de Empresários pelo Desenvolvimento Humano, por possibilitarem e acreditarem na capacidade do trabalho educacional da rede pública de Pernambuco. E ainda, manifestar meu apoio e incentivo ao Instituto Tancredo Neves do PFL na continuidade do Programa de Alfabetização Infantil.

Ao finalizar esta abordagem sobre a questão do analfabetismo, fica o desafio ao atual Governo, mais especificamente às autoridades da área de educação que precisam apresentar um projeto de alfabetização infantil à sociedade brasileira. Chega de Slogans para efeito publicitário como "Brasil Alfabetizado" ou "Fome Zero", cujos resultados neste primeiro ano de governo foram, como todos sabemos, praticamente nulos. Precisamos de iniciativas concretas, nossas crianças não podem esperar.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Em primeiro lugar, Senador José Jorge, quero dizer que seu pronunciamento será divulgado, na íntegra, na forma do Regimento.

Em segundo lugar, na provocação positiva, que considero uma sugestão, esta Presidência assegura que vai interagir junto à Mesa, ao Presidente José Sarney, para que o Congresso seja convocado a apreciar o veto. E o faço com enorme simpatia, em uma posição idêntica à do Senador Flávio Arns, porque sou o autor do Estatuto da Pessoa Portadora de Deficiência, e o Senador Flávio Arns é o Relator e está fazendo um belíssimo trabalho.

Conte com a nossa solidariedade e com o encaminhamento à Presidência da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Concedo a palavra ao Senador Alberto Silva, por concessão do Senador Rodolpho Tourinho.

V. Exª dispõe de até 20 minutos.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ao falar hoje desta tribuna, acredito que vou desviar um pouco dos acontecimentos sobre os quais, a toda hora, somos obrigados a opinar – como aquela triste cena dos velhinhos de mais de 90 anos, que tiveram de comparecer aos postos do INSS para provar que estavam vivos, o que foi doloroso, e outras tantas, como as relacionadas à reforma da previdência.

Sr. Presidente, está se alastrando no País a idéia do biodiesel. Outro dia, na Câmara, realizou-se uma imensa demonstração de uma pequena unidade de produção de biodiesel a partir de qualquer óleo vegetal. Mas a população não sabe bem o que é biodiesel e qual o seu resultado prático para o País. Gostaria de fazer um resumo no pequeno espaço de tempo que tenho.

Há 25 anos, fui nomeado Presidente da Empresa Brasileira de Transportes Urbanos, que tinha como um de seus objetivos a regularização do transporte urbano. Naquele tempo, conseguimos estabelecer certa ordenação no transporte urbano, que agora voltou a se desmantelar, e vemos congestionamentos na hora do **rush**. Dizem que o número de carros aumentou muito, mas falta – como fizemos naquele tempo – projeto de engenharia de trânsito e tráfico. Esse era o objetivo da Empresa Brasileira de Transportes Urbanos, da qual tive a honra de ser Presidente.

Entre outras obrigações que tínhamos para com a sociedade brasileira, surgiu a necessidade de se criar uma alternativa para o óleo mineral, porque a Petrobras não tinha condições, dentro das suas refinarias, de produzir o volume necessário de óleo diesel para o crescente número de carretas e caminhões.

O programa do álcool foi um sucesso, subsidiado durante anos e anos, mas ao afinal se estabeleceu e, hoje, o Brasil exporta álcool combustível. Naturalmente, em matéria de diesel ainda não somos auto-suficientes.

Voltando àquela época, procuramos um combustível substituto para o diesel. Buscamos apoio no IPT, no Coopi e em vários outros institutos de pesquisa do Brasil. No Ceará, havia um grupo de químicos que se dedicava à pesquisa de óleos essenciais, isto é, de essências das diferentes plantas do Nordeste. Entre elas, estava o marmeleiro, nativo do Nordeste.

Observei, no laboratório de Química, o óleo produzido pelo marmeleiro, considerado sem valor comercial. Perguntei aos químicos: "Que óleo é este?" Eles disseram: "Isso é um hidrocarboneto." Eu disse: "Se é um hidrocarboneto, é petróleo." Disseram: "É petróleo." E fizemos uma experiência fantástica naquela época: extraímos óleo do marmeleiro, cujo volume, infelizmente, é muito pequeno – apenas 1,5% –, e o usamos em motores a diesel. Daí para passarmos ao biodiesel foi um passo. Com estímulo e recursos da EBTU, criaram-se os meios necessários para que os pesquisadores pudessem encontrar um sucedâneo para o diesel. Assim, naquele tempo, há quase 30 anos, descobriu-se a fórmula de produzir óleo diesel a partir de um óleo vegetal qualquer.

O grupo de Química tinha como principal representante o Professor Expedito Parente, da Universidade Federal do Ceará, e ele, com o estímulo dado pela EBTU, realizou a transesterificação, uma reação química que ocorre entre um óleo vegetal, um álcool (no caso, álcool metílico) e um catalisador (hidróxido de sódio ou soda cáustica), quando aquecidos a uma determinada temperatura e produzindo diesel e glicerina. Assistimos a isso.

Depois, acionei o Ministério da Aeronáutica: "Querem colocar dinheiro para produzir combustível para a Aeronáutica?" Disseram-me: "Querosene. Vocês podem fazer querosene?"

Juntei novamente o grupo de Química: "Como é, rapaziada, vamos para o querosene?" Eles disseram: "Vamos."

Depois de um mês, chegaram ao querosene de aviação, Srªs e Srs. Senadores, e vi os jatos da Força Aérea Brasileira voando com querosene oriundo do óleo de babaçu, o único que pode produzir querosene, segundo o professor Expedito Parente.

Depois, por questão de segurança nacional, encerrou-se a experiência. Vinte e cinco anos são passados desde que desenvolvemos o biodiesel.

Há cinco anos, eu disse: "Bem, a tecnologia está dominada, o mundo inteiro já sabe. Se tem patente, caducou." Agora, quero saber se podemos tirar esse biodiesel de uma planta que dê condições ao homem do campo de ganhar dinheiro. Porque esse é o grande problema do nosso País, entre muitos outros que, a todo instante, nossos companheiros apontam.

Somos simpáticos à nossa Patrícia do Nordeste, que defende as causas do povo pobre. S. Exª bate com vontade e ardor em defesa do pobre.

E aqueles nossos pobres lavradores do campo, que vivem de roça?

Minha cara Senadora Heloísa Helena, preste atenção ao que vou falar agora: o que poderíamos fazer com a roça dos milhares e milhares de lavradores que vivem disso há cem anos? Só no meu Estado há 200 mil lavradores que vivem de roça. E como é essa roça? Mais ou menos assim: o proprietário cede um pedaço de terra e o lavrador planta, pagando-lhe uma renda. Se chover, ele tem uma produção pequena, porque num hectare ele não produz mais do que 300 ou 400kg de feijão. Ele planta milho, que necessita de água, e, quando não chove bastante, ele não tem milho; também planta mandioca, que vai ser produzida só em 15 meses. Ao final, o coitado não tirou coisa nenhuma do chão. Trata-se de um pária, que arranja

um pouco de feijão, guarda-o para comer e, depois, passa o resto do tempo, da vida, procurando serviço aqui e ali. É assim que vivem os lavradores nordestinos.

Aí vem o problema da reforma agrária, os conflitos de terra. Para evitar isso, há cerca de três anos fizemos uma experiência que deve servir de exemplo para o Governo do Presidente Lula: resolvemos cultivar mamona, uma planta a partir da qual se produz o biodiesel. Por que mamona? Porque ela nasce em todo lugar e é resistente à seca. Pedimos apoio à Embrapa para produzir bastante mamona num hectare. A Embrapa informou: "É uma questão de semente boa e de adubo", que o pobre lavrador não sabe nem o que é. Adubo?! O lavrador de roça sabe lá o que é adubo? Ele pega uma semente qualquer na quitanda, porque não tem nem dinheiro.

Fizemos um programa com 1.200 lavradores, Srªs e Srs. Senadores, uma revolução, cujos números fornecerei para que façamos disso uma cruzada. Por que não? Queremos gerar emprego? É no campo que se começa.

No meu Estado, há os desempregados da cidade, mas os do campo são os piores, e são milhões no Nordeste, migrando para as cidades porque não têm nada no campo. Vamos levar os homens de volta para o campo e, se eles tiverem um bom resultado, quem sabe ficam? Aí plantamos mamona e feijão, a respeito do qual quero dar uma informação.

Os brasileiros têm que acordar porque a Embrapa precisa de dinheiro. É o instituto de pesquisa mais importante que temos no que se refere a problemas agrícolas e a outros. Na pecuária, são mestres. A Embrapa está com pouco dinheiro. Precisamos destinar mais dinheiro para a Embrapa no Orçamento.

A Embrapa Meio-Norte, sediada no meu Estado, há uns cinco anos, com a tecnologia que possui, estuda o feijão-caupi, feijão esse que tem todos os nutrientes de que a máquina humana precisa. Segundo a Embrapa, quem come feijão-caupi não precisa de mais nada. Isso é uma revolução, já que o homem do campo gosta mesmo e só pode comer feijão. Com feijão-caupi e um pouquinho de proteína animal, ele está alimentado. Quem se alimenta não adoece, é importante saber disso, pois às portas dos hospitais brasileiros há muitas pessoas com fome crônica. Como não comem o suficiente, o organismo não tem as defesas necessárias. As pessoas adoecem e vão aos hospitais, onde lhes receitam remédios caríssimos, importados. Elas não tomam o remédio porque não podem comprá-lo e não conseguem sobreviver porque não têm comida.

O caupi, junto com a mamona, dá um salário para o homem do campo. Vou tentar resumir: plantam-se três filas de feijão entre duas filas de mamona. Pois bem, usando-se adubo e sementes selecionadas, mesmo no semi-árido, com 300 milímetros de chuva, obtivemos resultados mínimos, é claro – com pouca água. Mas usando-se terra adequada... Esse é outro fator para o qual o Brasil precisa acordar: em vez de plantar em qualquer terra, deve-se plantar na terra que segura a água. E alguém pergunta se existe isso. É claro! Se a terra for de areia, a água da chuva bate e vai embora. Se a terra for de argila, a água fica na superfície e o sol leva. A terra que segura a água é a mistura de sílica e argila. A água penetra 50 centímetros e fica lá. Se se plantar nessa terra, mesmo com 200 milímetros de chuva, haverá produção. Foi o que fizemos. Obtivemos, como resultado, uma tonelada de feijão por hectare, no mínimo, e uma tonelada e meia de mamona.

O que representa uma tonelada de feijão? A R$1,50 o quilo, são R$1,5 mil. Com três meses, há feijão. E onde se consegue o dinheiro para plantar? Não há o Pronaf? O Banco do Nordeste entrega o dinheiro do Pronaf ao lavrador, que pergunta: "É para plantar"? "É, mas R$200 são seus. O Governo dá". Portanto, vejam bem, o Pronaf é constituído de duas parcelas: R$200 são do lavrador e R$300 são para ele plantar. Mas ele chega em casa, coitado, e pergunta à mulher: "O que está faltando?" Ela responde: "Tudo! Não há roupa para os meninos, não há calçados". Ele, então, gasta os R$500 e planta da maneira que está acostumado. Quando chega o fim do ano, ele não tem os R$300 para pagar o banco. E eu perguntei: "E o que o banco faz?" Resposta: "Bom, ele não planta mais! No próximo ano ele não terá mais a ajuda do Pronaf." Como são milhares de necessitados, nunca faltam pretendentes para plantar com recursos do Pronaf.

Propomos então que o lavrador pegue o recurso do Pronaf e o use, mas reunido em associação com outros lavradores – se nós os deixarmos sozinhos, coitados, sem apoio técnico, sem nada, eles não vão a nenhum lugar! Assim, criamos um módulo: são cinco mil lavradores numa associação. E qual é o capital desses lavradores? Duzentos reais é o dinheiro que eles têm. Então, eles compram uma quota. Como são cinco mil, o dinheiro ou o capital dessa associação é R$1 milhão. E o que se faz com esse recurso? Deposita-se no banco. Depositam-se também os R$300 do Pronaf e contrata-se uma gerência para essa associação. Por que uma gerência? Porque vamos lidar com dinheiro. E bastante. O lavrador precisa ter al-

guém para orientá-lo. Ele agora é sócio cotista e tem dinheiro no banco. Em vez de sacar aquele dinheiro de uma vez e gastá-lo de qualquer maneira, combinamos que o que fará será uma retirada. Não é salário. Ele retira, por exemplo, R$100.

Nos três primeiros meses, ele tem feijão. Vendendo o feijão, ele já tem R$1,5 mil na conta. Já pagou o Pronaf, porque são R$300. Ele fica com R$1,2 mil. Começa a colher mamona. Vai colhendo e vai entregando-a na sede da associação. O que faz essa associação, Srªs e Srs. Senadores? Ela pega um milhão, que é o capital da associação, e compra equipamento para espremer mamona, que custa R$260 mil para quinze toneladas/dia. E, agora, vem uma novidade que garanto e aposto que a maioria dos brasileiros não conhece. Mas como gosto de entrar fundo na pesquisa, aprendi com a Embrapa: o que se faz com o pé da mamona? O pé da mamona o que é? Madeira, celulose. Há dez toneladas de madeira num hectare, se eu cortar o pé de mamona depois de retirados todos os cachos da mamona. Durante oito meses, cato mamona; no último mês, corto o pé e, segundo a Embrapa, ele brota melhor do que se fosse plantado. Apanho essa celulose, 10 toneladas por hectare – há o equipamento. Aqui, no Brasil, já existe. É uma tecnologia patenteada, que utiliza bactéria.

Vejam bem: tenho um milhão. Comprei o equipamento de espremer mamona a R$260 mil e comprei o equipamento de fazer adubo orgânico, que não existe no Brasil. Nosso País gasta 100% de NPK importado. Não há adubo orgânico para melhorar a terra. Se eu pegar o pé de mamona e tratá-lo com bactéria, tenho húmus, adubo orgânico. Madeira transformada em adubo orgânico é uma revolução. E quanto custa isso? Vai para a conta do lavrador.

Vejam bem: dez toneladas no hectare. O adubo orgânico vale R$400 a tonelada. E vamos dizer que lá, no Nordeste, ele venda o produto para os paulistas ou para outros que o queiram comprar a R$300; dez toneladas são R$3 mil, que vão para a conta dele. Com R$1,5 mil do feijão, R$4,5 mil. E o óleo da mamona? Transformo-o em biodiesel? Por enquanto, não. O óleo da mamona tem um valor inestimável. É um óleo nobre. Se ele tiver uma máquina de fazer óleo de mamona naquele galpão... Porque com R$1 milhão dá; R$260 mil é para a máquina de mamona, R$500 mil é para a máquina de fazer adubo. Portanto, sobra dinheiro para fazer um galpão, uma usina, um escritório com computador, e para ter uma gerência para gerenciar uma associação com cinco mil lavradores.

Vamos somar? São R$1,5 mil e R$3 mil de adubo, R$4,5 mil; R$1,5 mil de feijão. O óleo, a torta da mamona é um adubo de primeira qualidade e vale R$400 a tonelada. Tenho 700 quilos, e já tenho aí R$300 da torta. E tenho o óleo. Setecentos litros de óleo de mamona a R$3 o litro são R$2,1 mil. Já está em R$6 mil a renda do lavrador de um hectare.

Por que dezenas de hectares para um lavrador? Basta um para que a família dele possa trabalhar facilmente. Com um hectare, ele tem R$6 mil de renda ou R$500 por mês; 2 hectares darão R$1 mil por mês. Quem já ouviu dizer que com 2 hectares, no semi-árido nordestino, pode-se fazer um salário de R$1 mil para um lavrador, dono de uma pequena usina, dono do seu nariz, dono de uma conta bancária?

E o que podemos fazer mais, ajudando a educá-lo, ajudando-o a gastar o dinheiro? Um plano de saúde. Vinte e cinco reais por mês e ele pode se filiar a qualquer Golden Cross. O lavrador não vai mais para as filas do SUS. Ele terá um cartão de plano de saúde. E com mais R$25, um seguro de vida. Quem ganha R$500, em 1 hectare, e R$1 mil, em 2 hectares, pode ter tudo isso, Srªs e Srs Senadores.

Assim, o biodiesel pode ser – e será futuramente – a grande solução para o País. Esse é um combustível alternativo, porque temos sol, temos solo, temos tudo para produzir diesel renovável a partir de planta como a mamona. É só montar, desenvolver, visando sobretudo ao emprego, porque a desgraça nº 1 deste País é o desemprego. O pai de família que amanhece e não sabe como sustentar sua família está sujeito a tudo. Ele não tem mais nada a perder.

Poderíamos começar no campo, no semi-árido nordestino. No meu Estado, são 200 mil. Nos outros Estados, milhões, produzindo mamona e produzindo óleo. Quando o preço desse óleo nivelar, nós o transformaremos em óleo diesel, biodiesel, e o exportaremos para a Europa, onde estão brigando pela despoluição do ar, e o biodiesel para eles vale 2,00, 2,50 o litro. O Brasil pode vender e ganhar dinheiro, gerando emprego no campo e futuramente nas cidades.

Voltaremos outras vezes a este tema, pois ele é fascinante.

Obrigado.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Senador Alberto Silva, o pronunciamento lúcido e denso de conhecimentos de V. Exª – tenho certeza – é um estímulo para os demais Senadores desta Casa.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Alberto Silva, o Sr. Paulo Paim, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Siqueira Campos, 2º Vice-Presidente.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Antes de conceder a palavra a V. Exªs, nobres Líderes, a Presidência registra a presença, nas galerias, do Colégio Estadual Georgina Rodrigues Coelho, do Estado de Goiás. Para nós, Srªs e Srs. Senadores, é uma honra tê-los presentes em nossos trabalhos. Também cumprimentamos seus professores e coordenadores.

Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias, pela ordem.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pela ordem.) – Peço a palavra a V. Exª como Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, gostaria de me inscrever para falar como Líder antes da Ordem do Dia, porém, após as comunicações inadiáveis, se possível.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao Senador Efraim Morais.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB. Pela ordem.) – Sr. Presidente, peço a V. Exª a palavra na condição de Líder da Minoria, logo após o Senador Alvaro Dias usar da palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – A Presidência assegurará, de acordo com o Regimento Interno, a palavra a V. Exªs. Esclareço, nobre Líder Mozarildo Cavalcanti, que, pontualmente às 16 horas, o Presidente José Sarney tem iniciado a Ordem do Dia. Portanto, talvez não seja possível conceder a palavra a V. Exª após as comunicações inadiáveis. Aconselharia o nobre Líder, para não ter prejuízo na intenção de uso da palavra pela Liderança, a fazê-lo posteriormente às duas inscrições.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR) – Gostaria de falar, então, após a inscrição do Senador Alvaro Dias.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – V. Exª será atendido.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra, para uma comunicação de interesse partidário, ao nobre Líder Alvaro Dias. A Mesa registra o recebimento do ofício da Liderança do PSDB delegando esse tempo a V. Exª.

V. Exª dispõe de cinco minutos, Senador.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o PSDB insiste em denunciar os efeitos nefastos da famigerada Medida Provisória nº 135, do último dia 31, editada ao apagar das luzes da semana, em edição extra do **Diário Oficial** da União, publicada no sábado, certamente para atender às imposições do Fundo Monetário Internacional, que deseja o Governo brasileiro arrecadando cada vez mais, mesmo que em detrimento do crescimento da nossa economia, o que permitiria oferecer oportunidade de trabalho e desenvolvimento com justiça social.

Trata-se de um minipacote tributário, que dissemina uma sobrecarga de tributos, comprometendo o desempenho de setores fundamentais da nossa economia. Os setores atingidos são aqueles com cadeias produtivas menores ou intensivas em mão-de-obra. Esses deverão ser severamente punidos por essa ação do Governo, que demonstra sua insensibilidade em relação àqueles que produzem, no País, e oferecem, acima de tudo, oportunidade de trabalho, no "País do desemprego". Destacam-se os setores de transporte, construção, eletricidade, saúde, serviços sociais, comunicações, informática e, sobretudo, ensino.

É inconstitucional essa medida provisória, Sr. Presidente. Aliás, o desamor à lei é rotina no atual Governo. Essa medida fere o art. 195 da Constituição Federal e cria discriminação entre contribuintes no que diz respeito à Cofins. Discriminação, aliás, também tem sido norma do atual Governo, que sepulta, por meio das suas ações – impostas, sobretudo, nesta fase, ao Congresso Nacional –, o princípio da isonomia, indispensável para que se estabeleça justiça no País.

Por isso, há uma indignação que se generaliza. A Ordem dos Advogados do Brasil e a Federação dos Serviços do Estado de São Paulo já estudam a possibilidade de questionar essa medida provisória na Justiça. Segundo o Presidente nacional da OAB, Sr. Rubens Approbato Machado, a Comissão de Estudos Constitucionais da Ordem está debruçada sobre um estudo para ajuizar ação direta de inconstitucionalidade contra essa medida provisória. O advogado Tércio Chiavassa, do escritório Pinheiro Neto Advogados,

afirmou que os prestadores de serviços podem contestar a falta de isonomia da medida.

O tributarista Ives Gandra qualificou as mudanças introduzidas pela medida como imorais, pois aumentarão a carga tributária. Num primeiro cálculo, 90% das empresas, que são micro, pequenas e médias, serão diretamente afetadas pelo aumento da alíquota da Cofins. Portanto, não é pouco: 90% das empresas – das micro, pequenas e médias – serão afetadas. É, exatamente, o segmento da economia que mais oferece oportunidades de trabalho.

De agora em diante, o ensino paga caro, se essa medida for aprovada. Lança-se aí o impacto sobre os ombros da juventude do País.

A escola pública funciona precariamente e atende a apenas um terço da demanda, pois dois terços dos jovens brasileiros estão nas escolas privadas do País. E o Governo, que não lhes oferece oportunidade de freqüentar a escola pública, agora quer também expulsá-los das escolas privadas. Com a elevação da alíquota da Cofins, de 3% para 7,6%, os tributos cobrados sobre a receita das mensalidades pagas pelos alunos atingirão 14,25% – 5% de ISS, 7,6% de Cofins e 1,65% de PIS.

Pergunto ao Presidente Lula: a rede pública de ensino está preparada para recolher o contingente de alunos que será expulso das escolas privadas brasileiras? Eles não terão condições de pagar mensalidades, que já são proibitivas e serão ainda mais proibitivas! É claro que o repasse se dará imediatamente.

As escolas privadas operam, hoje, com um lucro de cerca de 10%. Com essa elevação de alíquota, o lucro seria reduzido para cerca de 5 a 6%. Obviamente, as escolas privadas do País, para justificar a sua manutenção, repassarão esse custo para as mensalidades dos alunos.

Portanto, Sr. Presidente, o Congresso Nacional, sobretudo o Senado Federal, não pode aceitar essa medida provisória. Se estamos denunciando e criticando, vamos apresentar emendas, na esperança de alterá-la.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – É claro que a maioria dos pais dos alunos que freqüentam as escolas privadas votou no Presidente Lula. Agora, esses pais serão punidos com uma tributação de 14% sobre as mensalidades.

É claro: isso pesa sobre as instituições de ensino porque o insumo utilizado é mão-de-obra. Portanto, não há direito a crédito em relação à mão-de-obra. O valor creditado pelas escolas é muito pequeno. Então, certamente, a carga tributária total das escolas privadas do País estará no patamar de 14%.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, atendo o alerta de V. Exª e quero concluir dizendo que essa medida provisória, que onera brutalmente o ensino, é um crime de lesa-pátria, e isso não pode prevalecer aqui.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra pela ordem ao Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, é apenas para perguntar a V. Exª se o Regimento voltou a ser cumprido nesse aspecto. Até algum tempo atrás, a palavra era concedida, alternadamente, a um orador inscrito e a um Líder. Apenas para confirmar com V. Exª se o Regimento voltou a ser cumprido agora.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Senador Demóstenes Torres, em resposta ao questionamento de V. Exª, após diversas reclamações, a Mesa baixou um ato dando apenas uma interpretação do que está no Regimento. O Líder, sempre que solicitar a palavra, ele a tem de imediato. Em sessões não-deliberativas, a Mesa, para atender a maioria dos Senadores, não tendo matéria a ser votada, faz a intercalação.

A interpretação expressa do Regimento Interno é dar a palavra ao Líder sempre que este a solicitar. Sendo o vice-líder, a Mesa está exigindo a comunicação por escrito, o que está sendo atendido por todos os Senadores, como fez, no caso, o Senador Alvaro Dias, tendo a Mesa registrado a delegação por parte da Liderança do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao nobre Líder Mozarildo Cavalcanti, para uma comunicação de interesse partidário, nos termos do Regimento Interno.

V. Exª dispõe de 5 minutos, Senador.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, O Projeto Calha Norte, de vital importância para a Amazônia, há mais de uma década vem sendo relegado a um plano secundário, estigmatizado que foi por ter sido concebido à época do regime militar e, portanto, passou a ser encarado como apenas uma estratégia militar de ocupação das fronteiras. Trata-se de um projeto que envolve vários Mi-

nistérios – Saúde, Educação, Integração Nacional, da Defesa e vários outros.

Quero hoje ressaltar, Sr. Presidente, que, no último mês de outubro, o Ministério da Defesa e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) assinaram importante convênio no valor de R$ 12 milhões para reativar o velho Programa Calha Norte.

É importante destacar que o Programa Calha Norte é fundamental para o futuro do desenvolvimento da Amazônia, para a sua integração e para a segurança do País.

Criado em 1985, o Projeto Calha Norte sempre enfrentou dificuldades financeiras, apesar de sua reconhecida importância estratégica. Basta dizer que, com a sua conclusão, ele promoverá a ocupação das fronteiras do Amazonas, Pará, Amapá e Roraima, sem falar na integração que será estabelecida com o Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam) e com o Sistema de Vigilância que deverá ser estruturado adequadamente em médio prazo.

Ao assinar o convênio, o Ministro da Defesa, José Viegas Filho, afirmou que a implantação do Calha Norte deve ser rápida, porque é imprescindível para o equilíbrio geopolítico do Brasil.

Por sua vez, o economista Carlos Lessa, Presidente do BNDES, destacou que, a partir da assinatura do protocolo, o Governo e a instituição deverão realizar um grande esforço para acelerar o projeto. Segundo ele, é fundamental que várias entidades públicas e privadas sejam igualmente envolvidas na iniciativa, notadamente as universidades.

Em sua opinião, a universidade deve ser a ponta de lança do programa, realizando estudos, pesquisas e estágios universitários permanentes na área. Acrescenta, ainda, que essa idéia nada tem a ver com o que se propunha o extinto Projeto Rondon. Aquele era temporário e não tinha fins estratégicos, do ponto de vista econômico e militar. Na verdade, entendo que a proposta defendida pelo economista é bem mais ampla, porque tem como objetivo mais importante ocupar e defender as nossas fronteiras.

Sr. Presidente, Srªs e SRs. Senadores, já estamos cansados de afirmar que a presença do Governo Federal, de maneira definitiva e mais abrangente, é fundamental para impulsionar o desenvolvimento da Amazônia, garantir as suas fronteiras e integridade nacional. Em qualquer seminário, debate ou conferência, logo vem à tona essa afirmação.

Inegavelmente, no caso da Amazônia e nas condições atuais de sua ocupação, a meu ver, a função mais importante do Estado é a da integração nacional. Portanto, cabe a este a missão de incorporar terras, defender fronteiras, preservar riquezas, alocar populações, enfim, promover o desenvolvimento regional.

É importante lembrar que os tímidos resultados alcançados até hoje pelas diversas políticas oficiais de integração amazônica devem-se ao fato de que a maioria das iniciativas governamentais foram sempre apressadas, superficiais e com propósitos meramente políticos. Dessa maneira, os verdadeiros objetivos da integração nacional sempre foram deixados de lado.

Diante desses sucessivos fracassos, não podemos mais protelar o que já era para ter sido feito há muito tempo. Nesse caso, voltamos a dizer que merece aplausos o documento que acaba de ser assinado entre o Ministério da Defesa e o BNDES, com o objetivo de reativar o Programa Calha Norte e desenvolver parte importante do território brasileiro, em extensa área de fronteira com outros países.

Em lugar do proselitismo político, precisamos, sim, definir uma política eficiente e realista de proteção ambiental, melhorar as relações sociais e a qualidade de vida regional, e construir uma infra-estrutura capaz de garantir a circulação econômica viável das riquezas produzidas localmente e das que chegam de outras regiões.

É importante dizer que esses objetivos fazem parte das preocupações do povo amazônico e têm mobilizado, a todo momento, as suas principais lideranças econômicas, políticas e sociais.

Todos esses atores sabem perfeitamente que não podemos mais encarar a Amazônia como um santuário intocável. Portanto, podemos e devemos usufruir racionalmente dos seus recursos, explorar os seus minérios, as suas matérias-primas e a sua fantástica biodiversidade, mas com responsabilidade e em benefício de todos. O que não podemos é destruí-la de maneira irresponsável.

Finalmente, nossa soberania sobre a Amazônia deve ser sempre considerada como uma questão de Estado, portanto, indiscutível. Nossa legitimidade sobre esse imenso território precisa ser mantida custe o que custar, porque a quebra desse direito fere gravemente a integridade do nosso País. Assim, nosso compromisso com as futuras gerações e com a Pátria é o de garantir a total preservação dos atuais limites geográficos, políticos, econômicos, sociais, culturais, ideológicos e estratégicos que caracterizam a chamada Amazônia brasileira.

Sr. Presidente, gostaria de finalizar expressando a esperança de que as palavras do economista Carlos Lessa sejam para valer em relação à reativação do Programa Calha Norte. Aliás, essa é igualmente a grande esperança do povo da Amazônia, que já aguarda há mais de dois séculos pela sua conclusão.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço a V. Exª a palavra pela Liderança do PFL, mas não quero impedir o discurso do nosso Líder. Acho que até às quatro horas chega para mim.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – V. Exª terá assegurado o direito ao uso da palavra. A Mesa registra que recebeu a delegação por parte da Liderança do PFL. Apenas alerta que, de acordo com o Regimento Interno, art. 16, a palavra sempre é concedida de acordo com a ordem de inscrição.

O nobre Líder Efraim Morais se inscreveu anteriormente, mas já sinaliza à Mesa que pretende ceder a V. Exª.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Então, a Mesa assegura a palavra ao nobre Líder Efraim Morais e, em seguida, a V. Exª, Senador Antonio Carlos Magalhães, para falar em nome da Liderança do PFL.

Senador Efraim Morais, V. Exª fala em nome da Liderança da Minoria.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Sr. Presidente, em breve a Maioria, por enquanto a Minoria.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – As minorias e as maiorias, nesta Casa, são sempre eventuais, Senador Efraim Morais.

Tem V. Exª a palavra.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pelo que vejo, a maioria nesta Casa será rápida.

Serei breve nos meus cinco minutos, mas faço questão de registrar o que já foi motivo de debate nesta Casa, no início dos trabalhos: o veto do Presidente da República em relação à questão dos deficientes.

Vou aproveitar os meus cinco minutos para tentar esclarecer. Lerei com bastante clareza para que fique registrado nos Anais desta Casa mais um absurdo do Governo. Ontem, era com os velhinhos de noventa anos; agora, com os deficientes físicos; amanhã, Sr. Presidente, sinceramente, eu não sei. Pela lógica, estou achando que será a vez dos homens e mulheres da seca. Lá no meu Nordeste, infelizmente, a seca está ardendo em 70% a 80% dos Municípios, nos sertões, nos Cariris e Curumataú de minha Paraíba, e, com certeza, o Governo Federal não está dando a menor atenção para o problema. Parece-me que o Governo priorizará e as próximas vítimas serão os homens e as mulheres da seca.

Sr. Presidente, leio o despacho do Presidente da República, publicado no **Diário Oficial** de hoje, terça-feira, na Mensagem nº 600, de 10 de novembro de 2003:

> Sr. Presidente do Senado Federal,
>
> Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar integralmente, por contrariar o interesse público, o Projeto de Lei nº 21, de 2003, que "Acrescenta inciso ao § 1º do art. 2º e altera o art. 7º da Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, que dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – Fundef".
>
> Ouvido, o Ministério da Fazenda assim se manifestou:
>
> A aprovação do projeto de lei implica em impacto orçamentário-financeiro para a União. Ao se aumentar o número de matrículas no ensino especial..."

Vejam bem! O que se queria era apenas aumentar o número de matrículas para pessoas especiais, pessoas deficientes. E o recurso vetado é no valor de R$ 8.711.649,00. Estou falando em reais, Senador Demóstenes Torres. Não são os dólares do Governo que vão para os países vizinhos.

A grande justificativa do Governo, Senador Jefferson Péres, é que R$8 milhões a mais para atender os deficientes deste País comprometerão os compromissos financeiros do Governo, irão de encontro aos interesses do FMI, serão um problema, porque serão expressivos os incentivos governamental e da sociedade, já que o Governo já presta muitos serviços.

Esse fato chocou a Casa e o País, porque, se, ontem, o Ministro Ricardo Berzoini impediu que os idosos de mais de 90 anos recebessem sua aposentadoria, humilhando-os, hoje, o Governo veta R$ 8 milhões para o atendimento dos deficientes deste País.

Tenho a seguinte dúvida, Senadora Heloísa Helena: será que o Presidente não está lendo o que está

assinando? Será que o Presidente está sem tempo de ler o que está assinando? Eu pensava que o PT tivesse compromisso com as minorias, mas parece que acabou. O cidadão com mais de 90 anos de idade, aposentado, é minoria, assim como os deficientes; porém, o Governo está fazendo questão de prejudicar aqueles que pensavam que não tinham uma voz para defendê-los. Mas aqui está a oposição e alguns companheiros da base governista para fazer isso.

Registro o pronunciamento, hoje, na Comissão de Educação, do Senador Flávio Arns, que conhece o quadro, trabalha a matéria como ninguém e contestou o veto com veemência, dizendo, inclusive, que, na justificativa, encontram-se mentiras do Governo para apor esse veto contra os deficientes.

Quero deixar bem claro que já apareceram sugestões extraordinárias no sentido de derrubar o veto. Para aqueles que não estiveram nesta Casa nos últimos três anos, para aqueles que não tiveram oportunidade de ter esta informação: nos últimos três anos, não se votou nenhum veto. Não é derrubar, não; é votar. O Congresso Nacional não se reuniu para votar vetos.

Assim, só há uma forma de se corrigir o problema, mas não sei se pode ser feita: a republicação por erro, se isso for possível. Em vez de "veto", coloca-se "não veto". Isso resolveria o problema. Como há um consenso das Lideranças, quem sabe possamos evitar que isso venha a ocorrer! Estaria resolvida a questão. Deixo claro que a oposição concorda que, em vez da palavra "veto", coloque-se a palavra "não veto". Publica-se por incorreção e, com isso, o PT evita cometer mais um absurdo em relação às pessoas da minoria, como é o caso dos deficientes.

Sr. Presidente, para encerrar, ouvi discursos de alguns companheiros da base do Governo, principalmente do PT, que falaram no gesto de grandeza do nosso Ministro Ricardo Berzoini ao pedir desculpas. Também considero um gesto de grandeza do Ministro. Devo dizer que vou apresentar um projeto da Medalha do Gesto de Grandeza. O Ministro Graziano, que disse que a culpa dos assaltos no Rio de Janeiro e em São Paulo era dos nordestinos, pediu desculpas, e isso foi considerado um gesto de grandeza. A Ministra Benedita da Silva, que viajou, voltou e pediu desculpas, também já teria direito à medalha. Depois foi a vez do Berzoini e, agora, do Ministro Antonio Palocci, que deu a informação ao Presidente da República. Quero acreditar que não foi uma decisão do Presidente Lula, a não ser que, com pressa, porque tinha mais viagens a fazer, não tenha lido o texto.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – A Presidência prorroga a Hora do Expediente para ouvir o nobre Líder Antonio Carlos Magalhães, e, em seguida, os três oradores inscritos para uma comunicação inadiável.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães, para uma comunicação de interesse partidário, pelo prazo de cinco minutos, nos termos do Regimento Interno.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, estou entre surpreso e decepcionado. Apresentamos, há três anos, o orçamento impositivo. Todos eram favoráveis, não havia quem fosse contra, inclusive as pessoas pertencentes ao governo passado. Mas o PT era o mais exaltado, fazendo apartes de que o Brasil só se salvaria com o orçamento impositivo.

O orçamento impositivo é realmente uma peça importante para o Congresso Nacional, mas, principalmente, para o povo do Brasil. Agora, estou decepcionado, porque a base do Governo está criando obstáculos. Primeiro, pediu vista; agora, pede que várias pessoas do Ministério da Fazenda e de algumas entidades sejam ouvidas, com o propósito protelatório, que não é a melhor maneira de se agir na vida pública. É melhor dizer que não aceita o orçamento impositivo do que fazer esse tipo de protelação.

Querem convocar a Receita Federal, a Secretaria do Tesouro, mas deveriam era convocar o Ministro da Fazenda, que disse aqui, expressamente, quando foi por mim perguntado. Estas são palavras de S. Exª:

> Cada vez mais será possível se nós tivermos aquilo que o senhor falou na sua última pergunta, um orçamento impositivo [quem diz isso é o Palocci], que eu acho que deveria ser um passo seguinte no equilíbrio das contas do Brasil; ou seja, um orçamento em que todos possam interferir, em termos de sociedade, de Senado, de Câmara, de governo; mas, uma vez aprovado, deve ser integralmente cumprido porque, dessa maneira, vamos assegurar ao País, já no início de cada ano, que o dinheiro gasto seja aquele arrecadado, que as dívidas sejam pagas na medida dessa possibilidade indicada no orçamento e assim por diante. Pode parecer um assunto complexo, mas temos todo interesse no orçamento impositivo.

Hoje, fui conversar com o Sr. Guido Mantega – o nome é complicado, é Guido Mantega, às vezes pen-

so que é manteiga, mas é Mantega mesmo –, que, respondendo à minha pergunta, disse que os metrôs eram desnecessários no País por serem muito caros e que não devia haver tanto metrô etc. Depois de falar do metrô, ele falou do orçamento impositivo e declarou que acha difícil fazê-lo. Eu disse: "mas o Ministro Palocci disse que era favorável". Ele ficou um pouco na dúvida, mas disse: "não, sou contra, as finanças do Brasil não permitem isso". Eu disse: "mas o mundo inteiro tem orçamento impositivo, só os países atrasados não o têm". Mas ele não deu a sua palavra de que o orçamento impositivo era uma necessidade para o Brasil. Refiro-me ao Sr. Guido Mantega.

O resultado é que estamos vendo a protelação por parte do PT, por meio da sua base aliada, na votação do orçamento impositivo. Saibam todos que Deus me deu sentimento de coragem. Ninguém pode negá-lo, e vou lutar. Podem derrubar o orçamento impositivo, o que é um direito do Senado, mas protelar, fazer manobras, com isso eu não vou consentir. Se eu fizer manobras em relação às propostas do PT, elas também não vão passar.

Portanto, acho melhor o jogo aberto, franco, de amigos, de companheiros, de colegas: "não, nesta época não podemos fazer o orçamento impositivo". O que não pode é o Ministro da Fazenda dizer que é a melhor coisa do mundo e depois vir o do Planejamento – não sei se manda tanto quanto ele, acredito que não; talvez essa Pasta vá até para o PMDB, não sei – dizer que a palavra do Ministro da Fazenda não é correta.

Estamos no Governo do Dr. Luiz Inácio Lula da Silva. Outros Ministros importantes, mais ligados que o Mantega ao Presidente, têm dito que é indispensável o orçamento impositivo.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Todos nesta Casa – estou olhando para vários – dizem que a reabilitação do Congresso Nacional está no orçamento impositivo, que era a palavra do PT no passado e que não é no presente.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Permite-me um aparte, Senador Antonio Carlos?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Concedo o aparte ao Senador Tião Viana.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Serei muito breve, Sr. Presidente: trinta segundos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Senador Tião Viana, existem oradores inscritos para comunicações inadiáveis.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Só trinta segundos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Como o tempo do orador está esgotado, S. Exª não pode conceder o aparte. Senador Tião Viana, V. Exª pode inscrever-se como Líder após o pronunciamento do Senador Antonio Carlos Magalhães.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Eu o farei como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Dessa forma, V. Exª cumpriria o Regimento e ajudaria a Mesa a manter a firme disposição de cumprir o Regimento.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos para que conclua sua intervenção.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Agradeço a V. Exª, Sr. Presidente, e ao mesmo tempo lamento, porque o esclarecimento do Líder do Governo, dos Senadores Eduardo Suplicy e Jefferson Péres seria importante. Trata-se de pessoas qualificadas no Congresso que têm projeção para dizer o caminho que as coisas vão tomar. Senão, a questão vai-se protelar na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania todos os dias, enquanto o povo sofre e o Brasil fica sem um orçamento que seja o retrato da administração.

Qualquer país civilizado, Sr. Presidente – não precisa ser nem país –, qualquer governo civilizado tem no orçamento a sua peça básica da administração. Quem cumpre o orçamento evidentemente cumpre também um programa de governo. Agora, essa manobrazinha de mandar Senador ou Senadora pedir vista e chamar pessoas para depor para adiar não cabe num parlamento sério. Estarei aqui todos os dias reclamando e contando certamente com o apoio de V. Exª.

Muito obrigado.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Solicito a palavra como Líder, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao Senador Tião Viana como Líder, para uma comunicação de interesse partidário.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ouvi atentamente o Senador Antonio Carlos Magalhães, que traz ao plenário do Senado Federal matéria tão relevante para o Parlamento, para a sociedade brasileira, para os governos. Trata-se de matéria sobre orçamento impositivo, de matéria devidamente discutida e refletida pela Casa, polêmica em muitos aspectos, mas que encontrou de

fato, como diz o Senador Antonio Carlos, historicamente uma concordância do Partido dos Trabalhadores.

Deixo bem claro ao Senador Antonio Carlos Magalhães que tenho muita preocupação com a dinâmica orçamentária brasileira. Temos historicamente um mar de lama envolvendo a atividade orçamentária no Brasil, a execução orçamentária. Não é propósito do Governo, de maneira alguma, imaginar repetições de atitudes escusas e sombrias na prática da execução orçamentária, que sabemos afirmar-se como verdadeiro câncer à moralidade pública nas instituições de financiamento público.

Temos uma Comissão de Orçamento já envelhecida no que diz respeito às regras orçamentárias, que têm de ser renovadas. Não tenho dúvida alguma da pertinência da reivindicação e da sugestão legislativa feita por V. Exª.

Manterei, claramente, a minha posição de anos anteriores, que é de concordância com essa atividade legislativa. Asseguro a V. Exª que não foi deliberada por nenhum líder do PT ou em reunião do partido qualquer dificuldade ao andamento legislativo dessa matéria.

De minha parte, aceito que poderíamos até discutir – dou o testemunho também da concordância do Ministro Antonio Palocci – a implantação progressiva: um terço, dois terços e a implantação total, como uma conveniência de aplicação de Governo. Mas concordo integralmente com o mérito do que V. Exª apresenta e acredito que todo o encaminhamento legislativo dessa matéria deveria passar por V. Exª, sentando à mesa e refletindo coletivamente sobre a sua aprovação.

Concedo um aparte, ainda, ao eminente Senador Eduardo Suplicy e ao Senador Jefferson Péres, porque meu tempo ainda o permite.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Tião Viana, as observações de V. Exª são importantes. Avalio que o Senador Antonio Carlos Magalhães tem falado, de maneira muito assertiva, sobre a importância de passarmos a ter o Orçamento impositivo, que significa, ao mesmo tempo, a responsabilidade tanto do Executivo, quanto do Congresso, de fazer muito mais bem feita a definição do Orçamento, para que não haja mais margens para manobras, a não ser escassas, que pretendam evitar a execução orçamentária. Na próxima terça-feira, ocasião em que o Sr. Ministro Antonio Palocci e o Sr. Henrique Meirelles estarão na Comissão de Assuntos Econômicos para expor as diretrizes do acordo com o Fundo Monetário Internacional – por que o fizeram e o que irão realizar –, teremos mais uma oportunidade para um diálogo a respeito do assunto. Nós, do Partido dos Trabalhadores, teremos uma posição consistente com a que V. Exª afirmou agora.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Exª pelo aparte, nobre Senador Eduardo Suplicy.

Para encerrar, Sr. Presidente, concedo o aparte ao Senador Jefferson Péres.

O Sr. Jefferson Péres (PDT – AM) – Serei breve, Sr. Presidente. Nobre Senador Tião Viana, fiquei preocupado quando ouvi o nobre Senador Antonio Carlos Magalhães dizer que partiria de setores do Governo a oposição à rápida tramitação da sua proposta de Orçamento impositivo, que, ao meu ver, é de extrema racionalidade. Senador Tião Viana, o Orçamento hoje é uma ficção – na sua discussão, numa supercomissão com mais de 80 Parlamentares que sei como funciona ou como não funciona, e na sua execução. Quando o Executivo, a seu bel-prazer, contingencia, Senador Tião Viana, torna realmente o Orçamento votado e aprovado neste Congresso uma enganação e, por outro lado, alimenta o fisiologismo – não me estou referindo a este Governo; falo teoricamente – entre o Executivo e o Legislativo, pela troca da liberação de verbas por votos, muitas vezes. De forma que me alegro, quando V. Exª, um Senador respeitável que é, Líder do PT, diz que da parte do PT não haverá embaraços. Espero, portanto, que a proposta do Senador Antonio Carlos Magalhães passe a merecer a atenção deste Senado em caráter prioritário.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – A Presidência convoca sessão conjunta, a realizar-se hoje, terça-feira, às 19h, no plenário do Senado Federal, destinada à apreciação de retificação do **Projeto de Lei nº 56, de 2003-CN**, e leitura de expediente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Conforme indicações das Lideranças, a Presidência designa os seguintes Senadores e Senadoras para compor a Comissão Parlamentar de Inquérito criada nos termos do **Requerimento nº 729, de 2003**, destinada a apurar irregularidades cometidas por empresas de seguros, revendedores de automóveis, recuperadoras de veículos e oficinas de desmanche de automóveis, em relação aos veículos “salvados”.

Titulares	Suplentes
BLOCO PFL/PSDB	
Romeu Tuma	João Ribeiro
Demóstenes Torres	Jonas Pinheiro
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO	
Sibá Machado	
Magno Malta	
Eurípedes Camargo	
PMDB	
PDT	
Almeida Lima	

O PMDB deve indicar os seus titulares e suplentes, e o PDT, o seu membro suplente.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra a V. Exª, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, na medida em que há um prazo – salvo engano, até o dia 29 próximo – para que a Academia Real de Ciências da Suécia receba indicações relativas ao Prêmio Nobel de Economia, como a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional aprovou unanimemente, na última quinta-feira, a indicação feita pelo Senador Aloizio Mercadante, com parecer favorável de minha autoria, do professor Celso Furtado para o referido prêmio, agradeceria, se a Mesa colocasse na pauta da Ordem do Dia de hoje o requerimento de apoio do Senado Federal.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Senador Eduardo Suplicy, em atenção às palavras de V. Exª, a Mesa comunica que a matéria já se encontra sobre a mesa e será colocada como extrapauta na Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – A Mesa esclarece ao Plenário que o nobre Senador Hélio Costa, na sessão de 4 do corrente, usou da palavra para questionar a discussão e votação em regime de urgência do **Projeto de Lei nº 16, de 2003**, alegando, em síntese, que:

1º) de acordo com o art. 341 do Regimento Interno, só é admitida a apreciação de dois requerimentos de urgência por sessão;

2º) na sessão do dia 4 do corrente, foram votados cinco requerimentos de urgência;

3º) de acordo com o art. 345 do Regimento Interno, se o requerimento de urgência foi aprovado na Sessão do dia 30 de outubro, como de fato foi, a matéria a que ele se refere, ou seja, o Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2003, só deveria ser apreciada na segunda sessão deliberativa ordinária seguinte; e

4º) o projeto foi aprovado na mesma sessão em que lhe foi concedida a urgência.

A Presidência, naquela oportunidade exercida pelo nobre Senador Eduardo Siqueira Campos, prestou as informações a S. Exª, esclarecendo que se tratava de matéria vencida e que todas as votações ocorridas naquela sessão tinham sido resultado de acordo entre as Lideranças partidárias.

Das informações prestadas pela Presidência não houve contestação. Apenas o Senador Hélio Costa demonstrou seu inconformismo em relação à decisão tomada pelo Senado.

No dia 6 do corrente, o Senador Hélio Costa entregou à Secretaria-Geral da Mesa, por escrito, "Recurso em Questão de Ordem".

A Presidência informa ao nobre Senador Hélio Costa que não houve questão de ordem naquela sessão e que a Presidência apenas prestou informações naquela oportunidade, razão por que o documento de S. Exª será publicado no Diário do Senado Federal e juntado ao processado da matéria.

Era o esclarecimento que tinha de fazer.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – A Presidência comunica ao Plenário que recebeu, em época oportuna, requerimento solicitando a prorrogação dos trabalhos da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo **Requerimento nº 2, de 2003-CN**, que "requer a criação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito com a finalidade de investigar as situações de violência e redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil".

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência inclui, na pauta da presente sessão, o **Requerimento nº 1.064, de 2003**, que manifesta o apoio à candidatura de Celso Furtado ao Prêmio Nobel de Economia de 2004.

Senadora Heloísa Helena, é importante ouvir a íntegra da fala da Presidência.

Os avulsos da matéria encontram-se à disposição das Srªs e dos Srs. Senadores, em suas bancadas.

A SRª HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra a V. Exª.

A SRª HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL. Pela ordem.) – Sr. Presidente, só me posicionei, porque, antes de ler o requerimento, V. Exª disse: "não havendo objeção do Plenário". Enquanto aqui estiver, haverá objeção antecipada, até que eu conheça o assunto. Se V. Exª não tivesse dito essa frase, meu querido Presidente, que tem feito um esforço gigantesco para conduzir os trabalhos da Casa, mesmo diante de alguns intolerantes como eu, tenha a certeza de que eu não teria feito o gesto de solicitação da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Senadora Heloísa Helena, a Mesa agradece a V. Exª pelas palavras e afirma que continuará fazendo o enunciado dessa forma, havendo, ou não, concordância, o que permitirá a V. Exª, profunda conhecedora do Regimento Interno, dizer após a fala da Presidência: "neste caso específico, Sr. Presidente, há a minha objeção".

Havendo, ou não, concordância, o Regimento será cumprido. V. Exª pode estar segura de que assim agirá sempre esta Presidência.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, gostaria de discutir a matéria na hora em que for aberta a inscrição.

Nós vamos votar o requerimento agora?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – A que matéria se refere V. Exª?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – À indicação do economista Celso Furtado para o Prêmio Nobel de Economia.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – A matéria será incluída após o Item 2, na condição de extrapauta, e a Mesa assegurará a V. Exª e aos demais Senadores o direito de discutir a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 26, DE 2003

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 1.078, de 2003 – art. 336, II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 26, de 2003 (nº 4.161/2001, na Casa de origem), que dispõe sobre a alteração da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, para incluir a ligação rodoviária Cametá – Limoeiro (PA – 156) à BR – 422 (Novo Repartimento) à BR – 230 (Transamazônica) na relação descritiva do Sistema Rodoviário Federal.

Parecer sob nº 1.621, de 2003, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Relator: Senador Duciomar Costa, favorável, com Emendas nºs 1 e 2-CI (de redação), que apresenta.

Poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.

Em discussão o projeto e as emendas, em turno único.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao nobre Senador Luiz Otávio.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Serei breve, Sr. Presidente, tendo em vista que a pauta está bastante extensa.

Esse projeto dispõe sobre a alteração da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, para incluir a ligação rodoviária Cametá–Limoeiro (PA – 156) à BR – 422 (Novo Repartimento) até a sua chegada à Transamazônica, BR – 230, na relação descritiva do sistema Rodoviário Federal.

O projeto tem como autor o ex-Deputado Gerson Peres, hoje, Secretário Especial de Promoção Social no Estado do Pará. Foi relatado, na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação da Câmara dos Deputados, pelo Deputado Zenaldo Coutinho e, na Comissão de Viação e Transportes, pelo ex-Deputado Haroldo Bezerra, hoje, Diretor-Presidente da Companhia de Saneamento do Pará.

No Senado, o parecer favorável foi oferecido na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura pelo Senador Duciomar Costa.

Segundo o projeto, o prolongamento da BR-422 é imprescindível para o desenvolvimento do Estado do Pará, principalmente de toda a região da margem esquerda do Baixo Tocantins. Proporcionará a integração entre os Municípios de Limoeiro do Ajuru, Cametá, Oeiras do Pará, Baião e Tucuruí, onde está instalada a hidrelétrica de Tucuruí, além de permitir a ligação da região com Marabá, no sul do Estado do Pará, via Tucuruí.

Com efeito, no lado esquerdo do Baixo Tocantins, verifica-se grande produção, especialmente de frutas, pimenta-do-reino, peixes e madeira, cuja comercialização é muito prejudicada pela precariedade das ligações viárias, o que carece, portanto, de solução, para se viabilizar o escoamento de tão importante produção agrícola para o crescimento econômico do Estado.

Como podemos constatar, Sr. Presidente, o prolongamento da BR-422, como propõe o autor do projeto, é solução correta e indispensável para possibilitar o desenvolvimento da região, que terá condições de explorar seu potencial agrícola; e, com a retomada das obras da hidrelétrica de Tucuruí, importará a garantia de aproveitamento dos impactos causados pela movimentação econômica gerada pela referida usina e a extração de todos os benefícios decorrentes de sua conclusão em benefício da população não só do Pará, mas da Amazônia.

É pública e notória a importância da hidrelétrica de Tucuruí, tendo em vista sua capacidade de geração de energia, principalmente pelo baixo impacto ambiental causado por aquela grande obra, que, hoje, atende os grandes projetos da Amazônia e parte dos do nordeste do País, levando energia até à nossa região, o sudoeste.

Com certeza, a ampliação e a conclusão de Tucuruí fará com que as reservas de energia elétrica aumentem, mesmo nesse momento em que vivemos sob baixos índices de atividade econômica, fazendo com que haja sobra de energia elétrica no País, principalmente após os procedimentos adotados pelo consumidor depois do apagão, que realmente reduziram o consumo.

Certamente que a facilidade da capacidade de geração de energia tem a ver também com o índice pluviométrico não só na Região Amazônica, mas em todo o Brasil. Isso também é um fator importante na geração de energia.

Tenho a certeza, Sr. Presidente, de que este é um projeto que dará bons resultados e que esta Casa o aprovará, como a Câmara Federal assim o fez, por unanimidade.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Antes de conceder a palavra, pela ordem, solicitada pelo nobre Líder Fernando Bezerra, a Presidência deseja destacar a presença, neste Plenário, do bicampeão mundial de Fórmula I, Emerson Fittipaldi, também bicampeão em Indianápolis e campeão da Fórmula CART.

Para a Presidência, e para as Srªs e os Srs. Senadores, é uma honra ter relevante representante do desporto nacional em nosso Plenário.

A Presidência destaca também a presença, nas galerias desta Casa, de uma comitiva do Estado do Rio de Janeiro, que nos visita. Para nós é uma honra tê-los assistindo à esta sessão deliberativa.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao nobre Líder Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB – RN. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, em nome do meu Partido, encaminho favoravelmente. Cumprimento o Senador Duciomar Costa pelo parecer favorável no sentido de que se inclua a ligação rodoviária Cametá-Limoeiro, no Pará, à BR-422 e à BR-230, no entendimento que temos, todos nós, da importância desse sistema viário integrar-se ao sistema rodoviário federal.

Portanto, o PTB, ao encaminhar favoravelmente, cumprimenta o seu Senador, Duciomar Costa, pelo relatório que apresenta.

Durante o discurso do Sr. Fernando Bezerra, o Sr. Eduardo Siqueira Campos, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. José Sarney, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Continua em discussão. (Pausa.)

Concedo a palavra, para discutir, ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero, em nome do meu Partido, também manifestar-me favoravelmente ao projeto, reconhecendo a importância de algumas rodovias da Amazônia serem efetivamente federalizadas, portanto, passando para a União os encargos e as despesas com manutenção, com restauração e até mesmo com a construção de novas rodovias.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Continua a discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Votação do projeto, sem prejuízo das emendas.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Votação, em globo, das Emendas nºs 1 e 2-CI, de redação.

As Srªs e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovadas.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final da matéria, que passo a ler.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 1.709, DE 2003
(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 26, de 2003 (nº 4.161, de 2001, na Casa de origem).

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 26, de 2003 (nº 4.161, de 2001, na Casa de origem), que altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, de modo a modificar a descrição da rodovia BR-422, na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Nacional, cuja ementa original do Projeto era "Dispõe sobre a alteração da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, para incluir a ligação rodoviária Cametá-Limoeiro (PA–156) à BR-422 (Novo Repartimento) à BR-230 (Transamazônica) na relação descritiva do Sistema Rodoviário Federal", consolidando as Emendas nºs 1 e 2, de redação, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, aprovadas pelo Plenário.

Sala de Reuniões da Comissão, 11 de novembro de 2003. **_ José Sarney – Eduardo Siqueira Campos – Romeu Tuma – João Alberto Souza.**

ANEXO AO PARECER Nº 1709, DE 2003

Altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, de modo a modificar a descrição da rodovia BR-422, na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Nacional.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A descrição da Rodovia BR-422, constante da Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, do Plano Nacional de Viação, aprovado pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, passa a vigorar com a seguinte redação:

"2.2.2. Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal

Ligações

.....

BR	Pontos de Passagem	Unidade da Federação	Extensão	Superposição km	Superposição BR
422	Entroncamento com BR-230 (Novo Repartimento)/ Tucuruí/Cametá/Limoeiro do Ajuru	PA	367	----	----

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Estando a matéria em regime de urgência, passa-se à imediata apreciação da redação final.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à sanção.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – **Item 2:**

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 39, DE 2001

Segunda sessão de discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 39, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador Ney Suassuna, que *acrescenta o § 5º ao art. 73 da Constituição Federal, criando a Procuradoria do Tribunal de Contas da União.*

Parecer sob nº 1.509, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jefferson Peres, oferecendo a redação para o segundo turno.

Transcorre hoje a segunda sessão de discussão.

Em discussão a proposta. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

A matéria constará da Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa ordinária, para prosseguimento da discussão.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – **Item extrapauta:**

REQUERIMENTO Nº 1.064, DE 2003

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.064, de 2003, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, que *manifesta integral apoio à candidatura de Celso Furtado ao prêmio Nobel de Economia de 2004.*

Parecer favorável, sob nº 1.707, de 2003, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

Em votação o requerimento. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante, para encaminhar.

S. Exª dispõe de cinco minutos.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Para encaminhar a votação. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Brasil, ao longo de toda a nossa História, jamais recebeu um Prêmio Nobel, que é o reconhecimento da competência intelectual, da contribuição que os indivíduos dão à História e à Humanidade. Particularmente, na área de Economia, os prêmios que vêm se sucedendo ao longo da história do próprio Prêmio Nobel são basicamente a economistas ligados à Teoria dos Métodos Quantitativos, ligados às visões mais conservadoras da teoria econômica, à uma visão que concebe a Economia como Ciência exata.

Temos, no entanto, na história do Prêmio Nobel, algumas exceções. Por exemplo, Amartya Sen, um economista indiano, que, seguramente, deu uma grande contribuição à discussão da relação entre economia e desenvolvimento social, o índice de desenvolvimento humano e, portanto, ampliou o horizonte do debate econômico.

Temos outras exceções.

Mas, os países em desenvolvimento, sobretudo os da América Latina, jamais participaram dessa possibilidade histórica do reconhecimento intelectual de um exercício que teoricamente é muito mais difícil do que pensar economia num país em desenvolvimento, com estabilidade da moeda, com orçamento, como a experiência recente dos Estados Unidos, na qual se pode sair de um superávit primário para um déficit primário em dois anos de US$400 bilhões para ativar a demanda agregada e promover o crescimento, ou que se tenham as instituições consolidadas e prontas para estimular a agenda do crescimento econômico.

É fácil encontrar na teoria econômica contribuições relevantes, sobretudo daqueles que dedicam sua reflexão teórica aos interesses do mercado, que, tantas vezes, tem sido prestigiado na indicação e no reconhecimento da competência intelectual.

Celso Furtado é um nome obrigatório para todos aqueles que um dia se dedicaram a pensar o desenvolvimento do subdesenvolvimento.

Desde a época da constituição da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe, a Cepal, ainda no Pós-Guerra, Celso Furtado teve um papel decisivo na busca da construção de uma agenda própria, uma nova teoria, novas categorias, novos conceitos que fossem capazes de pensar estruturalmente o desenvolvimento da América Latina e o do Brasil; romper o passado colonialista e escravista que carregávamos; romper a dependência tecnológica e financeira que tantas vezes impedia o desenvolvimento sustentável e acelerado; romper a visão dual de centro de periferia, que basicamente condenava a periferia do sistema à impossibilidade de superar o caráter tardio do seu capitalismo e poder ingressar, portanto, nas áreas mais promissoras da economia internacional.

Celso Furtado é a expressão da coerência intelectual, da relação entre a ética, a ciência e a economia. Ele teve uma vida inteira dedicada à produção do conhecimento e aos interesses públicos, marcado pela transparência e seriedade. É um homem que vive dos direitos autorais de suas obras, publicadas em tantos e tantos idiomas. Não podemos conceber a formação de economistas nas faculdades de Economia deste País sem terem lido **Formação Econômica do Brasil**, um das mais importantes obras para pensar o desenvolvimento, a história econômica, a especificidade da nossa formação, a tarefa histórica de construir este País.

Por tudo isso, pela sua grandeza intelectual, pela sua coerência histórica, pela sua dignidade como homem público, pelo seu compromisso entre a ética e a ciência e porque ele representa a maioria da população deste planeta que busca a reflexão, a produção intelectual desses homens verdadeiramente voltados para o desenvolvimento dos países mais pobres do sistema, eu diria que ele merece, sim, o Prêmio Nobel de Economia.

Sua obra é vasta em todos os campos da teoria e da política econômicas, do pensamento criativo e inovador, da visão estruturante do desenvolvimento da nossa sociedade.

Quero terminar, Sr. Presidente, citando Ariano Suassuna, que disse uma vez que o primeiro intelectual que veio ao Brasil foi Pero Vaz de Caminha. Como foi a primeira pessoa que escrevia a pisar nestas terras, foi também o primeiro intelectual. Como intelectual, teve que fazer uma opção: ou ele ficava com o Rei de Portugal, com a metrópole, ou ficava com esta terra, com a população que aqui vivia. No entanto, Pero Vaz de Caminha fez opção pelo Rei. Ele inclusive termina sua primeira carta pedindo um favor por seu sobrinho que estava preso. Da mesma forma, a maioria dos intelectuais sempre fizeram opção pela metrópole, pelo poder, pelos interesses que se sobrepuseram à nossa história econômica.

Seguramente, Celso Furtado fez uma outra opção: por esta terra, por este povo. Entre a casa grande e a senzala, é daqueles que fez opção pela senzala, por esta Nação, por este continente, por este projeto de desenvolvimento. Por tudo isso, ele deveria receber o reconhecimento da sua extensa obra, da sua competente produção intelectual e da sua coerência histórica e ética com a indicação, por este Plenário, para o Prêmio Nobel de Economia.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy para encaminhar a votação do requerimento.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, feliz a iniciativa do Senador Aloizio Mercadante, Professor de Economia, para que a Academia de Ciências da Suécia aprecie a indicação de Celso Furtado, no próximo ano, ao Prêmio Nobel de Economia.

São muitos os amigos economistas, como Maria da Conceição Tavares, Carlos Lessa e outras centenas de pessoas, que hoje abraçam esta causa.

Sr. Presidente, na semana passada, escrevi uma carta a Amartya Sen, Prêmio Nobel de Economia, que gostaria de registrar:

> Caro professor Amartya Sen:
>
> Com grande entusiasmo, um número significativo de economistas e intelectuais, não apenas do Brasil, mas de muitos países, decidiram fazer uma justa indicação à Academia Real de Ciências da Suécia, pro-

por que o Professor Celso Furtado seja nomeado Prêmio Nobel de Economia.

Como o senhor teve a oportunidade de interagir pessoalmente com Celso Furtado, especialmente por causa dos anos tão produtivos que ele teve na Universidade de Cambridge em 1953-1954, quando ele escreveu o clássico **A Formação Econômica do Brasil,** e em 1973-1974, quando foi designado para a Cadeira Simon Bolívar, eu e um grupo de amigos que acreditam que esta é uma causa muito importante decidimos contatá-lo, na medida em que, por ter sido designado Prêmio Nobel e também por sua extraordinária contribuição, tem a possibilidade de participar deste movimento, se assim concordar.

A Universidade de Cambridge tornou-se uma referência essencial para Celso Furtado, como ele conta na sua autobiografia, composta de três volumes. Lá ele conheceu a primeira geração dos discípulos de John Maynard Keynes, como Richard Kahn, Joan Robinson, Nicholas Kaldor, Piero Sraffa, James Edward Meade. E foi também onde estabeleceu uma relação muito positiva e construtiva com o senhor e com o seu trabalho, como pude comprovar durante a sua visita ao Brasil. Ao ler seus trabalhos, bem como os de Celso Furtado, pode-se notar quanta afinidade existe entre ambos e nos mesmos campos de interesse, como relativamente ao problema da erradicação da pobreza, como promover o desenvolvimento, como construir uma sociedade mais justa e como todas as pessoas devem viver com dignidade e liberdade, construindo e fortalecendo a democracia. Também, como sabe, a questão da ética para um economista constitui um dos aspectos fundamentais de toda a obra de ambos.

Durante o seu segundo período na Universidade de Cambridge, ele produziu livros como **O Mito do Desenvolvimento Econômico** (1974), **Prefácio à Nova Economia Política** (1976), **Criatividade e Dependência (**1978), e **Pequena Introdução ao Desenvolvimento** (1980).

Celso Furtado teve influência profunda em todos os economistas, especialmente da América Latina, da Ásia, da África, nos últimos 50 anos, comparável àquela exercida

sobre ele por um dos seus principais mentores, o Prof. Raul Prebish, criador e organizador da Cepal, no Chile, onde Celso Furtado trabalhou.

Tenho certeza de que Amartya Sen tem conhecimento de muitos outros economistas que poderiam ser laureados com o Prêmio Nobel.

Sr. Presidente, o Prof. Amartya Sen escreveu-me de volta, dizendo que ficará muito contente se o Professor Celso Furtado receber o Prêmio Nobel, ainda que não saiba exatamente como se define o Prêmio Nobel de Economia.

Quem assistiu ao filme **Uma Mente Brilhante**, que trata da história de John Nash, outro que ganhou o Prêmio Nobel, constata que são insondáveis os caminhos para a definição desse prêmio.

Tenho a certeza, Srªs e Srs. Senadores, de que Celso Furtado muito honrará o Brasil. A Academia Real de Ciências das Suécia será muito justa se lhe conferir esse merecido prêmio.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Tem a palavra o Senador Arthur Virgílio para encaminhar.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, é plena de méritos a propositura do Senador Aloizio Mercadante. Afinal de contas, Celso Furtado, a par de ser a figura humana notável que é, conseguiu andar à frente do seu tempo.

Há pouco tempo, eu estudava o Plano Trienal, que, para mim, hoje, se afigura uma peça lúcida, que antevia a necessidade do ajuste fiscal e visualizava a prioridade do combate à inflação como condições essenciais para sustentar o crescimento econômico e que, como terceiro ponto da sua espinha dorsal, falava nas reformas de base, que terminaram sendo o único item abraçado para valer pelo Governo Goulart. Por condições políticas que possam ter falecido por quaisquer dissidências intragoverno, o fato é que os dois pontos iniciais e preliminares do Plano Trienal não obtiveram êxito por falta, quem sabe, de esforço político das forças que compunham o cerne do Governo Goulart.

Quando olho hoje o Brasil com a economia estabilizada e a sociedade já entendendo que não há como retroceder desse básico, desse pré-requisito; quando olho hoje, depois de tantas tentativas – que não digo frustradas, pois considero brilhante a tentativa do Plano Cruzado, embora aberrante do ponto de vista técnico, e a do Plano Collor, que foi baseada na experiência da Argentina com o Plano Austral, e na tentativa de estabilização que, afinal, deu certo na Polônia e em Israel, e isso compôs o caldo de cultura em cima do qual se montou o Plano Real, que teve êxito macroeconômico efetivo –, o fato é que alguém, na década de 60, conseguia expor – e não quero me esquecer aqui da contribuição inestimável do Ministro da Fazenda San Thiago Dantas, do Governo João Goulart – de maneira clara as prioridades do Brasil. E quais eram? Combater a inflação àquela altura, trabalhar o ajuste fiscal e impulsionar a luta por reformas estruturais no Estado brasileiro.

O Presidente João Goulart abraçou a última das três teses. E por isso talvez se possa explicar não ter tido êxito histórico e político o seu governo. Eu digo isso muito a cavaleiro, procurando fazer um pouco de memória histórica, porque meu pai foi líder do Governo Goulart e do PTB no Senado da República. Eu tinha, e tenho, toda simpatia pessoal e amor pela memória do Presidente João Goulart, mas o fato é que se pode, quem sabe, marcar o fracasso de João Goulart pela falta de empenho em implantar para valer e em cobrar os resultados do Plano Trienal, o qual, como todo plano de estabilização, impunha dores, penas, preços. E, àquela altura, havia teorias, livros e teses de mestrado, doutoramento e pós-doutoramento afirmando que se podia crescer bastante e que a inflação não fazia mal, ao contrário, a inflação era o preço que se pagava pelo desenvolvimento. Essa tese é absurda, tecnicamente insensível e irresponsável do ponto de vista social.

Àquela altura já Celso Furtado sabia que nenhum país cresce de maneira saudável se a inflação não estiver controlada e se não houver um regime de ajuste fiscal bem simples, aquele que qualquer casal compreende, que qualquer família procura compreender, que é não se gastar nunca mais do que o que se recebe e se arrecada.

A austeridade e a criatividade estavam postas ali, e hoje, quando aqui venho, procurando por uma abordagem que pode parecer tecnicista, essa é a forma que encontro de ressaltar a antevisão e a genialidade desse grande economista brasileiro que pertence ao mundo inteiro. Essa é a maneira que encontro de homenagear Celso Furtado e dizer que, por estranho que pareça, o Brasil nunca teve um Prêmio Nobel e talvez seja o momento oportuno para tanto. Se não o for, tem valido a tentativa e, portanto, é mais do que legítima a propositura do Líder do Governo, apoiada por todos nós, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Não tenho a menor dúvida de que essa matéria será aprovada por unanimidade.

Hoje, tenho discordâncias em relação ao pensamento de Celso Furtado, que pensa o mundo e o Brasil por olhos e ângulos que não são os meus. Contudo, isso não o diminui quando faço o julgamento dessa enorme figura histórica que ele é.

Celso Furtado merece ser homenageado em vida e que Deus lhe dê muitos anos de vida! Merece essa homenagem, em primeiro lugar, pela consideração do Congresso Nacional, que representa os Estados e o povo brasileiro, e, em segundo, para obter para o Brasil esse laurel inédito, que é o Prêmio Nobel, para alguém que, como ser humano, o merece, que, como economista, fez por merecê-lo e, como homem de Estado, homem de visão genial ao projetar o futuro, certamente não fica a dever em nada a todos os que já foram homenageados na célebre Academia de Ciências.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra ao eminente Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, foi com muita alegria que subscrevi o requerimento de indicação do nome de Celso Furtado ao Prêmio Nobel de Economia.

Desde muito cedo, acostumei-me a admirar Celso Furtado. Quando eu era Professor da Faculdade de Ciências Econômicas do Amazonas, na disciplina História Econômica do Brasil, adotava como livro texto o clássico **Formação Econômica do Brasil**, de sua autoria, juntamente com outros livros também clássicos de Roberto Cochrane Simonsen e de Caio Prado Júnior.

Celso Furtado, nesse livro, não se limitou a fazer uma descrição da evolução econômica do nosso País. Foi mais além. Foi inovador, criativo, quando, ao analisar a política de queima de café, instituída pelo Presidente Getúlio Vargas na década de 30, salientou que aquilo foi uma antecipação da teoria de Keynes. Numa conjuntura mais do que recessiva, de profunda depressão da economia mundial, quando o encolhimento da demanda gerou enormes excedentes de café em nosso País, o Governo adotou a política de compra de café para estocá-lo e, depois, queimá-lo. E aquilo que escandalizava todo o País, a queima de montanhas de sacos de café, era, na verdade, uma política extremamente racional, do ponto de vista econômico.

Além de um grande teórico de economia, Celso Furtado também foi um formulador de economia, quando elaborou o Plano de Desenvolvimento do Nordeste e a criação da Sudene, e mais – como lembrava há pouco o Senador Arthur Virgílio –, quando elaborou o Plano Trienal que o Presidente João Goulart não quis ou não pôde levar a cabo.

Celso Furtado, apesar de não ser um monetarista, apesar de ser um cepalino, já compreendia, àquela altura, que a austeridade fiscal não é coisa nem de direita nem de esquerda, é simplesmente uma questão de cálculo matemático, e que o País não poderia continuar naquela inflação acelerada. João Goulart não sustentou Celso Furtado, optou pelo descontrole das contas públicas, cercado por um grupo que considerava que a austeridade prevista no Plano Trienal era coisa de direita, era coisa reacionária.

Sr. Presidente, Senador José Sarney – V. Exª viveu aquela época –, se o Plano Trienal tivesse sido executado, não teríamos tido o golpe militar de 1964. Infelizmente, Celso Furtado não foi ouvido pelo Governo e pagou um preço alto, o preço do exílio.

Ele escreveu inúmeras outras obras. Ele é mais que um economista: é um pensador, que se inscreve no mesmo naipe de um Sérgio Buarque de Holanda, de um Gilberto Freyre, enfim, dos grandes intérpretes do Brasil.

Oxalá a Academia Sueca tenha a lucidez de conferir essa láurea que nenhum brasileiro obteve até hoje a Celso Furtado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra ao nobre Senador Ramez Tebet.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, sinceramente, fico pensando como é a vida. Hoje, retrocedo no tempo ao momento em que era acadêmico de Direito. No verdor da minha juventude, tive oportunidade de ouvir conferências de Celso Furtado, de vê-lo comparecer às faculdades e universidades para expor as suas idéias, o seu pensamento, o seu ponto de vista.

Decorridos tantos e tantos anos, tenho a satisfação – e levanto-me para isso – de juntar minha voz ao coro de tantos Senadores, inclusive ao autor do requerimento, Senador Aloizio Mercadante, para apoiar, com muita satisfação, esse requerimento de indicação do nome de Celso Furtado aos píncaros, às alturas, como um dos maiores expoentes da economia mundial.

Naquela ocasião, o meu professor de Economia Política já aconselhava a leitura de Celso Furtado. Quando o Brasil entrou na era do planejamento governamental, sua voz era a mais autorizada. Agia no

sentido de combater a inflação, defendendo as reformas de base, o desenvolvimento regional e o combate às desigualdades regionais e sociais. Talvez por essa razão Juscelino Kubitschek o tenha indicado como o primeiro superintendente da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, órgão que hoje se tenta recriar. E, para isso, foi preciso ouvir novamente Celso Furtado, que teve a oportunidade de mostrar quão importantes são esses organismos em defesa das desigualdades regionais, que infelizmente ainda existem em nosso País.

Hoje, Sr. Presidente, presido a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado da República e acredito, neste momento, interpretar o sentimento de todos os companheiros da CAE para que esse requerimento, aprovado por unanimidade, oxalá encontre eco na Academia Sueca e que não apenas Celso Furtado venha a ser premiado, mas que o Brasil seja reconhecido como um país que teve a honra e a glória de ter o gênio de Celso Furtado.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra ao Senador Roberto Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, sou mais uma voz que se junta aos que estão apoiando essa indicação, e com a profunda convicção de que é um momento de se fazer justiça à Nação brasileira.

Celso Furtado, brasileiro de reconhecimento internacional, é um nome mundial, que deu uma contribuição efetiva à teoria econômica e à compreensão do fenômeno do desenvolvimento, a que poucos economistas do mundo inteiro, da história da Economia, podem igualar-se.

Foi um dos líderes da Cepal, Comissão Econômica da América Latina, que formulou toda uma teoria e trouxe um período de progresso muito grande para toda a América Latina durante três décadas de desenvolvimento e de crescimento; formulou teorias que ligam o desenvolvimento à questão cultural, com uma perspectiva brilhante e convincente. Enfim, é um nome da cultura mundial, não apenas da Ciência Econômica, mas da Ciência Social de modo geral. Merece efetivamente essa indicação e a escolha por parte da Academia Sueca.

É o que esperamos, Sr. Presidente.

Gostaria também de ressaltar, ao lado dessas qualidades inequívocas, unanimemente reconhecidas, as qualidades pessoais de Celso Furtado. É um homem ético na inteireza da expressão; um homem de formação moral absolutamente inatacável, de vida austera, que se dedicou com rigor não só ao estudo e à pesquisa, mas também à justiça e à realização dos valores morais no mundo.

É um homem inatacável e exemplar como cidadão, como ser humano. Quando jovem foi soldado, para derrotar a máquina de guerra nazista, que atemorizava o mundo e oprimia grande parte da Europa.

Enfim, Sr. Presidente, é uma gama de qualificações muito grande, que coloca em Celso Furtado a oportunidade de o Brasil conquistar, pela primeira vez, uma premiação pela Academia Sueca para o Prêmio Nobel.

Subscrevo o requerimento, manifestando aqui o meu apoio mais convencido e caloroso a essa iniciativa, na expectativa, na esperança de que Celso Furtado venha a ser escolhido Prêmio Nobel de Economia.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra ao Senador Maguito Vilela.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, em meu nome e em nome de todos os goianos, hipoteco total apoio à indicação do nome de Celso Furtado para concorrer ao Prêmio Nobel de Economia.

Congratulo-me com o Senador Aloizio Mercadante. Foi uma iniciativa das mais justas, das mais elogiáveis que se poderia fazer aqui nesta Casa. Celso Furtado é, sem dúvida alguma, um intelectual não só da área econômica, mas também da área social. É uma das maiores celebridades da América Latina. Tanto é verdade que, de todos os economistas da América Latina, é o mais lido em todo o mundo. Portanto, merece, sem sombra de dúvidas, o Prêmio Nobel de Economia.

Presidi a Comissão de Erradicação da Pobreza, que tinha na Vice-Presidência a Senadora Marina Silva e, como integrantes, a Senadora Heloísa Helena, o Senador Eduardo Suplicy e tantos outros Senadores e Senadoras de grande expressão. Tive, então, a oportunidade de, juntamente com o Senador Eduardo Suplicy e com a atual Prefeita de São Paulo, Marta Suplicy, visitar o apartamento de Celso Furtado no Rio de Janeiro. Fomos nos aconselhar com ele com relação ao que devíamos fazer para aperfeiçoar o Fundo de Erradicação da Pobreza. Também queríamos saber o que ele entendia que poderia ser acrescentado ao nosso relatório. Foi quando ele defendeu um ataque vigoroso ao problema do déficit habitacional em nosso País. Eu me lembro que o Senador Eduardo Suplicy ainda insistia em que o Governo de-

veria investir mais em habitações populares, inclusive por recomendação do grande intelectual e economista Celso Furtado. Lá, pude notar um homem dos mais brilhantes deste Planeta, morando num apartamento simples, singelo, dos mais humildes. Um homem com aquela grandeza e aquela capacidade intelectual!

Sr. Presidente, conforta a todos nós, brasileiros, a indicação feita pelo Senador Aloizio Mercadante, relatada pelo Senador Eduardo Suplicy. Trata-se, aliás, de relatório muito bem-feito, completo, trazendo o currículo extenso e riquíssimo do economista Celso Furtado.

Portanto, em meu nome e em nome do povo goiano, manifesto apoio à indicação de Celso Furtado para o Prêmio Nobel de Economia. Todos os brasileiros torcem para que esse grande homem público possa receber o Prêmio Nobel de Economia. Acredito que, dessa forma, o mundo estaria fazendo justiça a um grande intelectual, a um homem com lampejos de genialidade, que é Celso Furtado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Com a palavra, o Senador José Jorge. Em seguida, o Senador Marco Maciel.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, manifesto também minha palavra favorável ao requerimento do Senador Aloizio Mercadante. Não costumo votar favoravelmente a requerimento de S. Exª, por ser Líder do Governo, mas, desta vez, penso que merece nosso voto favorável, pois se trata de matéria suprapartidária. O economista Celso Furtado desempenha um papel muito importante no desenvolvimento do Nordeste. Ele foi o criador e o primeiro superintendente da Sudene. À época eu era estudante de engenharia e tive a oportunidade de participar de algumas reuniões com ele. Pude observar não apenas seu preparo, como sua energia e seu entusiasmo em trazer um novo tempo para o Nordeste.

Acredito que o economista Celso Furtado é daqueles profissionais que trabalharam em dois campos. Por um lado, conseguiu desenvolver uma teoria econômica que esteve muito em moda, adotada pela Cepal, e que se aplicou em diversas regiões da América Latina. Por outro lado, trabalhou como executivo, dirigiu uma importante instituição como a Sudene, dotando-a de uma estrutura técnica, fazendo dela um dos órgãos públicos mais importantes do Brasil.

E o Nordeste se beneficiou muito desse seu trabalho. Se hoje em dia a situação social ainda é difícil, naquela época era muito mais difícil. Hoje, o Nordeste vive uma situação muito pior do que o resto do País, mas, naquela época, a diferença ainda era maior.

Então, como nordestinos, como pernambucanos, somos testemunhas vivas do trabalho que o economista Celso Furtado realizou à frente da Sudene ou mesmo como teórico das teses econômicas para aplicação em regiões de desenvolvimento ou regiões ainda necessitando de desenvolvimento.

Portanto, creio que é em boa hora que apoiamos esse requerimento do Senador Aloizio Mercadante, porque se trata de um reconhecimento ao trabalho que o economista Celso Furtado realizou. Em meu nome e em nome de Pernambuco, que represento aqui no Congresso Nacional, gostaríamos de dar o nosso apoio.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Com a palavra o Senador Marco Maciel e, em seguida, o Senador Pedro Simon.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE. Para encaminhar a votação. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, José Sarney, Srªs e Srs. Senadores, desejo associar-me aos oradores que me antecederam, para também apoiar a indicação que o Senado certamente fará, após haver sido aprovada na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, no sentido de, ao economista, professor e pensador Celso Furtado, ser conferido o Prêmio Nobel de Economia de 2004.

Conheci Celso Furtado ainda como líder estudantil e aprendi a admirá-lo desde cedo. Era Presidente da UEE – União dos Estudantes de Pernambuco, e Professor Celso Furtado, por recomendação do Presidente Juscelino Kubitschek, era incumbido de estruturar a Sudene. Dele é o melhor estudo sobre a questão nordestina, ainda hoje extremamente atual.

Ao ser a indicação apreciada na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, recebeu sugestão do Senador Tasso Jereissati de o Senado fazer a reedição da obra **Uma política para o desenvolvimento do Nordeste**, do GTDN – Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste. Todos sabemos que essa obra resultou do trabalho de Celso Furtado e sua equipe. A partir daí, pôde o Nordeste conhecer uma política integrada ao desenvolvimento da região.

Celso Furtado é um homem múltiplo, não meramente um economista, ainda que tenha dado e continue a dar muitas lições nesse campo, é também um pensador, um humanista preocupado com as questões sociais e culturais do País. Tanto isso é verdade

que, ao tempo em que V. Exª, Senador José Sarney, presidiu o País, houve por bem fazê-lo Ministro da Cultura, em cuja pasta desincumbiu-se de forma muito competente. Ademais, Celso Furtado tem exercido muitas funções no exterior, tornando-o merecedor de reconhecimento também internacional.

Daí por que desejo dizer aqui, como já o fiz na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sou francamente favorável ao acolhimento da proposta, para Celso Furtado se converta no primeiro cidadão brasileiro a merecer o Prêmio Nobel de Economia de 2004.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Com a palavra o Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, é com muita emoção que faço o encaminhamento desse voto.

Já fizemos muitas indicações e praticamente não tivemos sorte até agora. Mas penso que dificilmente se encontrará no Brasil uma pessoa que tenha todas as condições de preencher a qualificação para receber esse prêmio.

Levaríamos um tempo enorme para descrever a sua biografia, Sr. Presidente. Poderíamos escolher o aspecto da sua biografia que gostaríamos de abordar: o homem na sua dignidade, o homem na sua seriedade; o homem na pureza do seu sentimento; o homem que tem uma história de serviços prestados ao Nordeste e ao País.

Fez bem Juscelino ao chamá-lo quando pensava em criar a Sudene, onde fez um trabalho excepcional. Ao cair o Parlamentarismo, o Dr. João Goulart governou no regime presidencialista e lançou o plano trienal. Foi a primeira vez no Brasil em que se olhou para o futuro e não apenas para o ano seguinte. O homem escolhido foi exatamente o nosso querido amigo Celso Furtado.

Cassado, estando no exterior, vendo S. Exª e sua esposa lecionando na Sorbonne, o Dr. Tancredo telefonou, dizendo que precisava vê-lo. S. Exª não sabia para quê. Pegou o avião e, no dia seguinte, estava aqui. Para muitos que imaginavam que S. Exª seria Secretário da Fazenda ou do Planejamento, S. Exª foi indicado para a Secretaria da Cultura. Mesmo assim, a sua atuação foi efetivamente excepcional. V. Exª sabe que, nas horas difíceis do seu Governo, uma pessoa que tinha carinho, respeito e uma palavra era Celso Furtado. Lembro que, de todo esse tempo que estou aqui, na época de oposição, nas horas mais difíceis, quem aparecia era o professor Celso Furtado. S. Exª não aparecia com uma palavra de ódio, de rancor, mas sempre com uma palavra de bom-senso, de equilíbrio. É impressionante o amor que S. Exª tinha, naquela ocasião, e tem pelo Nordeste. É impressionante o sentimento que S. Exª demonstrava por aquela região e a convicção que tinha e tem até hoje de que o Nordeste será a grande região do Brasil, que não é um problema do Nordeste, mas uma questão de falta de vontade política do Governo Central.

Por isso, Sr. Presidente, ao contrário de outros que indicamos, que vão para o debate nacional e o mundo não os conhece, agora vamos indicar um homem que o mundo intelectual, os economistas, as pessoas que pensam nos Estados Unidos, na Inglaterra, na França, na Alemanha e na Itália sabem quem é. Todos sabem quem é Celso Furtado. E ao tomarem conhecimento da sua indicação, não se precisará dizer o porquê, porque eles sabem que ele é merecedor.

É com muita alegria e satisfação que dou este voto favorável à indicação de Celso Furtado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Com a palavra o Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, como cearense e nordestino, também não poderia deixar de dar a nossa palavra sobre a iniciativa de sugerir o nome do economista paraibano Celso Furtado para o Prêmio Nobel.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Celso Furtado teve, para o Brasil, uma importância toda especial, não só como professor, intelectual – talvez o maior teorizador sobre desenvolvimento econômico neste País –, mas também uma importância política fundamental, ao dar a este País a primeira noção clara de planejamento. E para o nosso Nordeste, para o meu Nordeste, teve uma importância única e histórica.

Talvez tenha sido ele, Senador Antonio Carlos Magalhães, o homem que tenha discutido, pela primeira vez, o Nordeste como uma ideologia – a ideologia nordestina –, como um conceito sociopolítico e geográfico, e que tenha dado a este conceito a primeira visão teórica e planejada de desenvolvimento regional.

Penso ser impossível falarmos aqui sobre desenvolvimento regional sem falarmos em Celso Furtado, que foi o primeiro coordenador do Grupo de Trabalho Para o Desenvolvimento do Nordeste – GTDN, até hoje a grande base e referência de desenvolvimento do Nordeste. Não há documento sobre o desenvolvimento regional que não tenha como princí-

pio-base o estudo elaborado por esse grupo de trabalho de Celso Furtado.

S. Exª foi quem teorizou, no Governo Juscelino Kubitschek, a criação da Sudene, não aquela em que a Superintendência se transformou nos últimos anos, mas um grande instrumento de articulação do desenvolvimento regional.

Por essa razão, para nós, nordestinos, não poderia haver iniciativa mais justa e correta de que o primeiro brasileiro a ter a honra de receber o Prêmio Nobel seja Celso Furtado, orgulho dos nordestinos e de todos os brasileiros.

Durante o discurso do Sr. Tasso Jereissati, o Sr. José Sarney, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma, 1º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Passo a palavra ao Senador Efraim Morais, por cinco minutos, para encaminhamento.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, como paraibano quero agradecer a todos que usaram da palavra em defesa do professor Celso Furtado. A Paraíba se orgulha de Celso Furtado ter nascido em seus rincões, exatamente na cidade de Pombal, no sertão paraibano.

Não há a menor dúvida de que o professor Celso Furtado, um intelectual, um pensador, um humanista, tinha e tem uma visão extraordinária do Nordeste. E como colocou muito bem o Senador Tasso Jereissati, ele é um apaixonado pelo Nordeste, pelas coisas daquela região, é um estudioso do Nordeste.

Sabemos que o economista Celso Furtado foi o grande idealizador da Sudene e desejava que ela diminuísse as desigualdades regionais, que é o tema da moda de hoje. O que queremos com a reforma tributária? Diminuir as desigualdades regionais e aumentar o desenvolvimento regional.

Celso Furtado foi o homem que viu longe, que tinha e tem uma visão extraordinária do social. E sempre defendeu uma Sudene que gerasse emprego e desenvolvesse o Nordeste. Portanto, queremos e esperamos que a nova Sudene seja a planejada por Celso Furtado.

Assim, em nome da Minoria e dos companheiros Senadores do PFL e do PSDB, somos favoráveis a esse requerimento, apresentado pelo Líder Aloizio Mercadante, indicando o nome de Celso Furtado ao Prêmio Nobel. E fico solidário a esse requerimento porque, na condição de paraibano, me sinto orgulhoso de ser conterrâneo do economista Celso Furtado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Com a palavra o Senador Antonio Carlos Valadares, por cinco minutos, para encaminhar a votação.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o PSB não poderia deixar de se manifestar, nesta ocasião, de forma positiva e favorável ao requerimento que indica o economista Celso Furtado para o Prêmio Nobel, em uma homenagem prestada pelo Senado Federal a um economista de renome nacional e internacional, pontificado ao longo de sua carreira como professor, administrador, escritor, pesquisador e dirigente de uma instituição que, embora destituída, em um determinado momento, do nosso mundo administrativo, exerceu um papel da mais alta relevância para o desenvolvimento da indústria e da agricultura do nosso Nordeste.

Que bom seria se a Economia fosse uma ciência exata como é a Matemática: todos os governos, antes de assumirem, apresentariam fórmulas matemáticas, precisas e exatas, ao invés de planos econômicos. Talvez, então, estivéssemos mergulhados no mundo da felicidade, no bem-estar da igualdade social.

Se a economia não pôde atingir esse nível de uma visão de prosperidade mundial, de igualdade social, pelo menos produziu figuras do tipo de Celso Furtado, que honra o Brasil por tudo o que fez na sua profissão, na sua atividade.

Além do mais, Sr. Presidente, ressalte-se que foi um homem público cuja carreira foi interrompida, durante certo tempo, pelo regime discricionário, mas, ao retornar ao Brasil, foi recebido com o abraço da alegria do brasileiro, temperada com a saudade e com o reconhecimento tácito pelo seu trabalho.

Durante o Governo do Presidente José Sarney, exerceu o cargo de Ministro da Cultura com muito brilho e eficiência, instituindo, entre outros benefícios, o primeiro estímulo à cultura, à produção cultural, antes relegada a segundo plano.

Por isso, Sr. Presidente, neste momento, trago a palavra de um sergipano e nordestino grato e reconhecido por tudo quanto fez Celso Furtado pelo nosso País e pela honra que concedeu ao Brasil em ser no passado, como é ainda hoje, uma das figuras monumentais da cultura, da economia e do humanismo no mundo inteiro.

As minhas homenagens, portanto, e o nosso voto favorável a Celso Furtado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna. O último inscrito é o Senador José Agripino.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, sempre considerei muita honra que Celso Furtado fosse paraibano. Em toda a minha juventude, ele era exemplo para nós, economistas, e exemplo para toda uma geração de nordestinos à medida que a Sudene se cristalizava, à medida que milhares de pessoas deixavam de morrer – porque passaram a ter um emprego –, à medida que a região se desenvolvia. Ela não se desenvolveu tanto quanto queríamos, nem tampouco o tanto que ele sonhava, mas, comparativamente com o que era, ele causou uma transformação gigantesca. Não bastasse isso, tínhamos orgulho de vê-lo professor na França e autor de tantas e importantes obras.

Por essas razões, como paraibano, não somente me solidarizo com a propositura, mas, mais do que isso, declaro meu orgulho em tê-lo como conterrâneo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Concedo a palavra ao Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, associo-me ao requerimento de indicação do economista Celso Furtado para a disputa e premiação do Prêmio Nobel de Economia.

Nunca tive o prazer de conhecer Celso Furtado, paraibano emérito e meu vizinho de Estado, mas ele foi muito amigo do modelo que adotei para minha vida pública, o irmão do meu pai, João Agripino, que foi Governador da Paraíba. João Agripino foi amigo íntimo de Celso Furtado. Eram amigos e, posso dizer, admiradores recíprocos. Tenho certeza de que Celso Furtado admirava a coragem cívica de João Agripino e que João Agripino admirava o espírito público de Celso Furtado.

Quero me manifestar orgulhoso de meu conterrâneo de região, economista notável que, para o Nordeste, tem o mérito especial de, há muitos anos, ao tempo de Juscelino Kubitschek, ter sido dono de uma idéia que produziu uma agência de desenvolvimento perfeita para a sua época: a Sudene. Tal idéia, elaborada por um economista e atualizada para o momento, produziu incentivos fiscais que, por muitos anos, geraram empregos e desenvolvimento para os Estados que vão do Maranhão à Bahia, chegando a um pedaço de Minas Gerais.

Celso Furtado está vivo, graças a Deus, e desejo-lhe vida longa. E ele merece, mais do que a nossa homenagem, o nosso aplauso pelo economista que é, pelo nordestino que também o é, pelo benemérito da região, pelo homem de capacidade múltipla nos campos da economia e da cultura, já que ele também foi Ministro da Cultura.

Estamos aqui para homenagear um cidadão, um conterrâneo, uma idéia e um modelo. Tudo isso produziu o que significa no Nordeste o modelo Sudene, com milhares de empregos gerados. Esse modelo exauriu-se no tempo, mas, nem por isso, deixa de justificar a palavra que trago de apreço e de apoio à sua indicação, como grande economista, como digno de honras concedidas por uma região, como nordestino singular, ao Prêmio Nobel de Economia.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Concedo a palavra ao Líder do PMDB, Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, em nome da Bancada do PMDB, apóio, com satisfação e com emoção, na expressão do Senador Pedro Simon, a indicação desse ilustre professor, economista, por sua originalidade, consistência teórica e sobretudo ousadia intelectual.

Sr. Presidente, o País, sem dúvida nenhuma, deve muito a Celso Furtado – e o Senador Tasso Jereissati disse há pouco que o Nordeste deve-lhe muito mais. Celso Furtado fez seguramente o melhor estudo sobre o Nordeste, sobre aspectos de desenvolvimento regional e de combate à desigualdade regional. Hoje, mais do que nunca, quando essas desigualdades se agravam, quando aumenta o fosso entre os Estados mais ricos e os mais pobres, sentimos necessidade de ressaltar o papel do economista, do professor, desse nordestino, desse grande brasileiro, Celso Furtado.

Desse modo, em nome da Bancada, quero apoiar, com satisfação, a indicação feita pelo Senador Aloizio Mercadante. O PMDB sente muito orgulho de nesta hora fazer este apoiamento.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eu gostaria de lembrar aos Srs. Senadores que hoje é o último dia para discussão da reforma da previdência. Estou fazendo um alerta – com todo o respeito ao Senador Aloizio Mercadante –, porque a sessão está transcorrendo.

Concedo a palavra ao nobre Senador José Maranhão.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, como paraibano e brasileiro, quero juntar minha voz à do autor do requerimento e dos demais Parlamentares que aqui se pronunciaram favoráveis à indicação de Celso Furtado ao Prêmio Nobel de Economia.

Celso Furtado não foi apenas teórico da economia, não foi apenas formulador de políticas. Ele foi também um grande administrador. Quando o Presidente Juscelino Kubitscheck o convidou para fundar o que depois se chamaria a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, na realidade, estava não apenas levando para o papel e para a lei os seus ensinamentos na cátedra, como professor de Economia, os seus conhecimentos vastos, mas sobretudo inaugurando um período de planejamento na história administrativa do Brasil.

A Sudene que tinha, naquela época e na sua visão, o papel de formuladora das políticas de desenvolvimento regional na administração de Celso Furtado marcou época, sobretudo, pela forma austera com que o seu criador e primeiro dirigente conseguiu conduzi-la ao longo dos anos.

Depois, sucederam várias administrações. Algumas muito boas, algumas exitosas e outras desastradamente comprometidas com vícios que terminaram por marcar o fim da Sudene. Hoje, quando se discute o mérito, o valor de Celso Furtado, em todas as suas dimensões, é bom que se fale que a Sudene mereceria ser restabelecida, reorganizada, reestruturada, sobretudo como órgão de formulação das políticas regionais.

O Nordeste deve o que é hoje em dia, em boa parte, à Sudene e à visão progressista de Celso Furtado. Por tudo isso, eu me acosto aos pontos de vista que aqui já foram expendidos favoráveis à proposição do Senador Aloizio Mercadante.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Com a palavra o Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero me juntar aos demais Senadores e Senadoras que aprovam essa indicação feita pelo Líder do Governo, Aloizio Mercadante, e pelos demais Líderes, sobretudo, porque Celso Furtado está intimamente ligado à política do meu Estado, Minas Gerais.

Foi mediante as ações de um grande mineiro, Juscelino Kubitschek, que Celso Furtado pôde mostrar todo o seu talento e toda a sua qualificação profissional, que o colocaram, e o colocam junto a nomes consagrados da economia mundial, como Paul Samuelson, Joseph Stiglitz e tantos outros que concorreram e obtiveram o Prêmio Nobel de Economia. Para nós, mineiros, é muito honroso dizer que foi ele que levou para o norte de Minas Gerais os benefícios da Sudene. Ainda hoje, 90% de toda a arrecadação de ICMS daquela região vem de projetos levados para o norte de Minas Gerais pela Sudene, desde a época de Juscelino Kubitschek, passando por João Goulart, sempre com a marca de Celso Furtado.

É importante que a indicação chegue a tempo até a Academia Real da Suécia, pois para nós a presença do nome de Celso Furtado entre os indicados do mundo inteiro para o Prêmio Nobel de Economia já é uma grande honra, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Com a palavra o Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero, em nome do meu Partido, manifestar o voto favorável ao requerimento, salientando as qualidades do ilustre economista Celso Furtado, já dissecadas aqui pelos oradores que me antecederam. Mas eu gostaria, Sr. Presidente, de registrar que se o Dr. Celso Furtado, se escolhido para receber o Prêmio Nobel de Economia, não será o primeiro brasileiro a ter esse título.

Segundo a Academia Brasileira de Ciências, em 1960, Peter Brian Medawar, nascido na cidade do Rio de Janeiro em 1926, filho de um imigrante libanês, foi agraciado com o Prêmio Nobel de Medicina por sua descoberta referente ao estudo da tolerância imunológica adquirida. O prêmio foi divido com um australiano.

Portanto, um brasileiro, descendente de libanês, foi agraciado com o Prêmio Nobel.

O Prêmio Nobel de Economia é muito importante assim como a indicação do Dr. Celso Furtado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Com a palavra o Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, gostaria de falar em nome de todo o Piauí, representando o Senador Alberto Silva e o Senador Heráclito Fortes.

O Piauí reconhece em Juscelino Kubitschek aquele que mudou este País. Juscelino imaginou um tripé: desenvolvimento industrial, com a indústria automobilística no Sul; Brasília, garantindo a interioriza-

ção do País; e, no Nordeste, a Sudene. Essa obra do Nordeste foi entregue a Celso Furtado.

Queremos dizer aqui, como nordestinos, que o essencial é invisível aos olhos. Além do grande desenvolvimento industrial e estrutural que a Sudene deu ao Nordeste, a ação mais importante desse órgão foi a formação de técnicos. Naquela época, no início da atividade da Sudene, nos anos 50, nenhum Estado nordestino tinha secretaria de planejamento. Os planejamentos e os técnicos só foram possíveis por causa da formação de Celso Furtado.

Tanto isso é verdade que eu, como outros Governadores do Nordeste, necessitamos desses técnicos. Quando governei o Piauí, tive como auxiliares valorosos técnicos da Sudene: Paulo de Tarso Morais de Souza, Leonides Filho, Magno Pires e Elmano Ferri. Assim como os outros Governadores recrutavam na Sudene os mais capazes.

O poder político faria uma grande homenagem a Celso Furtado aqui mesmo, no Brasil, se o Presidente Lula, em vez de fazer como o Governo passado, que tentou acabar com a Sudene, continuasse modernizando-a para continuar aquela bela história de sonho, grandeza e realização de Juscelino Kubitschek e Celso Furtado.

Uma lembrança à Casa, ao Carreiro, ao Secretário Executivo: outra grande homenagem seria fazer um livro com os depoimentos de todos os Senadores, pois aqui ninguém recebeu tanta homenagem, tanto respeito e reconhecimento como o Economista Celso Furtado.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Tem a palavra V. Exª.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu pediria a V. Exª a retificação de minhas palavras, inclusive na Taquigrafia, pois encaminhei a votação falando em "Prêmio Nobel da Paz", quando, na verdade, é "Prêmio Nobel de Economia".

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas não seria injusto se fosse o Prêmio Nobel da Paz também.

V. Exª será atendido na forma regimental.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Com a palavra o Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, presta este Senado, com a indicação do Líder do Governo, Senador Aloizio Mercadante, pleito de justiça a um grande brasileiro que até hoje serve ao País apesar da idade.

Membro da Academia Brasileira de Letras, à qual chegou recentemente – já poderia ter chegado muito antes –, Celso Furtado foi nosso Colega, como Ministro da Cultura, no Governo Tancredo Neves. O mais importante, na vida de Celso Furtado foi a revolução causada no Nordeste, graças aos seus conhecimentos, aos seus planos e à sua determinação.

S. Sª foi daqueles que se juntaram ao grande Presidente Juscelino Kubitschek, o maior dos Presidentes do Brasil contemporâneo, para criar a Sudene, graças à qual o Nordeste teve uma vida melhor. Não se chegou ainda ao ideal porque a pobreza é muito grande, mas o meu Estado pôde crescer muito e muito industrialmente, podendo ser colocado, hoje, entre os Estados com indústrias mais fortes do País, graças também ao pólo petroquímico criado no Governo do Presidente Médici mas que, na realidade, teve no Presidente Geisel o seu grande incentivador.

O importante é que sem a Sudene não teríamos o pólo petroquímico. Juscelino ouviu Celso Furtado para a criação da Sudene. A Sudene verdadeira, não aquela de ontem ou a de hoje, mas a Sudene criada por Juscelino propiciou ao Brasil benefícios magníficos e mudou um pouco a região pobre que é o Nordeste brasileiro.

Espero que esse exemplo de Celso Furtado, mas principalmente o de Kubitschek e de outros presidentes, inclusive do regime militar, que deram oportunidade àquela região, seja observado também por um Governo que tem um nordestino à frente, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que ainda não pôde fazer alguma coisa significativa na área do Nordeste. Por esse motivo, temos a esperança de que, neste Governo, neste quatriênio, Sua Excelência possa realizar algo de significativo que mude a posição do Nordeste em relação ao Brasil e a outras regiões mais favorecidas, até porque o Nordeste serviu bastante para o crescimento do Sudeste, dando divisas, como o meu Estado fez, por intermédio do cacau, para que se criasse um grande parque industrial no Sul do País.

Por tudo isso, quero, nesta hora, homenagear Celso Furtado em nome da Bahia, dos baianos e também dos nordestinos, como disse, com muita razão, o Senador Tasso Jereissati. Em nome do Brasil, queremos, neste instante, homenagear e esperar que esse Prêmio Nobel venha para o grande brasileiro que é Celso Furtado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Concedo a palavra ao Senador Luiz Otávio.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, também não poderia deixar de me manifestar, em nome do meu Partido e do meu Líder, Senador Renan Calheiros.

Por sua posição geográfica junto à Amazônia, o Pará e o seu povo realmente precisam de um órgão de desenvolvimento como o que foi idealizado por Celso Furtado, hoje indicado para o Prêmio Nobel de Economia, de acordo com o requerimento votado nesta tarde, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, Líder do Governo nesta Casa.

Com certeza, Celso Furtado deu oportunidade para que os amazônidas também participassem do desenvolvimento do Brasil, por intermédio da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia e de projetos que transformam o Brasil em um País exportador, como o corredor de exportação do Araguaia-Tocantins, os portos da Amazônia e, principalmente, a Lei de Incentivos Fiscais.

Grandes conglomerados, empresas de grande capacidade de investimento, como a Companhia Vale do Rio Doce, ao longo de sua história – à época estatal, hoje uma empresa privada –, deram oportunidade à Amazônia de produzir, além de extrair as suas riquezas, principalmente os produtos minerais, e de verticalizar essa produção, gerando mais emprego, mais renda. Isso deu condições ao Estado do Pará, assim como à Amazônia toda, de participar diretamente da balança comercial. O Pará é superavitário há mais de dez anos, com US$2 bilhões anuais, com exportação de US$2,5 bilhões e menos de US$500 milhões de importação.

O povo brasileiro homenageia o economista e professor emérito, um homem que deu oportunidade aos jovens de conhecerem a Economia, de discuti-la nas escolas, nas universidades, nos centros acadêmicos, mas que também deu entendimento à população brasileira. O povo brasileiro precisa dessa didática,dessa facilidade de usar o linguajar do "economês".

Com certeza, se esse prêmio for concedido a Celso Furtado, será uma grande vitória do povo brasileiro e, principalmente, da Amazônia e do Nordeste brasileiro, do semi-árido, que, com certeza, têm em sua figura a oportunidade de dias melhores.

Era o que eu tinha a dizer nesta tarde, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Luiz Otávio, o Sr. Romeu Tuma, 1º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Concedo a palavra ao Senador Garibaldi Alves Filho, por cinco minutos.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador) Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, quero nesta oportunidade, também me associar a essa indicação, que se faz por intermédio de um requerimento do Senador Aloizio Mercadante, do Professor, do Mestre, do cientista político, do economista Celso Furtado ao Prêmio Nobel de Economia.

Creio, Sr. Presidente, que, a esta altura da vida de Celso Furtado, com todas as conquistas que amealhou ao longo da vida, com todas as vitórias, com todos os triunfos, com todos os galardões de ter freqüentado as melhores universidades da Europa e dos Estados Unidos, duas homenagens far-lhe-iam justiça. Uma delas seria dar-lhe esse prêmio Nobel de Economia; outra, seria dar-lhe uma nova Sudene, reestruturada, com condições de coordenar e balizar o desenvolvimento do Nordeste.

Daí por que, Sr. Presidente, venho me associar a todos os Senadores nessa homenagem a Celso Furtado e falar da nossa esperança e expectativa de que se faça justiça a esse grande brasileiro e cidadão do mundo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Concedo a palavra ao Senador César Borges, por cinco minutos.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu queria também, como baiano e nordestino, associar-me a toda esta Casa e aos Srs. Senadores que aqui já se expressaram na homenagem que se presta a esse grande brasileiro, o economista Celso Furtado, quando se propõe a sua indicação para o Prêmio Nobel de Economia.

O economista Celso Furtado foi um homem fundamental para o atual desenvolvimento do Nordeste brasileiro. A nossa região, que vivia uma situação de subdesenvolvimento crônico, com renda **per capita** em torno de US$300, evoluiu para a situação atual de desenvolvimento, não ainda a desejável ou a que merece o povo nordestino. Com certeza, o Sr. Celso Furtado e a sua iluminada idéia da criação de uma superintendência de desenvolvimento, pela primeira vez, no País, criando um organismo voltado para comba-

ter as desigualdades regionais, contribuíram para a situação de alavancagem do desenvolvimento, principalmente industrial, do Nordeste brasileiro. Muitos neste País pensam que indústria deve ser privilégio do Sudeste do País. Não deve, não! Indústria é importante para agregar renda e para agregar valores.

Por isso, nós, do Nordeste, lutamos e temos lutado contra esse preconceito, para que a região, de acordo com a visão de Celso Furtado, possa alcançar um estágio de desenvolvimento semelhante ao das regiões mais desenvolvidas do nosso País.

Se Celso Furtado conseguiu realizar esse grande intento, a criação da Sudene, foi porque existia à frente do Governo da República um Presidente como Juscelino Kubitschek, que era desenvolvimentista, que era um homem que não se preocupava unicamente em atender preceitos de economia fiscalista, de macroeconomia para pagamento dos organismos internacionais. Sr. Presidente, creio que é disso que o Brasil precisa; que o Governo Federal entenda que é tão atual como no passado a proposta de se combater as desigualdades regionais.

Lamento profundamente que este Governo tenha anunciado com pompa e circunstância a recriação da Sudene e da Sudam e que, até agora, efetivamente, isso não tenha ocorrido. Até a urgência constitucional que existia para a aprovação dos projetos da Sudene e da Sudam foi retirada, Sr. Presidente, sob o argumento de que estamos ainda sob a égide da reforma tributária, a qual deve preceder a recriação da Sudene, porque o Fundo de Desenvolvimento Regional, que preconiza hoje a reforma tributária, serviria como base para a Sudene. Isso é algo totalmente inaceitável, pois são fundos diferentes, com origens diversas e que devem atender a propostas diferentes.

Portanto, neste momento, associo-me à homenagem a Celso Furtado. E que esse exemplo, que, no passado, na década de 50, deu excelentes resultados, seja reeditado agora para o bem do Brasil, porque nunca teremos um País efetivamente desenvolvido sem que o Norte e o Nordeste estejam desenvolvidos, com uma renda **per capita** que propicie uma vida digna aos seus cidadãos.

Por isso, neste momento, parabenizo o Senador Aloizio Mercadante, autor deste requerimento, e associo-me inteiramente a essa justa homenagem que o Brasil prestará, indicando o nome de Celso Furtado para o Prêmio Nobel de Economia, por intermédio desta Casa. Espero que a academia sueca acate essa indicação, e teremos, então, o primeiro Prêmio Nobel da História brasileira, na figura desse grande homem público, que é Celso Furtado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo, que dispõe de cinco minutos.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, da mesma forma que os Senadores que me antecederam, quero também, como fiz na Comissão, trazer uma palavra de apoio à indicação de Celso Furtado para o Prêmio Nobel de Economia, pelo fato de ser um nome de grande relevância, um professor, um homem que deixou e deixa até hoje as marcas de um trabalho extremamente profícuo.

Celso Furtado, como já lembrado aqui, foi o precursor da Sudene, o criador da Sudene no Governo do grande Presidente Juscelino Kubitschek. Como Senador da República, representante de Minas Gerais e seguidor de Juscelino Kubitschek, eu não poderia deixar de trazer a minha palavra, lembrando que esta proposta de Celso Furtado de dar uma atenção especial ao Nordeste e à Sudene teve exatamente o objetivo de distribuir melhor a população brasileira.

Sr. Presidente, não vejo outro caminho para melhorarmos a qualidade de vida do Brasil a não ser por meio de melhor distribuição populacional. No dia em que tivermos o Brasil, que é tão grande, com a população mais bem distribuída, sem dúvida alguma, as condições de vida serão melhores. Teremos menos violência e teremos uma qualidade de vida seguramente melhor.

Essa foi a idéia básica para apoiar o Nordeste, para que não ficássemos apenas vinculados à região Sul e à região Sudeste do Brasil. Minas Gerais está no Sudeste, mas nunca se furtou a apoiar os projetos de outras regiões do Brasil, especialmente do Nordeste brasileiro.

Portanto, faço aqui minha grande homenagem a Celso Furtado, lembrando, como bem disse o Senador Garibaldi Alves Filho, que uma outra homenagem que pode ser feita a Celso Furtado é que a Sudene volte revigorada, atendendo ao norte de Minas Gerais como parte integrante da região da Sudene, no semi-árido brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena. V. Exª dispõe de cinco minutos.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, sou orgulhosamente nordestina. Aliás, a partir de agora, fa-

rei como o Senador Mão Santa, que fala o tempo todo no seu Piauí. Vou viver falando sobre Alagoas, porque o Senador Mão Santa vai tornar conhecidas unicamente as dunas do Piauí. Como o litoral, o sertão, o agreste, enfim, tudo em Alagoas é mais bonito do que no Piauí, adotarei esta tática: falarei o tempo todo sobre as riquezas do meu Estado.

Como nordestina, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu não poderia deixar de saudar a iniciativa do Líder do Governo, o nosso querido Senador Eduardo Suplicy, que, tanto como Presidente da Comissão de Relações Exteriores quanto como Relator da matéria dedicou-se não apenas à formulação do relatório, mas, como sempre, dedicou-se com alma e coração – sabemos que S. Exª dedicou a sua vida à erradicação da pobreza.

Há pouco, ouvi o Senador César Borges e concordo com parte do que disse. É claro que o Prêmio Nobel de Economia não é uma coisa qualquer! Sem dúvida, para o economista latino-americano mais lido no mundo, com uma obra que traz originalidade, não é uma coisa qualquer. É claro que se trata, sem dúvida, de uma grande premiação. Mas creio que a melhor declaração de amor que poderíamos fazer ao povo do Nordeste, ao povo brasileiro; a maior declaração de que compartilhamos das suas idéias e do seu esforço gigantesco é agirmos neste momento da seguinte forma: mudando a política econômica, fazendo com que os memorandos técnicos, as cartas-compromisso, as cartas de ajuste não signifiquem encher a pança dos banqueiros internacionais e esvaziar os pratos dos nossos filhos da pobreza no Nordeste; garantindo a revitalização da Sudene e de outros organismos importantíssimos para a superação das desigualdades regionais. Se esses organismos foram parasitados e privatizados a serviço das oligarquias regionais, que estabeleçamos os mecanismos necessários para superarmos o parasitismo e a privatização desses organismos.

Sem dúvida alguma, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, creio que, neste momento em que estamos discutindo o acordo com o Fundo Monetário Internacional, que estamos discutindo o Orçamento, aí, sim, muito mais do que a indicação – porque é muito mais fácil fazê-la –, temos a possibilidade, por meio da nossa atuação autônoma e independente, de ajudar muito o nosso querido Nordeste e o nosso Brasil. Portanto, estão todos de parabéns.

Espero que também consigamos compartilhar o nosso discurso de apoio a uma obra teórica tão importante, que conseguiu compatibilizar a prática e a teoria. Que a honestidade intelectual – que, sem dúvida, é uma marca de Celso Furtado – possa ajudar-nos na nossa prática legislativa no momento de discussão do acordo do FMI e do debate do Orçamento.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes e, em seguida, à Senadora Patrícia Saboya Gomes.

Lembro a todos que, após a votação deste requerimento, iniciaremos o debate da PEC nº 67, que se refere à Previdência, na última sessão de discussão. Tenho certeza de que faremos um bom debate. As galerias estão lotadas de servidores que vieram acompanhar esse debate tão importante.

Com a palavra o Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, associo-me à iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Cumprimento o Senador Eduardo Suplicy e todos os companheiros da CRE pela justa indicação que se faz de Celso Furtado.

O Nordeste tem duas etapas: antes e depois de Celso Furtado.

Tive a ventura, juntamente com meu colega Pedro Simon, de conviver estreitamente com Celso Furtado no período da Nova República, quando ele ocupava a função de Ministro da Cultura. A convivência estreita nos dava a oportunidade de conhecer, cada dia mais, o talento, a cultura e o preparo desse grande brasileiro.

Portanto, junto-me ao pronunciamento feito anteriormente pelo meu colega de Bancada, o Senador Mão Santa, e torço para que, a partir de agora, o Brasil tenha finalmente alguém reconhecido internacionalmente e para que essa escolha recaia exatamente sobre esse grande brasileiro que é Celso Furtado.

Eram essas as minhas palavras.

Agradeço a V. Exª pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Concedo a palavra à nobre Senadora Patrícia Saboya Gomes. V. Exª dispõe de cinco minutos.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS – CE. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, Srªs e Srs. Senadores, antes de mais nada quero parabenizar o Senador Aloizio Mercadante por essa iniciativa, reconhecida por todos nós nesta Casa e, certamente, por todos os brasileiros que acompanham a luta, eu diria até intransigente, de Celso Furtado, principal-

mente pelo Nordeste, contra as desigualdades regionais, combatendo com sua teoria, com sua inteligência, como disse há pouco a Senadora Heloísa Helena, e conseguindo compatibilizar seu discurso, sua teoria, com a prática.

Certamente, todos nós, ao indicarmos e aprovarmos essa indicação, temos a responsabilidade, muito grande, de lutarmos por um único País, onde possamos diminuir as desigualdades regionais; por um País onde possamos viver com mais justiça e com mais igualdade. Essa tem sido a bandeira desse grande homem. Não só por sua inteligência e pela contribuição que deu ao Brasil, principalmente ao Nordeste, mas também pelo ser humano brilhante que é, exemplar em sua vida pessoal, S. Exª tem sido um exemplo para todos nós brasileiros que acreditamos, que temos fé e esperança num País mais justo, num País que trate melhor a todos os seus filhos.

Portanto, quero aqui juntar minha voz à de todos aqueles Parlamentares que me antecederam. Os cearenses tiveram o privilégio, há pouco tempo, de receber o Presidente Lula em Fortaleza, acompanhado do Ministro Ciro Gomes, para expor o trabalho da Sudene. Lá se encontrava também esse grande homem, esse grande brasileiro. Por conseguinte, este é um momento de alegria de todos nós, pelo reconhecimento do trabalho e da dedicação desse grande homem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Em votação o **Requerimento nº 1.064, de 2003**.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A Presidência fará cumprir a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – **Item 3:**

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 67, DE 2003

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 67, de 2003 (nº 40/2003, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que *modifica os arts. 37, 40, 42, 48, 96, 149 e 201 da Constituição Federal, revoga o inciso IX do § 3º do art. 142 e o § 10 do art. 201 da Constituição Federal e dispositivos da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, e dá outras providências* (Reforma da Previdência).

Parecer sob nº 1.486, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tião Viana, favorável à Proposta, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta; com votos em separado dos Senadores Demóstenes Torres e outros, Efraim Morais, Alvaro Dias, Arthur Virgílio, Paulo Octávio, José Jorge, Leonel Pavan e Almeida Lima.

A Presidência esclarece ao Plenário que, nos termos do disposto no art. 358 do Regimento Interno, a matéria constará da Ordem do Dia durante cinco sessões deliberativas ordinárias consecutivas, em fase de discussão em primeiro turno, quando poderão ser oferecidas emendas assinadas por um terço, no mínimo, da composição do Senado.

À Proposta foram oferecidas 216 emendas.

Transcorre hoje a quinta e última sessão de discussão.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pela Sr.ª 1ª Secretária em exercício, Senadora Serys Slhessarenko.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 1.107, DE 2003

Retirada de emenda.

Requeiro, nos termos do art. 256, inciso I, do Regimento interno, a retirada da Emenda nº 99, de minha autoria, oferecida à Proposta de Emenda à Constituição nº 67 de 2003.

Sala das Sessões, 11 de novembro de 2003. – Senador **Paulo Paim.**

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – A Presidência lembra às Srªs e aos Srs. Senadores que apresentaram perante a CCJ emendas à Proposta de Emenda à Constituição de nº 67, de 2003, com no mínimo um terço de assinaturas, que hoje transcorre a última sessão para que as mesmas sejam discutidas em Plenário devendo, entretanto, antes do encerramento da discussão, serem validadas no Plenário por requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Sobre a mesa, emendas que serão lidas pela Srª 1ª Secretária em exercício, Senadora Serys Slhessarenko.

São lidas as seguintes:

EMENDAS Nºs 217 a 336-PLEN, APRESENTADAS A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 67, DE 2003 (Nº 40/2003, NA CÂMARA DOS DEPUTADOS), DE INICIATIVA DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, QUE *MODIFICA OS ARTS. 37, 40, 42, 48, 96, 149 E 201 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, REVOGA O INCISO IX DO § 3º DO ART. 142 E O § 10 DO ART. 201 DA CONS- TITUIÇÃO FEDERAL E DISPOSITIVOS DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 20, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1998, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS* (REFORMA DA PREVIDÊNCIA), FORAM PUBLICADAS EM SUPLEMENTO À PRESENTE EDIÇÃO.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Antes de iniciar a discussão, de acordo com os oradores inscritos, concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pedi a palavra pela ordem, porque acredito que o que aconteceu hoje na Comissão de Educação merece ser lembrado aqui para uma providência do Senado Federal.

Ocorre que o Senador Flávio Arns levantou uma questão de fundamental importância. O projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional, pelas duas Casas, encaminhado à Presidência da República foi vetado na sua íntegra. E não se trata de um projeto qualquer, mas de um projeto que permitiria a extensão dos recursos do Fundef para atender às Apaes de todo o Brasil.

A indignação do Senador Flávio Arns, manifestada na Comissão de Educação, nos levou a convocar – e este é o primeiro requerimento de convocação – o Ministro da Fazenda, Antonio Palocci, já que foi dele o parecer que baseou a decisão do Presidente da República de vetar o projeto de lei. Não podemos, de forma nenhuma, admitir que um projeto que teria o "custo" para a União de oito milhões ao ano tenha esse destino, sob a alegação de que provocaria desequilíbrio fiscal.

Portanto, Sr. Presidente, gostaria de pedir o apoio da Mesa do Senado Federal para que a convocação do Ministro Antonio Palocci seja cumprida, a fim de que haja agilidade no encaminhamento do requerimento de convocação. Caso contrário, não conseguiremos os efeitos dessa medida de tentarmos anular o veto do Presidente da República, já que precisamos fazer constar no Orçamento do próximo ano a proposta contida no projeto.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Senador Osmar Dias, embora o "pela ordem" de V. Exª não seja sobre a matéria em discussão na Ordem do Dia, esta Presidência já havia se comprometido com o Senador Flávio Arns de darmos o encaminhamento adequado ao debate.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Em discussão a **Proposta de Emenda à Constituição nº 67, de 2003**, e as emendas.

Com a palavra o Senador Alberto Silva. (Pausa.)

Senador Eduardo Suplicy, V. Exª tem a palavra por dez minutos.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Paulo Paim, Srªs e Senadores, a Proposta de Emenda à Constituição que trata da reforma da Previdência encontra-se em fase de receber emendas de plenário.

Entendo que a Previdência Social precisa de aperfeiçoamentos. Sou favorável à reforma do atual sistema previdenciário para que ele possa responder às transformações que o Brasil sofreu nos últimas décadas.

Acredito que a uniformização das regras entre o serviço público e a iniciativa privada, no que concerne aos regimes de contribuição e benefícios de aposentadoria e pensão, seja uma maneira de assegurar proteção social às futuras gerações.

Faz-se importante notar que o perfil demográfico da população brasileira vem se alterando, quer pela redução do número de nascimentos, quer pelo aumento da expectativa de sobrevida. Cada vez mais, o Brasil encontra dificuldades para o financiamento de seus aposentados e pensionistas.

A relação entre trabalhadores em atividade e inativos/pensionistas vem se reduzindo, ou pelo crescimento da informalidade da iniciativa privada – calcula-se que, hoje, mais de 60% dos trabalhadores não possuem ainda o registro de vínculo empregatício –, ou pelo aumento da terceirização dos serviços

prestados na Administração Pública, o que aprofunda o **déficit** operacional do regime dos serviços públicos.

De acordo com os dados do Ministério da Previdência, estima-se que, ao final de 2003, a previdência dos servidores públicos estará com **déficit** entre as suas receitas e despesas de aproximadamente R$41 bilhões, e o Regime Geral de Previdência Social, mais conhecido como INSS, terá um desequilíbrio de R$19 bilhões. Como o Governo faz questão de frisar, o INSS ampara cerca de 85% da população previdenciária brasileira, enquanto o serviço público atinge os 15% restantes de beneficiários e pensionistas.

O Governo Lula decidiu enfrentar esses problemas relacionados com a previdência dos servidores públicos. Existe a procura para se lançar as bases de uma Previdência Social mais equânime, socialmente mais justa e viável financeiramente num longo prazo. Para que isso ocorra é necessário que se resolvam algumas questões.

Pelos dados do governo, a maioria dos servidores não perfaz 30 anos de contribuição no serviço público. O que ocorre, atualmente, é a agregação ao tempo de serviço, para efeito de percepção de proventos integrais, do tempo de serviço computado no INSS, onde se tem um limite para o salário de contribuição e para o benefício. Quando os servidores se aposentam, passam a receber na íntegra o valor da última remuneração da atividade. Esse modelo está levando o Tesouro a um desequilíbrio atuarial, que a PEC nº 67/2003 pretende resolver.

Com relação às pensões, é necessário considerar que, como a legislação atual não exige um estado de dependência econômica entre o pensionista e o falecido e, com a morte do servidor, há a redução do núcleo familiar, a lógica da integralidade das pensões não existe, pois em muitos casos ou o pensionista trabalha ou recebe uma aposentadoria.

A taxação de inativos é um dos pontos mais polêmicos dessa reforma. Eu gostaria de dar um exemplo que ocorreu em meu gabinete. Eu tinha uma subchefe de gabinete muito boa. Ela era uma antiga servidora da Casa, competente, dedicada, assídua, conhecedora do processo legislativo, a funcionária que todos gostariam de ter consigo. Entretanto, ela se aposentou. Isso ocorreu porque, ao fazer os cálculos de sua remuneração, concluiu que na inatividade ganharia mais do que se continuasse trabalhando. Ou seja, a inexistência de contribuição de inativos proporciona uma situação esdrúxula, em que o inativo recebe mais do que o servidor ativo, já que este tem descontada de sua remuneração a contribuição previdenciária.

O Dr. Thales Chagas Machado Coelho, eficiente assessor da Liderança do Partido dos Trabalhadores, lembra que na França os proventos da inatividade correspondem a 75% da remuneração, isso após 37,5 anos de contribuição; na Alemanha constata-se a mesma proporção para 40 anos de contribuição. Ademais, como não há impedimento de um aposentado no serviço público trabalhar, após "retirar-se" – o que é um contra-senso conceitual em matéria previdenciária –, além de obter uma maior remuneração, o aposentado complementa renda e inibe o acesso ao mercado de trabalho por gerações mais jovens.

Um outro problema refere-se à inexistência de uma regra explícita sobre uma barreira de remuneração no serviço público. Por diversas vezes solicitei aos vários presidentes do Senado o estabelecimento do teto constitucional, conforme disposto no inc. *XV* do art. 48. Entretanto, como não obtive êxito, atualmente o céu é o limite na fixação dos proventos e pensões no serviço público. A amarração dos proventos e pensões no serviço público a um valor, além de estabelecer um tratamento eqüitativo, em vista do histórico de imbricação da participação de quase todo contribuinte nos vários regimes, proporcionará redução de gastos do Erário e estimulará a formação de uma poupança interna.

Além desses pontos, a proposta do Governo demonstra preocupação com a inclusão de milhões que não contribuem atualmente para a Previdência Social, dá uma nova formatação ao seguro de acidente de trabalho, restaurando-o como um seguro público, e corrige o teto do Regime-Geral da Previdência Social, fixando-o em R$2.400,00.

Por outro lado, parlamentares especialistas em questões previdenciárias têm apontado erros na PEC nº 67, de 2003. O Senador Paulo Paim afirma que existem aposentados que estão há nove anos sem reajuste e para os quais a imposição da contribuição de 11% será um redutor de salário. S. Exª, em um pronunciamento feito na semana passada, disse o seguinte: "O reajuste (desses funcionários) foi de 3% em uma ocasião e de 1% na outra. Se o redutor de 11% for aplicado", no entender do Senador "ele fere o artigo da Constituição Federal que dispõe sobre a irredutibilidade de salários e vencimentos, pois vai haver uma redução. Não me digam que quem recebe R$1.500,00 e que obteve, ao longo de nove anos, 4% de reajuste não terá um redutor. Terá, sim, um redutor de vencimentos."

Continuando, o Senador Paulo Paim avaliou que o subteto como está colocado na PEC nº 67, de 2003, irá desorganizar todas as carreiras de Estado nos respectivos Estados. Para demonstrar o que afirmou, S. Exª nos deu o seguinte exemplo: "...uma Prefeitura cujo Prefeito ganha R$1.000,00 por opção, porque tem outras vantagens, e um médico profissional de carreira ganha mais que o Prefeito. O que acontecerá? Esse médico terá de abandonar o exercício da Medicina porque não poderá receber um vencimento maior que o Prefeito do Município. Há casos de Governadores que recebem o chamado salário básico, que não entra nesse debate, e também estarão prejudicados."

Eu gostaria também de lembrar um ponto que a Senadora Heloísa Helena tem levantado. Trata-se da paridade entre ativos e inativos. Apesar de o Relator da reforma, Deputado José Pimentel, ter garantido que ela vale para os atuais servidores, no entendimento da Senadora e de diversos outros Senadores a paridade não está garantida para os servidores atuais.

Essas observações da Senadora Heloísa Helena, do Senador Paulo Paim, como de vários outros membros desta Casa, demonstram a necessidade de um entendimento entre o Governo e os Parlamentares, que discordam de partes da PEC 67/2003, visando chegarmos a uma conclusão. Cabe ressaltar que, reconhecendo a necessidade de aperfeiçoamento da Reforma da Previdência, o Senador Tião Viana, Relator, apresentou a PEC 77, de 2003, onde procura solucionar problemas tais como a paridade e a integralidade de proventos para os atuais servidores, a questão do subteto nos Estados e Municípios, a garantia de transparência e participação paritária na direção e gestão dos Fundos Públicos de Pensão dos servidores, a inclusão previdenciária dos trabalhadores sem vínculo empregatício e outro temas que ainda poderão ser objeto de um melhor diálogo entre nós, Senadores, especialmente na tramitação e nas decisões tão importantes que poderão ocorrer nos próximos dias, nesta Casa.

Para concluir, Sr. Presidente, existem aspectos positivos e outros que merecem melhor reflexão nesta Proposta de Reforma da Previdência. Certos pontos, como a contribuição dos inativos, as regras de transição, o subteto nos Estados, para citar alguns dos temas de grande controvérsia, acabaram contrariando diversos Parlamentares e segmentos representativos dos servidores, que hoje comparecem a esta Casa, por suas lideranças e representantes, e inúmeras entidades, como a dos auditores, a Unafisco; dos professores, da Adusp, do Unicamp, enfim, entidades as mais diversas do País inteiro.

Quero dizer, no entanto, que esses pontos também refletem um grande debate na base do próprio Partido. Percebo que a maioria da base do Partido e da opinião pública tem disposição de apoiar o Governo Lula no que diz respeito à Reforma da Previdência. Mas é muito importante que esse debate se faça da maneira a mais respeitosa e construtiva.

Quero assinalar, Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, inclusive que no que diz respeito aos pontos que V. Exª, a Senadora Serys Slhessarenko, a Senadora Heloísa Helena e mesmo outras – estão aqui a Senadora Ideli Salvatti e a Senadora Ana Júlia – têm colocado, ou seja, a defesa, por um lado, dos pontos programáticos, dos pontos aqui colocados pelo Ministro Ricardo Berzoini, que debateu esse assunto pelo País todo. Mas é importante dizer, Sr. Presidente, que está na hora...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Senador Eduardo Suplicy, a Presidência faz um apelo a V. Exª para concluir, porque temos 20 oradores inscritos e a sessão, por orientação da Presidência, precisa terminar às 19 horas, porque haverá sessão do Congresso Nacional.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Está bem, Sr. Presidente. Quero, então, assinalar, Sr. Presidente, que embora alguns dos Senadores e das Senadoras tenham expressado o seu ponto de vista, muitas vezes crítico em relação à proposta do Presidente Lula e do Ministro Ricardo Berzoini, penso que precisamos ter, inclusive no nosso Partido, uma abertura e um grau de generosidade e de tolerância para examinar o que efetivamente é a convicção de cada um daqueles que têm contribuído na defesa do que avaliam ser o real interesse da população brasileira e de todos os servidores e trabalhadores deste País.

Obrigado.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães pela ordem.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Não usarei nem 30 segundos.

Trata-se de um assunto que considero da maior gravidade: Luiz Francisco abandona curso em Portugal, por causa do frio e porque lá os professores não sabem dar aula. Repito: o Procurador vai voltar por

causa do frio e porque os professores de Portugal não sabem dar aula. Achei que o assunto era importante.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)

11-11-2003 – 09h03

Luiz Francisco abandona curso em Portugal
Publicidade

Mônica Bergamo
colunista da **Folha de S.Paulo**

Dez dias após viajar para Portugal para fazer um mestrado em Lisboa, o procurador da República Luiz Francisco de Souza decidiu voltar para o Brasil. "Aqui é isolado demais. Não conheço ninguém. Além de tudo, é frio", diz.

Ontem, depois de passar "uma noite inteira sem dormir", o procurador entregou uma carta à Universidade de Lisboa desistindo do curso e mandou outra ao procurador-geral, Cláudio Fontelles, pedindo que fosse encerrada a licença-prêmio que permitiria que ele ficasse um ano fora do Brasil sem trabalhar.

"Mestrado tem muita leitura, os professores mal dão aula. E ler eu posso no Brasil", disse ele à **Folha**.

A viagem havia motivado uma ação popular na Justiça, movida pelo ex-secretário-geral da Presidência no governo FHC, Eduardo Jorge Caldas Pereira.

Luiz Francisco chega na quarta-feira. "Volto porque no Brasil me sinto fazendo algo importante. E aqui, não."

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Fica registrado, Senador Antonio Carlos Magalhães.

Com a palavra o Senador Antonio Carlos Valadares. (Pausa.)

Com a palavra o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a Previdência tornou-se, ao longo dos últimos anos, um dos temas mais debatidos e mais polêmicos em nosso País. Essa situação, entretanto, não se restringe ao Brasil. Como pudemos ver, em manifestações recentes, países europeus enfrentam a questão com muita dificuldade. Basta lembrar a greve geral que ocorreu recentemente na Itália e cujo motor era a reforma previdenciária que o Primeiro-Ministro daquele país deseja levar a cabo.

Muitos são os temores envolvidos em uma eventual reforma previdenciária. O medo é a emoção natural, nos momentos em que mudanças como essa ocorrem. Este, no entanto, não é o momento de se ter medo. A reforma ora proposta não é produto de um suposto caldeirão de maldades do Executivo; a reforma ora proposta parte do princípio de que, no longo prazo, a previdência social do setor público, tal como ela existe hoje no Brasil, está destinada ao colapso.

A informação não é leviana. É baseada em estudos atuariais bastante fundamentados, que mostram claramente que as despesas aumentam em razão muito maior do que as receitas. A intenção do Governo e daqueles que o apóiam é garantir e assegurar que, no futuro, os servidores públicos e seus familiares possam continuar a receber aposentadorias e pensões. Se medidas não forem tomadas agora, estaremos, sim, incorrendo na pior das irresponsabilidades, ou seja, deixar que o problema previdenciário desabe sobre a cabeça de nossos filhos e netos.

Evidentemente, uma mudança de tal monta sempre traz preocupações. Como disse, há o medo, mas os cidadãos e os servidores públicos podem ter a mais absoluta certeza de que essa reforma está sendo feita para o bem deles e do Brasil.

É impossível, no debate sobre assuntos complexos, que alcancemos sempre o consenso e uma solução ideal para todos os problemas. Isso é ilusão. Podemos, sim, nos esforçar para alcançar o melhor possível naquele momento.

Temos a consciência, Sr. Presidente, e a clara percepção que a Reforma da Previdência que estamos discutindo pode não ser a ideal, mas certamente é a politicamente possível por ora.

A base da reforma é o princípio da busca da justiça ampla entre seus beneficiários. Não adianta, de um lado, existir um sistema previdenciário se ele é incapaz de se auto-sustentar no longo prazo; e, de outro, buscou-se não violar direitos adquiridos ou garantias asseguradas pela lei.

Evidentemente, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, temos a consciência e a clara percepção de que nem tudo que foi proposto originalmente seria encampado pelas Casas do Congresso Nacional. Seria ilusão pensar diferente. Reconhecemos as virtudes do projeto original, mas temos a certeza de que ele poderia ser aprimorado por meio do debate parlamentar. Por isso, desejamos, neste momento, registrar os esforços empreendidos por nós, do PMDB, no seu aprimoramento – esforços conjuntos do Partido, nesta Casa e na Câmara dos Deputados. Individual-

mente, registro e agradeço o aproveitamento de parte das emendas que apresentei à proposta do Governo.

O nosso esforço para o aperfeiçoamento da Reforma Previdenciária continua. Ainda estamos empenhados em melhorar a qualidade dessa importantíssima reforma constitucional. Esperamos contar com o apoio de todos, inclusive da Oposição, nesse exame criterioso que faremos antes de votar a Reforma da Previdência Social. Repito: nunca devemos deixar de ter em mente que nossas ações nesta Casa são decisivas. Ou trilhamos com firmeza o caminho da reforma ou os brasileiros de amanhã suportarão o peso da nossa omissão.

A Previdência Social brasileira está falida, desestruturada, desatualizada e exige sua modernização, repetindo o que fizeram ou estão fazendo outras nações mais desenvolvidas, como a Inglaterra, a Itália e a França.

Quero destacar seis pontos oferecidos pela Bancada do PMDB como aperfeiçoamento da reforma, objetivando também assegurar mais rapidamente a sua aprovação.

Sobre o texto aprovado na Câmara, desejamos excluir o subteto nos Estados e Municípios; modificar as regras de transição para não prejudicar os que estão prestes a se aposentar; facilitar a inclusão, na Previdência, dos trabalhadores que hoje não possuem qualquer cobertura; estender o limite de compulsoriedade; isentar os inativos com idade superior a 70 anos e os portadores de doenças graves ou crônicas; estabelecer o efetivo controle social sobre a Previdência.

Vejamos cada um desses pontos com um pouco mais de detalhes.

Em primeiro lugar, o PMDB visa a uma saída para o impasse gerado pela fixação do subteto nos Estados e Municípios. São enormes as diferenças entre os milhares de Municípios brasileiros. Uma regra por demais rígida poderia prejudicar os serviços sociais de saúde e de educação. A proposta do PMDB é que se utilize, como teto remuneratório, para os Municípios, 75% do subsídio do Juiz de Direito da Comarca à qual pertença.

O Sr. Efraim Morais (PFL – PB) – Senador Valdir Raupp, concede-me V. Exª um aparte?

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Pois não, nobre Senador Efraim Morais.

O Sr. Efraim Morais (PFL – PB) – Senador Valdir Raupp, quero parabenizar V. Exª e o PMDB pelos posicionamentos quanto à Previdência. Só tenho uma dúvida, que gostaria fosse esclarecida: V. Exª votará esta matéria na PEC nº 67 ou na imaginária PEC nº 77?

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Na que for possível e melhor para o País.

O Sr. Efraim Morais (PFL – PB) – V. Exª votaria na primeira ou na segunda? A primeira é a PEC nº 67. Se o PMDB tem essa posição, precisamos votar a matéria na proposta que será votada na próxima semana, e não na que será votada no próximo ano. Essa é a dúvida que tenho. Cumprimento V. Exª pelo brilhante pronunciamento e faço um apelo para que votemos a matéria já na PEC nº 67. Para quem é a favor da matéria, tanto faz votá-la na PEC nº 67 ou na PEC nº 77. Esse é o apelo que faço a V. Exª, cumprimentando-o pela posição assumida.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Muito obrigado, nobre Senador Efraim Morais.

Ademais, Sr. Presidente, é importante que exista uma simetria entre as remunerações percebidas nos Estados. O referencial mais adequado é o subsídio dos Desembargadores de Justiça. Ao utilizá-lo, evitar-se-ão injustiças e distorções que podem até mesmo sucatear os serviços públicos em curto espaço de tempo.

Em segundo lugar, o PMDB deseja regras de transição mais justas. Assim, evitar-se-ia a punição desnecessária de milhares de brasileiros e, mais importante, assegurar-se-ia o respeito aos compromissos assumidos pelo Estado brasileiro com seus servidores.

Em terceiro lugar, a proposta de inserir a dona de casa no sistema previdenciário, com contribuição a ser definida. A dona de casa é invisível. Apesar de tudo o que representa para a sociedade, ela não dispõe de nenhum tipo de cobertura previdenciária. Em outras palavras, a dona de casa está entregue à própria sorte. Não podemos fechar os olhos para tal problema. Creio que a atual reforma previdenciária é ótima oportunidade para tratarmos, com seriedade, do assunto.

Em quarto lugar, Sr. Presidente, propomos estender o limite de compulsoriedade. Hoje, nossa expectativa de vida é superior à de nossos pais e avós. Assim, as pessoas são produtivas em idades bem mais avançadas do que eram 30 ou 50 anos atrás. Nada mais natural, portanto, que a idade limite para a aposentadoria compulsória passe dos 70 anos para os 75 anos.

Em quinto lugar, isentar os inativos com idade superior a 70 anos e os portadores de doenças graves ou crônicas da contribuição à Previdência. Isso se trata de medida de justiça. De um lado, é inadmissível que os mais idosos tenham seus proventos diminuí-

dos exatamente no momento em que se encontram mais fragilizados e mais necessitados. Cobrar a contribuição dos doentes graves e crônicos seria uma das mais insensíveis medidas já tomadas. Esses são grupos vulneráveis que não podem ficar sem recursos tão necessários para a compra, por exemplo, de medicamentos.

Em sexto lugar, o objetivo de estabelecer mecanismos de controle social da Previdência. Esses mecanismos estariam fundados na transparência dos gastos, na fiscalização dos benefícios e da gestão do sistema. Hoje, décadas após ter sido instituído, o sistema previdenciário brasileiro ainda é, para a sociedade, uma gigantesca caixa-preta. Como resultado disso, rotineiramente os jornais e emissoras de televisão publicam reportagens sobre escândalos e desvios de benefícios. Ademais, evitar-se-iam situações constrangedoras como aquela do recadastramento dos aposentados com mais de 90 anos de idade.

A reforma da Previdência é essencial para que o sistema continue a funcionar nas próximas décadas. A intenção e o esforço do Governo são dignos de admiração e respeito. Creio, porém, que o debate sobre o tema, mais do que necessário, é obrigatório. É com esse intuito que nós, Senadores e Deputados do PMDB, esforçamo-nos para aprimorar a reforma e torná-la mais adequada para o Estado e para o povo brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL PB) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – A Mesa esclarece que o aparte será permitido dentro do horário estipulado para o orador, que tem dez minutos. Quando o painel entrar no vermelho, já se ultrapassou o tempo. Mas V. Exª tem a palavra pela ordem.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, como estamos hoje no último dia de discussão desta matéria, tão importante para o País e para esta Casa, eu apelaria a V. Exª que prorrogasse a sessão até o último orador inscrito. Caso contrário, terei de pedir a V. Exª que a discussão seja transferida para amanhã.

Entendo que há um critério da Mesa, que respeito, mas, como sei que V. Exª, acima de tudo, tem seu lado diplomático e democrático, faço este apelo como Vice-Presidente desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Senador Efraim Morais, esta Presidência julga procedente a consideração de V. Exª. Portanto, como este é o último dia de debate da reforma da Previdência, prorrogaremos a sessão o máximo possível, para permitir que os oradores façam uso da palavra sobre a matéria em questão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Concedo a palavra ao nobre Senador Duciomar Costa. (Pausa.)

Concedo a palavra à Senadora Lúcia Vânia. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Papaléo Paes.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, desta tribuna, já tive a oportunidade de externar minha opinião sobre a reforma da Previdência. Posicionei-me sobre a paridade, a taxação de inativos, a regra de transição, a redução de pensões. Hoje, falarei sobre um trabalho extremamente técnico sobre os fundos de pensão, assunto importante que faz parte da reforma da Previdência.

Nesta reforma da Previdência, os servidores públicos terão aposentadoria garantida até o teto de R$2.400,00, contribuindo, até esse teto, para o Tesouro. Quem ganha acima desse valor receberá um benefício complementar, mas, para isso, contribuirá para um fundo de pensão patrocinado pelo Governo, ou seja, um fundo de pensão para trabalhadores cujo empregador é o Governo. Quem receber, por exemplo, R$3.000,00 de salário, contribuirá com 11% sobre R$2.400,00 para o Tesouro, e com mais 11% sobre os R$600,00 restantes, ou seja, R$66,00. Essa contribuição irá para o fundo de pensão, e o Governo também teria que depositar o mesmo valor para esse fundo. É isso que representa a privatização da Previdência. Podemos explicar o por quê.

Existem duas opções na Previdência complementar: os fundos fechados e os abertos. Os abertos são aqueles vendidos por bancos e seguradoras para quem quiser participar. São os PGBLs (Plano Gerador de Benefícios Livres), os VGBLs (Vida Gerador de Benefícios Livres), etc., que costumam fazer propaganda na televisão. Os fechados, mais conhecidos como fundos de pensão, são restritos a uma categoria profissional, ou a funcionários de determinada empresa, de forma que só podem participar aqueles que possuem algum vínculo com os demais participantes. Nos dois casos, a Previdência complementar é sempre privada.

No caso de o Governo criar um fundo de pensão para os seus servidores, ele nunca será público. É fácil de entender. O Governo administra a Previdência pública tanto dos servidores como do Regime Geral. Não faria sentido o Governo criar um fundo de pensão para complementar a aposentadoria dos seus servi-

dores se ele já mantém um sistema de aposentadoria para esses mesmos servidores. Seriam duas estruturas, dois custos. Os fundos de pensão são sempre pessoas jurídicas de direito privado, ou seja, empresas particulares. No caso de fundos de pensão, serão fundações ou sociedades civis, sem fins lucrativos. Isso está na regulamentação da Previdência complementar. Está nessa regulamentação também que as pessoas que participam de um fundo podem, depois de algum tempo, retirar o que depositaram nesse período, e passar para outro fundo qualquer. Ou seja, o Governo cria o fundo de pensão e depois os servidores poderão passar o que foi recolhido para um fundo de um banco, ou seguradora. Assim sendo, o Governo terá de depositar a contribuição do servidor, que ele descontará, e ainda a sua parte, naquele fundo. No fim das contas, o Governo está passando para os bancos administrarem, de uma forma ou de outra, recursos que ele poderia continuar usando em investimentos sociais ou até mesmo para gerar o superávit primário. Sem contar que parte dos investimentos dos fundos são feitos em títulos do Tesouro, papéis que o Governo emite para captar dinheiro. É um empréstimo que o Governo faz do dinheiro aplicado nos fundos, pagando juros. Só que o dinheiro a ser depositado nos fundos de pensão criados para os servidores é do Governo e dos servidores. Mas, hoje em dia, o Governo o usa normalmente em outras atividades. Depois terá que tomar emprestado dele mesmo e pagar juros aos fundos.

Só para ilustrar, é como se deixássemos de usar o dinheiro de nossa carteira e o depositássemos num banco, e depois fôssemos pedir dinheiro emprestado ao banco para pagar nossas contas. Essa história toda só faz sentido se for para o lucro de alguém que não seja nem o Governo, nem os servidores. Aí sobram os bancos e as seguradoras. E não é só isso. Cada vez que depositamos um valor em um plano de previdência privada, é cobrada uma taxa de administração sobre o valor depositado. Bancos e Seguradoras cobram, em média, 9% de taxa de administração. Já os fundos de pensão fechados cobram, em média, 15%, porque a legislação exige muita estrutura para os fundos, o que acaba saindo caro, e como eles não querem levar prejuízo, repassam tudo ao participante. Por exemplo, quando depositamos R$100,00, apenas R$85,00 entram em nossa conta. Por mais que os fundos consigam bom rendimento, dificilmente obteremos bom resultado, pois, quando formos sacar o dinheiro na hora de nos aposentar, ainda teremos que pagar Imposto de Renda. Ainda assim, não teremos garantia de que receberemos alguma coisa no futuro. O fundo poderá aplicar parte do nosso dinheiro na Bolsa de Valores, e se as ações perderem seu valor, do dia para a noite, como pode acontecer, adeus! Acabamos de perder parte da nossa aposentadoria. O mercado de ações é extremamente sensível aos acontecimentos políticos e econômicos do Brasil e de todo o mundo. Se Bin Laden fizer ameaça de jogar um avião contra qualquer outro prédio do mundo capitalista, caem as Bolsas lá fora, e aqui dentro também.

Até os dias de hoje, não obtivemos respostas objetivas em relação à criação dos fundos de pensão, ficando então algumas interrogações a serem respondidas, tais como: qual o impacto financeiro e social em face da criação dos fundos de pensão? Quem administraria esses fundos? Qual seria a taxa de administração? Como se daria a contribuição do Governo? Portanto, sem dúvida alguma, caberia ao Governo apresentar os estudos elaborados pelo MPS que justifiquem a adoção de tais medidas.

Ainda temos outro questionamento: qual será a garantia de que o servidor receberá de volta a sua contribuição no futuro quando fizer jus a ela, tendo em vista os desastres constatados nos fundos de pensão implantados na Argentina, no Uruguai e no Chile, e também as incertezas quanto ao futuro dos fundos de pensão na Europa e nos Estados Unidos? Sendo assim, a prudência nos diz que as análises dos estudos desses fundos nos países citados são de extrema importância para nós.

Nossa manifestação, neste momento, é no sentido de demonstrar que os dados apresentados pelo discurso oficial sobre os supostos prejuízos causados ao Tesouro pelo pagamento de aposentadorias e pensões a servidores públicos são robustos a uma análise, superficial que seja, pelo menos quanto ao Regime de Previdência dos Servidores Civis da União. Esperamos que não sejam expressões matemáticas manipuladas para respaldar argumentos favoráveis à imposição ilegal de contribuições previdenciárias aos inativos e de aumento para os que estão em atividade, como forma a criar superávits primários para cobrir o serviço da dívida, além de prepararem terreno para assegurar ao mercado privado acesso a considerável parcela das contribuições desses servidores.

Será que a sociedade realmente quer que o futuro de todos os trabalhadores brasileiros esteja nas mãos de bancos, seguradoras e de um mercado de tanto risco como o de ações? Acreditamos que não. Por isso devemos esclarecer melhor a matéria, para

votarmos com a certeza de que os servidores públicos não serão lesados com a criação desses fundos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Cumprimentamos o Senador Papaléo Paes, que concluiu a sua fala exatamente nos 10 minutos propostos.

Passamos a palavra ao Senador Eduardo Azeredo, que falará por permuta com o Senador Arthur Virgílio.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o tema da reforma da Previdência é recorrente nas discussões brasileiras. Na verdade, já houve uma primeira fase da reforma da Previdência ainda no Governo passado, e naquele instante os hoje membros do Governo combateram as mudanças que eram feitas, mudanças que eram, em vários pontos, muito mais tímidas do que as propostas agora em relação a cortes para os funcionários públicos.

Não discuto aqui a necessidade de fazer novas mudanças, especialmente em relação à idade. A idade média do brasileiro evoluiu, cresceu, felizmente. Esse é um tema discutido, inclusive em outros países, como recentemente na França e Itália.

Entretanto, há que se falar em transição. Não é possível que o Brasil avance na questão da idade, atendendo ao que o Governo propõe e a uma realidade, e, ao mesmo tempo, não tenhamos uma regra clara de transição. Já tivemos uma regra de transição em um projeto aprovado no Governo Fernando Henrique, do meu Partido, o PSDB. Agora não. Não há uma transição. Aqueles que entraram na transição, no primeiro momento, terão que entrar agora no novo corte. Não há uma transição da transição. Esse é um ponto extremamente negativo que vejo no projeto que estamos a discutir sobre a reforma da Previdência.

Um outro ponto, que também merece análise, é a questão do redutor nas pensões já recebidas por mulheres, em sua maioria. Por questões sociais, temos mais viúvas do que viúvos. Portanto, as viúvas se acostumaram a um salário X, a uma remuneração, que recebem como pensão, e agora terão um corte em cima do que recebem. Se houvesse um corte nas pensões futuras, tendo o raciocínio de que há uma redução nas despesas da família com a perda de um de seus membros, seria razoável. Mas cortar de quem já está recebendo, não me parece, de maneira alguma, razoável.

Sr. Presidente, esse um outro ponto que trago aqui ao fazer essa crítica construtiva, tendo em vista a minha experiência no Executivo. Sei que a questão da Previdência é difícil para os Governadores.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Permita-me V. Exª um aparte?

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Com muito prazer, concedo o aparte ao Senador Ramez Tebet.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – V. Exª é muito claro, muito preciso, muito ponderado. Foi Governador. Dá gosto ouvi-lo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Obrigado, Senador.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Faço este aparte porque percebo que, em seu pronunciamento, há alguns princípios, embora não declarados por V. Exª, que, se fossem observados, resolveríamos a questão fiscal da Previdência, como pretende o Governo. Se não fosse resolvida no tempo em que o Governo pretende, a resolveríamos com mais algum tempo, evitando, assim, o cometimento de injustiças e a violação da própria Constituição. Se mantivéssemos o princípio do direito adquirido, por exemplo, na questão da pensão, que V. Exª fala, esse redutor da pensão, é só pensar nisso, pois, daqui para frente, o Governo já economizará. Mas tirar de pessoas que recebem pensão trará prejuízos, além de ser uma grave injustiça. V. Exª aborda o problema da transição. Também está nesse setor. V. Exª está sendo até condescendente. Tenho uma emenda condescendente, porque estabeleço regra de transição, portanto não reconheço direito adquirido na transição. Não reconheço. Mas procuro fazer justiça. Não é possível, como V. Exª falou, que funcionário que já passou por uma regra de transição vá passar por outra, tendo a sua aposentadoria indefinida no tempo. Quanto ao subteto, dos Estados, penso que já está mais do que claro. Não é possível. Isso realmente será modificado, parece-me até que com uma emenda supressiva. Tenho emenda nesse sentido, assim como outros Senadores as têm em outras matérias. Não quero mais interromper V. Exª. Receba o meu abraço pela serenidade, pela maneira lógica como V. Exª está colocando a questão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – A Mesa prorroga a sessão por mais uma hora.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Senador Ramez Tebet, agradeço a intervenção. V. Exª, Presidente que foi desta Casa, traz a experiência e a ponderação, qualidades muito importante neste momento, diante de um assunto tão grave para a eco-

nomia brasileira, especialmente para os funcionários públicos.

Quanto ao redutor, a ele já me referi anteriormente, é um outro ponto que me parece mal explicado e resolvido.

A paridade é outro ponto que merece uma discussão mais acurada.

Algumas questões avançaram como, por exemplo, as matérias referentes aos maiores de 70 anos, aos portadores de moléstias graves, inclusive os portadores de deficiência – vejo que a Senadora Heloísa Helena balança a cabeça, mas peço que S. Exª aguarde. Contudo, essas matérias avançaram na promessa de que esses pontos estarão contidos na chamada PEC paralela.

Vamos raciocinar com boa-fé: teremos a PEC paralela; o Governo se compromete, por intermédio da Presidência da Câmara, que haverá rapidez, assim poderemos ter pelo menos esses pontos acatados.

No entanto, o que vimos hoje? Está no **Diário Oficial** o veto total do Presidente da República a um projeto que tramitou na Câmara e nesta Casa. Trata-se de um projeto extremamente justo. Lembro-me bem da sessão em que o projeto foi aprovado por unanimidade pelos Senadores. A matéria incluía o Ensino Especial no Fundef. Sabem V. Exªs qual é o valor total previsto no projeto? Apenas R$8 milhões para todo o Brasil. E o Governo o vetou, alegando contrariar o interesse público um projeto que, aqui, foi aprovado por unanimidade – repito.

O Projeto é de autoria do Senador Flávio Arns, aliás, do próprio Partido do Governo, e tem em S. Exª um de seus principais defensores. Orgulho-me também de ter uma história nessa área ainda como Prefeito, como Governador e agora como Senador. Sr. Presidente, com esse veto, fico inseguro em relação à PEC paralela. Estávamos confiantes que ela resolveria pelo menos alguns pontos. Mas agora – depois de um acordo aqui e uma aprovação por unanimidade – o Governo veta uma questão ligada exatamente aos portadores de deficiência, quem me garante?

O Ministro Ricardo Berzoini ligou-me no dia em que a matéria foi votada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para dizer-me que eu ficasse tranqüilo, que o Governo acataria a questão da idade menor para os portadores de deficiência, ou seja, que os aposentaria um pouco mais cedo, com menos cinco anos – essa era a proposta da minha emenda. É natural, uma vez que essas pessoas têm um desgaste maior e uma expectativa de vida menor. S. Exª garantiu-me que o Governo estava sensível a esse ponto e que o aprovaria. Eu acreditei na palavra do Ministro. Mas será que eu posso continuar acreditando na PEC paralela, depois desse veto?

Sr. Presidente, esses eram os pontos que eu queria trazer em relação à minha preocupação com o tema da Previdência.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Concedo a palavra ao Senador Leonel Pavan. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Augusto Botelho. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.(Pausa.)

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Senador Hélio Costa, concedo a V. Exª a palavra, pela ordem.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, sobre a matéria em discussão, quero dizer que sou o Relator da matéria mencionada pelo Senador Eduardo Azeredo, a qual recebeu o veto do Presidente da República ontem, publicada no **Diário Oficial** de hoje.

É importante que se faça um esclarecimento: tão logo o veto do Presidente foi apresentado pelo Senador Flávio Arns, durante reunião da Comissão de Educação, nós, na condição de Vice-Líderes do Governo, encaminhamos reivindicação ao Líder Aloizio Mercadante para que S. Exª levasse ao Presidente da República a preocupação, não só da Comissão de Educação, como também a do Plenário do Senado, que havia votado a matéria por unanimidade, como citada anteriormente.

Informo-lhes que, neste momento, há a notícia de que possivelmente será apresentada ao Presidente da República, como solução, uma medida provisória, que vai corrigir o ato vetado na manhã de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – A Mesa agradece-lhe o esclarecimento, eminente Senador Hélio Costa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Concedo a palavra ao eminente Senador Flávio Arns.

V. Exª dispõe de 10 minutos.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Colegas Senadoras e Senadores, o debate da Previdência, sobre o qual me manifestei na semana passada, traz, para todos nós, a reflexão sobre vários pontos fundamentais. Reuni-me novamente com servidores públicos ontem para discutir os vários aspectos da reforma da Previdência, e novamente veio à tona a falta

de oportunidade para o entendimento, o diálogo e a apresentação de sugestões.

Na verdade, há servidores públicos que já vêm se dedicando, durante toda a vida, a esse tema, já em outras reformas, na atual e, certamente, estarão também debatendo o tema em reformas futuras, que teriam muito a contribuir para que tivéssemos uma previdência melhor, mais justa, mais adequada, com a participação da sociedade. Seria algo extraordinário que poderia acontecer em um Governo que, pelo menos, sempre mencionou a necessidade desse entendimento com a sociedade.

Definitivamente, devemos ter a consciência de que não existe mais "salvador da pátria". O Brasil deve encontrar os caminhos com a participação de todos os setores da sociedade, cada um colocando o melhor de si nesta tarefa: o conhecimento, os ideais, o entusiasmo. Ressentimo-nos muito da falta dessa participação na reforma da Previdência. Como já mencionei, sindicatos e movimentos sociais não foram ouvidos, tiveram 15 ou 20 minutos para expressar as suas idéias. O tempo passou e aquelas expressões dadas também não foram acatadas na relatoria. Havia um compromisso da base de sustentação do Governo de que, no decorrer do mês de julho, nós nos sentaríamos – V. Exª também participou desse debate – com todos os setores organizados da sociedade, para buscar, em conjunto, idéias que pudessem aprimorar o texto. Chegamos, agora, à votação sem que isso tenha ocorrido. É uma extraordinária pena.

Sempre dou o exemplo dos meus colegas da Universidade Federal do Paraná. Sou professor também daquela instituição, licenciado em decorrência do mandato parlamentar. As preocupações deles são as dos servidores públicos de uma maneira geral. O professor da Universidade Federal do Paraná ou de qualquer outra instituição de ensino superior pública do Brasil começou a sua caminhada há 30 ou 35 anos, programou-se, organizou-se e estruturou a sua vida em razão de uma certa perspectiva. É o que não me canso de dizer: esse servidor público estruturou a sua vida e a de sua família em razão de uma certa perspectiva. Esse servidor, agora, aos 53 anos, enquadrou-se na emenda anterior e iria aposentar-se. Às vésperas da aposentadoria, faltando talvez meio ano, um mês, dois meses ou algo semelhante, veio a notícia de que ele não vai mais se aposentar aos 53 anos, mas aos 60 anos. Então, já aumentará o prazo para essa pessoa em sete, oito ou nove anos, dependendo da situação em que ele estiver. Se ele quiser uma aposentadoria antecipada, terá também o redutor no seu salário de aposentado. Não só precisará trabalhar mais, mas terá o redutor na sua aposentadoria. Faltando um ou dois meses, terá de trabalhar mais sete anos. Ao fim dos sete anos – porque faltava um mês ou dois –, aos 60 anos, ele não terá mais a paridade, a garantia que tinha há 30 anos. Ele pensava em ser um professor de universidade, em se dedicar, fazer mestrado, doutorado, pesquisa e tudo o que fosse necessário, porque os filhos chegariam e, aos 60 anos, teria a paridade em sua aposentadoria. Não, não há mais paridade. Acabou! O que foi programado durante 30 anos, toda aquela garantia de que o seu salário não seria diferente dos funcionários que estão na ativa não mais acontece. Ele tem uma família e, durante três décadas, pensou que se morresse deixaria uma pensão de R$3 mil, pois, apesar de possuir mestrado, doutorado e trabalho de pesquisa, esse é o salário na folha de pagamento. Pensou que deixaria os R$3 mil para a família, mas, depois de 30 anos, ao se aposentar, dizem: você não terá mais o seu salário e precisará trabalhar mais. Você não terá a paridade e, se morrer, sua esposa não terá direito a 100%, mas apenas a 70%; haverá uma diminuição de 30%. A pessoa que agora está com 70 anos de idade, programando-se para o futuro, eventualmente com um filho portador de deficiência que precisa de atendimento bastante específico em relação à alimentação e à higiene e que também necessita de apoio – situação a que se referiu o Senador Eduardo Azeredo, que tem um filho portador de deficiência –, precisará desse dinheiro. Entretanto, se o aposentado morrer, sua família terá uma economia de 30%, porque ele não estará mais presente.

Esse assunto foi mal discutido. É algo injusto e que não foi combinado com as pessoas. A matéria poderia ser mais bem encaminhada. Tenho dito às pessoas que esse tema, na minha opinião, é injusto e não deve ser levado em frente dessa maneira. Isso exige um detalhamento maior e um entrosamento de idéias.

Essa busca do entendimento e do diálogo ocorreu com a questão do veto total do Presidente à lei que possibilitava que os recursos do Fundef fossem direcionados para entidades que atendem portadores de deficiência. Houve uma falta de entendimento. Tudo foi aprovado por unanimidade na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Todos estavam animados, a sociedade organizada estava entusiasmada com essa perspectiva, e simplesmente se veta a lei. Haveria tão facilmente a possibilidade de se perguntar ao Líder no Senado: o que foi discutido? A que conclusão vocês chegaram? Como vocês acham que isso deve ser encaminhado? Não. Existe no Ministé-

rio da Fazenda e em outros setores a auto-suficiência: Nós sabemos. É a nossa opinião! É o nosso ponto de vista! Por que o Senado vai se preocupar com isso? A nossa opinião é que vale.

Há essa falta de entendimento, de diálogo, com os argumentos mais absurdos possíveis: dar dinheiro para o portador de deficiência contraria o interesse público; vai afetar o ajuste fiscal; vai significar mais matrículas, portanto, mais despesas. Os argumentos são na contramão de tudo o que a sociedade discute: dar dinheiro ao portador de deficiência por quê? Já existem recursos suficientes indo para o portador de deficiência!

Repete-se a história da Previdência na discussão desse debate, ou seja, ajuste fiscal, regras internacionais, imposições internacionais, contrariando o interesse público. Como a Senadora Heloísa Helena falou antes, são as expressões mais em voga no dia de hoje: "contraria o interesse público"; "prejudica o ajuste fiscal" e "marginaliza, cada vez mais, o cidadão brasileiro", que precisa da atuação efetiva de um Poder Público altivo e soberano.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Passamos a palavra ao nobre Senador Efraim Morais.

V. Exª dispõe de dez minutos. Em seguida, tem a palavra o Senador César Borges.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, inicialmente, quero parabenizar o Senador Flávio Arns pela aula que acabamos de receber aqui em plenário. S. Exª, com muita segurança, tranqüilidade e responsabilidade, na condição de Senador pelo PT do Paraná, coloca as injustiças que estão sendo cometidas nesta reforma da Previdência. Quero parabenizar V. Exª e lamentar a ausência do Relator desta matéria, do Líder do Governo, de todo o PT, com exceção de V. Exª e do Senador Eduardo Suplicy, que aqui se encontra. Como convencer o Relator, o Líder do Governo, os companheiros que eles estão certos? Talvez seja a própria manchete do **Jornal do Senado**: "Governo tem votos para aprovar a reforma, diz Viana", Líder do PT. Não vejo a base em plenário – desculpe-me não ter citado V. Exª, Senador Paulo Paim, que preside esta sessão –, mas talvez as liberações de recursos garantam a vitória do Governo contra o funcionário publico e o trabalhador brasileiro.

Sr. Presidente, se tiver tempo, vou me referir ainda à solução encontrada para os deficientes. Aliás, vou começar por ela. É interessante, mas o Governo não quer sancionar nada que parta do Congresso Nacional. Uma matéria que foi aprovada por unanimidade na Câmara dos Deputados, Senador Mão Santa, e nesta Casa foi vetada pelo Governo, que, no dia seguinte da ré. Vai publicar por medida provisória aquilo que passamos todo o tempo discutindo. É aquela história: tem mais gente candidata àquela medalha do gesto de grandeza.

Tem muita gente fazendo o que fez o Berzoini, que já merece duas medalhas. A primeira foi contra V. Ex.ª, Senador Paulo Paim, quando não lhe recebeu no gabinete e depois pediu desculpas. Agora, foi contra os velhinhos de 90 anos. Fez o que fez, humilhou os velhinhos de 90 anos e, depois, pediu desculpas. Houve também o caso da ex-Senadora Benedita da Silva, com aquele assunto da viagem, que depois pediu desculpas. Com certeza, o Palocci também vai pedir desculpas, pois foi ele quem mandou que vetasse. E, agora, o Presidente. Realmente, será muito concorrida a medalha gesto de grandeza. E já ia me esquecendo – obrigado, Senador Mão Santa –, o Ministro Francisco Graziano, do Fome Zero, é quem receberá a primeira medalha, pois falou mal de nós, os nordestinos, e depois pediu perdão.

Srªs e Srs. Senadores, temos diante de nós a última chance de salvar todo o processo de discussão da Previdência Social em nosso País. A pouquíssimas pessoas restaria dúvida que existe a necessidade de uma reforma profunda, que viabilize, no longo prazo, não apenas a sobrevivência, mas o crescimento da cobertura dos benefícios da Previdência Social.

Entretanto, o Governo do PT, demonstrando profunda insensibilidade em relação ao tema, não conseguiu trazer ao exame desta Casa uma proposição que realmente altere a estrutura do sistema previdenciário, adaptando-o às novas realidades advindas de nosso atual perfil sociodemográfico.

Ao invés de reforma estrutural, o Governo se limitou a propor uma reforma financeira que faz muito pouco além de dar alguma folga de curtíssimo prazo no caixa do Governo.

Sequer enxerga, na pressa de mostrar qualquer resultado que seja a uma população que começa a perceber a esparrela em que caiu, o tamanho do prejuízo que está provocando. Esse arremedo de reforma apenas transferiu para o servidor público brasileiro o ônus da ineficiência administrativa do sistema.

Se as fundações do sistema têm realmente problemas, como diz o discurso da base do Governo, a reforma faz pouco mais do que dar uma mão de tinta nas paredes comprometidas. Não é necessário ser um grande **expert** em engenharia – por acaso sou en-

genheiro civil – para desconfiar que não se pode construir um novo andar num edifício, que seria a inclusão dos 40 milhões de brasileiros que estão fora de qualquer benefício previdenciário, transferindo todo o peso para apenas um pilar, representado, neste caso, pelo funcionalismo público. Essa sobrecarga vai fazer ruir o prédio do próprio Estado.

Aqueles que realmente estão preocupados com os destinos da Previdência Social, entre os quais me incluo, sem qualquer modéstia, estão tentando, por meio de várias emendas, transformar essa monstruosidade jurídica em algo pelo menos aceitável, que não se transforme, depois, numa chuva de processos capaz de paralisar de uma vez os nossos tribunais, já abarrotados de ações resultantes de medidas mal planejadas do Executivo.

Nesse sentido, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, busquei restabelecer a justiça, propondo aumento de isenções, regras de transição que não punam servidores, manutenção da paridade entre ativos e inativos, assim como a integralidade dos proventos e regras permanentes para os ajustes dos benefícios, regras especiais para servidores aposentados que ainda se encontrem em atividade, incentivo para prolongamento da vida funcional, regras visando a dar transparência e acompanhamento atuarial efetivo ao sistema, além de outras.

Mas é muito difícil encontrar um ajuste quando se trabalha com um material tão ruim como são as propostas contidas na PEC da reforma Previdenciária. Muito improviso, muita superficialidade, competência duvidosa de planejamento de longo prazo e, sobretudo, muita injustiça concentrados no texto.

Essa reforma não se sustenta em pé sozinha. Por ser absolutamente monotemática e destinada a atingir o funcionário público, seja ele federal, estadual ou municipal, vai acabar erodindo de vez a capacidade administrativa do Estado, o que não parece fazer muita diferença para um Governo que prometeu muito durante a campanha do ano passado, e que vai completar daqui a pouco mais de um mês e meio seu primeiro ano de inação.

A melhor decisão deveria ser a desistência de aprovar essa proposta tão problemática, para rever os estudos e cálculos, se é que realmente chegaram a ser feitos – até hoje, Sr. Presidente, ainda não foi enviada a resposta, pelo Ministro da Previdência, a requerimento de minha autoria sobre esses tais cálculos que viabilizam a matéria referente aos inativos –, e avaliar seu impacto na sociedade brasileira e na capacidade do próprio Estado. Um Governo menos afoito já teria percebido o erro que cometeu e um mais humilde ouviria com mais cuidado as ponderações dos representantes do povo.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, sabemos que as regras do jogo político em nosso País beneficiam os grupos majoritários neste Parlamento, mesmo quando esses não expressam em sua integralidade os anseios da maioria da população. O sistema democrático representativo tem dessas coisas. Entretanto, a recusa em ouvir as minorias parlamentares e em negociar alterações substanciais que possam ao menos salvar essa proposição do fracasso anunciado e dos resultados claramente danosos chama para nós a responsabilidade sobre o desastre, no momento em que ele se configurar.

Realmente, não seria do meu feitio, ou do meu Partido, apenas deixar o desastre acontecer e fazer, daqui a uns tempos, um belo discurso que começasse com a frase: "eu bem que avisei...". Ao contrário, continuamos em posicionamento construtivo. Vamos salvar a Previdência Social brasileira e impedir o colapso da administração pública e do próprio Estado.

Vamos lutar até o fim pela aprovação das emendas que evitem esse mal maior. Se esse caminho se mostrar inviável, vamos pedir a rejeição da proposta, tal como se encontra. E, se nada mais funcionar e a proposta acabar aprovada pelo rolo compressor da maioria, vamos redobrar nossa vigilância durante a sua implantação, sempre com atitude propositiva, que permita reverter a tempo os deletérios resultados que advirão dessa aprovação.

Era o que tinha a dizer em defesa de meus princípios e do funcionalismo público brasileiro, profundamente ofendidos pela proposta do Governo.

O jogo não terminou. Ele apenas está começando. Repito, e desta tribuna para todo o Brasil, para os funcionários públicos brasileiros que insistam nos votos dos três Senadores do seu Estado, que digam-lhes o mal que o Governo está fazendo ao funcionalismo público e ao trabalhador brasileiro. O jogo apenas começou; ele ainda não terminou.

Confio na força do povo. Confio em Deus. Tenho certeza de que as mentes que pensam nesta Casa haverão de ficar ao lado do trabalhador brasileiro e do funcionalismo público.

Sr. Presidente, hoje terminamos a discussão aqui em plenário, mas continuaremos, juntos, conversando, discutindo e procurando apoio de companheiros de todos os Partidos desta Casa para que possamos, amanhã, não ter a Oposição vitoriosa, não sermos nós os Senadores vitoriosos, mas ser vitorioso,

sim, o trabalhador brasileiro, o funcionalismo público e o povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Convidamos a fazer uso da palavra o nobre Senador César Borges. V. Exª dispõe de dez minutos.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, estamos às vésperas da votação de uma matéria fundamental, sem sombra de dúvidas, para o futuro do País. É preciso compreender que o que está sendo discutido é o futuro do maior mecanismo de distribuição de renda e de equalização social de que o Brasil dispõe.

A Previdência Social representa um marco do mundo civilizado, onde o Estado e a sociedade asseguram, de forma solidária, a proteção dos mais fracos e daqueles que já contribuíram socialmente.

Segundo o IBGE, o Brasil possui hoje pouco mais de 10% de pobres entre os maiores de 60 anos. Não fosse o sistema de previdência pública, esse número seria superior a 60%. Isso é o que revela um estudo recente publicado pelos economistas Ricardo Barros e Mirela de Carvalho.

Não resta dúvida de que a situação difícil do sistema de Previdência brasileiro está relacionada à grande informalidade existente no mercado de trabalho no nosso País.

Mais da metade das pessoas ocupadas hoje não contribuem para a Previdência do País. São milhões de pessoas que trabalham sem recolher à Previdência e sem qualquer outro tipo de poupança para o futuro. Esses trabalhadores não terão condições de se aposentar na velhice, o que certamente implicará mais demandas sociais para o Estado brasileiro em futuro próximo.

A Reforma da Previdência Social, portanto, passa necessariamente pela adoção de medidas que levem à redução da informalidade. Todos ganhariam – a Previdência, que poderia até tornar-se superavitária, e os próprios contribuintes, que teriam uma garantia da qual não podem prescindir no futuro de suas vidas.

A PEC 67, entretanto, está completamente desassociada do processo de inclusão previdenciária. O PT preferiu o caminho mais fácil da eliminação de direitos, que tanto combateu em passado recente.

Infelizmente, essa visão imediatista não permite que as discussões tenham a profundidade que esse tema requer, que mexe com a vida de tantos milhões de brasileiros. O objetivo principal para não dizer o único das propostas apresentadas até agora é minimizar o que o Governo chama de "déficit" da Previdência, observado principalmente no setor público. Embalada pela mídia e pelo "mercado" hoje tão respeitado e ao qual o PT é tão submisso – o tão decantado mercado –, a discussão infelizmente desse tema se reduz a isto: o déficit.

Os pontos centrais da proposta encaminhada pelo Poder Executivo e aprovada na Câmara dos Deputados – a tão famosa PEC nº 67 – são a redução do valor dos benefícios e a instituição de condições mais rigorosas de acesso às aposentadorias para todos os servidores públicos, tudo isso mediante a elevação da idade mínima para que ter direito aos benefícios.

A redução do valor dos benefícios é concretizada por vários mecanismos:

1) instituição da cobrança de inativos;

2) criação de um redutor para as pensões;

3) estabelecimento de novas regras para cálculo e reajuste das aposentadorias.

São dois os argumentos que o Governo tem utilizado para direcionar as discussões. O primeiro deles diz respeito à situação fiscal do atual regime de Previdência dos servidores públicos, onde as contribuições pagas pelos trabalhadores ativos, segundo o Governo, não são suficientes para custear os atuais benefícios.

Argumenta o Governo, ainda, que a diferença entre os benefícios pagos pelo INSS e pelo regime de Previdência dos servidores públicos representa enorme injustiça, sendo necessário reduzir os benefícios pagos aos aposentados do setor público para que se promova a chamada "justiça social" ou "justiça previdenciária".

Independentemente da adequação ou não desse diagnóstico, não podemos esquecer que as propostas apresentadas pelo Governo representam uma quebra de contrato entre a sociedade e o Estado.

Além disso, Srªs e Srs. Senadores, é importante lembrar que a atual situação da Previdência social decorre principalmente da atuação do Estado enquanto gestor do sistema previdenciário.

O sistema de repartição foi um dia superavitário e poderia ter sido constituído um patrimônio suficiente para garantir a sustentabilidade da Previdência, o que significa a sustentabilidade da dignidade e da vida de milhões de brasileiros.

Sr. Presidente, apesar da importância e complexidade do tema, o Governo insiste numa discussão

pouco transparente e eu dizia até mesmo atabalhoada sobre esse assunto.

Foram apresentadas, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania desta Casa, quase três centenas de emendas à PEC 67. O Relator, Senador Tião Viana, infelizmente preferiu se submeter às pressões do Planalto, que já acertou as propostas das reformas brasileiras com o Fundo Monetário Internacional, hoje tão ouvido pelo Governo Federal.

Será que nenhuma das 290 emendas apresentadas poderia melhorar o texto dessa reforma?

Durante as discussões na CCJ, nós, da Oposição nesta Casa, defendemos, item por item, nossas propostas de mudança. E perdemos em todas as discussões, por um argumento usado pelo Relator e pelos Líderes que representam os Partidos do Governo de que no plenário, aqui, onde agora nos encontramos, seriam negociadas mudanças para a regra de transição, para a contribuição de inativos, para o redutor de pensões, além de outros pontos, o que, porém, não está acontecendo.

Em quase todas as votações, o que se ouvia era: "Concordo com a emenda, sou a favor, é uma proposta meritória, é uma mudança indispensável, mas voto contra agora para discuti-la depois em plenário".

E assim muitos integrantes da base do Governo votaram contra aquilo que muitos deles queriam aprovar na CCJ.

De repente, vem o Governo com essa enganação da PEC paralela e evita a discussão em plenário. Tudo isso para não desagradar aos ditames da política macroeconômica, inspirada nas negociações com o Fundo Monetário, Internacional, a quem o Governo já prometeu, por escrito, aprovar este ano a Reforma da Previdência. Esse é o compromisso feito com o Mercado Internacional, inclusive feito com a Reforma da Previdência. Em um ano, o Partido dos Trabalhadores e o Governo que hoje assume querem aprovar uma reforma que impediram, por quase uma década, neste próprio Congresso Nacional.

Não é difícil entender essa postura do Governo quando confrontamos suas atitudes hoje com seu passado de Oposição. O tema Previdência é bastante espinhoso e incomoda o Partido dos Trabalhadores. Ele mostra, sem dúvida, a face irresponsável de um Partido que sempre traduz ideologicamente uma questão tão fundamental para o nosso País.

Aprovar hoje propostas que foram satanizadas em passados recentes é comprovar o que muitos estão descobrindo: sacrifica-se o País em nome do poder, em nome da famosa governabilidade que o PT hoje abraça com tanto ardor.

Não se conhece ninguém tão bem enquanto ele não chega ao poder. E apenas agora é que nós estamos conseguindo ver a real face do PT, quando chegou ao poder.

Tivesse o PT sido mais reflexivo e até responsável no passado, talvez hoje estivéssemos em uma fase avançada de discussão. Infelizmente, não é o caso, e, portanto, temos a obrigação de discutir detalhadamente essa Reforma. Para isso fomos eleitos, e acho que essa é a responsabilidade dos Srs. Senadores.

É preciso, antes de realizar reformas de forma apressada, fazer um diagnóstico mais preciso e correto sobre esses temas importantes para o País. Muitos pontos polêmicos discordantes entre o Governo e as Entidades de servidores públicos deveriam ter sido mais bem esclarecidos, a partir de uma discussão realmente franca, aberta, e não numa discussão simulada para dar satisfação à sociedade.

Sr. Presidente, a Reforma da Previdência, ainda que necessária e prioritária, apresenta aspectos absurdos e desumanos, completamente desprovidos de racionalidade e da lógica social.

Que não se taxe os inativos da forma como se propõe, cobrando contribuição inclusive daqueles portadores de doenças crônicas.

Isso, sem falar do redutor de 30% imposto para as pensões. Na verdade, a ausência do chefe da família não desonera o custo total das despesas familiares em absolutamente quase nada, muito menos em 30%. Isso é completamente irracional.

Também a questão da regra de transição merece reparos urgentes. Da forma como está, ela prejudica demais quem está prestes a se aposentar.

A proposta prejudica também aqueles que começaram mais cedo a trabalhar, que normalmente são os mais pobres da nossa sociedade.

Infelizmente, Srªs e Srs. Senadores, a Reforma da Previdência, do jeito que está, nada contribui para a inclusão dos 40 milhões de brasileiros que estão hoje fora do sistema de Previdência.

O que vemos, mais uma vez, é uma clara depreciação intencional do valor do debate, porque falta disposição do Governo para ser questionado. Novamente, estabelecem-se debates contra teses que simplesmente não existem.

Quando a Oposição pede a inclusão dos milhões de brasileiros que estão fora da Previdência, responde-se que não é possível suportar o déficit. Quando a Oposição critica a falta de coerência das

propostas de reforma, fala-se que não é possível tolerar a injustiça.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, diante de anos de defesa dos servidores públicos, das promessas de manutenção das conquistas dos aposentados, dos pedidos de auditoria sobre as contas da Previdência e até sobre a dívida pública brasileira, resta inspirar-nos no poeta e perguntar: "Em que espelho ficou perdida a face do Partido dos Trabalhadores?"

Eu, particularmente, não sei onde se perdeu a face do PT. Com certeza, a face dos Senadores desta Casa é a coerência. Na votação da PEC 67, estaremos aqui ao lado daqueles mais sofridos e que ficarão prejudicados por esta danosa reforma.

Sr. Presidente, muito obrigado pela tolerância.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Concedo a palavra ao nobre Senador Sérgio Cabral.

V. Exª dispõe de 10 minutos, Senador.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, infelizmente lembrarei desta tribuna, o que me faz recordar aquele personagem de um desenho animado que dizia: "Eu te disse! Eu te disse!"

Quarta-feira passada, vim a esta tribuna chamar a atenção – vejam que foi há seis dias – do Governo Federal, do Ministério da Previdência, dos Senadores da ação absurda, irresponsável, incompetente e desumana do INSS, sob o pretexto de combate à fraude, suspendendo o salário daqueles com 90 anos de idade ou mais que não comparecessem às agências e aos bancos indicados.

Na ocasião, quarta-feira passada, quando eu disse que era uma atitude desumana, um ato administrativo de incompetência, tive uma resposta solícita do Senador Tião Viana, Líder do PT, um homem que merece todo o respeito e todo o apreço e que, certamente, ao me responder, o fez com boa-fé. Respondeu como Líder do PT e representante do Governo, informando a mim e a todos os demais Senadores que era uma ação de combate à fraude, que não era nada daquilo, que não causaria nenhum transtorno aos idosos, afinal de contas era apenas 0,7% dos segurados e, portanto, eram infundadas as minhas acusações sobre o tema.

Na quinta-feira, voltei a chamar a atenção das Srªs e dos Senadores e das autoridades para a burrice, a incompetência e a desumanidade que estavam sendo praticadas pelo INSS. Mas a insensibilidade permaneceu. Foi preciso que todas as emissoras de televisão, todos os jornais, enfim, toda a imprensa estampasse a barbaridade que se estava cometendo contra cidadãos da terceira idade.

Eu disse aqui, na quarta-feira passada, que qualquer país do mundo festeja um cidadão com 90 anos ou mais; qualquer país do mundo venera um cidadão com 90 anos. Não era possível assistirmos aquele espetáculo do terror, aquele espetáculo surrealista, de cidadãos da terceira idade doentes sendo obrigados a se deslocarem a uma agência do INSS.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – V. Exª me concede um aparte?

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Com muito prazer, Senador Romeu Tuma.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Tenho mantido silêncio sobre esse fato que amargurou por unanimidade este Senado. Hoje, temos presentes 80 Srªs e Srs. Senadores, apenas uma falta, o que traz a corrente correta de que queremos discutir as reformas. Mas, sobre esse problema que V. Exª fala com tanto sentimento – e sinto amargura na sua voz –, estive raciocinando como eu agiria, na posição de policial, se houvesse suspeita de fraude. Eu tiraria o direito de todos os cidadãos? Daria para eles o atestado de óbito para que eles provassem que tinham certidão de vida? Seria correto isso? Será que teríamos coragem de matar todos os homens e mulheres de 90 anos para dizer que houve uma, duas, três ou dez fraudes, dando a eles certidões de óbitos para que provassem que estavam vivos? Absolutamente. A investigação tem milhões de caminhos: os bancos, quem paga para saber se quem recebe é realmente a pessoa ou não, e outros. Então, não é preciso incomodar aqueles que, às vezes, têm que ir ao banco receber sua aposentadoria em uma cadeira de rodas. É uma injustiça tão grande e tão maldosa que não tem sentido. Formas de investigação existem aos milhares, e quem na Previdência raciocinou nesses termos deveria ter consultado alguém, chamado a própria polícia talvez, se houve suspeita de fraude, para que se fizesse uma investigação sem importunar aqueles que continuam a sobreviver desses pequenos salários. Vi um fato que me amargurou muito na televisão: trouxeram um velho que não recebera seu salário, e toda a família dependia dele. E diziam assim: "O velho sobrevive sob as orações dos filhos, que têm que viver com o seu salário da aposentadoria". Não quero continuar, porque vou me emocionar, mas quero cumprimentar V. Exª. Tive pai e mãe e sei o que é a angústia de cada um quando vê um filho que, à falta de R$1 ou R$10 para comprar... Lembro de um dia quando meu pai me levou à escola e me deixou alguns mil-réis para comprar um sanduíche durante o intervalo. No

entanto, ele não conseguiu subir no estribo do bonde porque estava lotado. Como não podia andar a pé até o local de seu trabalho, veio me pedir de volta, com lágrimas nos olhos, o dinheiro que me dera para comprar o sanduíche. É uma violência muito grande. Tem que haver uma reação à mesma altura da prática que fizeram contra esses velhos que tiveram que provar que estão vivos.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Senador Romeu Tuma, também fiquei muito emocionado, assim como a Senadora Heloísa Helena. V. Exª, mais uma vez, provou ser um grande ser humano; não é à toa que o povo de São Paulo lhe reconduziu a esta Casa.

V. Exª tem toda a razão. Na verdade, incorporou uma situação de sua infância lembrando o quanto vale a moeda para uma família mais humilde, mais pobre, que precisa daqueles recursos para se prover, e o quanto isso impactou não só do ponto de vista material de um, dois, três ou quatro dias sem os recursos, mas a do ponto de vista emocional, pelo terrorismo que se causou a milhares de famílias no Brasil.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Permite-me V. Exª um aparte?

O Sr. Demóstenes Torres (PFL – GO) – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Permitirei o aparte ao Senador Eduardo Azeredo e depois continuamos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – A Presidência alerta que os apartes somente são permitidos durante os dez minutos do orador.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Senador Sérgio Cabral, faço um aparte rápido. V. Exª tem uma grande experiência em um trabalho prestado em relação aos idosos. Esse tema que traz a emoção ao Senador Romeu Tuma e a todos nós merece toda a atenção e que continuemos falando nele, pois foi uma violência enorme praticada contra os idosos. Ao invés de mandar o idoso em cadeira de rodas se cadastrar, o que o Ministro da Previdência Social deveria fazer é mandar alguém à casa do aposentado pagar o salário dele. Seria muito melhor. Já fizemos isso em Belo Horizonte, Senador Sérgio Cabral. Seria muito melhor enviar o pagamento do aposentado por um **motoboy**. É a sugestão que gostaria de trazer. Ao invés de causar constrangimento, que o Governo entenda que existem melhores caminhos a se trilhar a fim de trazer benefícios aos idosos.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Deus do céu, Senador Eduardo Azeredo, chamei a atenção, na quarta-feira passada, exatamente a respeito de instrumentos que o Senador Romeu Tuma também abordou, de comunicação com os segurados. Uma simples carta, com prazo de 30 ou 60 dias para se recadastrar; um **call center**, um telefone, em que as pessoas que não podem se locomover pudessem se comunicar. E, aí sim, um funcionário do INSS iria à casa do segurado. O IBGE faz o censo brasileiro, não é possível que o INSS não tenha funcionários para visitar a casa desses cidadãos!

Antes de conceder o aparte ao Senador Demóstenes Torres, gostaria de registrar que o Ministro Ricardo Berzoini me ligou ontem, no Rio de Janeiro, com muita educação e sensibilidade, a fim de manifestar que estava realmente sentido com a situação e que devia desculpas ao povo brasileiro. Não quero pedir a cabeça de ninguém. Não é o meu papel. Não estamos aqui para isso. Mas alguém tem que ser punido. O Ministro disse que foram funcionários do segundo escalão e que não havia dado dimensão à ação. Essa foi a explicação, por telefone, que recebi ontem. Alguém tem que ser punido! Não quero pedir a cabeça de uma ou de outra pessoa, mas o responsável por isso tem que ser punido. Não pode passar impune uma decisão dessas, uma ação dessas!

Concedo o aparte ao Senador Demóstenes.

O Sr. Demóstenes Torres (PFL – GO) – Senador, V. Exª faz um pronunciamento com o brilhantismo habitual.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Senador Demóstenes Torres, se V. Exª me permitir, queria lhe dizer que não gostaríamos de abrir exceção, porque foi acertado com a Mesa Diretora que os apartes somente seriam concedidos dentro do tempo permitido ao orador da tribuna. Neste momento, poderei ceder-lhe 30 segundos em homenagem ao Senador Romeu Tuma, que chegou a chorar sobre esta questão ao relatar um fato, com muito sentimento, derramando lágrimas verdadeiras.

Então, se possível, V. Exª faça o seu aparte em 30 segundos.

O Sr. Demóstenes Torres (PFL – GO) – Fico grato a V. Exª pela gentileza. Somente gostaria de dizer que já foram punidos os velhinhos, de forma muito cruel. Têm sido tantas as trapalhadas desse Governo que chego a imaginar que, no mínimo, um dos três patetas está assessorando a Presidência da República. E penso que, depois do episódio dos velhinhos e mais o episódio de hoje, do ensino especial, quando os portadores de necessidades especiais também foram punidos, o Ministro Palocci e o Presidente devem ter também contratado o diretor do filme que está pas-

sando, um clássico do terror, **Jason X Freddy**. Muito obrigado a V. Exª.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Sr. Presidente, eu desejava me manifestar sobre esse assunto lamentável e abordar tanto a PEC paralela quanto a PEC que estamos discutindo. Mas não vou tratar da PEC paralela, porque é uma farsa muito descarada em seu conteúdo. Pedi para se fazer uma análise técnico-jurídica, e concluíram que a PEC paralela chega a ter propostas como esta: seu art. 3º modifica um projeto de emenda à Constituição que nem existe ainda! Nunca vi isso na minha vida! Isso é um deboche. Então, não vou falar sobre a PEC paralela. Ponto final.

Para encerrar, Sr. Presidente, quero fazer uma ilação exatamente entre os fatos da semana passada e esta maldita reforma da Previdência. Há tempo ainda! Da mesma maneira que o Governo demorou para acordar para a barbaridade que estava se cometendo no INSS contra os segurados, há tempo, pelo amor de Deus, para mudanças de opinião sobre a reforma da previdência. Nunca é tarde para que o Governo abra os olhos e ouça pelo menos a advertência de V. Exª, Senador Paulo Paim, 1º Vice-Presidente desta Casa, Presidente em exercício nesta sessão, lutador, um homem que teve coerência ao longo da sua vida e que deseja, como ninguém, o êxito desse Governo. V. Exª é leal a esse Governo, e lealdade não é subalternidade. Lealdade é franqueza, é discussão. Saí do Partido Comunista Brasileiro no final da década de 70, porque o tal de centralismo democrático me causava arrepios.

É preciso haver uma discussão democrática, uma discussão franca, aberta. O Senador Flávio Arns foi muito feliz ao abordar aqui o pouco espaço dado para as entidades de classe se pronunciarem. A Senadora Heloísa Helena estava preocupada e perguntou: "Senador Sérgio Cabral, como V. Exª votará em relação à PEC da Previdência, em relação ao texto? Sei que, nos destaques, V. Exª votará contra a taxação dos inativos." Votarei contra o texto, contra a reforma da Previdência!

(Palmas das galerias.)

Já que não se aceitou discuti-la aberta e francamente, quero aqui dizer que votarei contra a reforma da previdência, contra o texto e tudo o mais. Essa arrogância, essa falta de espaço para o diálogo precisa ter uma resposta do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Passamos a palavra ao nobre Senador Garibaldi Alves Filho. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Alvaro Dias. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Mão Santa. V. Exª dispõe de 10 minutos.

Senador Mão Santa, peço licença a V. Exª, que já está na tribuna, para prorrogar a sessão por mais uma hora – sem objeção do Plenário, tenho certeza –, para que todos os Srs. Senadores possam fazer uso da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – A Presidência comunica que transferiu a sessão conjunta convocada para hoje, às 19 horas, no plenário do Senado Federal, para amanhã, quarta-feira, às 12 horas, no mesmo local, destinada à apreciação da ratificação do **Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 56, de 2003**, e à leitura de expediente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Concedo a palavra ao nobre Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim; Srªs e Srs. Senadores, brasileiras e brasileiros aqui presentes e que nos assistem pelo sistema de comunicação, muito boa-noite.

Quis Deus, Senador Paulo Paim, que V. Exª estivesse presidindo esta sessão, pois V. Exª traduz a confiança que nos levou a todos a votar na esperança do Governo Lula. O Presidente Lula passa por momentos de infelicidade. Começou quando disse: "Se Deus for generoso, quero viver cem anos". Deus é generoso e manda os sinais. Ele mandou um sinal para este Congresso. Todo o Brasil sabe daquela música, Senador Hélio Costa: Luiz Inácio Lula da Silva disse que "o Congresso tem 300 picaretas". Não sei cantar, mas o nosso grande artista Senador Eduardo Suplicy, que já cantou aqui, pode hoje refletir ao som da música.

Primeiro, ouço falar: "Vamos para o debate qualificado". Cadê os homens do debate qualificado? Estão envergonhados, estão negociando! Esta não é uma casa de negócios. Esta Casa é para fazer leis boas e justas.

Apenas para citar rapidamente, porque não tem nada que ver, li uma tese do Líder do Governo, Senador Aloizio Mercadante, escrita em 2000. Entreguei o livro para a companheira Heloísa Helena. Resumindo – não vou perder tempo com isso, este debate não é o adequado para o tema –, S. Exª diz, em 2000, que essa reforma da Previdência era do Consenso de Washington. Entreguei a revista para a Senadora Heloísa Helena.

Sim, mas vou ficar no meu Partido, o PMDB, que vem do MDB! E quis Deus estar aqui o Senador Heráclito Fortes, que é do PFL. Como Ulysses Guimarães, somos daquele MDB que combateu a ditadura. E Ulysses Guimarães disse: "Ouça a voz rouca das ruas".

Quero dizer o seguinte: o sinal que Deus mandou – nós, que somos cristãos, Senadora Lúcia Vânia, sabemos que Deus manda sinais –, foi o Ministro Ricardo Berzoini. É o sinal que Deus mandou para o Congresso Nacional refletir, para fazer o debate adequado. É um homem capaz, um homem sensível! Erro administrativo. Senador César Borges, nós, que já fomos Governadores, sabemos que se corrige administrativamente o erro. Para mim, aquilo não foi erro; foi pecado. Aquilo terá conseqüências, como está no Livro de Deus: os bons vão para o Céu, os ruins, os que cometem pecado, vão para o Inferno.

Mas vamos ficar aqui no Congresso Nacional. Velho sempre houve, Senadora Heloísa Helena, e aposentado também. A ignorância é audaciosa. Senador Paulo Paim. Sou aposentado pela Previdência. Servi. Entendo mais da Previdência Social do que todo o Planalto junto. Está aqui o debate adequado. Vim para o debate desde o primeiro instante; não fugi dele. Não vou me cansar. Eu e o Senador Heráclito Fortes criamos um instituto, porque era moda nos anos 90 as grandes prefeituras criarem instituto. E criei, no litoral do Piauí, na minha Parnaíba; o Heráclito, em Teresina. Sou aposentado. Velhos sempre existiram, Heráclito, aposentados também. O que se exigia?

O Berzoini é pecador mesmo! Vou pedir e exigir a prisão dele. Outro dia, pediram a prisão de um muito melhor do que ele, só porque falou num momento de emoção. Então, vou pedir a prisão do Ministro Berzoini, baseado naquilo em que acredito: no seu trabalho, Senador Paulo Paim.

Senador Efraim Morais, eu, médico há 37 anos, cansei de ver. Instituto sempre existiu. Pedia-se um atestado. Cansei de ir dezenas, centenas de vezes, a povoados longínquos, enfermeira, lembrando a saúde, Heloísa Helena. Chegava, dava o atestado, ia ao médico da Previdência, do INPS; ele era reconhecido, e o velhinho recebia com dignidade e tinha dinheiro.

Isso não se justifica.

Então, Senador Paulo Paim, o Congresso Nacional votou por unanimidade, acreditando que isso foi para valer. Foi uma ação de Paulo Paim, o maior líder do PT. A lei foi aprovada por unanimidade. O Presidente sancionou, com as suas correções.

Vejamos o que diz a lei:

> Art. 10. "É obrigação do Estado e da sociedade assegurar à pessoa idosa a liberdade, o respeito e a dignidade, como pessoa humana e sujeito de direitos civis, políticos, individuais e sociais, garantidos na Constituição e nas leis (...).
>
> § 3º. É dever de todos zelar pela dignidade do idoso, colocando-o a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor(...).
>
> Dos Crimes em Espécie (...)"

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – V. Exª me permite um aparte?

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Eu quero é a sua força para prender o homem.

> Art. 95. Os crimes definidos nesta lei são de ação penal pública e condicionados, não se aplicando o art.182.

Senador Paulo Paim, o meu tem o Santo Papa aqui para abençoar.

> Art. 96. Discriminar pessoa idosa, impedindo ou dificultando o seu acesso a operações bancárias, aos meios de transporte, ao direito de contratar, ou por qualquer outro meio de instrumento necessário ao exercício da cidadania por motivo de idade.
>
> Pena: Reclusão de seis meses a um ano e multa.

Temos de multar o Berzoini.

E mais:

> § 1º Na mesma pena incorre quem desdenhar, humilhar, menosprezar ou discriminar pessoa idosa por qualquer motivo.

Senadora Heloísa Helena, nós temos que cumprir. Senador Paulo Paim, fomos atraídos. V. Exª é responsável. "És eternamente responsável pelo que cativas". V. Exª me cativou com a sua posição.

> § 2º A pena será aumentada de 1/3 se a vítima se encontrar sobre os cuidados ou responsabilidade do agente.

Eles estavam sob a responsabilidade, pois são previdenciários.

Então, quero aqui dizer que esse negócio de pedir perdão e desculpa não funciona. O direito é igual para todos. Quem está na penitenciária Bangu diz:

"Peço desculpa e perdão". Por isso vamos soltá-lo? Tem que ser preso mesmo!

Essa PEC 67 – serei sintético, em face do tempo – é perversa, é estelionatária e criminosa.

Quero dizer que o meu Partido – PMDB – e do Deputado Ulysses Guimarães, o PMDB que tem vergonha, o PMDB que fez renascer a democracia, tem um Presidente: Michel Temer. Vamos enquadrar o Líder do PMDB no Senado, porque ou se obedece, ou não se obedece ao Presidente. O Lula não é o Presidente do País? O Presidente do PMDB é Michel Temer. Está aqui o artigo de autoria dele, publicado em jornais. O primeiro artigo foi publicado no dia 11 de junho de 2003, no **Correio Braziliense,** e em 16 de junho de 2003 no jornal **O Globo**. Serei sintético.

Concedo um aparte ao eminente Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – V. Exª solicitou ao Senador Eduardo Suplicy que cantasse a música **300 Micaretas**, mas hoje S. Exª não está com a voz em condições de nos brindar com sua música. Repito o seu refrão: "Quis Deus que um grande sucesso muito próprio para o momento seja cantado por uma conterrânea sua, que é Bete Carvalho. Sugiro que a convoque a ir pelas ruas do Brasil cantar: "Você pagou com traição a quem sempre lhe deu a mão".

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Esse Senador é do Piauí.

Senador Paulo Paim, o hino do Piauí diz: "Piauí, terra querida, filha do Sol, do Equador, em uma luta o teu filho é o primeiro que chega".

Chegamos. Também chegou o Senador Heráclito Fortes. O Senador Alberto Silva vai acabar chegando também pelo respeito que tem aos idosos.

Então, diz aqui: "A aposentadoria constitui ato jurídico perfeito" – Michael Temer. Eu não sei! Eu estou atrapalhado. Como é que o Senador Renan Calheiros desrespeita o nosso Presidente? O das Diretas aqui. Está aqui e é outro sinal de Deus. Mobilize o povo, aquele...

Então, "portanto no caso da aposentadoria não é o direito adquirido que deve ser invocado inicialmente, mas o ato jurídico perfeito da aposentadoria, da qual nasceu secundariamente o direito imodificável do inativo. Aliás, institutos como o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada destinam-se a preservar a estabilidade das relações sociais. Tratando-se de ato jurídico perfeito ele é imodificável por lei ou por emenda constitucional, já que faz parte dos direitos individuais catalogados em cláusula pétrea, nos termos do art. 60, § 4º, da Constituição Federal".

E diz ainda o Presidente do PMDB, o constitucionalista Michael Temer: "Com o argumento do ato jurídico perfeito modifica-se o quadro interpretativo. Com isso, presto serviço à governabilidade do País ao buscar evitar que a Constituição seja descumprida, levando milhares de ações ao foro judicial."

Artigo 2º, do grande jurista Michael Temer, que foi que foi Procurador-Geral do Estado de São Paulo, Secretário de Segurança Pública do Governo do mesmo Estado, Líder do PMDB, Presidente da Câmara dos Deputados e é professor de Direito.

S. Exª diz, no artigo "A constitucionalidade da emenda", publicado em 03 de julho de 2003, no jornal **Folha de S.Paulo**:

Tenho sustentado, baseado no instituto do ato jurídico perfeito, a tese da impossibilidade de tributar os atuais inativos.(...) O argumento do ato jurídico perfeito, entretanto, é o que impede a cobrança. (...) A resposta a tais indagações implica reflexão sobre o conceito de Constituição, na medida em que esta assim se demonstra, porque objetiva a estruturar, a "constituir" o Estado.

Para terminar, em respeito ao tempo e ao Presidente, que merece a nossa admiração:

> Nada e ninguém pode se sobrepor à Constituição, lei maior emanada da soberania popular, que estabeleceu, ao se manifestar, as regras permanentes do "jogo" social. Assim, seja pela interpretação sistemática, seja pela interpretação literal, as emendas constitucionais (leis no sentido lato) submetem-se ao controle da constitucionalidade do STF. Que é para onde deve ir a emenda constitucional que tributará os inativos, se aprovada.

Sr. Presidente, Rui Barbosa acusou a Nação quando disse: "Não troco a trouxa de minhas convicções por um ministério." Nessas palavras me inspirei para dizer que não me abala a perda de cargos, mas a das minhas convicções, das convicções do povo do Piauí e dos direitos dos brasileiros que devem ser respeitados. Então, ele acusou o STF da época, de 1900, da primeira década do século, de fraco. Agora, no entanto, o STF está fortalecido, enaltecido, preparado, e, caso ocorra a desgraça da fraqueza, recorreremos ao STF.

Deixo claro que não mudei. Votei no Lula porque pensava que S. Exª defendia o pobre.

Terminarei com São Francisco: "Onde houver dúvida, que eu leve a fé" que remove montanhas. Continuaremos a luta com fé e onde houver erro, levaremos a verdade, que é esta: a PEC não presta, não serve e deve ser recusada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Concedo a palavra à nobre Senadora Heloísa Helena. V. Exª dispõe de 10 minutos.

A Mesa faz um apelo às Srªs. e Srs. Senadores para que respeitem o tempo, a fim de que os 10 oradores inscritos possam fazer uso da palavra.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, já estou querendo chorar, porque todos sabem o quanto o debate desse tema mexe comigo, não apenas porque dediquei os melhores anos da minha vida para construir o Partido dos Trabalhadores, mas por estar defendendo hoje, como convicção ideológica, concepção programática, visão de mundo e de reforma do Estado, o que aprendi no PT. Se eu estivesse debatendo questões que tivesse aprendido em uma "cartilhinha" pessoal, certamente seria muito fácil abrir mão delas.

O Estatuto do PT, no seu art. 67, § 2º – meu querido Senador Eduardo Suplicy sempre lembra o que aprovamos por consenso no PT –, diz que poderia o Parlamentar apresentar graves objeções de natureza ética, filosófica ou de foro íntimo para solicitar votação diferente, mesmo diante do fechamento de questão.

No Tribunal do Santo Ofício, que de santo nada tinha, os advogados da dor chamavam os supostos hereges – que depois a Igreja consagrou como santos e santas – e impunham-lhes queimarem o que escreveram, esquecerem o que sabiam e não verem o que olhavam. Com certeza, isso seria muito cômodo para muitos de nós, do PT.

Marca-nos profundamente todas as vezes que algum Parlamentar da oposição fala que o PT dizia isso e aquilo, porque nos sentimos parte desse partido que ajudamos a construir. Muitas vezes, a Oposição mete o dedo nas feridas das nossas contradições, porque, de fato, nós construímos um abismo entre aquilo que defendíamos quando éramos Oposição e aquilo que estamos a fazer como Governo.

O debate da reforma da Previdência, desde o início, pautou-se em bases absolutamente falsas, primeiro, porque se criou a tal cantilena enfadonha e mentirosa da farsa do rombo da seguridade. Ao mesmo tempo em que os Governos saqueiam oficialmente mais de 37 bilhões dos cofres da Seguridade Social com a Desvinculação de Receita da União, repete-se a cantilena enfadonha e mentirosa do rombo. Hoje, como a farsa ficou feia demais, e por mais que o publicitário de estimação de Hitler tenha dito que mentira repetida muitas vezes verdade vira, esse debate já foi deixado um pouco de lado, porque não tem nenhuma consistência técnica.

Depois se criou, também ludibriando mentes e corações do Brasil, a tese de que é preciso se fazer reforma, que reforma é bom. É evidente que defendemos reforma. Nós queremos uma reforma do aparelho do Estado que, ao longo da História deste País, foi sendo parasitado e privatizado a serviço de uma elite política e econômica decadente, insensível e cínica. Só que essas propostas não trazem a reforma do Estado. Muitas vezes, fica-se repetindo: "É preciso fazer uma reforma da Previdência". Ora, o Governo Fernando Henrique Cardoso já fez uma reforma da Previdência para os trabalhadores do setor público em 1998, e nós, do PT, a combatemos ferozmente, com argumentos que apresentávamos como objetivos. Não a combatíamos ferozmente por bravata, por demagogia eleitoralista ou por vigarice política. O Governo Fernando Henrique aprovou uma reforma da Previdência para os trabalhadores do setor privado com o voto contrário do PT, com o combate feroz do PT em relação ao fator previdenciário, e o Governo Fernando Henrique Cardoso só não aprovou a reforma para os futuros servidores públicos porque, corretamente, passamos quatro anos obstaculizando, obstruindo a votação do Projeto de Lei nº 9.

Então, é evidente que os argumentos que apresentávamos para a opinião pública, que estão em todos os memorandos técnicos, em todas as cartas compromisso, em todas as cartas de ajuste, eram de que a reforma da Previdência era um acordo com os gigolôs do Fundo Monetário Internacional e com os parasitas do Banco Mundial. Não é à toa que só eles ganharam muito. Não é à toa que o que estamos discutindo hoje é a disputa pela riqueza criada no País. Não é outra coisa o que estamos discutindo. Estamos discutindo isto: as reformas significam redução dos custos na área social, por demanda na esfera financeira. É isso que estamos discutindo.

Não é à toa que, nesse tipo de política econômica, em que existe claramente uma transferência de renda para o setor financeiro da economia – os lucros do setor bancário são gigantescos –, Itaú e Bradesco foram os que mais ganharam. E o cômico, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, é que eles continuam ganhando muito agora, na previdência privada, só com o medo do que pode vir com a reforma da Previ-

dência, só com o terrorismo que foi feito contra os trabalhadores dos setores público e privado.

As previdências privadas tiveram um aumento de quase 65% nos seus lucros e nas suas vendas, porque estamos esvaziando o aparelho de Estado. Quem precisa do Estado brasileiro? É algum Senador? Não. É algum filho de Senador? Não. Quem precisa do aparelho de Estado são os filhos da pobreza.

Até os cínicos, enamorados da terceira via, que defendem o Estado mínimo, defendem prerrogativas que são exclusivas do aparelho de Estado: as chamadas carreiras típicas do aparelho de Estado. E aquelas que, mesmo não sendo atividades exclusivas dele, porque o setor privado também as desenvolve, quando desenvolvidas pelo setor público, significam a única referência para o pobre deste País.

A filha da pobreza, Senador Romeu Tuma, quando está sentindo a dor do parto, vai para uma maternidade pública; o filho da pobreza, quando precisa fazer uma cirurgia no seu idoso ou no seu filho, vai para o setor público. O filho da riqueza, o filho da elite político-econômica pode ter um membro da firma de vigilância na sua porta, como nós, Senadores, temos; pode ter o carro blindado; pode ter os seus guarda-costas. Os filhos da pobreza têm como única referência o setor público na área de segurança pública.

Da mesma forma, na área da educação. Os filhos da pobreza, para conhecerem o mundo e sonharem em transformá-lo conforme os seus desejos e as suas aspirações, têm como única referência a escola pública.

Por essa razão, é extremamente injusta essa proposta de reforma. Desafio que alguém diga, que alguém mostre – porque apenas dizer é demagogia, é vigarice – onde a reforma da Previdência inclui os filhos da pobreza. Ela não faz nada para beneficiar os trabalhadores do setor privado.

Apresentamos emendas pela extinção do fator previdenciário, porque os filhos da pobreza, que entram mais cedo no mercado de trabalho porque são filhos de pobres, são penalizados com mais dez anos de serviço para não terem um corte de até 45% no salário da sua aposentadoria.

Quero que alguém mostre, nestas PECs, onde está incluído o trabalhador que está na informalidade, onde está incluído o bóia-fria, o cortador de cana ou a dona de casa. Não existe isso. É farsa política!

E o mais grave é que os trabalhadores do setor público serão os mais penalizados, pois outra farsa que se criou foi a de se dizer que essa reforma só atinge quem recebe acima de R$2,4 mil. Isso é uma crueldade, porque a matéria entra no debate dos fundos de pensão, da previdência complementar. Quem mais é atacado é justamente quem recebe menos de R$2,4 mil, porque a esses trabalhadores fica a imposição de que devem trabalhar por mais 7, 10 ou 12 anos para não terem um corte de até 35% no salário da sua aposentadoria.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Exª me permite um aparte antes de terminar o tempo regimental?

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Pois não, meu querido Senador Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senadora Heloísa Helena, quero dizer a V. Exª o quanto considero importante que o País, que o Presidente Lula, o Ministro Ricardo Berzoini, o Ministro Palocci, o Ministro José Dirceu, enfim, todos os Ministros ouçam este seu pronunciamento. Já me foi dito: "Olha, a Senadora Heloísa Helena dirigiu palavras que foram consideradas ofensivas por nós". É possível que, em alguns momentos, V. Exª, na sua veemência, na sua capacidade de se indignar com aquilo que avalia como injusto, tenha usado palavras que possam assim ser consideradas. Mas tenho procurado transmitir ao Presidente Lula, aos Ministros, ao Presidente do nosso Partido, José Genoíno, que seria muito importante compreender o sentimento de V. Exª, porque tenho certeza de que tudo o que V. Exª fala vem do fundo da sua alma, da sua história, quando nos ajudou a construir o Partido dos Trabalhadores. Sabe V. Exª – assim tenho dito – que votarei de acordo com o parecer do Senador Tião Viana, aceitando o Projeto de Emenda à Constituição da maneira como veio da Câmara dos Deputados. E compreendo que, por meio da outra emenda que S. Exª elaborou, está ali incluindo alguns temas como o subteto; as regras de transição; os direitos das pessoas mais velhas, que têm doenças graves, e assim por diante. E aquilo que muitos gostaríamos de modificar aqui, no Senado, S. Exª está deixando para uma 2ª etapa. Mas vou colaborar com a proposição e a vontade do Presidente Lula de apressar a reforma da Previdência, porque acredito na sua sinceridade de propósito para realizar uma reforma que busca maior eqüidade entre todos os que estão no setor público, no setor privado e, inclusive,

aqueles que estão fora da Previdência. V. Exª tem razão, no sentido de que a natureza do sistema, tal como herdou o Presidente Lula, tem sido de tal molde a propiciar aos que recebem rendimentos, na forma de juros, um ganho que parece espantoso.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Vou concluir, Sr. Presidente. Haja vista a soma extraordinária de mais de R$153 bilhões que o próprio Presidente do Banco Central nos informou ser a previsão de pagamento deste ano. Creio que o Presidente Lula não imaginava que isso ocorreria justamente no primeiro ano do seu Governo, mas tenho a convicção de que essas coisas estão prestes a mudar. Quando V. Exª enfatiza que nada está sendo previsto para os bóias-frias, para os que estão no mercado informal, para os que estão desempregados, há que considerar – e essa é uma parte da reforma tributária – estar ali explicitado algo que poderá se constituir num caminho novo para eles. Está previsto, no parágrafo único do art. 203, pelo menos o princípio da garantia de uma renda a todas as pessoas. E, dependendo de como o Presidente Lula quiser fazer disso uma realidade, poderá fazê-lo de maneira a atender à garantia de uma renda básica de cidadania para todos, o que está sendo expresso por V. Exª como necessidade. Mas o que eu gostaria de transmitir, pedindo a sua última tolerância, Sr. Presidente, Senador Paulo Paim...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Serei tolerante, mas há Senadores esperando pela oportunidade de falar.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Para não dialogar com V. Exª, desejo lembrar à Senadora Heloísa Helena que o seu tempo já se esgotou há seis minutos praticamente.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Estou terminando, Sr. Presidente.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Concedi uma entrevista à revista **Caros Amigos**, que sairá nas bancas no fim desta semana, avalio que fará bem ao Presidente, fará bem ao Presidente José Genoíno, fará bem aos Ministros e ao nosso Partido, se tivermos uma atitude de maior tolerância para com as pessoas que, por sinceridade, por convicção própria, formularem críticas severas, porque, na verdade, quando feitas com sinceridade, como no caso, creio, faz a Senadora Heloísa Helena, V. Exª e outros Senadores do Partido estão fazendo para o bem do Presidente Lula, para o bem do Brasil e para que possamos aprender mesmo com as divergências de nossas companheiras e companheiros.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Para concluir, Sr. Presidente, Senador Paim, quero agradecer de coração, porque sei do esforço do Senador Suplicy tentando resolver esse imbróglio interno do PT. Mas como digo sempre: prefiro coração partido à alma vendida. Chorar faz parte. Até Jesus Cristo, depois de mais de 30 anos de heróica paciência, o eleito, o filho amado que suou suor de sangue no calvário pediu para que o Pai, se possível, afastasse dele o cálice. Imaginem eu!

Então, quero agradecer aos Senadores que possibilitaram que eu apresentasse as minhas emendas, agradecer a todos os Senadores, mesmo os que não se comprometeram com o mérito. Quero agradecer ao Senador Arthur Virgílio e a todos os Senadores do PSDB; ao Senador José Agripino e ao Senador Efraim e a todos os Senadores do PFL; ao Senador Mozarildo, do PPS; ao Senador Magno Malta e a todos os Senadores do PL; aos nossos queridos e mais próximos e mais antigos, os Senadores Jefferson Péres e Antonio Carlos Valadares; todos os Senadores do PDT e do PSB; vários Senadores do PMDB – e imagino a gigantesca pressão interna no Partido – e a alguns Senadores do PT, especialmente aos Senadores Paulo Paim e Eduardo Suplicy, que, mesmo não concordando com o mérito, têm feito um enorme esforço.

Sr. Presidente, sinceramente, espero que o Senado não se comporte como no medíocre anexo arquitetônico dos interesses do Palácio, do Fundo Monetário e das instituições de financiamento multilaterais. Espero que tenhamos altivez e autonomia para reformar essa proposta, derrotar a proposta, se preciso for.

Para terminar, Santo Agostinho dizia algo muito bonito – pois, além de trotskista por convicção, sou cristã – repito o que Santo Agostinho dizia: as duas filhas lindas da esperança são a indignação e a coragem. A indignação de não se conformar diante de coisas que achamos injustas e a coragem para mudá-las.

Espero que o Governo e a cúpula palaciana do meu Partido tenham humildade. Já disse, várias vezes, a alguns Senadores que, muitas vezes, você pensa que o que está fazendo vai durar **ad infinitum**, vai durar para sempre. O poder é tão transitório. Lembro de uma passagem muito bonita sobre o Templo

de Salomão. Salomão é considerado o mais sábio dos homens da história do povo de Deus e um arquiteto sensacional. Não é à toa, Senador Arthur Virgílio, que Salomão, nas bases de seu templo, usou três coisas. Ele usou a figura que mais estabilidade dá, a figura mais firme, que é o quadrado. Ele usou, ao mesmo tempo, o metal mais poderoso e mais forte, que é o bronze. Mas sabe por cima do que ele colocou? Das rodas, justamente para mostrar que a parte de cima da roda não está sempre por cima em relação a alguma pessoa.

Então, espero que as pessoas tenham humildade para entender este momento que V. Exª, que eu e muitos outros Senadores do PT estamos vivenciando.

Nunca sonhei chegar aqui no Senado Federal. Nunca! Digo sempre que sou profundamente agradecida ao povo de Alagoas, porque lá no meu Estado havia uma moda: para ser Senador tinha que provir da varanda dos usineiros ou da cozinha dos pistoleiros ou ser nascido em berço de ouro.

Eu cheguei aqui como uma filha do povo, uma filha da pobreza, daquelas que ao nascer são carimbadas, ou para o quartinho de empregada, ou para vender o corpo por um prato de comida. Nunca sonhei tocar os tapetes azuis do Senado Federal. Mas quero dizer que voltarei de cabeça erguida, com tranqüilidade, para comer giz na sala de aula; não vou vender a minha alma, abrir mão daquilo que ao longo da história defendi, mesmo que eu tenha dado os melhores anos da minha vida enfrentando o crime organizado.

Hoje é fácil ser neolulista, hoje é fácil ser neopetista, hoje é fácil o radicalismo do oportunismo de ser Governo sempre, hoje é fácil ser parte da base de bajulação. Mas quando estávamos enfrentando o crime organizado, enfrentando obstáculos que ameaçavam esgotar nossa capacidade de reação, enfrentando adversidades que marcaram o nosso corpo, a nossa alma, a nossa dignidade como mulher, a nossa dignidade como militante de Esquerda.

Nesse momento, nós éramos úteis. Se agora não somos mais, isso faz parte.

Posso chorar muito. Quem chora, dizem, faz cicatrizes na alma. Mas, por outro lado, só tem cicatrizes na alma quem não se acovardou, quem não fugiu do campo de batalha.

Muito obrigada. (Aplausos!)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Concedemos a palavra à Senadora Lúcia Vânia. S. Exª dispõe de dez minutos. A Presidência continua insistindo para que cada orador, dentro do possível e com a tolerância do Presidente, mantenha-se nos dez minutos.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, quero aqui dizer que a emoção vivida pelo Senador Romeu Tuma e pela Senadora Heloísa Helena sintetiza a angústia que todos nós vivemos aqui durante este processo de discussão da reforma da Previdência.

A Senadora Heloísa Helena nos toca de forma especial, porque é uma mulher aguerrida, corajosa, está sofrendo profundamente porque tenta um último grito para sensibilizar seu Partido a ter um pouco mais de humanidade em relação a esse projeto.

Sr. Presidente, está em nossas mãos a última oportunidade de evitar que as alterações propostas na Previdência representem graves injustiças com os servidores, com os aposentados e com os pensionistas.

Defendemos as mudanças. Até mesmo brigamos por elas. E pagamos um alto preço político por apoiá-las. Talvez por isso mesmo estejamos hoje em condições de garantir que o projeto do Governo precisa e pode ser melhorado, sem radicalismos. Para tanto, nós nos debruçamos sobre o texto aprovado na Câmara e apresentamos um total de 216 emendas. De minha autoria foram três propostas visando pelo menos resguardar os atuais direitos dos servidores, das viúvas e pensionistas, bem como garantir condições mais justas de transição para as futuras regras.

Afinal, a proposta apresentada pelo Governo é cruel em diversos aspectos: inclui a pesada cobrança de 11% para os servidores públicos aposentados que ganham hoje acima de R$1.200 nos Estados e Municípios. Cobra 11% dos atuais servidores que recebem acima de R$1.440 e passará a cobrar os mesmos 11% dos futuros servidores que estiverem na faixa acima de R$2.400.

Mais cruel ainda é a redução em 30% no valor das pensões pagas aos dependentes dos servidores. Quem trabalhou confiante num sistema de proteção à família não contava que ela fosse obrigada a cortar seus gastos em 30% de uma hora para outra. E é justo impor ao aposentado por invalidez que reduza suas despesas nesse valor?

A redução de benefícios e pensões despreza a boa prática previdenciária e o respeito aos direitos adquiridos. E só terá impacto financeiro em longo prazo. Além disso, se fôssemos observar os critérios adotados nos demais países, encontraríamos outros, tecnicamente mais corretos, como a seletividade. Ou seja, leva-se em conta a quantidade de filhos, idade, tama-

nho da família, existência de portadores de necessidades especiais, se os cônjuges têm renda própria ou condições de auto-sustento.

Chamo atenção, ainda, para uma regra que deverá causar impacto negativo sobre o valor da aposentadoria dos servidores: a que determina a consideração, na base de cálculo do benefício, das remunerações recebidas ao longo da carreira, inclusive no setor privado.

Com essa mudança, o valor do benefício pago ao servidor será calculado pela média, e não pelo último salário, conforme se esperava. Assim, a proposta quebra a integralidade e rompe com a paridade concedida aos aposentados e pensionistas, que também deixam de ter reajustes automaticamente iguais aos concedidos para os servidores da ativa. A paridade, cabe destacar, foi uma conquista da Constituição de 1988, como forma de impedir a situação de miséria em que se encontravam, por exemplo, professores e viúvas. É um retrocesso.

O projeto de reforma da previdência do Governo Lula apresenta outras falhas graves que exigem correção. Uma delas se refere à ausência de regras de transição para os servidores que estão próximos da aposentadoria, já que o texto aumenta em sete anos o tempo de contribuição.

Outro erro é a cobrança de contribuição dos inativos, condenável, principalmente num cenário em que o funcionalismo está sem reajuste salarial há muitos anos. E mais: é injusta a regra única de pensão para dependentes dos atuais e futuros servidores, sem considerar a idade atual dos beneficiários, se há portadores de deficientes na famílias ou se houve acidentes de trabalho que levou à morte ou à invalidez.

Com relação ao teto de remuneração nacional e subtetos propostos – uma medida moralmente defensável – é de duvidosa eficácia para coibir excessos, pois traz embutida a inconstitucionalidade que resultara em desgastes e recursos judiciais.

Outro teto que o Governo quer aumentar refere-se às aposentadorias dos trabalhadores do setor privado: para R$ 2.400,00. Isso vai gerar um caixa extra de 4,1 bilhões por ano ao INSS, porque o valor das contribuições também subirá. Mas os efeitos para o segurado irão demorar, no mínimo, nove anos, tempo de ajuste para compensar a média da contribuição a partir de 1994. De forma integral, os resultados valerão apenas para quem ingressa hoje no sistema, ou seja, daqui a 35 anos.

A contribuição será imediata, mas o pagamento vai acontecer no futuro. Como o financiamento do INSS não é capitalizado, o ganho de arrecadação com o aumento do teto se reverterá, ao longo dos anos, num agravamento maior do déficit do setor.

Nesta oportunidade de reforma, o Governo perdeu também a oportunidade de definir melhor a situação dos trabalhadores rurais, que enfrentam, cada vez mais, dificuldades para se aposentar. Problemas esses relacionados à exigência de comprovação do tempo em que trabalham. Podem estar certos de que a próxima crise do INSS será em relação ao trabalhador rural.

Ao mesmo tempo em que o discurso oficial acena com a promessa de inclusão de cerca de 40 milhões de brasileiros que estão na informalidade e fora do sistema, além dos desempregados, a proposta em nada avança para enfrentar essa dramática situação.

Srªs e Srs. Senadores, manifesto aqui a minha posição. Tenho orgulho de pertencer a um Partido, o PSDB, que pôde entender os argumentos que tenho feito ao longo da discussão do projeto da Reforma Tributária. No Governo passado, tive essa compreensão, pois votei exatamente contra esses pontos por mim levantados. Fui Relatora da Lei de Diretrizes Orçamentárias. Recebi a missão do Governo de incluir, nesse projeto da LDO, um dispositivo que taxasse os inativos. A receber a incumbência de relatar esse projeto, dirigi-me ao Ministro do Planejamento e lhe comuniquei: Ministro, peça tudo. Enfrento qualquer desafio, inclusive o de pedir aos Senadores um superávit de 3.75% – o que naquela ocasião era muito alto. Mas não me peça que coloque um dispositivo para taxar os inativos. Fui compreendida por S. Exª, e o projeto, assinado por esta Parlamentar que hoje defende aqui esses mesmos princípios, não recebeu a assinatura nem teve no seu bojo o dispositivo para penalizar os inativos.

Deixo aqui, mais uma vez, um apelo a todos os Senadores, como Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, como uma pessoa que tem na sua trajetória um comprometimento para a construção de um País mais humano e justo. Peço aos meus Pares que façamos uma última reflexão e não votemos este projeto, principalmente se não houver sensibilidade do Governo para, pelo menos, olhar pelos desvalidos, por aqueles que precisam de um mecanismo de transição para que este projeto não seja tão injusto e desumano.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Concedo a palavra ao nobre Senador Augusto Botelho, que disporá de até dez minutos. Em seguida, passarei a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a discussão da PEC nº 67, no âmbito desta Casa, reveste-se de fundamental importância, justamente pelas maléficas conseqüências que a sua aprovação pode trazer para a sociedade como um todo.

Eu gostaria inicialmente de destacar que, a meu juízo, a PEC nº 67, caso aprovada da maneira como está, produzirá vários efeitos que reputo extremamente perniciosos ao País. Entre eles, destaco os seguintes:

1º promoverá o desmantelamento do serviço público, pois atinge, a fundo, os direitos – inclusive adquiridos – dos agentes públicos, principais atores da atuação estatal;

2º promoverá uma profunda privatização da Previdência, adotando um modelo que já se mostrou ineficaz e inseguro em outros países;

3º acentuará a pobreza e a concentração de renda no País, na medida em que estabelece desarrazoadas e inconstitucionais contribuições;

4º promoverá o abarrotamento dos nossos Tribunais. Certamente, o Supremo Tribunal Federal será chamado a se pronunciar sobre a constitucionalidade de diversos dispositivos da PEC nº 67, caso ela seja convertida em emenda; e, por fim,

5º Acentuará o sentimento de insegurança jurídica e colocará em xeque, ainda mais, a legitimidade do nosso ordenamento jurídico.

Durante os debates desenvolvidos no âmbito desta Casa, foi fácil perceber o clima de descontentamento e frustração que pairou e ainda paira entre o funcionalismo público. Pude notar também um clima de constrangimento por parte de vários Senadores componentes da base governista. Nada mais natural. Diante de uma PEC que, sabidamente, trará danos irreparáveis à sociedade, mesmo Senadores aliados ao Governo se curvam e, num grito surdo, buscam justificar constrangimentos com críticas pontuais ao texto.

Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, também gostaria de destacar, nesta oportunidade, dois temas importantes da reforma e sobre os quais tive a oportunidade de apresentar emendas de plenário: as questões da paridade e da taxação dos inativos.

Uma das emendas que apresentei tem por objetivo evitar a revogação do § 8º do art. 40, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, ou seja, pretende manter a chamada "paridade plena".

Como se depreende da PEC nº 67, de 2003, somente teriam direito à paridade plena aqueles que já forem aposentados ou pensionistas até a data da publicação da nova emenda. Para os demais, a emenda ora prevê o reajustamento dos benefícios de modo a preservar-lhes o valor real, ora prevê uma paridade não-plena, excluindo vantagens e benefícios adquiridos pelo servidor na atividade.

Esse tratamento discriminatório não pode prosperar, seja por afrontar o princípio da igualdade, seja porque elimina garantias que remontam à fase de elaboração da Constituição Federal, garantias essas consolidadas pela Emenda Constitucional 20, de 1998. Acabar com a paridade plena seria um retrocesso histórico no árduo caminho da conquista de direitos dos servidores públicos.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, quanto aos inativos, apresentei, assim como outros Senadores, emenda que veta a sua taxação. Essa ementa tem em mira a exclusão da cobrança sobre o provento de inativo, seja ele aposentado, seja ele pensionista. Evidentemente, argumentos não faltavam aos acusadores de aludida taxação, e três deles eram e serão sempre destacados: a taxação dos inativos é inconstitucional, confiscatória e injusta.

Em primeiro lugar, e isso sempre foi repetido à exaustão ao longo dos anos, a cobrança de contribuição previdenciária dos aposentados e pensionistas é inconstitucional. Afronta, sabemos todos, a figura do *direito adquirido*, uma garantia prevista no inciso XXXVI do art. 5º e incluída entre as denominadas cláusulas pétreas de nossa Constituição.

Tão cioso dessa garantia, por sinal, foi o constituinte que fez questão de prever, no art. 17 das Disposições Transitórias, o único caso em que ela poderia ser desconsiderada: aquele em que os vencimentos, a remuneração, as vantagens e os adicionais, bem como os proventos de aposentadoria, fossem maiores que os limites estabelecidos pela Constituição.

O segundo argumento trata do caráter confiscatório da taxação pretendida. Ora, o Brasil inteiro sabe que para ter direito à aposentadoria integral, os servidores públicos ativos têm descontado de seus rendimentos brutos um determinado percentual, que hoje chega aos 11%. Isso é disposição contratual. Como se poderia, então, a partir do momento em que qualquer dele faz jus à aposentadoria, submetê-lo a nova taxação? É claro que teríamos a figura do confisco, de fácil contestação nos tribunais.

O terceiro argumento foge ao campo da constitucionalidade, ou da legalidade, mas sua força moral

é inquestionável. A taxação dos inativos, mais do que tudo, é injusta, perversa e eticamente condenável.

E isso porque os servidores públicos, ao contrário do que busca fazer crer a propaganda, não são culpados pelo alegado déficit no caixa da Previdência. Afinal, eles sempre pagaram sua parte, até mesmo porque não há como fugir a uma cobrança que é feita diretamente no contracheque.

Ocorre, e esse é um fato também conhecido por todos, que suas contribuições não foram utilizadas para a formação de um sólido patrimônio. Foram, ao contrário, dissipadas por sucessivos governos em aplicações que nada tinham a ver com sua finalidade. Assim, recursos que deveriam assegurar a tranqüilidade dos servidores públicos aposentados e de seus familiares foram desviados para que se erguessem, para que gerassem superávits fiscais ou para que se garantisse o pagamento da dívida pública.

Ademais, já que o assunto é o rombo da Previdência não se tem notícia de que os notórios sonegadores ou os eternos beneficiários de renúncias fiscais estejam sendo tratados com tanta fúria como os servidores públicos. E vejam que a dívida dos sonegadores ultrapassa os R$150 bilhões, e as renúncias fiscais chegam aos R$9 bilhões por ano, enquanto a tunga que querem impor aos inativos arrecadaria anualmente pouco mais de R$2 bilhões.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – A Presidência prorroga a sessão por mais uma hora a fim de que todas as Srªs e os Srs. Senadores possam fazer uso da palavra.

Com a palavra o nobre Líder Arthur Virgílio.

V. Exª dispõe de dez minutos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, contemplo com uma certa tristeza a falta de senso, de rito, que este Governo vem demonstrando. Refiro-me, Sr. Presidente, a certas obrigações que se cumprem na vida pública pelas pessoas que não abrem mão da compostura, do conceito e da coerência. Uma sessão como esta para um marciano que descesse à Terra se afiguraria como sem nenhuma importância, até pela ausência das presenças maiores do Governo de Luiz Inácio Lula da Silva. A impressão que dá é que aqui estamos a discutir o aniversário do América Futebol Clube, e não uma proposta de emenda à Constituição polêmica, que mexe com a vida de milhões de brasileiros e que, conforme o Governo, é tão importante para a saúde fiscal do País. E segundo amplos segmentos da Oposição, uma proposta, que poderia ser vetada no todo ou em parte, poderia ser aperfeiçoada, humanizada, tornada mais racional.

Sinto-me constrangido, Senador César Borges, porque imagino por que não se dá valor ao rito. Refiro-me ao casamento indígena, que não é uma cerimônia simples, mas uma cerimônia complexa, complicada, para quem não entende. Certos momentos da nossa vida são solenes, e estou, neste momento, sentindo que vivo um momento solene, até em homenagem aos Senadores e Senadoras que aqui se manifestaram e aos Senadores e as Senadoras que aqui ainda permanecem.

Sr. Presidente, não estou fazendo jogo de cobrar presença física, mecânica. Não! Estou pura e simplesmente observando que o Governo cai no automatismo de somar: "X" Senadores, "Y" de um lado, "Z" de outro; ganho, não ganho. Onde está aquele Partido que disputava idéia? Onde está aquele Partido que brigava pela opinião pública? Onde está aquele Partido tão bravo, tão irredento, Senador Paulo Paim, que não abria mão de colocar as suas convicções em cada palmo de disputa política que se processasse neste País?

Não me considero um ser humano invejoso. Sou tucano como o mais ardoroso dos petistas possa ser. Tenho algumas certezas na vida. Uma delas é de que morro, outra de que nasci, uma outra é de que não saio do meu Partido, haja o que houver, dê no que der. Não fico vendo nenhuma conveniência. Sou tucano e pronto. E tinha inveja – uma inveja saudável – da militância brava do PT, da militância rebelde, da militância que empurrava o partido para momentos de decisão, viradas de eleição em segundo turno. E eu dizia: meu Deus, o meu partido precisa ser assim, meu partido precisa ter esse coração, precisa ter essa garra, precisa ter essa gana. Onde está o espírito desse partido, que imagina estar apresentando à Nação uma proposta significativa e boa para o País é essa a crença e aqui não aparece para defendê-la com coração, com garra, com amor? Isso só faz empobrecer o Senado da disputa por nós aqui travada.

É meu dever estar aqui. Esperei – e o Senador Paulo Paim foi generoso comigo –, dei a volta na lista várias vezes, tive compromissos, reunião de Líderes aqui, instalação de uma comissão mista acolá. E aqui estou, imaginando se são necessárias as lágrimas da Senadora Heloísa Helena, se não poderiam ter sido poupadas pela generosidade de um partido que a compreendesse e que soubesse pagar, com compreensão, o muito que ela fez para construir essa realida-

de partidária tão pujante. A Senadora tem o direito de pensar como ela pensa. Ela aqui falava, ela aqui caía em prantos e, ao mesmo tempo, continuava brava, como ela é brava, mesmo em prantos, ou talvez mais brava ainda porque em prantos.

Lembrava-me de momentos em que discrepava do Governo do qual fui Líder. E o Ministro Almino Afonso saiu do partido porque quis. Jamais foi coagido, constrangido em nenhum momento, porque tínhamos o compromisso de respeitar a opinião de quem porventura dissentisse de nós em algo que fosse, pelo seu foro íntimo, de absoluta importância em seu processo de decisão.

O Deputado Tuga Angerami, o Deputado e hoje Senador Flávio Arns saíram do partido porque quiseram, não porque tivéssemos querido nos livrar de companhias tão ilustres, tão corretas e que, em tantos pontos, tinham visões de mundo parecidas com as nossas.

Soube, Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, que sairá agora uma medida provisória que conserta outra trapalhada do Governo. Li – e a revolta do Senador Flávio Arns é completamente cabível – que houve um veto presidencial a R$8 milhões destinados aos excepcionais, depois de um acerto e de aprovação nesta Casa. Lendo, parece brincadeira. Só não é brincadeira porque é trágico o sentimento de insensibilidade que vai permeando esse Governo. Alegação para o veto: "contrariedade ao interesse público". Portanto, R$8 milhões para os excepcionais contrariam o interesse público neste País. E depois veremos que uma das razões enumeradas é o compromisso com o ajuste fiscal. Sou a favor de um regime de permanente ajuste fiscal, o que não significa ser de direita, nem de costas, nem de bola, nem de rebola, nem de carambola, nem de lado, nem para trás, nem para frente: significa ter juízo! Quem tem juízo, podendo ser de esquerda ou não, governa com respeito às regras do ajuste fiscal e gasta menos do que arrecada. Isso é novidade para esse pessoal do PT, mas para mim não é. Para mim, é uma constante na minha vida desde que abri meus olhos para os números, que, usados a favor do povo, podem mudar a realidade de um país. Mas alegar que R$8 milhões destinados aos excepcionais significam manter o compromisso com o ajuste fiscal parece obra de alguém boicotando a imagem do Presidente Lula, parece obra de alguém que quer implodir o Governo, parece até que querem ridicularizar o conceito de inteligência do Governo que aí está.

Oito milhões de reais! Fiz as contas com o Senador Flávio Arns: são 25 milhões de excepcionais, de deficientes nesse nível, e R$20 milhões é o que se gasta neste ano com eles. Assim, menos de R$1,00 por enfermo e mais R$8 milhões são considerados como um risco para o equilíbrio fiscal do País, que, de 3,88%, elevou o superávit primário para 4,25% como proporção do PIB e tem poupado mais do isso, por conta própria, para tentar mostrar ao Fundo Monetário Internacional que é um Governo de pessoas boazinhas. Não querem tirar nota sete na cartilha do FMI. Querem tirar 11,5. É aquele aluno que ainda aponta o outro que está perturbando a aula. É aquele que pede à Professora Funda Monetária Internacionala para pôr para fora o aluno que perturba a aula dela.

O ritual não está sendo cumprido. Contudo, Sr. Presidente, o partido de democratas que é o PSDB, em alguns temas, não tem opinião completamente fechada quanto a esta matéria. Em alguns temas, votaremos todos juntos, os 11 Senadores, que discutem essa matéria à luz do que trazem no coração, à luz das suas idéias. E não há nenhuma tentativa de pressioná-los, nenhuma tentativa de cobrar-lhes obediência, até porque não se cobra obediência de cidadãos livres. Somos um País de cidadãos livres e não podemos abrir mão dessa prerrogativa!

Então, tudo ocorre em um clima fraterno. Hoje nos reunimos com nossos Governadores. Para alguns, poderia parecer assim: "Puxa vida, os Governadores e eles". Os Governadores, na sua maior parte, defendem muitos pontos relevantes da reforma da Previdência. Se eu contar para alguém que tenha um viés autoritário na sua cabeça que algum Governador, em algum momento das nossas conversas, disse a nós que nos cobrava algo que seria lealdade para com eles e que fosse porventura a violação da consciência de cada um de nós, estaria contando uma inverdade, difamando esses companheiros que já estiveram no Parlamento e agora estão nos Governos de Estado. O PSDB não é um partido que viva em busca do pensamento único. É um partido que vive em busca de um País mais justo e sabe que esse País mais justo não vingará se não tivermos, muito clara e plenamente, a consolidação da democracia não apenas nas instituições, mas dentro de cada um de nós.

Quando o Partido cassa a voz e quer cassar o direito de militância de uma pessoa tão abnegada quanto a Senadora Heloísa Helena, ponho-me a me perguntar: se pudessem fazer mais no País, o que não fariam? Se pudessem avançar mais contra a liberdade, o que não fariam? Coloco um pouco as minhas barbas de molho. Esse Governo me assusta.

Senador Romeu Tuma, quando uma figura respeitável como o General Félix diz que pretende mais

poderes para a Abin (Agência Brasileira de Inteligência), eu, a princípio, tendo a dizer não, de plano, de pronto. E ponho-me a meditar em casa: será que, se fosse outro Governo, eu não olharia sem nenhum **parti pris**, sem nenhum preconceito, à luz do que seria a proteção do Estado moderno, esse pedido que eles fazem de mais poderes para a Abin? Será que não estou negando no meu coração, na minha alma, de plano, de pronto, até porque estou começando a criar um preconceito contra eles, imaginando que eles não sabem usar, talvez, as prerrogativas enormes conferidas pelo Presidencialismo a um Partido que porventura tenha vencido as eleições? E eles venceram as eleições de maneira tão brilhante.

Às vezes ocorre intolerância com a Oposição, falta de atenção para com a Oposição, dificuldade de reconhecer a figura da minoria como parte da formação da opinião pública brasileira, não importa que minoritária seja essa parte que representamos. Mas a representamos, sim, até porque não somos biônicos. Não estamos aqui representando cidadãos extraterrestres. Estamos aqui representando cada Estado da Federação, estamos representando eleitores, estamos representando pessoas que esperam de nós atitudes e não omissões, e estamos aqui tomando atitudes e não nos omitindo.

Portanto, Sr. Presidente, este é um momento solene, sim. E entendo que o PSDB cumpriu com honra, com vigor, com valor cívico o seu compromisso de discutir esta matéria. Alguns pontos de vista foram sendo reformados ao longo de contatos com pessoas que nos pressionavam, e nunca tivemos – nem antes, nem hoje, nem teremos no futuro – medo, rancor ou qualquer sentimento negativo em relação a quem nos pressione, por uma razão simples: somos de um Partido de democratas e acreditamos em uma Nação que respeite o ponto de vista de cada um dos seus filhos e das suas filhas, que saiba construir o futuro com base no amor à liberdade.

Portanto, é com muita tranqüilidade que cada Senador nosso se pronunciará na hora em que se chegar ao voto, sabendo que o voto que der aqui não lhe será cobrado por ninguém de maneira injuriosa, não lhe será cobrado por ninguém de maneira autoritária; não lhe será cobrado por ninguém de maneira impositiva. Agora, começo a perceber que não preciso ter inveja da militância que fenece do Partido que sempre militou. Não preciso ter. Devo ter orgulho do Partido que, depois de oito anos no poder, governando oito dos principais Estados da Federação, continua sabendo respeitar o valor essencial do qual não abrimos mão: o valor da convivência democrática, o valor do respeito à opinião dos adversários, o valor da coerência, o valor da firmeza.

Por tudo isso, o PSDB não abre mão de corrigir defeitos essenciais de uma reforma que é irracional às vezes e é cruel no seu todo; que não prevê qualquer transição; que não prevê nenhuma amenização quando se fala de portadores de doenças incapacitadoras ou idosos com 70, 75 anos, ou em qualquer idade, portadores de doenças incapacitadoras.

Eu cheguei a pensar que havia algum preconceito contra pessoas a partir dos 75 anos. Fiquei mais tranqüilo, se me permitem a ironia – tem havido tanta piada de mal gosto –, quando comecei a perceber que o foco está na geração a partir de 90. É ali que eles centram todo o rancor de um Estado que está se mostrando rancoroso; o rancor de um Poder que está se mostrando frágil, até porque se fosse de fato um poder consolidado saberia dialogar com generosidade com a sociedade; saberia dialogar com respeito com a Nação; saberia dialogar aqui dentro para saber o que de fato é a média do pensamento. E, proporcionalmente a essa média, seria composto um projeto nacional, o qual não me contemplaria por inteiro e não contemplaria a eles por inteiro, mas ficaria reconhecido o papel de minoria que exercemos e não seria dado esse bofete na face de nossos eleitores, que estão nos vendo a perder, a perder, a perder. Houve mais de 300 emendas, e nenhuma das nossas serviu! Várias emendas foram apresentadas ao projeto de reforma tributária, e nenhuma das nossas serviu! Ou os nossos mandatos não servem, ou o Governo está inviabilizando o seu compromisso com as liberdades. Ou nenhuma emenda nossa serve, nenhuma idéia nossa serve, ou temos de abrir mão dos nossos mandatos, porque se eles não servem, para que persistirmos nós em exercê-los?

Concluo meu pronunciamento, Sr. Presidente. O Governo precisa fazer uma revisão muita séria dos seus valores. Sempre digo que ele deve mergulhar nas suas águas internas mais profundas e delas emergir renovado, refeito no seu compromisso com a eleição tão bonita do Presidente Lula, que obteve 53 milhões de votos. Tenho orgulho da votação de José Serra, que obteve 33 milhões, 19 milhões a menos que a do Presidente Lula! Tenho tanto orgulho da votação do Serra! Tenho tanto orgulho daquela luta! Não devo dizer que fico satisfeito com a derrota, mas tenho orgulho, sim, de, na pior hora para o meu Partido e para a nossa existência política, ainda assim, o povo ter nos dado a honra de irmos para o segundo turno. Perdemos a eleição no segundo turno,

mas o povo reconheceu no PSDB o outro, reconheceu no PSDB a opção, reconheceu no PSDB o estuário, em cima do qual iriam as águas das pessoas que não acreditavam naquela unanimidade que se formava no País. Tenho orgulho de uma derrota com uma votação bonita! Eu queria que eles voltassem a ter orgulho da vitória deles, por exemplo, retomando seus compromissos, reaprendendo a coerência, valorizando a convivência com a Nação, valorizando a convivência qualificada com os opositores, a convivência justa e digna com um Congresso que, pela sua Maioria, pensa uma coisa e, pela sua Minoria, tudo o que quer é participar do esforço a favor do País, nada niilista, nada negativo, nada contra o País; ao contrário, um Congresso que não será harmônico se sentirmos sempre o tacão da Maioria indiferente sobre a rebeldia, que será cada vez mais intensa, da Minoria, que insiste em ter um papel a cumprir e, neste momento, manifesta-se a favor de profundas alterações nesse projeto insensível, irracional, pouco eficaz, que o Governo envia ao Congresso Nacional para análise.

Muito obrigado pela tolerância, Sr. Presidente.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Concedo a palavra ao Senador Leonel Pavan.

S. Exª dispõe de dez minutos.

A seguir, ainda falarão os Senadores Marcelo Crivella, Almeida Lima e Paulo Paim.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, já existe um claro perdedor: o servidor público, a quem se atribui boa parte das mazelas que resultam na sensação de falência do sistema previdenciário brasileiro.

O servidor público inativo vem sendo demonizado pelas falas das autoridades do Governo Federal, repetidas, sem maiores cuidados, pelos órgãos da imprensa. Seus direitos, conquistados após anos de trabalho, passaram a ser rotulados como privilégio. As exceções do seu regime de previdência são citadas de forma imprópria, como se fossem regras gerais. Para que tais injustiças não continuem acontecendo, é necessário trazer à luz algumas reflexões. É necessário reestabelecer a verdade histórica sobre os regimes de previdência do setor público. Não é totalmente correto compararmos a situação dos regimes do funcionalismo público ao chamado Regime Geral da Previdência Social.

O Regime Geral é caracterizado pelo caráter contributivo, em que o valor da remuneração que o aposentado receberá no futuro está diretamente ligado às contribuições que fizer ao longo de sua vida produtiva. O montante disponível para o pagamento dessa aposentadoria, entretanto, está relacionado, também, com a arrecadação do momento em que o benefício será pago, ou seja, o desconto do trabalhador da ativa e a contribuição patronal são compostos para pagar os aposentados naquele momento. Os regimes próprios do funcionalismo civil e militar só recentemente, a partir de 1993, passaram a ter caráter contributivo. Até então, foram contabilizados, exclusivamente, como despesas do ente público e somados aos salários dos funcionários ativos. Usar o raciocínio do Regime Geral para avaliar o equilíbrio de contas dos regimes próprios é uma operação duvidosa, uma vez que os entes públicos do passado não agiram como empregadores normais, repassando sua parcela de contribuição para a Previdência. E isso não é culpa do funcionalismo. A aposentadoria do servidor público civil ou militar tem, ademais, um aspecto de prêmio, diferente da aposentadoria do Regime Geral, para o qual apenas se assegura uma renda mínima de inatividade. O servidor aposentado continua servidor. O servidor da ativa não pode acumular cargos ou benefícios previdenciários, mesmo contribuindo para tanto; não recebe o Fundo de Garantia na passagem para a inatividade; pode ter seu benefício cassado por ato de improbidade; não tem direito a dissídio coletivo; nem participa da distribuição de lucros ou resultados. A remuneração da inatividade do servidor público é uma extensão de seu cargo e é submetida a todas as regras que determinam os salários dos ativos, inclusive seus tetos.

Dizer que as receitas dos regimes próprios do funcionalismo não são compatíveis com as despesas mascara o fato de o número de funcionários ativos ter diminuído nos últimos tempos por decisão dos próprios governos, que fixam o efetivo de trabalhadores. No Regime Geral, mesmo com o aumento do desemprego, o número de trabalhadores descontados cresce em termos absolutos. Vários remédios estão sendo propostos para a Previdência, quase todos eles contra o funcionário público. A idéia de desconto do inativo nos parece absurda.

Não faz sentido o aposentado ser descontado para financiar sua própria aposentadoria, aliás, agora está sendo proposto um eufemismo, substituindo a expressão "desconto dos inativos" por "salário líquido da ativa", que seria pago aos aposentados, o que significa que esses recebem um valor de onde já foi subtraída a contribuição previdenciária. Vão contribuir "na marra", sem sequer serem contados como contribuintes.

A diminuição das expectativas de direitos do funcionalismo acarretará, não podemos nos esquecer, um efeito deletério sobre a qualidade do serviço público. Com salários acumulando perdas sucessivas, que não serão repostas no curto prazo, resta muito pouco a quem quer seguir carreira pública; talvez só a expectativa de aposentadoria integral. Lembramos que o Governo Fernando Henrique Cardoso, por intermédio da Emenda Constitucional nº 20, de 1998, já alterou substancialmente os regimes próprios, corrigindo boa parte dos erros do sistema.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, se ainda existem distorções na Previdência do setor público, vamos identificá-las e corrigi-las, mas sem penalizar os servidores inativos que, em sua maior parte, muito fizeram pelo País na atividade, com desprendimento, senso de responsabilidade e espírito público. Valorizar e proteger o funcionário público aposentado, rejeitando a demonização, é valorizar, em última análise, o próprio serviço público como carreira e como espaço de realização de vocações tão necessárias ao crescimento do País.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, estão fazendo do funcionalismo público uma espécie de clube de futebol ou de condomínio, nos quais se faz a chamada de capital quando se quer reformar. Em relação ao funcionalismo, estão querendo fazer uma chamada de capital até o fim de suas vidas.

Quero, com essas palavras, minha querida Senadora Heloísa Helena, dizer a V. Exª e ao Senador Paulo Paim e a tantas outras pessoas que lutam, continuam lutando e esperam que sejam concretizados os seus sonhos de tanto e tanto tempo, que, certamente, não estão sozinhos no quesito decepção com a atitude do Governo do PT. Sou do PSDB, e seria comum vir a esta tribuna e fazer críticas. Mas, antes, eu era do PDT; estava com o PT na época da reforma da Previdência do Presidente Fernando Henrique Cardoso e, quantas e quantas vezes nos reunimos defendendo o servidor público. Estes eram como filhos do PT, como filhos do "grande comandante", na época Presidente do PT, e hoje Presidente da República. Continuo na Oposição, mas continuo defendendo meus princípios; continuo defendendo aqueles que há muito e muito tempo sempre defendemos e ao lado de quem sempre estivemos. Hoje, essas pessoas, Presidente Paulo Paim, estão se sentindo órfãs, não apenas porque perderam seu pai, como que por uma morte. Não. Perderam seu pai pela traição, pois ele virou-lhes as costas, aquele que tinha uma corrente que os amarrava a seus direitos adquiridos. Por isso, hoje se encontram desamparados, abandonados e com aquele elo rompido definitivamente. Fico, às vezes, pensando como essas pessoas se sentem injustiçadas. Ergueram bandeiras nas ruas, lutaram, gritaram, vibraram, porque disseram o seguinte, no passado: "sem medo de ser feliz". Defendiam seus princípios dizendo: "sem medo de ser feliz". Hoje, o medo está estampado no rosto de cada um desses que achavam que agora seriam felizes.

Repito: sou do PSDB, talvez seja fácil para o PSDB usar essa expressão, mas a estou usando como um homem público que está defendendo toda uma classe e não apenas o nosso Partido. Aqueles que antes lutaram e defendiam essa bandeira hoje não podem, por opressão; devem se sentir um pouco acanhados, envergonhados, sem saber o que dizer, sem saber como se explicar, sem saber dizer o motivo pelo qual mudaram tanto.

De repente, em menos de um ano, assumiram o poder e acharam que todos os vinte anos de história fossem jogados na lama, na vala, e que apenas em nove, dez ou onze meses é que realmente achariam o caminho correto, ideal para salvar a Previdência.

Quero me associar àqueles que estão revoltados, aos do PT, aos do PSDB, aos do PFL, aos do PMDB, aos do PPS, àqueles que não têm partido, aos idosos que batem às portas dos nossos lares e pedem:

> Por favor, votem contra a Previdência. Por favor, olhem por nós. Precisamos que alguém grite por nós. O Governo está cuidando dos interesses dos bancos, apenas do capital. Olhem por nós!

Estamos aqui para dizer que, independentemente da pressão que vier, independentemente dos

interesses de Estado, de Governos, queremos estar ao lado daqueles que sempre contribuíram no sentido de que a Previdência não tivesse esse rombo de que tanto falam. E eu não vejo esse rombo.

Sr. Presidente, lia um parecer do Deputado Michel Temer, um dos grandes constitucionalistas e homens públicos do País, do PMDB, intitulado **Inativos e Direitos Adquiridos**. S. Exª cita a seguinte frase em relação a direitos adquiridos. A pergunta é:

> Os inativos podem sofrer descontos em seus proventos pela instituição da contribuição previdenciária? A resposta comporta, preliminarmente, averiguar se os inativos já têm assegurado esse direito. Há ou não há esse direito?
>
> O ato assim nascido se incorpora ao patrimônio jurídico de quem dele se beneficia, adquirindo o beneficiário, agora sim, um direito definitivo. É como se fosse uma fotografia. A máquina fotográfica flagra determinada cena que, em face do flagrante fotográfico, se eterniza, perenizando aquela imagem. É claro que a foto pode ser alterada, mas ela será, sempre, a alteração, ou seja, uma adulteração, uma violação à imagem captada em determinado instante temporal.

O Presidente do PMDB, em um artigo, diz isso. Se o Presidente do PMDB diz e defende com todas as letras o direito adquirido, pergunto àqueles que mudaram ou acham que, de repente, o Governo tem razão: o que estão fazendo, aqui, para defender os interesses da classe mais sofrida, para defender as leis ou para defender o interesse pessoal?

Acredito que estamos aqui para representar o povo e defender o interesse justamente daqueles que, às vezes, não podem aqui estar.

> ***DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU PRONUNCIAMENTO.***
>
> *(Inserido nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)*
>
> **Inativos e direito adquirido**
>
> Artigo Michel Temer

A questão mais polêmica na reforma da previdência diz respeito à tributação dos inativos. Os debates que já se travam, com forte possibilidade de baterem às portas do Supremo Tribunal Federal, abrigam componentes de natureza política e de natureza jurídica. Sobre os primeiros, o primado se volta para a necessidade de o Estado administrar as suas necessidades contábeis, chegando a esboçar um modelo que permita garantir a saúde financeira da Previdência. Trata-se, portanto, de abordagem pragmática que alicerça a própria governabilidade. Já as determinantes de fundo jurídico estão a merecer análise mais cuidadosa, porque decisões em sua esfera terão seguramente efeitos impactantes sobre a ordem constitucional do país. Sem querer eximir-me da análise do primeiro grupo de fatores, opto por uma abordagem contemplando facetas de natureza jurídica, na crença de que carregam fundamentação mais substantiva, acarretando extraordinário debate sobre a esfera constitucional brasileira.

Feita a ressalva, tentemos responder à pergunta: os inativos podem sofrer descontos nos seus proventos pela instituição da contribuição previdenciária?

A resposta comporta, preliminarmente, averiguar se os inativos já têm assegurado esse direito. Há ou não há esse direito?

O debate parte de premissa equivocada quando impõe o argumento do direito adquirido como fonte única a justificar a impossibilidade daquela cobrança. Na verdade, a razão é outra. A aposentadoria constitui ato jurídico perfeito. O que é, então, esse instituto? É um ato que se aperfeiçoa, se integraliza, se faz inteiro, se consolida, se perfaz, debaixo de uma ordem normativa vigente, de uma legislação aplicável naquele instante. Por isso, ele é chamado de ato jurídico perfeito. Aperfeiçoa-se rigorosamente segundo os ditames legais vigentes. O ato assim nascido se incorpora ao patrimônio jurídico de quem dele se beneficia, adquirindo o beneficiário, agora sim, um direito definitivo. É como se fosse uma fotografia. A máquina fotográfica flagra determinada cena que, em face do flagrante fotográfico, se eterniza, perenizando aquela imagem. É claro que a foto pode ser alterada, mas ela será, sempre, a alteração, ou seja, uma adulteração, uma violação à imagem captada em determinado instante temporal.

Mesmo que os métodos de adulteração sejam considerados os mais modernos tecnologicamente concebíveis, a idéia de violação da imagem pré-fla-

grada continua existindo. Assim é o ato jurídico perfeito. Deve ele subsistir indene, intacto, tal como foi ''fotografado'' pela ordem jurídica vigente quando se consolidou. Qualquer mudança desse ato é modificação, é violação da coisa então consolidada, tornando-a imperfeita. Assim como hoje se pretende cobrar contribuição de 11% aos inativos, poder-se-á, no futuro, fazer uma cobrança de 40% ou 50% a título de contribuição. Levando-se às últimas conseqüências esse exemplo, é lícito supor que se, por meio de emenda constitucional pode ser alterado o ato jurídico da contribuição, também poderá ser mudado o próprio ato jurídico perfeito da aposentadoria, determinando que todos os aposentados retornem à atividade para prestar mais 10 anos de serviço.

O exemplo, ad terrorem, evidencia o absurdo de qualquer violação do direito que nasceu no momento em que determinado ato jurídico se completou. Portanto, no caso de aposentados, não é o direito adquirido que deve ser invocado inicialmente, mas o ato jurídico perfeito da aposentadoria, do qual nasceu, secundariamente, o direito imodificável do inativo. Ou seja, este se origina daquele.

Outra questão a ser enfrentada se relaciona àqueles que se aposentaram por força de decisão judicial transitada em julgado, ocasião em que a sentença poderá ter determinado os valores a serem recebidos pelo inativo. Como, nesse caso, poderá a nova lei violar a causa julgada?

Aliás, institutos como o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada destinam-se a preservar a estabilidade das relações sociais. O direito existe para que os indivíduos, no pacto social que constituíram, saibam quais são as regras do jogo em todas as relações pessoais — civis, comerciais, tributárias, familiares. Os institutos já mencionados visam a impedir que os componentes do pacto (o povo) sejam surpreendidos por modificações das regras do jogo, depois que certos direitos já foram consolidados. Tratando-se de ato jurídico perfeito, ele é imodificável por lei ou por emenda constitucional, já que faz parte dos direitos individuais catalogados em cláusula pétrea, nos termos do artigo 60, parágrafo 4º, da Constituição Federal.

No passado, quando esses argumentos não chegaram ao meu raciocínio, cheguei a admitir a cobrança previdenciária aqui comentada. Quando o argumento se ancorava apenas na tese do direito adquirido não havia como sustentar a não tributação do inativo. O servidor adquiria o direito à aposentação, mas não à imunidade no tocante aos seus proventos. Com o argumento do ato jurídico perfeito, modifica-se o quadro interpretativo. Com isso, presto serviço à governabilidade do país ao buscar evitar que a Constituição seja descumprida, levando milhares de ações ao foro judicial.

Outro argumento usado para autorizar a instituição da contribuição previdenciária dos inativos é o de que a Constituição alude ao impedimento para a lei alterar aqueles institutos, e que, em função disso, o caminho adotado é o da modificação por emenda constitucional. Trata-se de outra polêmica que envolve o saber do que é emenda constitucional. Mas esse é um tema que carece nova abordagem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Passamos a palavra ao nobre Senador Marcelo Crivella.

V. Exª dispõe de dez minutos.

Em seguida, concederei a palavra ao Senador Almeida Lima.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, assisti, emocionado, ao discurso da Senadora Heloísa Helena. Quero dizer que todos nós, da base do Governo, também temos esperança de encontrarmos caminhos melhores para a reforma previdenciária. Até agora nada está decidido. O que foi feito, no esforço do Governo, é que essa discussão se abreviasse. Mas, a decisão final será no Plenário. E quero dizer a todos que essa decisão ainda é passível de mudança. Nada está decidido. Encaramos a reforma tributária como um pai que vê o filho ir para a guerra, ninguém festeja. Não acredito que aqui vão picar papel e jogar para o alto. É um sacrifício muito grande que os nossos funcionários estão sendo chamados a fazer. E cada um de nós, Senadores, sente também na alma esse peso da decisão. Portanto, esperamos encontrar caminhos melhores.

Sr. Presidente, hoje quero falar sobre a viagem à África, pois tive a honra de compor a comitiva com o Presidente da República. Eu gostaria de pedir a V. Exª que desse como lido o meu discurso, porque não vou tomar muito tempo.

Eu gostaria de sintetizar essa viagem atarefada de cinco países em sete dias, em que não parávamos, entrávamos no avião, saímos. Trabalhamos

muito para assinar diversos acordos de cooperação, em todas as áreas, e eu não teria tempo para relatar todos os episódios e avanços que fizemos em relação aos nossos irmãos africanos, já que temos, sim, um débito com eles, que vieram da sua terra natal para construir nosso País, debaixo de um chicote, de uma escravidão, arrastando correntes. Mas creio que posso resumir essa viagem num momento muito bonito que aconteceu em Maputo, capital de Moçambique. Fomos visitar, durante o dia, o hospital mais importante daquele país, onde o Ministro da Saúde, hoje, tem a responsabilidade de cuidar de mais de um milhão de aidéticos. Imaginem os Senhores um país com um pouco mais de 10 milhões de habitantes, com um milhão de pessoas infectadas pelo vírus HIV. São mais de 300 mil órfãos hoje em Moçambique.

De maneira que foi com apreensão na alma que cada um de nós da comitiva pensou no que encontraríamos ali. Fomos recebidos pelo Presidente Joaquim Chissano, pelo Ministro da Saúde, pelo diretor do hospital, e visitamos os leitos, os enfermos, os doentes. Sr. Presidente, que situação dramática vivem os nossos irmãos africanos!

Pior que isso, as condições de tratamento são muito diferentes das do Brasil. O nosso País, segundo a Organização Mundial de Saúde, deveria ter hoje mais de um milhão de infectados, mas temos pouco mais de 600 mil, graças a Deus, à tecnologia de tratamento e à luta heróica do Congresso para quebrar a patente de remédios no tratamento do vírus HIV.

Depois que visitamos os doentes, os enfermeiros, num coral muito simples e sem instrumentos, cantaram de maneira bem africana o que é a Aids para eles. Diziam na letra que a Aids era um mar que havia se infectado, um mar em que as pessoas costumavam se banhar prazerosamente, mas que agora trazia a morte, e terminavam pedindo a compaixão de Deus.

O nosso Presidente pediu a palavra e anunciou que o Brasil liderará o esforço para a construção, em Moçambique, de uma fábrica de medicamentos para tratar mais de um milhão de aidéticos. É claro que ainda não temos a patente para fabricar os 15 medicamentos do coquetel, mas temos para oito deles, e as pessoas, ao tomarem oito dos 15 medicamentos, poderão prolongar sua vida por mais dez anos. Naquele instante senti mesmo orgulho de ser brasileiro, porque essa é uma luta nossa, uma luta de uma nação em desenvolvimento, mas que liderou a quebra de patentes, lutando contra o interesse das indústrias farmacêuticas dos países do Primeiro Mundo, que agora chegava finalmente aos nossos irmãos africanos.

A África Subsaariana tem hoje mais de 20 milhões de aidéticos. A fábrica em Moçambique vai custar US$24 milhões, e o Brasil vai liderar um esforço internacional para implantá-la ainda este ano. É um marco, é um monumento dessa conquista brasileira, do Parlamento, do nosso povo.

Infelizmente, nesse mundo de paradoxos em que vivemos hoje, nossos carros estão cada vez mais rápidos e o trânsito está mais lento; há o fax, a Internet, os telefones, mas nos comunicamos cada vez menos; as pessoas comem mais, mas se alimentam menos; nas clínicas de cirurgia e nas academias ficam mais bonitos, mas com essa competição pela vida na verdade estamos ficando mais feios; já chegamos à Lua, Sr. Presidente, mas não conseguimos atravessar a rua; já conseguimos dividir o átomo, mas não conseguimos dividir a renda, e há um abismo tremendo nesse paradoxo de progresso e desenvolvimento da humanidade, que muitas vezes se reduz a nada na visão de um continente africano tão sofrido e esquecido, de milhões de pessoas que estão morrendo.

Esse paradoxo chegou também ao Brasil, porque alguns disseram que a viagem estava desperdiçada, porque interpretaram mal uma frase dita pelo Presidente na Namíbia. Não trato de questões de mérito, mas é preciso lembrar que o esforço do Presidente Lula para levar o País à opinião mundial, para liderar países em desenvolvimento, para lembrar do sofrimento daquelas pessoas esquecidas, jamais pode ser considerado em vão ou uma viagem que se jogou fora. Isso não é aceitável.

Tenho certeza de que, em cada **encuco**, em cada choupana, nos longínquos povoados da África, onde tive o privilégio de morar dez anos, em cada dia prolongado na vida de um aidético, em cada noite em que puder sonhar, vai ter valido a pena a nossa luta na quebra das patentes e a nossa viagem àquele continente.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR MARCELO CRIVELLA.

África: o brilho da esperança

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Senadores,

É com imenso prazer que ocupo esta Tribuna para apresentar um breve relato da viagem presidencial ao Continente Africano, da qual tive a honra de participar e representar esta Casa.

Da noite do dia primeiro de novembro até a madrugada domingo, estive em uma das mais atarefadas jornadas que já vivi. E veja, Senhor Presidente, que não foram poucas.

Na comitiva, além de diversos parlamentares, seguiam os Senhores Ministros da Saúde, da Cultura, da Educação, da Área Social, da Promoção da Igualdade de Direitos, da Segurança Alimentar, além do Ministro do Exterior e da Indústria e do Comércio.

Outros importantes membros do Executivo, como o Senhor Presidente da Caixa Econômica, da Infraero, da Embrapa e representantes do BNDES, Banco do Brasil, Petrobras, Vale do Rio Doce e outros órgãos federais de fomento.

Compondo também a delegação, representantes de centrais trabalhistas, da CNBB e do movimento negro.

Havia ainda dezenas de empresários em busca de parcerias de negócios que pudessem aumentar os laços de intercâmbio e desenvolvimento com os países visitados.

A viagem começou em São Tomé e Príncipe. Depois vieram Angola, Namíbia, Moçambique e finalmente África do Sul.

Foram muitos os acordos de cooperação na área social, agricultura, saúde, indústria e comércio, bem como na área de política internacional, que visa a dar aos países em desenvolvimento o espaço de que eles necessitam para exportar seus produtos e reivindicar seus direitos junto à comunidade internacional.

Senhor Presidente: eram encontros e mais encontros! Reuniões de trabalho que se seguiam após longas horas de preparações entre as equipes envolvidas, e aqui vale ressaltar o trabalho do corpo diplomático brasileiro, que em cada um desses países foi incansável para que os termos de cada tratado assinado traduzissem o espírito de cooperação que existe entre o Brasil e a África.

Quando se concluíam os acordos, uma breve e singela cerimônia marcava o ato de assinatura, e de lá íamos para o aeroporto onde, sem demora, partíamos para outro país.

Assim se passaram os dias. Foi uma jornada dura do ponto-de-vista físico. Extraordinária no que diz respeito às relações humanas.

Gostaria de ressaltar, Senhor Presidente, que embora passássemos poucas horas em cada país, isso não significava que não havia tempo para as manifestações de amizade e admiração que cada um desses povos que visitamos expressaram pelo Brasil.

Se fosse aqui detalhar cada negócio realizado, as oportunidades surgidas, os acordos, os planos alinhavados para a prospecção de minério pela Vale do Rio Doce ou no campo de exploração de petróleo pela Petrobras, é claro que o tempo de que disponho não seria suficiente.

Portanto, Senhor Presidente, gostaria de relatar um desses tantos momentos e fazê-lo síntese dessa viagem. Foi em Moçambique, na cidade de Maputo, quando visitávamos o Hospital de Dia, na manhã de sexta-feira.

Moçambique luta contra a AIDS. São mais de um milhão de pessoas contagiadas. Trezentos mil órfãos.

Todos nós estávamos apreensivos com o que iríamos encontrar naquele que é o principal hospital do país.

Fomos recebidos pelo Senhor Presidente Chissano, pelo Ministro da Saúde de Moçambique e pelo diretor do hospital.

Estive na cabeceira de uma senhora aidética e vi de perto o seu sofrimento. Não tinha mais que quarenta anos. Era mãe de quatro filhos. E não era a única. São centenas de milhares de pessoas na mesma condição.

Nesse ambiente pesaroso, um singelo coral de funcionários descreveu, através da música, a visão do povo africano sobre essa epidemia. A letra falava de um mar contaminado em cujas águas, no passado, todos se deleitavam em banhar e terminava pedindo misericórdia a Deus.

Não houve quem não se emocionasse.

Nosso Ministro da Saúde falou sobre a transferência de tecnologia no tratamento da doença e nos 100 pacientes que serão assistidos pelo nosso pessoal lá em Moçambique.

O Brasil é um país que tem muito a ensinar nesse campo. A Organização Mundial de Saúde previu que o Brasil teria, em 2003, mais de um milhão de pessoas contaminadas. A excelência da campanha de prevenção e a eficiência do tratamento sistemático aos portadores do vírus, porém, desancaram as previsões pessimistas da OMS. Somos hoje pouco mais de 600 mil.

O Presidente Lula, então, no seu discurso, anunciou a disposição brasileira de construir uma unidade capaz de produzir, em Moçambique, oito dos quinze medicamentos que compõem o coquetel tão importante para prolongar a vida dos portadores do vírus HIV. Um custo de 24 milhões de dólares, que com muita propriedade ele declarou ser inexpressivo diante dos incalculáveis benefícios que trará.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, éramos cerca de 50 pessoas, protegidos pela sombra de uma árvore, nessa cerimônia muito singela.

Mas que orgulho senti de ser brasileiro!

Lembrei da luta do nosso país para quebrar o monopólio desses medicamentos. A luta da ética. Do valor da vida sobre o interesse econômico.

E agora, nosso esforço, nossa conquista, alcança esses irmãos africanos, desconhecidos, sofridos, esquecidos em suas roças, vilas e povoados.

Senhor Presidente: cada vez que um deles sobreviver um pouco mais, acordar por mais um dia, sonhar uma outra noite, ali, naquela cabana, *inkuko* como eles dizem, a nossa luta terá valido a pena.

É terrível, Senhores e Senhoras Senadores, que vivamos em um tempo de paradoxos lamentáveis.

Nossos carros estão cada vez mais velozes e nosso trânsito cada vez mais lento. Na era do fax, do celular, da Internet falamos mais e nos comunicamos menos. Estamos também trabalhando mais e ganhando menos. Comendo mais e nos alimentando menos. Nas academias e nas clínicas de cirurgia ficamos cada vez mais bonitos, mas nessa competição pela vida estamos cada vez mais feios. Nós já chegamos à lua e não conseguimos atravessar a rua. Já dividimos o átomo e não conseguimos dividir a renda e fazer um mundo mais justo.

Nesse caminho dos paradoxos nossos de cada dia, é lamentável que uma viagem com a importância dessa que relatei tenha ocupado na mídia tanto espaço por conta de possíveis gafes cometidas.

Que frutos poderemos colher no futuro plantando hoje a semente da discórdia? Estamos mesmo fadados a procurar a falha do próximo e macular um esforço tão grande que se fez no caminho político mais clássico para o desenvolvimento e entendimento entre os povos? É isso o que queremos?

Nenhum dos africanos com quem falei, sejam parlamentares, funcionários, pessoas do hotel ou amigos meus que lá residem, nenhum, nenhum só, se sentiu ofendido ou interpretou da mesma forma os fatos ocorridos.

Lamento, Senhor Presidente.

Mas é claro que a visão pequena, distorcida, infeliz, jamais poderá nublar, por um instante sequer, o brilho de esperança no olhar de cada africano que acredita que o Brasil há de lhe ajudar.

Todavia é preciso admitir que notícias como essa fazem sombra à nossa capacidade de liderar um grupo de países e à nossa possibilidade de negociar de maneira igualitária e justa as nossas questões em comum.

Não nos esqueçamos de que a fábrica de medicamentos em Moçambique é um verdadeiro monumento dessa luta.

Era o que eu tinha para dizer, Senhor Presidente.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Tem a palavra o Senador Almeida Lima, que dispõe de dez minutos, e, em seguida, o Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobre Senadora Heloísa Helena, Srs. Senadores, no início de minha caminhada nos bancos escolares, tínhamos uma disciplina chamada OSPB — Organização Social e Política Brasileira. Naquela época, aprendi que o Estado existe, foi criado nessa concepção política, teórica, para propiciar a felicidade do povo. E durante muito tempo alimentei essa idéia de que o Estado existe exatamente para, por meio dos seus diversos mãos e braços, atender o povo, levar a ele os valores e os benefícios de que precisa.

Lá para as tantas, deparei-me, como todos os senhores, com outro ensinamento, o de Marx e Engels, que diz que o Estado é o instrumento para garantir, assegurar, preservar os "direitos", as benesses da burguesia, da classe dominante. Isso, para mim, foi um conflito, e procurei cada vez mais aprofundar nas minhas reflexões, no meu dia-a-dia, com a origem, nobre Senadora Heloísa Helena, não diferente da de V. Exª. V. Exª, lá nas Alagoas, e eu, do lado de cá do São Francisco, no Estado de Sergipe.

Diante dessas duas realidades, que são uma mesma realidade, fazendo críticas e observações tanto em relação a uma teoria quanto à outra, e cheguei à conclusão de que, se a primeira é bem trabalhada teoricamente, bem arrumada, defendida desde Platão, passando por Aristóteles, indo até Hobbes e tantos outros, sem dúvida alguma, ela foge à realidade.

E essa realidade que vivenciamos hoje nos traz à posição de que, na prática, o Estado existe para manter e preservar as regalias da classe dominante. E hoje se diz ser do passado a discussão sobre Direita e Esquerda. E assistimos, neste País, não apenas o Partido dos Trabalhadores, mas inúmeros outros. Esse, durante 23 anos, defendendo bandeiras e lutas, integrando trincheiras que trazia esperança e acalentava a alma dos brasileiros, no sentido de que a esperança poderia vencer o medo e, no Governo, realizar as ações políticas que pudessem se aproximar cada vez mais do pensamento de que o Estado não existe para manter e preservar os interesses da burguesia, da classe dominante, mas que pode ser trabalhado por Governos que tenham compromissos populares, transformando-se num instrumento de atendimento aos anseios, os mais populares possíveis. Ledo engano! As bandeiras, todas elas, uma a uma, estamos presenciando, vendo-as jogadas no leito das ruas e das estradas por aqueles que a empunharam durante 23 anos!

Por essa razão, Senador Paulo Paim e Senadora Heloísa Helena, rendo a minha homenagem a V. Exªs. As lágrimas – e eu as vi – representam a necessidade que todos temos de transformá-las em razão para seguirmos em frente. Tenham certeza V. Exªs de que – e digo isto com o maior contentamento – serei aqui um liderado de V. Exªs, da idéia que V. Exªs trazem e que aqui defendem.

Não houve mudança. É um equívoco quando se diz que a cúpula do Partido dos Trabalhadores e que o Governo Lula mudaram de um minuto para outro. Não houve mudança. O que houve, na verdade, é que eles enganaram não apenas os companheiros de Partido, mas o povo brasileiro. Para o Partido dos Trabalhadores e para este Governo, mentir é dogma. A mentira está incrustada no seu estatuto e no seu programa partidário. Criaram, durante 23 anos, uma franquia, como se fosse uma marca comercial; buscaram os elementos maiores da comunicação de massa, como as simbologias, a exemplo da estrela, não para criar, na mente e nos corações dos brasileiros, a figura de um Partido que viesse exatamente fazer aquilo que propagava. Ao contrário, venderam uma mentira e chegaram ao Poder. É isso o que faz hoje ao povo brasileiro.

Não me prestarei, Srªs e Srs. Senadores – como um de seus Pares e representando o meu pequeno Estado de Sergipe –, a ceder às pressões do Governo. Não me prestarei a dar o meu voto, em nome do povo de Sergipe, à aprovação desta emenda da Previdência Social. Não contribuirei para a ampliação do fosso que há entre os ricos, cada vez mais ricos, e os pobres, cada vez mais pobres. Não estarei aqui para chancelar a ampliação das disparidades regionais. Não estarei aqui para coonestar a ação deste Governo que chega, a exemplo de tantos outros, sem um projeto de Nação, sem um projeto de Estado Soberano independente. Hoje, é a reforma da Previdência; hoje, é a reforma tributária. Amanhã, será a reforma trabalhista, como, ontem, foi o acordo com o FMI; amanhã concederão mais benefícios àqueles que detêm o capital não apenas neste País, mas o capital internacional.

Não estarei aqui para chancelar essas ações. Terei, sim, o prazer e a satisfação de dizer, lá na frente, que integrei a mais alta Casa Legislativa do meu País, vindo do interior de Sergipe, pois sou integrante de uma família pobre do interior do meu Estado. Mais tarde, terei a honra de dizer que não compactuei com as ações deste Governo. Terei a honra de dizer que aqui fui companheiro de inúmeros Senadores, a exemplo do Senador Romeu Tuma, que aqui se encontra, a exemplo de V. Exª, Senador Paulo Paim, e terei a honra de dizer que fui seu companheiro da Senadora Heloísa Helena.

Tenho certeza absoluta de que não contribuirei, em instante algum, para que a sociedade brasileira coloque o Legislativo deste País em último lugar na sua avaliação quanto à credibilidade. Estamos nos distanciando cada vez mais do povo. É preciso que se diga que, apesar da responsabilidade, da culpabilidade, da autoria, do jogo de pressão forte que o Presidente Lula estabelece para a aprovação dessas Reformas, sozinho, ele não imporá ao País esta Reforma, se não houver a concordância do Congresso Nacional, como houve a da Câmara dos Deputados. E a Câmara dos Deputados se diz mais progressista e coloca o Senado Federal numa posição de uma Casa mais conservadora, embora aqui estejamos nós estabelecendo resistência maior à aprovação da PEC nº 67.

É preciso que a Nação brasileira saiba e tenha consciência de que esta Emenda, se aprovada da forma como foi encaminhada pelo Executivo, ela o será pela vontade da maioria das Srªs e Srs. Senadores.

Não precisamos de discursos, não iremos construir uma Nação digna, a partir de discursos, mas de ações.

E tenho ouvido e visto, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, aqui da tribuna do Senado Federal, aqui de suas Bancadas, na hora de exercitarem o voto, alguns balançarem a cabeça em sinal de amém ao Palácio do Planalto, enquanto nos corredores, no instante de concederem entrevistas, assumam uma posição progressista. Aqui da tribuna são progressistas, sim, estão aqui para defender a sociedade brasileira, mas quando chega o momento de exercer o direito do voto, embora criticando o Governo, votam a favor dele. Nenhum dos senhores irá me ver – pois para isso não me prestarei – fazer um discurso contrário para votar a favor, porque entendo que precisamos resgatar os brios do Poder Legislativo brasileiro. E as pesquisas aí se encontram: é o Legislativo o último na escala de credibilidade desta mesma sociedade.

Por essa razão, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, trago a minha palavra, que não é apenas a palavra pessoal deste Senador, mas é a palavra de meu Partido, do PDT, ao qual tenho a honra de pertencer, para dizer que sou um liderado de Leonel de Moura Brizola. Não obstante alguns insistam em afirmar tratar-se de uma idéia ultrapassada, não vejo neste Pais ninguém com a lucidez, com a perspectiva histórica que possui Leonel de Moura Brizola para compreender os momentos mais difíceis da nacionalidade brasileira.

Por essa razão, aqui estou, em meu nome pessoal e em nome do meu Partido, para dizer "não" à Proposta de Emenda à Constituição que trata da Previdência Social, por entender que, se não nos valermos do princípio integral a que se referiu Marx e Hengels, pelo menos não podemos nos distanciar tanto daquilo que entendemos ser a obrigação do Estado como a mão necessária ao lado da sociedade para levar felicidade ao povo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Com a palavra o Senador Garibaldi Alves Filho. V. Ex.ª dispõe de dez minutos.

Peço tolerância a V. Ex.ª para que eu possa prorrogar a sessão por mais trinta minutos.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, Sr. Senador Romeu Tuma, 1º Secretário, só não gostei da exclusão do Senador Almeida Lima com relação a meu nome. S. Exª disse que estava honrado por estar ao lado de colegas como a Senadora Heloísa Helena e os Senadores Paulo Paim e Romeu Tuma.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE) – Senador Garibaldi Alves Filho, permita-me pedir desculpas. Digo a V. Exª que pode se sentir incluído. Com toda certeza, V. Exª honra esta Casa e terei a alegria e a satisfação de dizer no futuro, assim como digo hoje, que fui seu companheiro.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Obrigado, Senador Almeida Lima. Na sessão da última quinta-feira, já discutindo a Proposta de Emenda à Constituição nº 67, a chamada Reforma da Previdência, observei que se tem proclamado como fato indiscutível a premente necessidade de se corrigirem as distorções existentes entre o setor público e

o setor privado no que se refere aos benefícios previdenciários.

Também tem sido proclamado que a extinção de regras próprias para o funcionalismo público trará a almejada justiça ao sistema como um todo.

Chamou-me a atenção, Sr. Presidente, no parecer do Senador Tião Viana, a observação de que o Senado Federal já se debatera na legislatura passada com dados preocupantes, reveladores do desequilíbrio das contas da Previdência Social no Brasil.

Segundo números expostos pelo então Relator da PEC nº 36, o ilustre Senador Beni Veras, em 1996, "a despesa com aposentadoria com servidores públicos federais, conforme dados de 1996, atingiu quase R$17 bilhões por ano, enquanto que a arrecadação das contribuições dos servidores somou apenas R$ 2,6 bilhões, o que corresponde a 15% do valor dos benefícios pagos".

Era ainda o Senador Beni Veras que chamava a atenção, naquela oportunidade, para as grandes diferenças entre os diversos regimes. Ao descrever os gastos globais com benefícios previdenciários no Brasil, S. Exª revelava que o País gastara, em 1996, um total de R$ 88,7 bilhões em benefícios previdenciários, atendendo 19.459.252 beneficiários.

Naquela altura, Sr. Presidente, já se constatara que 48% do total desses recursos eram pagos pelo INSS, ou seja, pelos trabalhadores da iniciativa privada, que somavam 16.586.267 brasileiros – vale dizer, 85% de toda a população assistida pelos diversos sistemas de Previdência.

Por outro lado, as despesas da União, Estados e Municípios, com seus funcionários inativos, chegavam a R$46,1 bilhões, ou seja, 52% dos gastos totais, para atender, entretanto, a 2.872.985 brasileiros, não mais que 15% da população previdenciária.

Quanto ao financiamento dos sistemas, quando da apreciação da PEC nº 33/1996, o Relator já constatara que, naquela época, já eram necessários R$14 bilhões de recursos públicos, além da chamada contribuição patronal, para o pagamento dos benefícios previdenciários, pela União, Estados e Municípios. E observa também o Relator Senador Tião Viana que, além da contribuição patronal de 2 para 1, são precisos R$39,8 bilhões de aporte de recursos públicos para o financiamento das aposentadorias e pensões dos servidores.

Relembro esses números, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, para constatar que a situação só se tem agravado, sendo pertinente, portanto, a observação feita pelo Senador Tião Viana em seu parecer na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: "A enorme gravidade desses números está a exigir, de pronto, uma intervenção do Congresso Nacional".

Trouxe essa breve amostragem de dados, por estar preocupado, como todos os Srs. Senadores e Srªs Senadoras, com a realidade dramática da Previdência, sem dúvida, mas também para refletir sobre os novos rumos que queremos dar a essa mesma Previdência. Aprovado eventualmente o texto em discussão, teríamos rígidas regras inseridas na Constituição da República que alteram profundamente o sistema de aposentadoria dos servidores públicos.

Sabemos que é amargo o remédio, mas todo remédio deve ser ministrado em busca da cura. Nesse sentido, cumpro o dever de observar que o maior mal da Previdência, de acordo com todos os diagnósticos já elaborados, não é apenas o déficit da Previdência, mas, sim, a injustiça de tratamento entre os diversos setores.

Não pude verificar, com precisão, uma projeção do volume de recursos que, a médio e longo prazos, possam ser economizados pela União, Estados e Municípios, de forma a não só sanear financeiramente o sistema, como também, e muito principalmente, torná-lo mais justo.

Repito, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o remédio deve buscar a cura. A doença da Previdência Social no Brasil está diagnosticada, e o diagnóstico é a própria bandeira usada por quantos reclamam a aprovação da reforma. O mal maior da Previdência está, sobretudo, na injustiça com que são tratados os milhões de brasileiros trabalhadores da iniciativa privada, vítimas permanentes de regras que só têm achatado os seus benefícios, buscados com sofreguidão e esperança por toda a vida de trabalho e efetiva contribuição para o sistema.

Essa chaga aberta aí está, e temo, Srs. Senadores, repito, que permaneça aberta.

A reforma que estamos discutindo parece estar enfrentando apenas uma conseqüência do mal, o déficit orçamentário da Previdência. O texto que estamos discutindo não trata de dar destino justo aos recursos que deixarão de ser gastos com o funcionalismo público, depois de definitivamente extintas a paridade e a integralidade, no caso de serem extintas.

Falta-nos mesmo dados nítidos sobre o valor dessa eventual poupança, e isso não pode ser sonegado ao debate perante a Nação. É preciso urgência nessa nova discussão.

É preciso restaurar a saúde financeira da Previdência, mas, ao mesmo tempo, é preciso resgatar sua saúde moral, dar-lhe feição de justiça, possibilitando que uma vida inteira de trabalho e contribuição seja rematada por uma aposentadoria digna para os trabalhadores do setor privado.

Preocupa-me, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o que pode acontecer com esses recursos poupados. Creio ser preciso regular a forma como serão preservados e aplicados, de forma a se constituírem reserva com destinação específica e não incluídos no caixa público geral.

Há um aceno na proposta de emenda à Constituição que estamos discutindo. Trata-se do novo § 12 do art. 201, que prevê a instituição, por futura lei, de sistema especial de inclusão previdenciária para trabalhadores de baixa renda. É apenas um aceno, mas creio que o Congresso Nacional, quando se debruçar sobre este assunto – e isto clama por toda a urgência –, deve também refletir sobre as inversões que devem ser feitas no próprio sistema da Previdência de todos os recursos economizados com as novas regras que vierem a ser aprovadas.

Ainda com referência aos clamores por justiça quando se discute a Previdência Social no Brasil, penso que o Congresso tem uma tarefa igualmente urgente pela frente. Refiro-me à sonegação contra os cofres da Previdência.

Precisamos de leis especiais que tratem desse assunto, especialmente agora que estamos discutindo regras severas, que só atingem os trabalhadores, quer do setor público, quer do setor privado.

Os maus empresários, os péssimos patrões que também são péssimos brasileiros, devem ser tratados também com toda a severidade. São precisos mecanismos jurídicos próprios que ponham fim a essa cultura de sonegação. Os que causam prejuízo à Previdência Social devem ser submetidos a Juízos com competência privativa e, principalmente, devem responder conforme leis que impeçam decididamente os artifícios judiciais, a procrastinação e a ocultação do patrimônio. Regras legais devem possibilitar execução das dívidas de forma célere e eficiente, com a responsabilização pessoal de diretores, gerentes e sócios, de forma a que o ressarcimento seja efetivo e pronto.

Não é possível continuar tratando os devedores da Previdência como inadimplentes comuns, submetendo-os às leis gerais de processo, com seus infindáveis recursos, embargos, agravos, adiamentos.

Essa tarefa, Sr. Presidente, é para nós de extrema urgência.

Apóio a proposta de reforma, mas clamo pelas medidas que possam efetivamente fazer da nova Previdência Social não apenas a negação de direitos, mas uma face da justiça social que queremos ver implantada no Brasil.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Garibaldi Alves Filho, o Sr. Paulo Paim, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma, 1º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Com a palavra o Senador Paulo Paim, que gentilmente cedeu a sua vez a vários outros oradores, para que fosse possível que todos usassem da palavra durante esta sessão.

São praticamente 22 horas e o Senador Paulo Paim, firme, fará uso da palavra, como último orador inscrito.

Teremos que concluir ainda a Ordem do Dia.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Senador Romeu Tuma, Senador Almeida Lima, Senador Mão Santa, Senadora Heloísa Helena e Senador Garibaldi Alves Filho, de fato fiz questão de presidir esta sessão. Penso que um tema como este, a reforma da Previdência, que interessa a todo o povo brasileiro, deveria ter um grande debate. Tive o cuidado de acompanhar a posição das Srªs e dos Srs Senadores não só hoje, mas nas últimas três sessões de debate – e foram somente quatro sessões de debate, pois na primeira não houve debate sobre a matéria – e percebi que, no mínimo, 40 Senadores usaram a tribuna. Todos os 40 Senadores a que me refiro fizeram críticas à reforma da Previdência. Percebo também que mais de 300 emendas foram apresentadas entre a Comissão e este plenário.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Na verdade, foram 336 emendas.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Foram 336 emendas, em uma demonstração clara de que

o Senado da República quer alterar a PEC nº 67. É com essa visão e convicção que eu perguntava há pouco ao nosso Secretário-Geral da Mesa, Sr. Carreiro, para não ter qualquer dúvida, sobre quem tem de ter 49 votos. Ele me afirmou o que eu já falava para alguns Senadores. Para manter o texto principal – destaque para votação em separado – quem quiser manter a transição, conforme consta da PEC nº 47, que veio da Câmara, aquela do pedágio, que chega a 5%, terá que ter 49 votos nesse destaque para que a redação volte para o texto. Quem quiser manter a regra de transição, que penaliza 750 mil servidores na ativa – destaque para votação em separado – terá que ter 49 votos. Quem quiser manter a contribuição dos inativos na íntegra, conforme aprovado na Câmara, terá que ter 49 votos. Serão necessários 49 votos para manter o texto oriundo da Câmara dos Deputados!

Sr. Presidente, quero fazer um pronunciamento muito mais na linha técnica. Venho da área sindical. Negociei muito ao longo da minha vida e aprendi que negociação e acordo se cumprem; senão, o negociador perde a credibilidade. Negociei, ao longo destes 17 anos no Congresso, com o Presidente José Sarney, quando era Presidente da República, com o Fernando Collor de Melo, com o Presidente Itamar Franco, com o Presidente Fernando Henrique Cardoso. Por isso, não posso acreditar que não vou conseguir negociar com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva! É impossível, na minha maneira de ver, a posição dos Senadores...

Evidentemente, lamento a falta do debate. Não houve debate, somente posições de Senadoras e Senadores contra a forma com que a reforma veio da Câmara.

Teremos uma reunião amanhã pela manhã com o Ministro José Dirceu e com o Presidente José Genoíno. Vamos insistir, como vimos insistindo, que é preciso ter uma regra de transição. E, podem ter certeza – sei que há algumas entidades que estão aqui –, ninguém me pressiona. A vida é assim: feita de desafios. Assim, a minha posição está de acordo com as minhas convicções.

Não consigo entender como um trabalhador, que começou abrindo vala na prefeitura com 15 anos de idade, vai ter que contribuir 45 anos para se aposentar, porque ele só pode se aposentar com 60. E repito nesta sessão de encerramento do debate sobre a Previdência: é justo que o pobre contribua 45 anos e aquele começou a trabalhar com 25 contribua com 35? Não é justo! E se o sistema é contributivo, por que vou ter que contribuir mais do que aquele que começou a trabalhar depois dos 25 ou 30 anos? Não é justo!

Por isso, ainda espero convencer o meu Governo que não é correto manter esta forma.

Em relação à paridade, apresentei uma emenda com 74 assinaturas de Senadores, e todos assinavam e diziam que estavam torcendo para que eu conseguisse, no entendimento, que a paridade passasse, pois não gostariam de votar contra a própria assinatura. Todos me disseram isso. Não houve nenhum que tenha assinado e dito que iria assinar, mas que estava torcendo para que não passasse. Ao contrário, quem não queria que essa proposta fosse aprovada, não assinou. Por isso, não há 81 assinaturas. Mas há 74.

Ainda espero que o nosso Governo, o meu Governo esteja sensível a todas essas argumentações.

O que é a paridade? Nós, que estamos neste plenário, sabemos o que é a paridade, mas muitas pessoas, que, neste momento, assistem a este debate – que somente tem uma posição, porque apenas m lado se manifestou, infelizmente –, não sabem. Paridade é apenas a garantia de que o servidor que está na ativa, quando se aposentar, terá o mesmo reajuste dado para aquele que continua em atividade.

Outro dia, dei um exemplo, que o Senador Eduardo Suplicy repetiu. O servidor da ativa recebeu, na sua ampla maioria, 4% de reajuste em nove anos. O que estamos propondo é que os servidores, os mesmos que receberam 4% e que se aposentarão no futuro, tenham direito ao reajuste que for dado. Se for dada a correção da inflação plena para quem está na atividade, a eles também seria dado o mesmo percentual de reajuste. É somente isso que pede a paridade.

E até mencionava, outro dia, uma emenda alternativa. O servidor que está em atividade, quando se aposentar, terá direito ao mesmo percentual de reajuste do trabalhador do Regime Geral da Previdência. Isso mostra vontade de negociar, vontade de acertar. É claro que o trabalhador do Regime Geral da Previdência teve reajuste de mais de 100%, 150% ao longo desses nove anos, e o servidor teve 4%.

O que queremos é a supressão da redação dada na Câmara que exclui o princípio da paridade que já está assegurado, mesmo no projeto que veio

daquela Casa, para os já aposentados. Se estes têm direito, que os futuros aposentados também o tenham.

Falei muito sobre a contribuição dos inativos e não vou repetir os argumentos. Como alguém que não teve reajuste durante nove anos, praticamente, terá um redutor de11%. Não é justo!

Sr. Presidente, quero terminar o meu pronunciamento, pois disse que ficaria muito mais na linha técnica. Contudo, se não houver negociação, se não avançarmos – repito –, não terei condições de acompanhar a minha Bancada. Tudo isso já é do seu conhecimento, pois não falo nenhuma novidade. Mandei uma carta, datada do dia 6, ao Líder Tião Viana, em que comunicava o que agora digo nesta tribuna.

Não quero acreditar em algo que tenho ouvido. Falam não ser verdadeira a resistência sobre a reforma da Previdência; comentam que haveria uma negociação em cima da reforma da tributária, atendendo aos interesses de alguns Estados e, com isso, estaríamos colocando as emendas na vala comum ou na rejeição, na íntegra, aprovando a proposta oriunda da Câmara dos Deputados. Não quero acreditar na possibilidade de esse fato ocorrer por parte nem do meu partido, do meu Governo, nem daqueles que estão a debater a reforma tributária. As duas reformas são importantes, mas querer negociar o direito dos trabalhadores na reforma da previdência com a chantagem do atendimento de alguns pontos da reforma tributária é inaceitável. Ao contrário! Vamos dar à reforma da previdência o mesmo tratamento que dermos à reforma tributária.

Disseram-me, com dados técnicos de juristas e de especialistas, que a reforma da previdência não poderia ser fatiada. Pois bem, a reforma tributária também não pode ser fatiada! No entanto, pelo andar da carruagem, sabemos que a reforma tributária está caminhando para ser fatiada, ou seja, promulga-se o consenso, e o restante é remetido para a Câmara dos Deputados. Se assim for feito na reforma tributária, assim deve ser feito na reforma da previdência. É muito casuísmo usarmos pesos e medidas diferentes. Para uma, isso é possível, pois trata do interesse da União, dos Estados e Municípios – há um tratamento para aqueles que são donos do capital. No entanto, quando se trata da reforma da previdência, assunto que interessa ao assalariado brasileiro, isso não é possível.

Sr. Presidente, Senador Romeu Tuma, encaminhei uma série de emendas supressivas, até para ter esse cuidado. Se querem promulgar a reforma da previdência de imediato, façamos as emendas supressivas. Vamos suprimir transição, paridade, contribuição de inativos, da forma como veio da Câmara, e vamos ver o que é consenso. Duvido que haja um único Senador contrário à redação – que para mim deveria ser mais dura ainda – no que diz respeito aos marajás, ou seja, duvido que algum Senador discorde do estabelecimento de um teto que impeça aposentadorias de R$20 mil, R$30 mil, R$40 mil, R$50 mil, R$100 mil, como é dito. Não conheço ninguém que ganhe R$100 mil reais de aposentadoria – estou apenas exemplificando. Ninguém é contra isso. Contudo, teremos muito cuidado no momento da votação e na forma de tratar as duas reformas.

Ainda acredito – como disse no início – no processo de negociação. Farei todo o possível para ajudar a construir um grande entendimento, Senadora Heloísa Helena, que envolva a Oposição, inclusive V. Exª, que envolva todos os Senadores com o Governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Não importa se a emenda é do PFL, do PSDB, do PDT ou do PMDB; se ela for boa para os trabalhadores, terá o nosso aval. Podem não aprovar nem uma de minhas 40 emendas – apresentei emendas em todas; portanto, são mais de 40 no total. Não precisam aprovar nenhuma mesmo! Mas façam um acordo, como já fizemos no passado. Em matéria polêmica como esta – e estou na Casa há 17 anos –, não me lembro de uma única vez em que as partes não cederam. Por que agora será aprovado, na íntegra, o projeto originário da Câmara, com todas essas imperfeições mencionadas aqui pelos Senadores? Não sou eu que falei, 40 Senadores criticaram. Ouvi agora o próprio Senador Garibaldi Alves Filho, que faz um arrazoado, mas, no conjunto, critica também: critica a paridade, faz críticas fortes ao problema da regra de transição.

Sr. Presidente, o momento para mim é de muita reflexão e de muito entendimento. Se não for possível o entendimento, não é porque eu não possa acompanhar a Bancada, é porque é ruim para os trabalhadores. Isso é o que me preocupa. Posso não acompanhar a Bancada, mas o que ganham os trabalhadores? Eles é que, efetivamente, perdem. Por isso, Senador Mão Santa – e V. Exª tem acompanhado bastante esse debate aqui e tem demonstrado também as suas preocupações –, o bom senso neste momento manda negociar.

Ter uma postura arrogante e achar que a maioria pode atropelar o processo é totalmente equivocado. E poderemos ter surpresas nas votações neste plenário. Não falo aqui pelo número de Parlamentares, mas, no Partido dos Trabalhadores, há no mínimo quatro Senadores que estão com a posição muito firme e muito preocupados com esta matéria. Sei que no PMDB há um quadro semelhante, sei que, no PDT, é uma questão quase fechada. Enfim, se pararmos para pensar, com o respeito e a solidariedade que devemos ter entre nós e com os trabalhadores, vai-se verificar que, para se obterem 49 votos aqui, será no corpo-a-corpo. Dificilmente alguém aqui tem 49 votos. Não digo isso com alegria, nem em tom de ameaça. Eu gostaria que fossem aprovadas as duas reformas ainda neste ano, mas mediante amplo acordo que envolvesse o conjunto da Casa, sem vitória da Situação nem vitória da Oposição.

Percebo os Parlamentares do Bloco constrangidos. É claro que estão constrangidos. Por que não está havendo o contraditório? Por que os Parlamentares do Bloco não estão aqui colocando a sua posição em relação a essa reforma? Porque estão constrangidos.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Concluo, Sr. Presidente, dizendo que me convidaram para ir à África. Tenho uma ligação muito forte com a comunidade negra, e todos sabem que sou autor do Estatuto da Igualdade Racial. Sendo assim, claro que eu gostaria de voltar às minhas raízes e conhecer cinco países da África. E poderia fazê-lo nesta função que muito me honra, graças aos Srs. Senadores: como vice-Presidente do Senado, estaria representando esta Casa naquela missão.

Fui convidado, mas pensei muito que a reforma da previdência não envolve somente o fato de ser branco, negro, ou índio: envolve o conjunto da população. E, entre a ida à África, para a qual fui convidado, e a permanência aqui, preferi ficar em Brasília, forçando a negociação, ouvindo a posição dos Srs. Senadores e participando do bom debate.

Sr. Presidente, Sr. Senador Mão Santa, Srª Senadora Heloísa Helena, Sr. Senador Almeida Lima, torcerei muito para que amanhã façamos uma boa reunião e saíamos de lá com um entendimento. Torcerei muito! E vou confessar a vocês, nesta última frase, Senador Mão Santa: ainda não endosso a posição de que "o medo venceu a esperança". Ainda tenho muita esperança neste Governo e espero poder vir a esta tribuna dizer que a esperança atropelou o medo e fizemos um acordo que interessava efetivamente ao conjunto do povo brasileiro.

Que Deus nos ajude!

Um abraço a todos.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Muito bem, Senador Paulo Paim.

Encerrada a discussão da **Proposta de Emenda à Constituição nº 67, de 2003,** em primeiro turno, com a apresentação de 336 emendas, a matéria retorna à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para exame das referidas emendas de plenário.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A Presidência comunica ao Plenário a transferência da sessão conjunta convocada para hoje, às 19 horas, no Plenário do Senado Federal, para amanhã, quarta-feira, às 12 horas, no mesmo local, destinada à apreciação da retificação do Projeto de Lei nº 56, de 2003-CN, e leitura de expediente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – **Item 4**:

SUBSTITUTIVO DO SENADO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 19, DE 2003

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 19, de 2003 (nº 7.261/2002, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dispõe sobre a intimação dos representantes judiciais dos Estados e do Distrito Federal.*

Parecer sob nº 1.502, de 2003, da Comissão Diretora, Relator: Senador Eduardo Siqueira Campos, oferecendo a redação do vencido.

A Presidência esclarece ao Plenário que poderão ser oferecidas emendas à proposição até o encerramento da discussão.

Em discussão o substitutivo, em turno suplementar. (Pausa.)

Encerrada a discussão sem apresentação de emendas, o substitutivo é dado como definitivamente adotado, nos termos do art. 284 do Regimento Interno.

A matéria volta à Câmara dos Deputados.

É a seguinte a matéria aprovada

PARECER
Nº 1.502, DE 2003
(Da Comissão Diretora)

Redação do vencido, para o turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 19, de 2003 (nº 7.261, de 2002, na Casa de origem).

A Comissão Diretora apresenta redação do vencido, para o turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 19, de 2003 (nº 7.261, de 2002, na Casa de origem), que dispõe sobre a intimação dos representantes judiciais dos Estados e do Distrito Federal.

Sala de Reuniões da Comissão, 21 de outubro de 2003. – **Paulo Paim – Eduardo Siqueira Campos – Sérgio Zambiasi – Heráclito Fortes.**

ANEXO AO PARECER Nº 1.502, DE 2003

Redação do vencido, para o turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 19, de 2003 (nº 7.261, de 2002, na Casa de origem).

Dispõe sobre a intimação dos representantes judiciais dos Estados e do Distrito Federal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A intimação dos representantes judiciais dos Estados e do Distrito Federal, assim como dos membros da carreira de Procurador Federal, será feita pessoalmente, em qualquer processo e grau de jurisdição.

§ 1º As intimações a serem realizadas fora da sede do juízo serão feitas por carta registrada, com aviso de recebimento.

§ 2º Aplica-se, quando couber, o disposto neste *artigo aos Advogados ou Procuradores da Câmara dos* Deputados, do Senado Federal, das Assembléias Legislativas e da Câmara Legislativa do Distrito *Federal, organizados em carreira, na forma do art. 132* da Constituição Federal.

Art. 2º Esta lei entra em vigor 30 (trinta) dias após a data de sua publicação.

Publicado no Diário do Senado Federal de 22 - 10 - 2003

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – **Item 5**:

REQUERIMENTO Nº 972, DE 2003

Votação, em turno único, do Requerimento nº 972, de 2003, do Senador José Jorge, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2001, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Serviços de Infra-Estrutura.

Em votação o requerimento, em turno único.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria, já instruída pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, vai à Comissão de Serviço de Infra-estrutura e, posteriormente, retorna à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – **Item 6:**

REQUERIMENTO Nº 976, DE 2003

Votação, em turno único, do Requerimento nº 976, de 2003, da Senadora Lúcia Vânia, solicitando, nos termos regimentais, a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 200, de 2003, de sua autoria.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O Projeto de Lei do Senado nº 200, de 2003, vai definitivamente ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – **Item 7:**

REQUERIMENTO Nº 985, DE 2003

Votação, em turno único, do Requerimento nº 985, de 2003, do Senador Paulo Paim, solicitando a tramitação conjunta dos

Projetos de Lei do Senado nºs 6 e 429, de 2003, por versarem sobre a mesma matéria.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Os Projetos de Lei do Senado nºs 6 e 429, de 2003 passam a tramitar em conjunto, vão ao exame das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Educação, e, posteriormente, à Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Esgotadas as matérias constantes da Ordem do Dia.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 1.108, DE 2003

Retirada de requerimento.

Nos termos do art. 256, inciso I, do Regimento Interno, requeiro a retirada, em caráter definitivo, do Requerimento nº 1.005, de 2003, de minha autoria, em que solicito ao Ministro Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome (MESA) informações sobre os critérios adotados para estabelecer parcerias entre órgãos considerados ações e programas incorporados a política governamental do Fome Zero.

Sala das Sessões, 11 de novembro de 2003. – Senadora **Lúcia Vânia.**

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A Presidência defere a retirada do Requerimento, nos termos do art. 256, § 2º, inciso I, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 1.109, DE 2003

Nos termos constitucionais do art. 50, § 2º, e na forma regimental do art. 216, requeiro que sejam solicitadas a Senhora Marina Silva, Ministra do Meio Ambiente, ao qual o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis — IBAMA esta subordinado, em virtude da reportagem enviada em anexo, as seguintes informações:

1) Se existe algum estudo científico relativo a atividade da carcinicultura no Brasil?

2) Se existe alguma evidência da relação da produção de camarões em viveiros com a mortandade de caranguejos no nordeste brasileiro?

3) O total de projetos de carcinicultura em execução no nordeste e no Brasil?

4) O total de projetos de produção de camarões em viveiros rejeitados nos últimos cinco anos no nordeste e no Brasil e os motivos da rejeição?

5) Quais as justificativas técnicas plausíveis para a rejeição de projetos da atividade?

Justificação

Na condição de representante do nordeste brasileiro e ciente dos benefícios em termos de produção de empregos e de geração de renda que a atividade da carcinicultura pode gerar para a região, tenho procurado estimular o estudo da criação de camarões em cativeiro como uma alternativa viável para o desenvolvimento sustentável.

Os dados sobre o desenvolvimento da atividade não deixam dúvidas. O Estado do Ceará vendeu, somente nos primeiros sete meses deste ano, US$45 milhões para os países da Europa e para os Estados Unidos. Também já foram gerados 70 mil empregos diretos e indiretos pelo setor. A exportação do camarão deu um salto no país de 60 mil toneladas, no ano passado, para 90 mil neste ano, sendo que 80% de toda a produção vendida foi de cativeiro.

A região Nordeste é a mais indicada para o cultivo do camarão. Além de vasto litoral, a maior parte da água tem alto grau de salinidade, em virtude da composição do solo. As condições climáticas perfeitas, pois a temperatura é quente e há pouca chuva.

Apesar destes dados animadores, membros de entidades defensoras do meio ambiente posicionam-se contrariamente a atividade fazendo pressão para que novos projetos de carcinicultura sejam vetados e que os já existentes sejam embargados. No entanto, estas próprias entidades, conforme artigo que envio anexo, não sabem precisar se existe algum dano ambiental causado pela atividade.

Por esta razão solicito informações do Ibama, a fim que se possa esclarecer a viabilidade ecológica da carcinicultura ou a existência de algum empecilho ambiental que justifique o abandono da atividade.

Sala das Sessões, 11 de novembro de 2003. - **Maria do Carmo Alves.**

(À Mesa para decisão.)

REQUERIMENTO Nº 1.110, DE 2003

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 217 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja solicitada ao Exmº Sr. Ministro Chefe da Casa Civil a remessa, ao Senado Federal, do relatório da Comissão Interministerial criada por Decreto do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, em data de 11-2-2003, com prazo de 60 dias para a sua conclusão, sobre o processo de extinção da Sudene, criação da Adene e recriação da Sudene.

Sala das Sessões, 11 de novembro de 2003. – **José Agripino**, Líder do PFL.

(À Mesa para decisão.)

REQUERIMENTO Nº 1.111, DE 2003

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 217 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja solicitada ao Exmº Sr. Ministro Chefe da Casa Civil a remessa, ao Senado Federal, do relatório da Comissão Interministerial criada por Decreto do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, em data de 24-2-2003, com prazo de 30 dias para a sua conclusão, sobre atividades que envolvam a pesquisa, licenciamento, autorização, cultivo, manipulação, transporte, comercialização, consumo, armazenamento, liberação e descarte de Organismos Geneticamente Modificados - OGM.

Sala das Sessões, 11 de novembro de 2003. – **José Agripino**, Líder do PFL.

(À Mesa para decisão.)

REQUERIMENTO Nº 1.112, DE 2003

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 217 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja solicitada ao Exmo. Sr. Ministro-Chefe da Casa Civil a remessa, ao Senado Federal, do relatório da Comissão Interministerial criada por Decreto do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, em data de 12-3-2003, com prazo de 30 dias para a sua conclusão, sobre Seguro-Desemprego a pescadores artesanais, durante os períodos de defeso.

Sala das Sessões, 11 de novembro de 2003 – **José Agripino,** Líder do PFL no Senado Federal.

(À Mesa para decisão.)

REQUERIMENTO Nº 1.113, DE 2003

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 217 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja solicitada ao Exmo. Sr. Ministro-Chefe da Casa Civil a remessa, ao Senado Federal, do relatório da Comissão Interministerial criada por Decreto do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, em data de 23-5-2003, com prazo de 60 dias para a sua conclusão, sobre o processo de liquidação da Rede Ferroviária Federal S.A. – RFFSA.

Sala das Sessões, 11 de novembro de 2003 – **José Agripino,** Líder do PFL no Senado Federal.

(À Mesa para decisão.)

REQUERIMENTO Nº 1.114, DE 2003

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 217 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja solicitada ao Exmo. Sr. Ministro-Chefe da Casa Civil a remessa, ao Senado Federal, do relatório da Comissão Interministerial criada por Decreto do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, em data de 30-5-2003, com prazo de 90 dias para a sua conclusão, sobre a política do Governo Federal para a atenção a usuários de álcool e legislação que envolva seu consumo e propaganda em Território Nacional.

Sala das Sessões, 11 de novembro de 2003 – **José Agripino,** Líder do PFL no Senado Federal.

(Á Mesa para decisão.)

REQUERIMENTO Nº 1.115, DE 2003

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 217 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja solicitada ao Exmo. Sr. Ministro-Chefe da Casa Civil a remessa, ao Senado Federal, do relatório da Comissão Interministerial criada por Decreto do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, em data de 12-6-2003, com prazo de 90 dias para a sua conclusão, sobre a proposta para a conclusão da Ferrovia Transnordestina.

Sala das Sessões, 11 de novembro de 2003 – **José Agripino,** Líder do PFL no Senado Federal.

(À Mesa para decisão)

REQUERIMENTO Nº 1.116, DE 2003

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 217 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja solicitada ao Exmo. Sr. Ministro-Chefe da Casa Civil a remessa, ao Senado

Federal, do relatório da Comissão Interministerial criada por Decreto do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, em data de 12-6-2003, com prazo de 120 dias para a sua conclusão, sobre a proposta para transposição de água para o semi-árido nordestino.

Sala das Sessões, 11 de novembro de 2003 – **José Agripino,** Líder do PFL no Senado Federal.

(À Mesa para decisão.)

REQUERIMENTO Nº 1.117, DE 2003

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 217 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja solicitada ao Exmº Sr. Ministro-Chefe da Casa Civil a remessa, ao Senado Federal, do relatório da Comissão Interministerial criada por Decreto do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, em data de 16-6-2003, com prazo de 120 dias para a sua conclusão, sobre a propostas de atualização e revisão da legislação do setor de aqüicultura e pesca.

Sala das Sessões, 11 de novembro de 2003. – **José Agripino,** Líder do PFL no Senado Federal.

(À Mesa para decisão.)

REQUERIMENTO Nº 1.118, DE 2003

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 217 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja solicitada ao Exmº Sr. Ministro-Chefe da Casa Civil a remessa, ao Senado Federal, do relatório da Comissão Interministerial criada por Decreto do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, em data de 24-9-2003, com prazo de 30 dias para a sua conclusão, sobre a implantação do sistema brasileiro de TV digital.

Sala das Sessões, 11 de novembro de 2003. – **José Agripino,** Líder do PFL no Senado Federal.

(À Mesa para decisão.)

REQUERIMENTO Nº 1.119, DE 2003

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 217 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja solicitada ao Exmº Sr. Ministro-Chefe da Casa Civil a remessa, ao Senado Federal, do relatório da Comissão Interministerial criada por Decreto do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, em data de 28-8-2003, com prazo de 45 dias para a sua conclusão, sobre reparação econômica aos anistiados políticos de que trata a Lei nº 10.559, de 13-11-2002.

Sala das Sessões, 11 de novembro de 2003. – **José Agripino,** Líder do PFL no Senado Federal.

(À Mesa para decisão.)

REQUERIMENTO Nº 1.120, DE 2003

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 217 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja solicitada ao Exmº Sr. Ministro-Chefe da Casa Civil a remessa, ao Senado Federal, do relatório da Comissão Interministerial criada por Decreto do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, em data de 7-7-2003, com prazo de 90 dias para a sua conclusão, sobre a implementação de plano para o desenvolvimento do cooperativismo.

Sala das Sessões, 11 de novembro de 2003. – **José Agripino,** Líder do `PFL no Senado Federal.

REQUERIMENTO Nº 1.121, DE 2003

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 217 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja solicitada ao Exmº Sr. Ministro-Chefe da Casa Civil a remessa, ao Senado Federal, do relatório da Comissão Interministerial criada por Decreto do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, em data de 4-7-2003, com prazo de 30 dias para a sua conclusão, sobre a redução dos índices de desmatamento da Amazônia Legal.

Sala das Sessões, 11 de novembro de 2003. – **José Agripino,** Líder do PFL no Senado Federal.

(À Mesa para decisão.)

REQUERIMENTO Nº 1.122, DE 2003

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 217 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja solicitada ao Exmº Sr. Ministro Chefe da Casa Civil a remessa, ao Senado Federal, do relatório da Comissão Interministerial criada por Decreto do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, em data de 3-7-2003, com prazo de 90 dias para a sua conclusão, sobre a viabilidade de utilização de óleo vegetal – BIODIESEL como fonte alternativa de energia.

Sala das Sessões, 11 de novembro de 2003. **– José Agripino,** Líder do PFL no Senado Federal.

(À Mesa para decisão.)

REQUERIMENTO Nº 1.123, DE 2003

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal,

Requeiro, nos termos dos artigos 50, § 2º da Constituição Federal, e dos artigos 215 e 216-I e IV do Regimento Interno do Senado Federal, o pedido

de informações ao Ministro de Estado da Previdência Social, as seguintes informações:

1. Expressiva parcela da grande mídia, noticia, quase que diariamente, o "rombo" causado pelos encargos previdenciários dos servidores federais. Apresentar os estudos elaborados pelo MPS e que demonstrem a situação das contas separando por receitas e despesas; por poderes (Executivo: civil/militar, Legislativo e Judiciário); etc.

2. É sabido que todo sistema fundado na contribuição massificada para assegurar eventual resgate de seguro deve ser recolhido a fundo específico – no caso, um fundo previdenciário ou FPAS – Fundo de Previdência e Assistência Social (pelo menos é assim que é referido nos relatórios das autuações fiscais). Os recursos assim recolhidos devem ser aplicados de forma que possam ser capitalizados com o melhor rendimento possível, segundo as regras atuariais. Qual o montante anual resultante das remunerações dos valores da aplicação da arrecadação previdenciária? Apresentar os valores contabilizados das receitas derivadas da arrecadação previdenciária, incluindo os valores das remunerações resultante da aplicação da arrecadação previdenciária.

3. Afirma-se que o projeto político do governo objetivando favorecer o capital financeiro vem desmoralizando o servidor, o serviço público e o próprio papel do Estado. Que o Estado é máximo na arrecadação e mínimo na sua prestação de serviços públicos e a tendência é que fique cada vez mais diminuto se não houver uma reversão desse modelo pelo atual governo. Que benefícios trará a PEC ao servidor, ao serviço público e ao próprio Estado? Que benefícios trará aos aposentados e pensionistas? Apresentar os estudos elaborados pelo MPS e que demonstrem essa situação.

4. Estudos da 0IT realizados em 1996 em 64 países apontam para uma média de 30% de empregos gerados pelo setor público, enquanto, no Brasil, a média era de 11,3%. Assim, questiona-se se existem estudos feitos nesse mesmo sentido pelo MPS considerando, pois o encolhimento da base de arrecadação, pela não contratação de novos funcionários, e que alimenta o diferencial entre receitas e despesas. Apresentar os estudos elaborados pelo MPS e que demonstrem essa situação.

5. Que benefícios ou direitos sociais trará a PEC para a sociedade de modo geral? Apresentar os estudos elaborados pelo MPS e que demonstrem essa situação.

6. A questão do déficit foi encarada pelo Governo de forma estanque ou ocorreu uma análise da natureza da Previdência dos servidores públicos em seu histórico, se retributiva ou contributiva, e se realmente existia um regime de custeio perfeitamente definido, etc? Apresentar os estudos elaborados pelo MPS *e* que demonstrem essa situação.

7. Afirma-se que existia contribuição para pensão e assistência – IPASE e que após a incorporação do IPASE pelo SINPAS em 1977, houve um "buraco negro" no período de 1978 a 1993 em relação à Previdência Social do Servidor Público. Apresentar o valor do patrimônio do IPASE em US$ e a destinação dada a esse patrimônio.

8. Afirma-se que enquanto existiu, o extinto Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado (IPASE) cobria todas as despesas com aposentadorias e pensões, construía e administrava no país inteiro hospitais e postos de saúde para assistência aos servidores, além de financiar-lhes a aquisição de moradia própria. E que, à época, o desconto previdenciário era de apenas 6% do salário. Assim, questiona-se se existem estudos feitos considerando os recursos do sistema – os do governo e os dos servidores – aplicados segundo o modelo de capitalização coletiva atuarial. Apresentar os estudos elaborados pelo MPS e que demonstrem essa situação.

9. Como são custeadas as aposentadorias concedidas e para as quais não houve contribuição (incorporação dos celetistas ao Regime Jurídico Único – RJU pela Lei nº 8.112/90)? Quanto representam essas aposentadorias em termos de custo?

10. Afirma-se que o governo jamais pagou a parte contributiva que lhe cabia na formação do seguro social do servidor, conforme estabelece a Constituição. E que o desconto feito nos vencimentos do funcionalismo em época alguma esteve disponível

para qualquer tipo de aplicação. Faz-se o desconto, mas não se procede à arrecadação. Assim, qual seria o sentido econômico de se cobrar contribuição do funcionário público, se este tem um regime próprio bancado com recursos do Tesouro, que é o mesmo que paga o salário do funcionário? O que há, na verdade, é apenas uma contagem da contabilidade porque estão gerando uma despesa que na mesma hora vira receita no mesmo valor, uma vez que não há um fundo previdenciário constituído?

Justificação

A Reforma do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos está na ordem do dia, mas a discussão sobre o tema deve ser conduzida de forma honesta e isenta de distorções, o que, infelizmente, não vem sido observado pelo discurso oficial e por parcelas expressivas da grande mídia, aonde, quase que diariamente, manchetes falaciosas vêm alardeando que o "rombo" causado pelos encargos previdenciários dos servidores federais é um dos principais motivos que não permitem uma política de investimentos públicos e sociais, além de agravar o déficit fiscal e a dívida pública.

Assim a principal razão para se postular a adoção dessa reforma tem sido não a oferta de benefícios melhores para os aposentados, mas a busca de redução de custos do ajuste fiscal necessário ao equilíbrio das contas nacionais, imputando-se aos servidores públicos e suas aposentadorias grande parcela desse custo, o que não pode ser aceito simplesmente como uma verdade incontestável, escamoteando-se as reais razões do rombo das contas nacionais.

O projeto político do governo objetivando favorecer o capital financeiro vem desmoralizando o servidor, o serviço público e o próprio papel do Estado. Nunca se arrecadou tanto neste país, com a carga tributária girando em torno de 34% do PIB e o Estado, neste ponto, portanto, é máximo. No entanto, ele é mínimo na sua prestação de serviços públicos e a tendência é que fique cada vez mais diminuto se não houver uma reversão desse modelo pelo atual governo.

Estudos da OIT realizados em 1996 em 64 países apontam para uma média de 30% de empregos gerados pelo setor público, enquanto, no Brasil, a média era de 11,3%.

Devemos buscar a viabilização do sistema de previdência social dos servidores públicos, cujo custeio é uma questão crucial ao ajuste das contas públicas, mas para isso exige-se um debate profundo, claro e que permita o afloramento das questões escamoteadas.

Para que possamos chegar a formular propostas adequadas e factíveis, que poderão tornar transparente o problema do financiamento da previdência do servidor público, é necessário, antes de tudo, que tenhamos um diagnóstico correto, que não passe ao largo das reais condições da estrutura do custeio desse sistema, mas que não seja feito apenas sob o enfoque do ajuste fiscal, transformando o servidor público em bode expiatório de uma crise fiscal sem precedentes causada por uma política econômica que despendeu bilhões de reais de recursos públicos para manter a moeda sobrevalorizada e manter o fluxo de capitais externos.

As reformas efetuadas ao longo dos doze anos em que o atual político econômico se implantou, foram justificadas para manter o controle da inflação, reforma liberal ancorada na queda da inflação Mais que a questão fiscal, o liberalismo não acredita em cooperação, em solidariedade; o que move a sociedade é a competição (predatória) entre os cidadãos; o pacto geracional de solidariedade é prejudicial ao desenvolvimento do "livre mercado".

Deve-se evitar acirrar as contradições e colocar em confronto aqueles que não têm determinado "privilégio" (direitos sociais) com aqueles que conquistaram algum, ao invés de procurarem igualar as conquistas, cindindo a massa trabalhadora numa divisão da população entre os que tem e os que não tem, entre vencedores e perdedores - estes, muito mais numerosos.

Para se falar em déficit é necessário, primeiro questionar se conceitualmente existe o déficit ou uma renúncia fiscal autoconcedida, analisar a natureza da Previdência dos servidores públicos em seu histórico, se retributiva ou contributiva, e se realmente existe um regime de custeio perfeitamente definido.

Enfim, perscrutar o cenário histórico, político, social e econômico em que foram implantadas as regras previdenciárias dos servidores públicos e demonstrar que não há por quê se falar em "déficit" no Regime Próprio do Servidor Público Civil da União, especialmente porque:

1. De 1922 até 1988 vigorava o conceito de inatividade como parte do "pacote empregatício" do servidor, obrigação da União oriunda do próprio contrato administrativo. A sociedade aceitava bancar (financiar) a ina-

tividade do servidor, em troca da dedicação exclusiva ao Estado. Existia contribuição para pensão e assistência - IPASE;

2. O Brasil era um país agrário e não havia serviços públicos estruturados. A partir da industrialização o capital passou a cobrar do Estado mais serviços públicos. Assim, o Estado passou a oferecer estabilidade no emprego mais aposentadoria para criar uma burocracia no sentido weberiano para dar sustentação ao novo modelo econômico que se fazia necessário. Os grandes beneficiários foram o capital e a própria sociedade, mas os mecanismos de poupança adequados deveriam ter sido criados;

3. Após a incorporação do Ipase pelo Sinpas em 1977, houve um "buraco negro" no período de 1978 a 1993 em relação à Previdência Social do Servidor Público;

4. Não foi definido o regime de custeio: repartição, capitalização, misto? Contribuição patronal definida? Como custear as aposentadorias já concedidas e para as quais não houve contribuição (incorporação dos celetistas ao Regime Jurídico Único - RJU pela Lei nº 8.112/90)? Não pode ser encarado como um regime de repartição simples, pois haveria a necessidade de cobrar alíquotas cada vez mais altas se o contingente de ativos não evolui.

Evidente que não se pode atribuir aos servidores públicos os supostos prejuízos causados ao Tesouro pelo pagamento das suas aposentadorias e pensões mesmo porque eles não tiveram qualquer influencia sobre os acontecimentos acima relatados.

Desarte o governo jamais pagou a parte contributiva que lhe cabia na formação do seguro social do servidor, conforme estabelece a Constituição. E o desconto feito nos vencimentos do funcionalismo em época alguma esteve disponível para qualquer tipo de aplicação. Faz-se o desconto, mas não se procede à arrecadação. Aliás, qual o sentido econômico de se cobrar contribuição do funcionário público, se este tem um regime próprio bancado com recursos do Tesouro, que é o mesmo que paga o salário do funcionário? Há apenas uma contagem da contabilidade porque estão gerando uma despesa que na mesma hora vira receita no mesmo valor, se não há um fundo previdenciário constituído.

É sabido que todo sistema fundado na contribuição massificada para assegurar eventual resgate de seguro deve ser recolhido a fundo específico - no caso, um fundo previdenciário. Os recursos assim recolhidos devem ser aplicados de forma que possam ser capitalizados com o melhor rendimento possível, segundo as regras atuariais. Mas o governo repita-se, jamais pagou a sua parte e sequer arrecadou a um fundo a contribuição do segurado.

O que se sabe, apenas, é o valor das aposentadorias e pensões pagas, logo apontado pela incompetência burocrática como "rombo" causado às contas governamentais. Se os recursos do sistema, os do governo e os dos segurados, tivessem sido recolhidos e aplicados segundo o modelo de capitalização coletiva atuarial, com certeza teriam gerado rendimentos apreciáveis e o quadro seria outro.

E, não se diga aqui que se cogita apenas de uma hipótese. A experiência do extinto Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado (IPASE) não deixa margem à dúvida. Enquanto existiu, o Ipase cobria todas as despesas com aposentadorias e pensões, construía e administrava no país inteiro hospitais e postos de saúde para assistência aos servidores, além de financiar-lhes a aquisição de moradia própria. E note-se que, à época, o desconto previdenciário era de apenas 6% do salário.

Portanto, o problema da previdência do servidor, deve ser discutido de forma ampla, passando por questões cruciais como que modelo de Estado se deseja e que política de serviço público se deseja, pois o encolhimento da base de arrecadação, pela não contratação de novos funcionários, alimenta o diferencial entre receitas e despesas.

A imposição ilegal de contribuições previdenciárias aos inativos e de aumento para os que estão em atividade, como forma a justificar superávits primários para cobrir o serviço da dívida, além de prepararem terreno para ao mercado privado acesso à considerável parcela das contribuições desses servidores. A crise fiscal decorrente do excessivo endividamento interno e externo é o ponto fundamental dessa discussão.

Pretende-se com este requerimento esclarecer assunto submetido à apreciação dessa casa, qual seja, a Proposta de Emenda à Constituição Nº 67/2003 (Reforma Previdenciária), especialmente porque, em que pese o Sr. Ministro ter comparecido às audiências Públicas realizadas pela CCJ, não forneceu aos Senadores os estudos por eles solicitados e que serviram da base à Proposta de Iniciativa da Presidência da Republica, da qual foi signatário.

Os questionamentos foram elaborados face às indagações dos Srs. Senadores que se fizeram pre-

sentes nas Audiências Públicas na CCJ e que ficaram sem as devidas respostas ou estas se deram insatisfatórias. Por exemplo, a Senadora Serys Slhessarenko indagou ao Ministro (fls. 10 do Parecer do Relator) qual o sentido de *ter* realizado, como afirmou, 400 audiências com entidades organizadas sobre a reforma, houve acolhimento das propostas dessas entidades ou isso não passou de uma manobra pra tentar conferir legitimidade ao texto apresentado; o Senador Almeida Lima questionou o Ministro (fls. 10/11) se houve estudo atuarial para se chegar aos parâmetros utilizados na PEC e se ele teria conhecimento de estudo da USP que afirma que os fundos de pensão poderão ser instituídos com a Reforma podem arrecadar até 67 bilhões de reais. O Senador Efraim Morais(fls. 11 do Parecer do Relator) indagou sobre qual seria o montante do déficit da previdência e quanto seria arrecadado com a implementação da contribuição dos inativos. As fls. 12/13 do Parecer do Relator (Relatório) o Ministro não respondeu às indagações do Senador Efraim Morais, respondendo aos do *Senador* Almeida *Lima assim: "Que houve estudos atuariais para a efetivação da PEC 67, de 2003, que os dados estão à disposição dos Senhores Senadores que assim o desejarem"* e *"que desconhece o estudo da USP mas que parece falacioso aduzir que os fundos de pensão possam acumular um patrimônio de 67 bilhães de reais até 2010, mas não pode fazer análise mais aprofundada por não ter tido acesso ao referido estudo."* Na audiência seguinte, conforme fls. 17/18, nada foi esclarecido pelo Secretário da Previdência Social em relação às indagações anteriormente feitas. Na última audiência pública, às fls. 22/23 do Parecer do Relator o Senador Arthur Virgílio indagou ao Ministro sobre as regras de transição ao acarretar perdas de trinta por cento deveria ao menos conferir um período de adaptação iv) regra de transição que estabelece o pedágio; às fls. 23 do Parecer do Relator o Senador Efraim Morais indagou: Que estudos foram realizados para se chegar a alíquota que será usada para desconto dos aposentados? Que estudos foram realizados para se estabelecer os parâmetros para a redução das pensões; para estabelecer a idade mínima e também o tempo de contribuição?, Ao que o Ministro deixou de responder (fls. 24/25) e em réplica o Senador Efraim Morais (fls. 25/26), "solicitou ao Ministro que fornecesse os estudos que estruturam as reformas à CCJ antes da votação da matéria...," ao que o Ministro "afirmou que pode fornecer os dados mais relevantes do ponto de vista das estimativas e fornece não só ao Senador Efraim, mas a todos os Senadores."

Evidente não tratar-se de pedido de providência, nem de consulta, nem de sugestão, conselho ou interrogação de caráter meritório.

Saliente-se a estreita e direta relação das informações solicitadas com a matéria que se procura esclarecer.

Sala das Sessões, 11 de novembro de 2003. – Senador **Paulo Octávio**

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Os requerimentos lidos serão despachados à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, inciso III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler:

REQUERIMENTO Nº 1.124, DE 2003

Nos termos do art. 336, inciso II, do Regimento Interno, requeiro urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 77, de 2003, que concede anistia a dirigentes ou representantes sindicais e trabalhadores punidos por participação em movimento reivindicatório.

Sala das Sessões, 11 de novembro de 2003. – **Aloizio Mercadante – Tião Viama – Arthur Virgílio – José Agripino – Ney Suassuna.**

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria a que se refere figurará na Ordem do Dia da segunda sessão deliberativa ordinária, nos termos do art. 345, inciso II, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não há mais oradores inscritos.

Os Srs. Senadores Valmir Amaral, Romero Jucá, Amir Lando, Leonel Pavan, Alvaro Dias e a Srª Senadora Ana Júlia Carepa enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Exªs serão atendidos.

O SR. VALMIR AMARAL (PMDB – DF. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, minha presença na tribuna do Senado Federal destina-se, desta feita, a tecer comentários sobre a crescente produtividade das lavouras do

Centro-Oeste, fato positivamente relevante que se deve ao desenvolvimento tecnológico decorrente dos inegáveis avanços obtidos pela Embrapa, entidade que, ao longo dos anos, vem modificando, para muito melhor, a agropecuária brasileira.

No início de 2003, a Expedição Soja 2003, formada por membros de governos estaduais, pesquisadores e líderes cooperativistas, visitou lavouras nos Estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, constatando fatos que representam um alento para nossa economia regional.

Ainda que o plantio da atual safra tenha se atrasado em função da estiagem de outubro passado, investimentos em adubação e fungicidas, além de significativa irrigação, fizeram com que a produtividade das lavouras do Centro-Oeste permanecesse nos níveis de anos anteriores, sempre superior a cinqüenta sacas por hectare.

A Embrapa tem participado ativamente do cenário de pesquisa e desenvolvimento rural de nossa região, em parceria com suas congêneres estaduais, como a Fundação Mato Grosso e outras, identificando variedades resistentes a fungos, os quais ainda representam a grande ameaça à agricultura nacional.

Para que se tenha uma idéia, um fungo como a ferrugem asiática nos preocupa desde 2001. Oriunda do Paraguai, essa praga assolou as lavouras do Paraná. Como o combate à doença ainda não se reveste de sucesso integral, pode ocorrer perda de até 80% de uma lavoura atingida.

Sr. Presidente, outra questão que precisa ser colocada na avaliação que ora faço é a da logística de armazenamento, transporte e processamento industrial de nossos produtos agrícolas regionais.

Do ponto de vista comercial e também levando em consideração nossas necessidades regionais, temos que considerar como prioritários o mercado exportador e o da região Nordeste, que se constitui em expressivo consumidor, principalmente de soja e de seus subprodutos.

Para atingirmos ambos os mercados, os corredores ora utilizados são longos e extremamente onerosos, sendo de fundamental importância que se viabilize uma ligação ferroviária entre o Centro-Oeste e o litoral da Bahia, que consumiria menos recursos e demandaria menores prazos para a distribuição de nossa produção.

Esse é um projeto de integração regional que teria, seguramente, alta viabilidade econômica e relevante sentido de integração social de nossa população interiorana, não só do Centro-Oeste, mas abrangendo o Oeste do Estado da Bahia, região que vem se configurando, também, como expressivo produtor agrícola.

Srªs e Srs. Senadores, a sintética avaliação que fiz de nossa agricultura regional tem o objetivo básico de chamar a atenção de meus ilustres Pares para a continuada necessidade de fortalecimento dessa atividade, que, indubitavelmente, continua sendo uma das molas propulsoras de nosso desenvolvimento econômico e social, havendo a ressaltar que se trata, na opinião dos economistas, da atividade com maior velocidade de retorno de investimentos efetuados, tanto para empresários como para o setor público.

Prestigiar a agricultura é altamente sensato em termos de planejamento nacional e, no momento em que nos cabe avaliar o planejamento governamental para os próximos anos, devemos ter isso em alta e permanente conta.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, os mais argutos analistas da realidade contemporânea são unânimes em identificar o período histórico em que estamos ingressando como a "Era do Conhecimento".

De fato, já está bastante claro que, no mundo de hoje e daqui para o futuro, nenhum outro fator será tão determinante para o acesso à riqueza e ao poder quanto o domínio do conhecimento e, especialmente, do conhecimento científico e tecnológico. Com o avanço da globalização e a hegemonia em nível mundial das concepções liberais – ainda que mitigadas ou disfarçadas –, os fatores da produção tradicionalmente identificados pela teoria econômica – terra, capital e trabalho – deixaram de ser os elementos mais importantes para a construção da riqueza e a conquista de poder. Nada é mais valioso, hoje, do que o conhecimento técnico.

Nesse contexto, a propriedade intelectual de inventos e inovações é um recurso fundamental na disputa por mercados, imprescindível para o desenvolvimento tecnológico, e um dos elementos definidores da posição relativa de cada país na hierarquia internacional.

Já faz cerca de dois séculos que alguns governantes começaram a perceber a conveniência de se estimular a atividade inventiva. O período da Revolução Industrial, entre 1740 e 1830, foi uma época de intensa criatividade e profundas inovações tecnológicas. Aqueles anos viram o surgimento da maior quan-

tidade de invenções, de produtos novos até então observado na história da humanidade. Tendo em vista o alto custo de inventar algo e o interesse coletivo de que isso ocorra, o governo inglês criou o instituto da patente, um monopólio concedido pelo Estado ao inventor, por um período previsto em lei, para explorar com exclusividade sua invenção.

Evidentemente, os inventores e aqueles que financiam seu trabalho não teriam qualquer estímulo para despender os recursos e os esforços necessários para chegar a uma inovação caso, tão logo consumassem o processo, sua invenção passasse a ser indiscriminadamente copiada. E o trabalho dos inventores, a criação de novos produtos e novos processos produtivos, é de vital interesse para o desenvolvimento econômico das nações.

Foi a partir da compreensão dessa realidade que surgiu o instituto da patente, que começou a tomar forma a legislação de proteção à propriedade intelectual.

Desde os primórdios do instituto, a concessão de uma patente dependia de duas condições, voltadas para a defesa do interesse coletivo. Exigia-se que o inventor desvendasse inteiramente sua invenção e que fabricasse o novo produto no país de concessão da patente.

Com a primeira exigência, assegurava-se que outros inventores que estivessem trabalhando na mesma idéia ou na mesma área não perdessem seu tempo perseguindo um resultado que o dono da patente já havia logrado; em vez disso, poderiam dar um salto tecnológico qualitativo a partir do que fora patenteado, poderiam usar aquele conhecimento para ir além. A segunda exigência – de exploração local do monopólio representado pela patente – tinha a óbvia finalidade de fazer com que o titular do monopólio, em troca do privilégio de possuí-lo, ajudasse a desenvolver a economia local, usando, na fabricação de seu produto, matérias-primas e recursos humanos do país concedente.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, desde o surgimento da legislação protetora da propriedade industrial, a concessão de patentes era feita de acordo com os interesses da política industrial de cada país. O tratado internacional que regulava a matéria, denominado "Convenção de Paris", permitia que as diferentes nações adotassem a lei de propriedade industrial que melhor lhes conviesse, exigindo apenas que elas garantissem aos inventores estrangeiros os mesmos direitos assegurados aos nacionais.

À sombra desse princípio, chamado de "tratamento nacional", alguns países podiam decidir não conceder patentes para produto algum, ou só concedê-las para alguns setores. Assim, a Espanha, por exemplo, não dava patentes para medicamentos, e o Japão, durante muito tempo, não as deu para processos químicos. O Brasil não concedia patentes para processos químicos, nem para medicamentos ou alimentos.

O entendimento do Governo brasileiro sempre foi que, dada a grande importância social desse tipo de produto, nem mesmo o desejo de estimular a inovação industrial poderia justificar a concessão de monopólios – fossem nacionais ou estrangeiros – que passariam a produzir o quanto quisessem e a vender ao preço que desejassem, na condição de únicos produtores. Além disso, caso alguém detenha o monopólio, se o Governo for forçado, por algum motivo, a impedi-lo de produzir – por uma decisão da Vigilância Sanitária, por exemplo –, não poderá permitir que outro fabricante o substitua, em virtude da existência do monopólio. Nessa situação, o País poderia ver-se totalmente privado de algum produto essencial, caso, por alguma razão, o dono da patente viesse a sofrer um impedimento.

Na verdade, esse entendimento brasileiro era bastante generalizado. Nada menos que 50 países do mundo adotavam legislação de propriedade industrial que vedava a concessão de patentes para alimentos e medicamentos.

Conforme a Convenção de Paris, portanto, desde que observado o tratamento nacional, os países tinham total liberdade, cada um podendo fazer suas leis de acordo com sua política industrial. Se um país quisesse, por exemplo, estimular o setor eletroeletrônico, e se houvesse um conjunto de fábricas desenvolvendo tecnologias para vídeo, para máquinas fotográficas etc., o governo poderia decidir pela concessão de patentes para todos, mas patentes de curto prazo, para estimular um desenvolvimento tecnológico mais rápido. O único requisito era que nacionais e estrangeiros tivessem o mesmo tratamento.

Infelizmente, contudo, Srªs e Srs. Senadores, essa situação já não mais perdura.

A forte expansão experimentada pelas empresas norte-americanas na década de 80 do século passado levou o governo daquele país a questionar o sistema de patentes, tal como estava formulado na Convenção de Paris, a partir do entendimento de que ele não dava proteção suficiente aos proprietários das patentes. Evidenciou-se, a partir daí, um conflito estrutural entre os países produtores de patentes e os países que as consomem.

O peso das patentes tem uma distribuição extremamente desigual: Europa, Estados Unidos e Japão são donos de 85% das patentes do mundo. Os outros países, todos juntos, detêm apenas os 15% restantes. É óbvio, portanto, que existe um confronto de interesses entre esses dois grupos. No Brasil, do total de patentes registradas no País, 95% são de estrangeiros. Estamos, na verdade, com nossa legislação, dando proteção, poder e remuneração a pessoas que não são das nossas empresas, a empresas que não são nacionais.

Os países de origem das grandes empresas, com maciços investimentos em pesquisa, ciência e tecnologia, querem, evidentemente, que as patentes tenham a maior proteção possível, porque isso é benéfico para eles. Os países que produzem poucos produtos patenteados são, em geral, consumidores, como o Brasil, e querem, ao contrário, que as patentes, se existirem, tenham a maior flexibilidade possível. Para estes, estava perfeito o sistema da Convenção de Paris, cada país podendo definir prazos diferenciados, distinguir setores, etc.

Os países ricos não conseguiam, porém, reunir maioria de votos no interior da Convenção de Paris para modificar os seus dispositivos. Adotaram, então, uma estratégia inteligente: resolveram que o tema da propriedade industrial não deveria ser tratado no âmbito da Convenção de Paris, mas, sim, na área comercial, na grande organização que, até 1994, tratava do comércio internacional.

A partir do argumento objetivo de que patentes têm influência sobre o comércio internacional, passaram a pressionar para que a questão fosse transferida para o antigo GATT – General Agreement on Trade and Tariffs, pois, no GATT, o poder de imposição desses países passaria a ser total. Afinal, no âmbito das negociações comerciais, os países ricos conseguem, geralmente, impor tudo o que desejam, pois, caso os países em desenvolvimento não aceitem essas imposições, não conseguem exportar suas mercadorias.

Durante muitos anos, os países emergentes – como Brasil, Índia, México, Rússia, Argentina e Indonésia – resistiram, mas, afinal, as pressões tornaram-se tão fortes que eles se viram forçados a ceder, e o tema da propriedade industrial acabou levado para a rodada Uruguai do GATT. Foi então que ocorreu a negociação comercial mais importante, de mais amplas e profundas conseqüências dos últimos anos, a negociação que resultou no TRIPS – Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights, ou seja, o Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio, ou, simplesmente, Acordo de Propriedade Intelectual.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ao levar para o âmbito do GATT a negociação sobre o tema da propriedade industrial, o alvo dos países desenvolvidos era ampliar a proteção das patentes a um limite máximo, padronizado internacionalmente. Os países menos desenvolvidos tinham outra perspectiva e outro argumento: poderiam até admitir dar mais poderes aos titulares das patentes, mas queriam que fossem ampliados os recursos para transferência de tecnologia. Tinham a preocupação de garantir que o Terceiro Mundo não ficasse com tecnologia de quinta categoria. O ponto central era: precisavam de transferência de tecnologia, e não, de proteção para patentes.

Em janeiro de 1995, o GATT foi extinto para dar lugar à atual e poderosa Organização Mundial do Comércio – OMC. A entidade recém-criada recebeu do seu predecessor dezessete novos acordos sobre comércio e tarifas, que haviam sido negociados durante a rodada Uruguai. Havia acordos sobre os mais variados temas: tecidos, multifibras, seguros, investimentos, produtos metalúrgicos. Entre eles, porém, estava o malfadado acordo sobre propriedade industrial, o TRIPS.

A negociação mais difícil foi a do TRIPS. Os outros dezesseis acordos dispunham no sentido da abertura de mercado, redução de tarifas, redução de barreiras alfandegárias. Eram todos voltados para a redução de garantias e direitos, visavam a um mundo que funcionasse como um comércio único. O TRIPS ia na contramão: criava barreiras e, num sentido muito específico, criava barreiras para proteger ainda mais quem já tinha tecnologia, já tinha patente, já estava pesquisando. Com o TRIPS, esses países ganhavam o maior poder possível, pois ele transformava esses fatores em produtos ainda mais valiosos no mercado internacional.

Na verdade, Sr. Presidente, o TRIPS congela o sistema internacional de conhecimento científico e tecnológico: quem já dispõe de um acervo considerável de conhecimentos vai continuar produzindo, mas quem não os tem não vai produzir, porque não tem como começar. Quanto mais privilégios são concedidos para o monopólio de um invento inicial, menor é a possibilidade de outros agentes participarem do comércio internacional de novos produtos e processos.

Com a superproteção dada pelo TRIPS à propriedade industrial, as patentes tornaram-se extremamente valiosas. Atualmente, o preço que se cobra por um remédio não tem qualquer relação com os custos envolvidos na produção desse medicamento. Ganha-se muito mais dinheiro investindo no conheci-

mento técnico, na inovação tecnológica, do que produzindo mercadorias, que se reduziram a meras conseqüências.

É exatamente pelo fato de o conhecimento técnico ser o bem de maior valor na atualidade que os países mais poderosos não quiseram partilhar seu conhecimento, não quiseram derrubar as barreiras. Se quisessem, de fato, caminhar no sentido da globalização e do liberalismo, teriam acabado com as patentes, teriam permitido que se copiassem livremente novos produtos e novas técnicas de produção. Mas as barreiras foram derrubadas apenas no que se refere aos produtos industriais, não para os produtos intelectuais, exatamente os mais valiosos e cuja propriedade é mais concentrada.

O espírito do TRIPS é diametralmente oposto ao da Convenção de Paris. O novo acordo traz medidas de aplicação obrigatória, que têm de ser previamente aceitas pelos países, sob pena de não se permitir seu ingresso na OMC – Organização Mundial do Comércio. Ele exige que os países modifiquem suas legislações internas, para dar maior proteção aos donos das patentes, numa agressão às soberanias nacionais. O TRIPS promove, também, uma padronização, uma homogeneização das leis de propriedade intelectual: em todos os países do mundo, a validade das patentes passa a ser, obrigatoriamente, de 20 anos, a partir do pedido, em todos os setores.

As implicações dessa padronização são muito sérias. Como todos os setores de produção industrial estão submetidos a patentes, os países não podem mais escolher os setores que desejam deixar de fora do sistema. O Brasil não pode mais decidir se vai ou não patentear medicamentos ou alimentos. Eliminou-se, com isso, a liberdade que tinham os países de utilizar o sistema de patentes segundo as características e os interesses de sua política industrial.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a instituição do TRIPS resultou da pressão de três grandes grupos empresariais: o farmacêutico, o de **software** e o de semicondutores.

Antes do TRIPS, como já mencionamos, havia cinqüenta países que não concediam patentes para produtos farmacêuticos e alimentos. Por isso mesmo, as grandes empresas farmacêuticas juntaram suas forças, gastaram fortunas com **lobby** e conseguiram impor que o mundo todo terá que dar patente para medicamentos, e que essa patente terá a duração de vinte anos. Como o processo de autorização de um medicamento, principalmente num país como os Estados Unidos, leva cerca de oito anos, o setor farmacêutico precisava de um prazo maior para garantir seu lucro pelo maior tempo possível.

Nesse campo, em particular, o TRIPS veio criar uma situação dramática. Afinal, o direito à saúde é um direito fundamental do ser humano, um direito que está muito acima do direito ao lucro. No entanto, à luz do TRIPS, os medicamentos estão sendo tratados como um negócio qualquer. E, pior ainda, um negócio no qual só um dos contratantes tem voz. O fabricante cobra o que quiser, e o comprador não tem alternativa a não ser pagar – ou, em muitos casos, morrer. Era exatamente para evitar esse quadro que o Brasil e outros quarenta e nove países não permitiam o patenteamento de medicamentos.

Com o TRIPS, as empresas do setor farmacêutico passaram a ganhar uma fortuna incalculável. E o consumidor – que pode tanto ser um indivíduo quanto um governo – está comprando algo que não sabe quanto custa. Quem detém uma patente pode decidir que um remédio cujo custo de produção é de dois reais deve ser vendido por cem reais, dependendo apenas de como avalie a capacidade de compra do mercado. O preço de venda não tem qualquer relação com o custo de fabricação.

As empresas de **software** conseguiram incluir seus produtos na área de direitos de autor, não de propriedade industrial, e também investiram todo o seu esforço para conseguir o máximo possível de proteção. Protegidos pelos direitos autorais, os produtos de **software** podem ser copiados, mas o usuário tem que pagar, e a duração do monopólio é de 50 anos, tal como já era no caso de direitos de autor sobre obras literárias ou musicais.

As empresas de semicondutores são aquelas que fabricam produtos usados para transmitir eletricidade e informações. Vários países desenvolvidos têm leis específicas regulando o campo dos semicondutores e, no Brasil, já existe um projeto tramitando no Congresso Nacional.

Esse tipo de produção legislativa que vem sendo "estimulada" pelos países desenvolvidos não se limita às leis referentes à propriedade industrial. Hoje, está praticamente tudo regulamentado segundo os moldes exigidos pelo TRIPS. No Brasil, logo depois do TRIPS, que foi aprovado em dezembro de 1994, aprovou-se a lei de propriedade industrial, em 1996, e, em 1997, a lei de cultivares, que trata de plantas e é simétrica às leis de propriedade industrial e intelectual. Em 1998, o Brasil reviu sua lei de direitos de autor e criou a lei de *software*, fechando, com isso, o cerco, para não deixar nenhuma liberalidade em qualquer

área que possa ter alguma relação com a propriedade intelectual.

Um outro campo, da maior importância, também trazido pelo TRIPS para o universo das patentes é o da biotecnologia. À medida que se esgotam as possibilidades de criar remédios a partir de misturas químicas, abrem-se vastas perspectivas na área da biotecnologia. Não é por outro motivo que nesta Casa tanto se fala em lei de acesso, em proteção às plantas que podem servir para produção de medicamentos, que tanto se denuncia a biopirataria na Amazônia.

O patenteamento de produtos biotecnológicos é mais absurdo que o patenteamento dos remédios. Na biotecnologia, alguém utiliza uma planta tirada da natureza, altera seu DNA no laboratório, retira o DNA sensível às principais pragas, por exemplo, insere um DNA imune, e ganha vinte anos de monopólio. Em vinte anos, uma empresa quebra a lavoura de um país, ou torna rico um país que era pobre naquela cultura. O patenteamento na área da biotecnologia, com os padrões que foram impostos pelo TRIPS, é uma agressão a um país como o Brasil.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, num passado recente, o Brasil contava com o seu INPI – Instituto Nacional de Propriedade Industrial forte e prestigiado. O órgão fiscalizava cuidadosamente todos os contratos de transferência de tecnologia, verificando se os seus termos não contrariavam nossa política de desenvolvimento tecnológico, se os seus custos não eram excessivos para o comprador nacional.

Empresas estatais, como a Petrobras, não podiam comprar diretamente de empresas estrangeiras. Assim, quando a Petrobras precisava de um equipamento que ainda não era produzido no Brasil, a empresa estrangeira interessada em vender para a Petrobras tinha como única alternativa firmar uma parceria com uma empresa nacional e transferir-lhe a tecnologia, para que o equipamento fosse fabricado em solo brasileiro. O INPI fiscalizava as cláusulas desse contrato de parceria, limitava seu custo para qualquer empresa nacional compradora da tecnologia, assim facilitando a negociação, induzindo a empresa estrangeira a não impor condições tão leoninas.

Essas empresas brasileiras que adquiriam tecnologia sob a proteção do INPI acabavam, elas próprias, por se tornar produtoras de tecnologia, porque, cada vez que compravam algo, havia muitos pequenos itens que não podiam ser exatamente como no país de origem e tinham que ser adequados, fosse uma parte do processo ou a forma final do produto. Com isso, o Brasil avançava no campo do conhecimento tecnológico.

Hoje, podemos ver com clareza que a abertura do mercado brasileiro às empresas estrangeiras não foi cercado de todos os cuidados necessários. Os poderes do INPI foram drasticamente reduzidos pela lei de propriedade industrial de 1996. Os contratos de transferência de tecnologia passaram a ter um caráter eminentemente privado. As empresas estatais podem contratar aquisições diretamente de outro país. As tarifas de importação tiveram seus valores reduzidos, sem qualquer compensação para as empresas nacionais, que passaram a enfrentar a concorrência direta daquelas que, até então, vendiam tecnologia para elas.

Nesse contexto, diversas grandes empresas brasileiras de bens de capital não resistiram à brusca abertura do mercado e foram à falência. A título exemplificativo, podemos mencionar a Villares, a Bardella, a Metal Leve, a Confab e a Zanini.

Com efeito, num país em desenvolvimento como o Brasil, é indispensável que o Governo dê uma ajuda clara, decisiva para as negociações de tecnologia. O empresariado nacional está, hoje, carente dessa ajuda governamental. O País está desprovido de uma política de produção de tecnologia. Essa é, indiscutivelmente, uma das explicações para o fato de o Brasil estar pagando, anualmente, 3 bilhões de dólares na conta de tecnologia, em vez dos 300 milhões de dólares que pagava até antes de o TRIPS entrar em vigência.

Essa é, Srªs e Srs. Senadores, uma medida bem clara e objetiva – embora incompleta – dos imensos prejuízos acarretados pelo TRIPS à economia nacional: nosso déficit na conta de tecnologia foi, simplesmente, multiplicado por dez! E, isso, num período de apenas cinco anos, entre 1995 e 1999.

Numa análise mais superficial, esses números poderiam sugerir que o Brasil está engajado num processo de desenvolvimento tecnológico, pois estaria absorvendo três bilhões de dólares ao ano de tecnologia. A verdade, contudo, é bem outra: o País teria condições muito mais favoráveis para se desenvolver com a adoção de uma política de incentivo à produção de tecnologia, em vez de se comprar cada vez mais. Além disso, sabe-se que boa parte desses recursos exportados não tem qualquer relação com tecnologia. Uma pesquisa detalhada mostraria que a metade desses três bilhões de dólares não é despesa com tecnologia, mas uma forma disfarçada de remeter lucros para o exterior, sonegando o pagamento de imposto de renda.

Esse mascaramento da remessa de lucros como despesa com tecnologia tornou-se possível com o enfraquecimento do INPI, pois, até 1990, enquanto conservava seus plenos poderes, esse órgão tinha completo controle dos gastos com transferência de tecnologia. É fundamental, portanto, que se fortaleça o INPI. O Brasil precisa ter uma política de desenvolvimento tecnológico e um órgão especializado que participe da análise de todos os contratos, com meios de impedir, legalmente, qualquer transferência que contrarie os princípios dessa política.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, as ambigüidades que estão presentes tanto em certas passagens da lei brasileira de propriedade intelectual quanto no acordo TRIPS propiciaram, poucos anos atrás, o surgimento da disputa sobre a quebra das patentes dos remédios contra a AIDS.

A questão resultou da decisão do Governo brasileiro de usar o instrumento da licença compulsória para produzir os remédios no Brasil, a preços mais baixos que os das multinacionais, e acabou se transformando na maior bandeira dos países em desenvolvimento contra o TRIPS, demonstrando que esse acordo precisa ser modificado.

A criação, no Brasil, de um programa sério e competente de prevenção e combate à AIDS teve como conseqüência indireta tornar claro, para o Governo e para todos os que acompanham o tema, o absurdo da aprovação de uma lei de propriedade industrial, induzida pelo TRIPS, que permite ao dono de uma tecnologia patenteada oferecer seu produto, mesmo que seja um remédio, pelo preço que bem entender. Tendo a obrigação legal de pagar os tratamentos, o Governo sentiu no próprio bolso o abuso dos preços: o Brasil tem 100 mil pacientes com AIDS com direito a consultas, remédios e hospitalização. Há remédios que custam mil reais por mês, e o Governo é obrigado a fornecê-los de graça.

O economista norte-americano Jeffrey Sachs fez um levantamento e descobriu que, nos Estados Unidos, o coquetel anti-AIDS, que aqui é fornecido gratuitamente pelo Governo, custa 10 mil dólares por pessoa/ano, embora seu custo de produção seja por volta de apenas 500 dólares por pessoa/ano.

O Governo brasileiro, com apoio da África, passou, então, a apresentar ao mundo um argumento consistente: dentro de seu país, cada governo pode produzir os remédios contra a AIDS, para evitar a morte de seus cidadãos, pagando ao titular da patente o dobro do que ele gasta para produzir. As ONGs que atuam no combate à pandemia na África, muitas delas ligadas a grupos religiosos e sociais, colocaram a questão dentro do marco "direito de patente ou direito à vida". Elas usam como argumento o programa brasileiro, que oferece, hoje, uma grande chance para se abrir uma brecha no TRIPS.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a superproteção garantida pelo TRIPS às patentes é um ótimo negócio para os países hegemônicos, que detêm a tecnologia, e péssimo para os países em desenvolvimento. Após o TRIPS, e no contexto da globalização, tornou-se extremamente difícil para qualquer país em desenvolvimento, implementar uma política nacional de desenvolvimento tecnológico. Sob as regras do TRIPS, praticamente não há como competir com os preços de tecnologias, produtos e serviços dos países desenvolvidos.

À luz desse acordo, o interesse que prevalece é o privado, não o público. O que está em jogo, portanto, é uma questão ética de escala mundial: ou o conhecimento ficará no domínio público, para ser usado no combate às mazelas sociais, ou estará a serviço do lucro, monopolizado pelas grandes corporações.

É hora, portanto, de cada um assumir sua posição.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, na pesquisa Datafolha divulgada no último domingo, 46% dos brasileiros indicaram o desemprego como o principal problema do Brasil, hoje. Na verdade, esse percentual está subestimado, porque, a ele, devem ser agregados os 12% que consideram a fome como o grande mal do momento, além de parte dos 10% relativos à violência. Outros percentuais poderiam ser adicionados, como os dedicados à saúde e à educação, por exemplo, porque estariam somados, aí, causa e conseqüências. Na verdade, o grande problema brasileiro dos nossos dias é a falta de ocupações produtivas geradoras de renda, ceifadas pela crise econômica e pelo avanço tecnológico, que expulsam mão-de-obra. Sem emprego, não há renda; sem renda, há fome; da fome, o desespero; do desespero, a violência.

Na verdade, não há, propriamente, falta de renda. Segundo o IBGE, no último século, a riqueza do País cresceu 12 vezes, se comparada com o aumento da população. Entretanto, essa mesma riqueza está, cada vez mais, mal distribuída. Dentro de um mesmo espaço geográfico, que pode ser o país, uma região, um estado ou um município, existem duas realidades: uma, opulenta; outra, miserável. Na metade do último século, o rendimento dos 10% mais ricos do País equivalia a 34 vezes o dos 10% mais pobres. Essa relação chegou a 60 vezes, no início dos anos 90. A concentração de renda no Brasil atingiu limites em que 1% da população obtinha renda que, somada, era maior que o total obtido pela metade mais pobre.

Esses percentuais levam o Brasil para o grupo de países que carregam a lanterna da distribuição de renda no mundo. No retrovisor, segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, apenas a Namíbia, Botsuana, Serra Leoa, República Centro-Africana e Suazilândia. É esse contraste entre duas realidades que molda dois países em um mesmo espaço geográfico: um, com características do chamado primeiro mundo, outro, cuja realidade se assemelha à dos povos mais miseráveis do planeta. É por isso que, qualquer análise que se faça sobre o Brasil, nos dias atuais, tem que considerar esse quadro contraditório.

Não é à toa, por exemplo, que o Brasil ainda convive com diagnósticos de saúde próprios de países subdesenvolvidos, ao mesmo tempo em que a nosologia apresenta quadros de países de primeiro mundo. De um lado, moléstias infecciosas e parasitárias, diarréia, desidratação, entre tantas. De outro, doenças circulatórias, estresses e suas decorrências. Não é por acaso, também, a distância, cada vez maior, entre a escolaridade dos ricos e o analfabetismo dos pobres, que ceifa oportunidades e que gera a chamada "causação circular cumulativa", ou seja, os ricos cada vez mais ricos, e os pobres cada vez mais pobres. Essas diferenciações podem ser estendidas para todos os segmentos da realidade brasileira, como a urbanização, a cultura, o lazer, o acesso à tecnologia e à informação, entre outros.

É por isso que pouco adiantará o tratamento setorial aos problemas brasileiros. Em primeiro lugar, porque, aí, corre-se o risco de se atacar, unicamente, as conseqüências, e não as suas verdadeiras causas geradoras. Em segundo lugar, porque esses problemas não são isolados. Há uma lógica, perversa, que os une. Portanto, há que se entender essa lógica e buscar essas causas.

A população brasileira é sábia, portanto, ao indicar, maciçamente, o desemprego como o principal problema brasileiro, pois ela revela conhecer lógica e causa. Ao viver, intensamente, esse problema, ela patenteia, com os formuladores de políticas públicas, a forte correlação entre emprego e cidadania. Ela, no ato da opção, demonstra que não espera do poder público dádivas. Ela quer trabalhar, exercer o seu direito à cidadania. Ela quer resolver os demais problemas com o fruto do seu trabalho.

É bem verdade que o Estado brasileiro já não dispõe de ferramentas suficientes para alavancar a criação de empregos na quantidade necessária. Não somente pelo número de desempregados em fila, principalmente nos grandes centros urbanos que, somente na cidade de São Paulo, já ultrapassa a casa dos dois milhões, mas, também, pelo desmantelamento do Estado, ironicamente em nome, entre outros objetivos não cumpridos, da geração de novas ocupações produtivas. Não se trata de impedir, por meio da ação pública, os avanços tecnológicos que substituem a mão-de-obra. Mas, é necessário que se busquem alternativas para uma população que, cada vez mais, é excluída do mais elementar conceito de cidadania.

Algumas questões saltam aos olhos. O Brasil possui uma das maiores reservas de terras agricultáveis não utilizadas do planeta. As condições edafoclimáticas brasileiras são, também, as mais favoráveis, ostentando todos os microclimas, o que permite cultivar produtos de inverno quando é verão na maioria dos grandes mercados, e vice-versa. Apesar disso, o País assistiu, nas últimas décadas, a um intenso processo de urbanização. Em 1960, dois, em cada três brasileiros, moravam no campo. Em 2000, 81,3% já viviam nas cidades. Essa migração rural-urbana não foi acompanhada por um processo de capacitação que permitisse uma melhor absorção da mão-de-obra com habilidades tipicamente rurais, para os novos afazeres urbanos. Isso provocou o inchaço das cidades, o desemprego ou o emprego informal, os focos de tensão social, a fome, o desespero, a violência.

Uma outra questão é que, embora os municípios, principalmente os de menor porte, tenham assistido a esse processo de urbanização, muitos deles ain-

da mantêm características tipicamente rurais. Suas principais atividades, ditas urbanas, estão ligadas aos afazeres do campo. Qualquer política a partir da qual se proponha incentivar a inversão dos fluxos migratórios, não teriam, hoje, os mesmos impactos negativos decorrentes da falta de habilidades da grande maioria da população migrante.

As informações mais recentes dão conta de uma tendência à reversão dos fluxos migratórios, agora rumo ao campo. Portanto, não haverá maiores traumas se as políticas públicas incentivarem esse movimento natural. O Governo Federal tem demonstrado estar atento a essa nova realidade. Os programas de assistência técnica e extensão rural e de apoio à agricultura familiar têm recebido suporte técnico e financeiro para atender a um número cada vez maior de beneficiários. O que falta, e o Governo tem consciência, é um programa mais agressivo de redistribuição de terras, para uma população plena de habilidades produtivas rurais.

A tese mais comum é que a geração de empregos necessária à realidade brasileira somente se realizará, de forma sustentada, com a retomada do crescimento econômico. Não há dúvida da validade do argumento, mas não se pode olvidar que, em primeiro lugar, a sustentabilidade do crescimento somente se dará com o aumento do consumo interno, o que será possível com a melhoria da distribuição da renda nacional. Em segundo lugar, não se vislumbra um aumento de produção com tecnologias intensivas de mão-de-obra. Ao contrário, é muito mais provável a forte correlação entre novos investimentos e tecnologia poupadora de mão-de-obra. Então, se há consciência de que o desemprego é o principal problema nacional, hoje, e, se ele é causa principal de outras mazelas que também preocupam a população brasileira, mais do que isso, se o País ostenta potenciais de geração de emprego a baixos custos, como a agricultura familiar, a prioridade dos recursos públicos deve recair sobre essas atividades intensivas de mão-de-obra. É a realidade que tem demonstrado que há atividades capazes de atacar as causas do desemprego, resolvendo, como decorrência, os seus efeitos colaterais e criando defesas estruturais para uma sustentabilidade que transforma crescimento em desenvolvimento, ou seja, crescer, mas com distribuição de renda.

Não há dúvida de que, se o governo atual se propuser inverter a lógica do atual modelo econômico, em nome do mercado local, da melhor repartição da renda e da grande maioria da população excluída, terá, contra si, críticas das mais severas. Algo como "retrocesso", "atraso", "pensamento jurássico" deverá povoar a mídia, na mesma trilha da última década, principalmente, contra aqueles que se colocaram favoráveis ao Estado brasileiro, e que defenderam a tese de que o mercado, aquinhoado pelas privatizações, não seria capaz de gerar empregos e de propiciar a necessária redistribuição de renda. É que a minoria, que se utiliza de grande parcela da mídia, não se conforma com a perda dos privilégios que lhe proporciona o atual modelo e, ao contrário, busca reforçar, continuamente, a tal "causação circular cumulativa". São ricos, e por serem ricos, querem ficar, cada vez mais, ricos, não importando se os pobres ficarem, também cada vez mais, pobres. Para o lucro, a solidariedade é, na maioria das vezes, sinônimo de filantropia, quando não peça de retórica ou válvula de escape para descarga de consciência, quando ela existe.

O mercado e, por pressão, o Estado, tem se colocado, principalmente nos últimos anos, a serviço da minoria opulenta. O mercado vai continuar assim. É o Estado que tem que ser mudado. Ele tem que estar, por definição, a serviço da maioria. E, a maioria já detectou quais são os seus principais problemas. Se o Estado se colocar ao lado da grande maioria, de que importarão as críticas?

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) –

SONHO ERRADO

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna na tarde de hoje para comentar duas matérias publicadas no jornal **Folha de S.Paulo**, de 15 de outubro do corrente, intituladas, respectivamente, "Sonhei o sonho errado, afirma Gabeira" e "O sonho errado".

Os textos, que solicito sejam inseridos nos Anais do Senado, tratam do desligamento do Deputado Fernando Gabeira do Partido dos Trabalhadores. Em seu discurso no plenário da Câmara, o deputado fez duras críticas ao PT e ao governo Lula, comparando os atuais dirigentes do partido aos dirigentes comunistas do Leste Europeu.

Os textos que passo a ler para que fiquem integrando este pronunciamento, são os seguintes:

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)

"Sonhei o sonho errado", afirma

QUINTA - FEIRA
13. OUTUBRO. 2003

FERNANDA KRAKOVICS
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Ao anunciar oficialmente sua saída do PT no plenário da Câmara, o deputado Fernando Gabeira (RJ) fez duras críticas ao partido, ao governo Luiz Inácio Lula da Silva e à sua política ambiental. Comparou os dirigentes petistas à "velha esquerda" do Leste Europeu: "Sonhei um sonho errado".

"Agora que o Partido dos Trabalhadores chegou ao poder vejo que a perspectiva dos dirigentes é parecida com a dos dirigentes comunistas do Leste Europeu, com uma visão de produtivismo estreita, sem a compreensão das variáveis ambientais." Derrubados a partir de 1989, os regimes comunistas no Leste Europeu eram notórios promotores de desastres ambientais. Mas suas críticas não se limitaram à política ambiental.

Gabeira também criticou a política externa e o recurso do governo contra a decisão judicial que determinou a abertura dos arquivos da guerrilha do Araguaia. O tom do discurso foi de descrédito em relação à capacidade do Estado de promover mudanças: "Não digo que meu sonho acabou, e sim que sonhei um sonho errado. Confiei que podíamos fazer tudo aquilo que prometíamos rapidamente, num período de quatro anos ou imediatamente. O sonho foi pior ainda. Foi confiar que era possível transformar o Brasil a partir do Estado, quando o dinamismo se encontra na sociedade".

Em entrevista após o discurso, ele acrescentou: "Apesar da pequena margem de manobra, optou-se pela mediocridade. Podíamos fazer muito mais", disse.

Uma das críticas mais contundentes foi sobre a posição do governo em relação a Cuba. Para o ex-petista, Lula, ao visitar o país, deveria ter denunciado as violações de direitos humanos, condenado a execução de dissidentes do regime e recebido a oposição cubana: "A relação do Brasil com Cuba não pode ser reduzida à relação de amigos e compadres".

Também sobraram críticas às dificuldades financeiras do Itamaraty. "Não há política externa que resista a esse tipo de pressão cotidiana. Embaixadores e funcionários brasileiros assediados por credores não são o tipo de serviço diplomático que queremos para o Brasil", disse Gabeira.

No campo dos direitos humanos, as divergências do deputado incluem a guerrilha do Araguaia. "Conhecer esse material alude à democracia, mas a prerrogativa da família de recuperar a ossada de seus membros relaciona-se à civilização brasileira. Se um pequeno grupo de militares não aceitar tal prerrogativa, vamos dizer a eles que não negociamos os fundamentos da civilização só porque há um grupo de militares insatisfeitos. 'Que vengan los toros', como dizem os espanhóis. Façamos como os chilenos, os argentinos, que ajustaram adequadamente as contas com o passado", disse Gabeira, um ex-exilado.

Gabeira está saindo do PT principalmente por discordar da política ambiental do governo Lula. O estopim foi a edição da medida provisória que liberou o plantio de soja transgênica para a atual safra. A insatisfação também abrange a importação de pneus usados do Paraguai e do Uruguai.

O deputado afirmou ontem que a política ambiental do governo Lula é um "retrocesso" em relação à do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. "O governo FHC se preocupou com as questões climáticas, votou o Protocolo de Kyoto, chegou a propor mecanismos de desenvolvimento limpo e não deu esse passo de legalizar os transgênicos." Para o ex-petista, o governo Collor também era "muito melhor, mais audacioso, ao demarcar terras indígenas".

"Estou respirando muito saindo desse clima sufocante das esperanças negadas", disse. O deputado fluminense concluiu seu discurso afirmando que estará "aberto, disposto a contribuir e a ajudar a sociedade para que o governo, se não reencontrar o seu caminho, pelo menos perca esse ritmo lento e exasperante ao qual nos submeteu nesses primeiros nove meses". Ele foi abraçado pela deputada Luciana Genro (RS), ameaçada de expulsão pela cúpula do PT, ao descer da tribuna.

Leia o discurso de Gabeira na
FOLHA ONLINE
http://www.folha.com.br/032861

Não digo que meu sonho acabou, e sim que sonhei um sonho errado. Confiei que podíamos fazer tudo aquilo que prometíamos rapidamente

Apesar da pequena margem de manobra, optou-se pela mediocridade. Podíamos fazer muito mais

A política ambiental de Lula é um retrocesso em relação à de Fernando Henrique

O governo Collor era muito melhor, mais audacioso, ao demarcar terras indígenas

A relação do Brasil com Cuba não pode ser reduzida à relação de amigos e compadres

Guerrilheiro
Fernando Gabeira, 62, foi um dos militantes do MR-8 que organizaram o sequestro do embaixador americano Charles Elbrick em 1969. O diplomata foi trocado por presos políticos do regime militar, entre eles, o ministro José Dirceu. Após a ação, Gabeira chegou a fazer treinamento de guerrilheiro em Cuba, de onde foi para o Chile e, depois, para a Europa

Rompimento
Contrário à política ambiental de Lula – principalmente à liberação do plantio de soja transgênica –, Gabeira anunciou sua saída do PT no encontro na última sexta-feira com José Dirceu servindo para comemorar a crise, mas o ministro se atrasou, o deputado deixou a Casa Civil contrariado ("Desobediência tem limite") e reiterou a decisão de abandonar a sigla. Ontem fez o discurso de despedida no plenário da Câmara dos Deputados

Luta pelo verde
Gabeira voltou do exílio em 1979, com a anistia. Jornalista e escritor, publicou "O que é isso, companheiro?", sobre o regime militar, e "Crepúsculo do Macho", contra os estereótipos da masculinidade. Também ficou famoso por defender a legalização da maconha. A defesa de bandeiras ecológicas o levaria a fundar o PV. Em 1986, candidatou-se ao governo do Rio pelo partido, em coligação com o PT. Em 2001 deixou o PV criticando a aliança da legenda com o então governador do Estado, Anthony Garotinho, e foi para o PT

RISCO NANQUIM

FERNANDO RODRIGUES

O sonho errado

BRASÍLIA - *A saída de Fernando Gabeira do PT consumou-se ontem, com um discurso na Câmara.*

*Sua fala foi dura*ssima. *Afirmou ter sonhado "o sonho errado". Imaginou que o governo do PT pudesse transformar o Brasil. Comparou a administração de Lula à "velha esquerda comunista do Leste Europeu".*

Alguém pode enxergar exagero no discurso de Gabeira. Mesmo porque, sejamos sinceros, a repercussão da saída do deputado se dará apenas entre os integrantes da elite que lêem jornal. Pouco ou nada será sentido pela imensa massa de eleitores que escolheu Lula presidente.

Ainda assim, Gabeira bateu onde deve doer nos integrantes do governo Lula —sobretudo nos que pensam e têm alguma pretensão de deixar uma marca de mudança no país.

Em síntese, o deputado parece ter concluído que o governo petista não avançará nenhum milímetro além do que permite a política tradicional. Pior do que isso: é frágil o movimento social organizado capaz de pressionar o PT a andar para a frente.

Quando era oposição, o PT funcionava como principal força motriz de manifestações contra o governo federal. É difícil aferir cientificamente, mas muitos avanços registrados no país durante os oito anos de FHC devem ser em parte creditados à pressão social organizada por petistas em direção ao Palácio do Planalto.

Hoje, quem é o PT do PT? Não existe. Os dois principais partidos de oposição, PSDB e PFL, não são capazes de encher uma Kombi com manifestantes. Os maiores protestos que sobraram no país são daquilo que mais atrasado existe —uma parcela dos funcionários públicos, não todos, que só pensa em manter privilégios obtidos no passado.

Gabeira diz pretender trabalhar com grupos de pressão na sociedade. Declarou-se aliviado ao sair do "ambiente da esperança sufocada". Possivelmente outros petistas queiram fazer o mesmo. Mas ficam no governo porque é mais confortável.

CARLOS HEITOR CONY

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, inicio meu pronunciamento com a leitura, a pedido da ABIP – Associação Brasileira da Indústria de Pneus Remoldados, da seguinte carta aberta ao Deputado Fernando Gabeira:

Ilustre Deputado Fernando Gabeira:

Vossa Excelência tem pleno conhecimento de que o Decreto nº 4.592, do Presidente Lula NÃO LIBEROU A IMPORTAÇÃO DE PNEUS USADOS DO MERCOSUL e sim liberou apenas a importação de pneus remoldados, como comprova uma simples leitura de seu texto. Portanto, afirmar que pneus remoldados são pneus usados é uma inverdade proposital de sua parte.

Em reunião da ABIP – Associação Brasileira da Indústria de Pneus Remoldados, por mim presidida, foi decidido o envio desta carta aberta porque a postura de Vossa Excelência leva ao entendimento de que tem com as multinacionais fabricantes de pneus o compromisso de defender seus interesses comerciais na conhecida GUERRA DOS PNEUS.

O sentimento majoritário na ABIP é o de que sendo Vossa Excelência um homem de extraordinária inteligência e muita sensibilidade, sabe perfeitamente diferenciar um pneu remoldado de um pneu usado, até porque já recebeu muito material a respeito e já teve oportunidade de analisar pessoalmente um pneu remoldado, verificando assim que nem visualmente, nem por exame técnico no que se refere à qualidade, segurança e durabilidade, apresenta diferença em relação a um pneu novo, razão pela qual os pneus remoldados BS Colway são vendidos com as garantias de 5 anos contra defeitos de fabricação e para rodar até 80 mil km, ademais de terem sido APROVADOS COM NOTA 10, PELO INMETRO.

Sabe também Vossa Excelência, que a excepcional qualidade dos pneus BS Colway induziu a Receita Federal ao erro de considerá-los como NOVOS, para efeito de aplicação de multa de IPI, cuja cópia do termo lavrado contra a BS Colway Pneus, conforme solicitado, lhe foi enviada para a Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias. Essa multa está sendo contestada, naturalmente, porque, embora sejam tão ou mais duráveis e seguros que os novos, os pneus BS Colway são de fato e de direito "remoldados".

Por isso, questionamos na ABIP: "Por que o Deputado Fernando Gabeira verbaliza com tanto entusiasmo a mentira de que o Presidente Lula liberou as importações de pneus usados do Mercosul, chegando a alegar que esta é uma das causas de sua saída do PT?".

Como já lhe foi dito repetidas vezes, longe de nos beneficiar, o Decreto 4.592, editado pelo Presidente Lula, vai contra nossos interesses comerciais, pois, afinal, NÃO IMPORTAMOS PNEUS REMOLDADOS e SIM FABRICAMOS PNEUS REMOLDADOS.

Os pneus remoldados originários do Mercosul são, portanto, concorrentes dos que nós fabricamos. Apenas entendemos que o Presidente Lula não poderia agir de outra maneira depois que o Brasil, por estar errado ao editar a Portaria SECEX 08/2000 (que apenas atende às multinacionais dos pneus), foi derrotado na Câmara Arbitral do Mercosul, em decisão unânime, inclusive com o consciente voto da juíza brasileira que representava o Governo do Brasil.

Cordialmente,

Francisco Simeão / Presidente

ABIP – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE PNEUS

Mais detalhes podem ser encontrados nos sites:

e

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o empresário paranaense, Francisco Simeão, que também é presidente da BS Colway Pneus, pediu-me para dizer aqui da tribuna que está ao inteiro dispor para um debate público com o presidente da Anip, a associação das multinacionais dos pneus, Gerardo Tommasini, e com o ilustre Deputado Fernando Gabeira, que tanto os apóia, para esclarecer definitivamente a opinião pública sobre tudo o que lhe interessa saber nessa já conhecida Guerra dos Pneus, que já dura dez anos.

É inconcebível a postura do IBAMA, do Ministério do Meio Ambiente e do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, quando aplaudem e defendem quem deveriam inibir de formar cartel contra os interesses do consumidor, e perseguem quem deveriam apoiar, que são as indústrias de pne-

us remoldados, cujos benefícios ao País, nesta quadra social tão difícil, procuro destacar a seguir:

1. O setor de reforma de pneus gera, por pneu fabricado, quatro vezes mais empregos do que as fábricas de pneus novos. A prova disto está no relatório emitido, com base em 31.12.02, pelo Ministério do Trabalho e Emprego, que indica existirem 17.206 empregos registrados na Indústria de Câmaras de Ar e de Pneus novos; e que na indústria de reforma de pneus estão abrigados 13.038 funcionários. Considerando que são fabricados mais de 43 milhões de pneus novos, para o mercado interno e exportação, enquanto são produzidos apenas pouco mais de 8 milhões de pneus reformados, por ano, é só fazer as contas em relação à geração de empregos de um setor e do outro para concluir que as robotizadas indústrias multinacionais empregam menos brasileiros, proporcionalmente, que as reformadoras de pneus.

2. As indústrias de pneus remoldados do Brasil somente utilizam carcaças de pneus usados importadas por não existir, no Brasil, disponibilidade de pneus usados na qualidade requerida para a fabricação de um remoldado de boa qualidade, conforme o INMETRO atestou em sua NOTA TÉCNICA de 03.10.00.

3. Antes de importar as carcaças de pneus usados, a matéria-prima de que necessitam, as indústrias de pneus remoldados coletam e destroem, de forma ambientalmente adequada, em quantidade equivalente, as carcaças de má qualidade existentes em nosso território, para, somente depois de auditagem pelo IBAMA, pedir ao DECEX a emissão das competentes "Licenças de Importação".

4. Os pneus BS Colway, que foram certificados pelo INMETRO com NOTA 10, têm sido vendidos com garantia de cinco anos contra defeitos de fabricação e com garantia para rodar até 80 mil km, por preços em média 35% mais baratos do que os pneus fabricados pelas multinacionais de pneus do Brasil, favorecendo o consumidor.

5. Antes da existência da emergente indústria de pneus remoldados no Brasil, os preços cartelizados praticados pelas multinacionais, para os pneus populares, eram da ordem de NOVENTA DÓLARES e duravam cerca de apenas 30 mil km. Hoje, graças à massa crítica dos pneus remoldados, seus preços caíram para a faixa dos QUARENTA E CINCO DÓLARES e passaram a durar o dobro de antes, em função de que as multinacionais se viram obrigadas, pela concorrência, a mudar o composto de borracha para os pneus oferecidos ao consumidor nacional, que passou a ser o de exportação.

6. Cada pneu remoldado propicia a economia de recursos naturais não renováveis, na ordem de 20 litros de petróleo, no caso do pneu de automóvel, e de 40 litros, no caso do pneu de caminhonete. Aliás, esta foi uma das razões que levaram o nobre Deputado Irineu Colombo, do PT, a apresentar nesta Casa o Projeto de Lei n.º 822/03, que se louva no exemplo do governo da Itália, onde 20% da frota pública são obrigatoriamente equipados com pneus remoldados.

Quanto ao presidente da ABIP e da BS Colway Pneus, o empresário Francisco Simeão, eu o conheço há trinta anos, tempo em que não só eu, mas todos os paranaenses, têm acompanhado suas realizações. Por sinal, recentemente, em ato de simples justiça, a Assembléia Legislativa o agraciou com o título de CIDADÃO BENEMÉRITO DO PARANÁ, por unanimidade de votos, a fim de demonstrar a gratidão da sociedade paranaense pelos programas sociais que vem desenvolvendo há décadas, em especial o BOM ALUNO e o RODANDO LIMPO, que já coletou mais de SEIS MILHÕES DE PNEUS INSERVÍVEIS, que depois de picados são co-processados em conjunto com a rocha de xisto piro-betuminoso na Petrobras, com quem sua empresa tem parceria.

Srªs e Srs. Parlamentares, a BS Colway é uma indústria exemplar, tanto na qualidade de seus pneus, como de seus jardins, como na forma que trata seus trabalhadores, que há mais de três anos trabalham em regime de SEIS HORAS DIA, mas recebendo por OITO HORAS DE TRABALHO, o que fez abrir mais 100 vagas de trabalho.

Já foi diversas vezes premiada por suas ações em defesa do meio ambiente; da saúde pública; da qualidade de vida; da responsabilidade social; e do desenvolvimento da cidadania; que são os cinco fundamentos que a sustentam.

Por outro lado, Sr. Presidente, confesso que, mercê da campanha insidiosa das multinacionais na mídia nacional, o tema, que deveria ser de fácil entendimento, passou a ser muito mal-entendido e de difícil compreensão, até porque é inusitado ver o IBAMA

defendendo o que deveria combater e agredindo o que deveria aplaudir.

Assim, como contribuição à sociedade brasileira, rogo, Sr. Presidente, que seja criada uma comissão de seis senadores, escolhidos entre os membros da Comissão de Assuntos Sociais, onde se discute o Projeto de Lei nº 216/03, de autoria do Senador Flávio Arns. Não tenho dúvida de que,ao retornarem da visita, os nobres senadores farão um relatório consistente sobre esse tema, e que, a partir dessa avaliação, será possível encaminhar a solução definitiva para a Guerra dos Pneus.

Desejo, ainda, tratar de um segundo assunto, Sr. Presidente.

Venho comentar o artigo publicado no **Jornal do Brasil**, de 2 de novembro do corrente, intitulado "Fernando Henrique virou plural no PT".

O artigo, que solicito seja inserido nos Anais do Senado, trata do temperamento intolerante do Ministro Chefe da Casa Civil, José Dirceu, evidenciado na recente ofensiva verbal contra o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso. Alguém que foi tão beneficiado pela volta da democracia deveria ter maior responsabilidade na sua consolidação.

O texto que passo a ler para que fique integrando este pronunciamento, é o seguinte:

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)

JORNAL	DIA	MÊS/ANO	EDITORIA
JORNAL DO BRASIL	02	NOVEMBRO2003	PAÍS

Fernando Henrique virou plural no PT

Podem ser numerosos os defeitos do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, mas entre eles não figura a intolerância. No Dia do Juízo Final, ao menos quanto a isso não haverá divergências: tanto quanto os amigos, também adversários de carteirinha atestarão que FH foi um democrata.

As virtudes do chefe da Casa Civil, ministro José Dirceu, decerto são muitas. Mas lastimavelmente não incluem a tolerância. Como aprenderam desafetos e reconhecem mesmo companheiros de fé, José Dirceu nunca foi entusiasta da possibilidade do convívio dos contrários. Toda crítica lhe parece injusta. E seu autor é, em princípio, um inimigo a eliminar.

Esse traço de temperamento nem causava espanto quando se manifestava no jovem nascido para a política num Brasil em chamas. Preso e banido, empurrado pelas convergências do destino à militância em grupos de oposição armada, forçado a sobreviver na clandestinidade, agia como filho daqueles tempos. Mas a intolerância da juventude tornou-se um tanto perturbadora depois de aparecer com nitidez no deputado e líder do PT. Passa à condição de inaceitável quando vira marca do ministro mais poderoso do governo Lula.

Um homem tão sensivelmente beneficiado pela ressurreição da democracia tem o dever de contribuir para consolidá-la. Não foi assim na recente ofensiva verbal contra Fernando Henrique. Registre-se que, depois de evidente relutância, o ministro telefonou ao ex-presidente para desculpar-se do tom utilizado. Passou ao largo do conteúdo. FH aceitou de pronto as desculpas e evitou comentar com jornalistas o teor do telefonema.

Tampouco retomou as origens da polêmica. Em entrevista na Espanha, Fernando Henrique fizera críticas e também elogios ao governo Lula da Silva. (Matreiramente, quase todos contemplavam a permanência de rumos adotados em seus oito anos no poder.)

O telefonema comprovou que, no governo Lula, FH virou plural. Ou por ter exercido dois mandatos, ou por representar os legados da "herança maldita", virou plural. Na réplica às críticas, Dirceu afirmou a certa altura que, ao deixar o Planalto, "ex-presidentes devem cuidar de netos e escrever livros". Assim mesmo: "ex-presidentes", categoria que enquadra, em tese, pelo menos mais três.

Com segurança, pode-se incluir na tribo Itamar Franco, Fernando Collor e José Sarney. Gotas de condescendência permitem a anexação do agora embaixador Paes de Andrade, fundador da efêmera mas luminosa República de Mombaça. Collor, mais jovem que Dirceu, nem netos tem para cuidar.

Itamar Franco, embaixador na Itália, e Paes de Andrade, nosso homem em Portugal, foram indicados com a aprovação explícita de Dirceu. Sarney tem prestado relevantes serviços ao governo no comando do Senado. Não era dele, portanto, que Dirceu falava. O alvo estava claro: os ex-presidentes Fernando Henrique Cardoso. Horas depois de ouvir o pedido de desculpas do ministro, aliás, Fernando Henrique recebeu notícias sobre o discurso em meio ao qual Lula afirmou que ex-presidentes haviam sido "covardes" por não terem feito o que o orador acha que fez.

Sarney foi logo avisando que aquilo não era com ele. Collor nem foi ouvido por jornalistas. Paes talvez nem se lembre que esteve lá. Itamar observou que Lula deveria esclarecer a quem se referia. Não é necessário. "Ele ainda será ex-presidente", sorriu FH.

Nem houve tempo para saborear a idéia de que Lula poderia ter sugerido mais brandura a Dirceu. Retomada a fuzilaria, cabe a suspeita de que a intolerância do subordinado acabou contaminando o comandante.

Por aplicar-lhes termos de gosto duvidoso, como "fracassomaníacos" ou "neobobos", FH foi condenado ao fogo eterno do PT. O que ocorreria se atribuíssem suspeitas de covardia a Lula? Como reagiria o ministro José Dirceu?

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, hoje o Presidente Lula deu um importante passo em direção ao que estabeleceu como definição estratégica do seu governo: **o combate à exclusão social**. Foi lançado, na manhã de hoje, no Palácio do Planalto, o Programa Luz para Todos, que materializa a prioridade conferida pelo Ministério de Minas e Energia à inclusão social. Em apenas 5 anos o Programa Luz para Todos vai levar energia elétrica até a casa de todos os brasileiros que ainda vivem no escuro, além de gerar 300 mil novos empregos diretos e indiretos.

A universalização da energia elétrica é um assunto ao qual venho me dedicando há muito tempo em razão da importância que o tema tem para o Brasil, em geral e, mais especificamente, para o meu Estado, o Pará. Atualmente, cerca de 12 milhões de brasileiros não têm acesso à energia elétrica[1]. Isso é mais do que a população de países como Portugal, Cuba ou Bélgica. Como bem coloca o Ministério de Minas e Energia, o desafio de universalizar o atendimento em energia elétrica e o seu uso produtivo é proporcional ao alto nível de desigualdade social e regional do País.

No que se refere à desigualdade social, em razão do fato de 90% daqueles que não têm acesso à energia elétrica serem de famílias com renda de até três salários mínimos, demonstra claramente que estamos fazendo um programa de inclusão social, pois são famílias que vivem em condições semelhantes àquelas do século XIX, privadas não só da energia elétrica nas suas casas, mas também do acesso aos serviços básicos que a energia elétrica proporciona, como serviços de saúde, educação, abastecimento de água e meios de comunicação.

Nada menos do que 70% dos domicílios não atendidos, o que significa mais de 1,8 milhão de domicílios, está no Norte ou Nordeste, áreas de menor Índice de Desenvolvimento Humano, majoritariamente na área rural. Enquanto no Brasil o percentual de domicílios não atendidos é de 5,2%; no Norte e no Nordeste o percentual é de 16,1% e 10,7%; respectivamente. Só no Pará, 61% dos domicílios da área rural não têm acesso à energia elétrica, percentual inferior apenas aos Estados do Amazonas, Acre, Piauí e Tocantins. Em números absolutos, o Pará é o terceiro Estado com maior exclusão elétrica na área rural[2]. Isso dá a dimensão do problema e a importância de que a universalização do acesso à energia elétrica seja assegurada o mais rápido possível.

Por isso, há que se ressaltar o mérito desse Programa ao antecipar a meta de universalização para o ano de 2008, em vez de 2015, que era a meta anterior, sendo que a previsão é que sejam atendidos 1,4 milhão de domicílios até 2006, elevando o índice de atendimento na área rural de 73%, verificado no início de 2003, para mais de 90% até o final de 2006. Além disso, diferentemente do que previa a Resolução nº 223, divulgada pela Aneel em abril deste ano, as metas de universalização vão priorizar os municípios com menor coeficiente de atendimento.

Entendemos que se mantivéssemos a orientação anterior, priorizando as cidades com maior coeficiente de atendimento, tal procedimento acabaria por privilegiar os maiores municípios, onde inclusive o processo de expansão é mais barato, pois as distâncias são menores. Entretanto, a população rural, que concentra 80% da exclusão elétrica do país, ficava relegada a último plano. Mas, não obstante o reconhecimento das possibilidades da energia como fator de mudança e, por conseguinte, a necessidade de criar incentivos para acelerar o atendimento e o desenvolvimento na área rural, não se pode transferir para a população o ônus da universalização, por meio da majoração das tarifas. Afinal, corre-se o risco de se criar uma condição paradoxal de exclusão pelo custo do acesso e pelo custo da utilização da energia elétrica.

Nesse sentido é que está prevista a alocação de recursos a fundo perdido, com vistas a minimizar o impacto tarifário nas respectivas áreas de concessão, outro importante diferencial do Programa. Dadas as características especialmente da eletrificação rural, o alto custo associado a uma expectativa de baixo retorno, a garantia de recursos subvencionados é condição necessária para que o esforço de universalização não se reflita no aumento das tarifas. Fora da subvenção, não há possibilidade de se levar adiante qualquer programa de universalização no País, em razão da condição econômica dos consumidores e da situação econômica e financeira das concessionárias.

Assim, tendo-se o custo total estimado em R$7 bilhões, o Governo Federal responderá por até 75% dos recursos, que serão provenientes dos fundos setoriais: 50% da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), e 25% da Reserva Global de Reversão (RGR). No primeiro caso, trata-se fundamentalmente de recursos subvencionados, no segun-

do, financiamento. Os Estados deverão ter uma participação de no mínimo 10% e os executores, entre os quais se encontram as concessionárias, de 15%, também no mínimo.

Dessa forma, o Programa Luz para Todos, do governo Lula, não se confunde com o Programa Luz no Campo, do governo FHC. Dois aspectos fundamentais que ilustram de forma inequívoca o avanço do Programa Luz para Todos em relação ao Programa Luz no Campo são a antecipação do prazo de universalização em sete anos e a promoção da inclusão social por meio da universalização da energia elétrica. Nesse sentido eu gostaria de parabenizar a ministra Dilma Rousseff que aceitou o desafio de levar energia elétrica aos mais excluídos e priorizou os municípios com menor coeficiente de atendimento e menor IDH, beneficiando a população rural de baixo poder aquisitivo, especialmente os pequenos produtores rurais.

É importante mencionar que o Programa Luz para Todos também contemplou um aspecto geralmente negligenciado, relativo à articulação institucional e à própria gestão do Programa. Mais uma vez o Governo Lula reafirma o seu compromisso com a participação dos atores e da sociedade, aqui expressa no princípio da parceria e da gestão compartilhada. Apenas para dar um exemplo, no caso dos Comitês Gestores Estaduais, que constituem o nível mais próximo à execução do programa, é prevista a participação de organizações da sociedade civil ao lado dos atores governamentais e empresariais.

Por último, eu queria salientar a compreensão, por parte do Governo e particularmente do Ministério de Minas e Energia, que para a efetivação do binômio energia elétrica e desenvolvimento rural é fundamental a integração de ações transversais com outros ministérios, isto é, a integração de programas e projetos de outros ministérios que possam estar combinados com a universalização. Pois, nas palavras da própria Ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, o acesso à energia elétrica, **per se**, é fator de mudança, mas depende de outras ações de desenvolvimento para se transformar em aumento de produção e renda e melhoria efetiva da qualidade de vida.

Muito Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Srªs. e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária a realizar-se amanhã, às 14 horas e 30 minutos, a seguinte

ORDEM DO DIA

– 1–

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 39, DE 2001
(Votação nominal)

Terceira e última sessão de discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 39, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador Ney Suassuna, que acrescenta o § 5º ao art. 73 da Constituição Federal, criando a Procuradoria do Tribunal de Contas da União.

Parecer sob nº 1.509, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jefferson Peres, oferecendo a redação para o segundo turno.

– 2 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 27, DE 2003

Primeira sessão de discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 27, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador José Jorge, que altera o § 8º do art. 62 da Constituição Federal para determinar que as medidas provisórias terão a sua votação iniciada, alternadamente, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

Parecer favorável, sob nº 1.149, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Magalhães.

– 3 –

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 293 DE 1999–COMPLEMENTAR
(Votação nominal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 293, de 1999-Complementar, de autoria do Senador Gerson Camata, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo.

Parecer sob nº 1.475, de 2003, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Geraldo Mesquita, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo), que oferece.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 22 horas e 24 minutos.)

(OS 19858/03)

CONGRESSO NACIONAL

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
COMISSÃO DE TV A CABO

(GRUPO DE TRABALHO CRIADO NOS TERMOS DO PARECER Nº 2/2003-CCS, SOBRE O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 175/2001)

ATA CIRCUNSTANCIADA DA 6ª REUNIÃO DE 2003

DIA 26 DE AGOSTO DE 2003
TERÇA-FEIRA, ÀS 11H,
NA SALA Nº 6 DA ALA SENADOR NILO COELHO

Ata Circunstanciada da 6ª Reunião de 2003, da COMISSÃO DE TV A CABO, realizada em 26 de agosto, terça-feira, às 11h, na Sala nº 6 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a presidência do Conselheiro Daniel Koslowsky Herz, destinada à apresentação e discussão do relatório final da Comissão.

Estiveram presentes os seguintes Membros da Comissão de TV a Cabo:

DANIEL KOSLOWSKY HERZ
(Representante da categoria profissional dos jornalistas)

PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO
(Representante das empresas de rádio)

ROBERTO WAGNER MONTEIRO
(Representante das empresas de televisão)

BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA - Presidente
(Representante da categoria profissional dos artistas)

Participaram, ainda, os seguintes integrantes do Grupo de Apoio:

ALEXANDRE ANNENBERG
(Diretor Executivo da Associação Brasileira de Televisão por Assinatura – ABTA)

JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA
(Diretor Jurídico da Associação Brasileira de Televisão por Assinatura – ABTA)

ANDRÉ MÜLLER BORGES
(Membro do Conselho Deliberativo da Associação Brasileira de Televisão por Assinatura – ABTA)

MÁRCIO WOHLERS DE ALMEIDA
(Diretor do Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços da Secretaria de Comunicação Eletrônica do Ministério das Comunicações, representando seu titular, Dr. Eugênio Fraga)

ARA APKAR MINASSIAN
(Superintendente do Serviço de Comunicação de Massa da Anatel)

Estiveram também presentes:

MILTON ALMEIDA CANABRAVA (representante do Ministério das Comunicações), **MARIA LÚCIA RICCI BARDI** e **MARIA DE LOURDES DE O. ALKMIM** (representantes da ANATEL)

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Srs. integrantes da Comissão de TV a cabo, instituída pelo Conselho de Comunicação Social, Srs. convidados representantes das instituições também convidadas para integrar as atividades deste grupo de trabalho, declaro aberta a 6ª Reunião da Comissão de TV a Cabo do Conselho de Comunicação Social.

Esta Comissão foi constituída em reunião do Conselho realizada no dia 17 de março último, para fins de análise e emissão de parecer sobre o Projeto de Lei do Senado nº 175/2001, que dispõe sobre o capital estrangeiro nas TVs a cabo.

O parecer aprovado na reunião seguinte, em 7 de abril, recomendou a rejeição do projeto, mas propôs a constituição de um grupo de trabalho, no âmbito do Conselho, para, em 60 dias, juntamente com um grupo de apoio formado por representantes do Ministério das Comunicações e do Ministério da Cultura, do BNDES, da Anatel, da ABTA e da Universidade de Brasília, promover análise da situação da TV a cabo no Brasil e apresentar medidas e iniciativas para a solução dos problemas do setor.

Registro, desde já, a justificativa de ausência do Conselheiro Carlos Chagas, que não pôde estar presente hoje nesta reunião.

Srs. Conselheiros, ata circunstanciada e respectivas notas taquigráficas da nossa última reunião encontram-se disponíveis em cópias sobre a mesa e na página do Conselho na Internet.

Indago dos colegas Conselheiros se haveria algum registro ou correção a ser feita.(Pausa.)

Não havendo nenhuma manifestação nesse sentido, considero aprovada e liberada a ata para publicação no **Diário do Senado Federal**.

Na reunião de hoje, haverá a apresentação, discussão e deliberação sobre o trabalho de sistematização desenvolvido por uma equipe integrada pelo nosso convidado, Alexandre Annenberg, e por este Conselheiro, que foram encarregados de sistematizar os dados trazidos ao conhecimento deste grupo de tra-

balho. É esse o material que apresentaremos a esta Comissão.

Antes de fazer a apresentação desse material, eu gostaria de prestar alguns esclarecimentos, algumas considerações preliminares. Antes disso, eu gostaria de agradecer, profundamente sensibilizado, aos colegas Conselheiros, inclusive aos convidados participantes, pela disposição de realizar a próxima reunião do grupo de trabalho em Porto Alegre, para facilitar minha participação. É com emoção e profundamente sensibilizado que agradeço aos Conselheiros e aos nossos convidados por essa iniciativa e coloco-me também à disposição para retribuir essa gentileza, esse gesto que me honrou profundamente.

As considerações preliminares que gostaríamos de fazer dizem respeito às dificuldades enfrentadas por esta equipe de sistematização. Ao longo destes 50 dias de trabalho, realizamos sete ou oito telerreuniões, além de inúmeras consultas. Além do Alexandre, que trabalhou comigo, contamos com a colaboração intensa do Antônio João e do André. Então foi um trabalho muito produtivo, pois, além das telerreuniões, que duraram mais de duas horas cada, tivemos inúmeras consultas nesse período até chegar a um processo de definição sobre a organização de material, que culminou na sexta-feira, quando se realizou a nossa última telerreunião.

As dificuldades que enfrentamos diziam respeito a dois pontos que eu gostaria de classificar como preliminares, porque são definidores da natureza do material que está aqui sendo apresentado.

A nossa expectativa era ter uma massa muito grande de informações e, eventualmente, posicionamentos divergentes ou contraditórios. Fomos surpreendidos, porque não enfrentamos essa dificuldade nem horizontal nem verticalmente. Horizontalmente, não houve tantas contribuições quanto nós esperávamos. A contribuição mais alentada foi, de fato, a desenvolvida pela ABTA, que já havia sido citada no parecer; além de algumas outras da Anatel e do BNDES, que foram apresentadas formalmente.

Boa parte das contribuições das entidades convidadas surgiu não em documentos formalizados, mas em comentários, observações e informações trazidos ao longo dos debates. E, do ponto de vista vertical, as posições não eram, de um modo geral, convergentes; elas mais se agregaram do que apresentaram contradições em relação aos assuntos colocados em pauta. A nossa dificuldade foi menos em relação à quantidade do que à natureza do material; foi uma definição da natureza da formulação final do grupo de trabalho e, esperamos, do posicionamento do Conselho. E a segunda foi a delimitação do objeto da formulação que o Conselho desenvolveria.

Em relação à natureza do material, foi uma conclusão a que se chegou aproximadamente há um mês, que aparentemente é óbvia, mas demoramos um tempo expressivo até chegar a essa conclusão de que o que temos em mão, ou seja, aquilo que é possível o Conselho formular, a esta altura dos debates, é uma hipótese que se ampara em formulações geradas por uma inteligência – expressão usada aqui no sentido estratégico –, por uma entidade do segmento empresarial de TV a cabo, uma posição competentemente elaborada no âmbito dessa entidade, mas que não representa uma posição ainda consolidada das empresas de TV a cabo. É um posicionamento em debate e que, portanto, expressa essa inteligência, mas não é uma posição assumida pelo empresariado do segmento.

Do mesmo modo, no grupo de trabalho, não houve um posicionamento do empresariado de TV aberta - que é o segmento mais afetado pelo desenvolvimento do serviço de TV a cabo - positivo ou negativo. Então existem polêmicas sobre isso. Mas, na verdade, até se compreende a atitude do empresariado de TV a cabo, que tem dois representantes aqui no grupo de trabalho, porque se posicionaria em relação às formulações que fossem surgindo - não tendo uma posição prévia em relação ao desenvolvimento de outros serviços. Então os dois principais segmentos empresariais não têm suas posições - do ponto de vista das empresas, especificamente – refletida neste material.

O que nos cabe fazer, do ponto de vista dessa formulação, é constituir uma hipótese capaz de responder àquilo que nós nos propusemos a fazer, prosseguindo aquele debate que abrimos no Senado. Acredito que essa hipótese aponta elementos de potencialidade e também possibilidades que atendem à questão a que o Conselho se propôs a responder, ou seja, existem alternativas para constituir uma recomposição do mercado de TV a cabo capazes de ir além de uma resposta simplista, como pretendeu o aporte de capital estrangeiro no Brasil, com a eliminação das restrições existentes na lei.

Isso é o que vamos compartilhar hoje com os Conselheiros e os nossos convidados. Portanto, o que temos aqui é uma matéria-prima capaz de amparar uma resposta consistente com essa disposição que o Conselho manifestou ao prosseguir debatendo o assunto.

A transformação de idéias numa formulação que aponte bases de um projeto para essa recompo-

sição, indo além da hipótese e apresentando uma proposição que possa constituir referência de bases para a formação de um projeto, exige uma terceira etapa: apresentar essa hipótese para os segmentos, para as empresas mais diretamente, tentando obter um posicionamento do empresariado do setor e também dos setores da sociedade que tiverem interesse em participar, em debater o assunto.

Penso que uma das decorrências que antecipamos é essa disposição que eu particularmente defenderia, ou seja, que pensássemos, num terceiro momento, em apresentar idéias para os segmentos, obter posicionamentos, críticas, divergências, procurando gerar uma base de consenso capaz de transformar uma hipótese numa formulação de base de um projeto, aí sim, capaz de estabelecer um relacionamento com o próprio Congresso e com o Executivo, no sentido de propor o seu desenvolvimento.

Essa foi uma conclusão aparentemente óbvia, mas que diz respeito ao tempo que tivemos e à necessidade que temos agora de criar um processo de validação mais amplo, com a busca de consenso em relação àquilo que aqui é uma hipótese e que esperamos que possa transformar-se em base para a formulação de um projeto, mas que exige um posicionamento, um compromisso; enfim, uma base de consenso entre os diversos setores da área de comunicação, notadamente o empresariado de TV a cabo, de TV aberta e de outros setores que vierem a se interessar.

Essa é a primeira definição sobre a natureza do material que está sendo trazido aqui.

A segunda diz respeito à delimitação do objeto. Estabelecemos, inicialmente, a circunstância de trabalhar essa hipótese já nos fixando na natureza que identificamos no material, em dois sentidos: desenvolver o mercado, ampliar a base social e, por outro lado, ampliar a base de assinantes e a utilidade social do serviço. Esses eram os dois elementos norteadores dessa formulação.

Esse objetivo estratégico de produzir simultaneamente esses dois resultados se orientava em relação a todos os elementos identificados de potencialidade e desenvolvimento do serviço de TV a cabo: primeiro, os domicílios com *home passed*, ou seja, aqueles em cuja frente o cabo passa e que poderiam ser conectados imediatamente; segundo, na expansão das redes dos serviços que estão em operação e que poderiam aumentar esse acesso à rede e, conseqüentemente, o número de assinantes. Também a instalação das redes nos serviços que estão em fase de operação.

Chegamos à conclusão que tudo aquilo que diz respeito à ampliação ou expansão de rede e à instalação de novas redes exigiria uma massa de dados, um trabalho técnico que não estava ao alcance nem do tempo nem, tecnicamente, desse trabalho de sistematização.

Embora sinalizando esses aspectos no que diz respeito à expansão de rede e à instalação de novas redes como algo que deve constar de um projeto abrangente, detivemo-nos em apontar as potencialidades, e as possibilidades se tornam evidentes, especialmente a partir dessa circunstância de existir um enorme contingente de domicílios que poderiam ser incorporados ao serviço como assinantes imediatamente. Esse foi o elemento de potencialidade eleito para demonstrar aquilo que se pode obter com uma recomposição do modelo de serviços e negócios do serviço de TV a cabo.

São essas duas definições que gostaríamos de apresentar como referência inicial de trabalho, com a finalidade primeira de nos deixar mais à vontade em relação às limitações do nosso trabalho. Embora acreditando que a matéria-prima seja adequada para responder ao Senado, o nosso trabalho não deveria se esgotar aqui.

O posicionamento do empresariado da TV a cabo, assim como do empresariado da TV aberta, não está referido aqui e tem que ser considerado como algo que vai surgir a favor ou contra, com retificações, num outro momento, e o Conselho terá que desenvolver, inclusive devido à responsabilidade histórica e legal de envolvimento do Conselho, como prevê a Lei nº 8.977, dos assuntos da TV a cabo.

São essas as considerações iniciais que gostaria de fazer. Infelizmente, em função desse trabalho que se prolongou até sexta-feira, o material não foi distribuído anteriormente; concluímos nas últimas horas, portanto merece uma revisão de redação. Dois ou três pontos foram basicamente apresentados aqui para referir conteúdos. Esse trabalho de redação vai depender dos ajustes de conteúdo feitos aqui e temos mais umas 24 horas para fazer isso e distribuir com a maior antecedência possível para o pleno do Conselho.

Em relação a essas questões preliminares, pergunto se os nossos colegas Conselheiros e os nossos convidados teriam alguma observação a fazer.

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (Representante das empresas de rádio) – Sr. Presidente, bom-dia. Queria apenas ressaltar mais uma vez, a sua colocação, que se faz de uma forma muito própria, no sentido de não haver, nessa apresentação, o ponto de vista do empresário do setor de

televisão aberta. Ele não participou em nenhum momento desse processo, até porque não cabia, mas certamente terá obrigatoriamente uma participação muito ativa, porque entendo que existem duas implicações: uma no aspecto tecnológico que a Abert, entidade que presido, está estudando por meio do seu corpo técnico voltado exclusivamente a esse assunto e que, evidentemente, no momento oportuno obrigatoriamente deveria ser ouvido; outra do empresário, já que nesse assunto se envolvem aspectos de direitos autorais, como é o caso da própria Convenção de Roma. A participação do empresário de TV aberta é fundamental, o que gostaria que ocorresse no momento oportuno. Entendo que esse relatório pode indicar um caminho, dar uma diretriz, mas jamais chegar a um ponto de vista conclusivo.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Conselheiro Roberto Wagner, gostaria de fazer algumas considerações?

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Bom-dia. Eu seguiria também na linha do Conselheiro Paulito. De fato, o relatório é muito abrangente, extremamente bem-feito. Estou, inclusive, fazendo algumas anotações referentes à fonte e considerei como principal a fonte de financiamento da democratização do aceso das populações de baixa renda a TVs fechadas.

Penso que a inclusão digital no Brasil tem muita relação com a democratização do acesso às TVs fechadas e estou elencando dispositivos da Constituição que indiquem que cabe ao Governo, sim, viabilizar esse acesso.

Não sei se quem estudou o vale TV relacionou ao vale-transporte. Penso que talvez haja necessidade de uma lei específica, porque o vale-transporte foi criado por uma lei, assim como o vale-refeição. Não sei se demandaria uma legislação específica.

Em caso positivo, penso que a própria Constituição embasará a justificação dessa legislação específica a favor do vale TV.

De resto, a TV aberta é um negócio como qualquer outro. Certamente, os proprietários majoritários dessas TVs abertas, tão logo recebam uma cópia do relatório do Conselho, farão algum tipo de anotação que virá ao Conselho. Se o Conselho considerá-la razoável, poderemos realizar um encontro final, já de posse das informações dos proprietários das TVs abertas, das críticas, digamos, positivas e sugestões de alteração ou inclusão ao relatório.

Já havia me manifestado quanto à questão por duas vezes. Li, na **Folha de S. Paulo** de ontem ou anteontem, uma matéria declarando que o DTH teria um crescimento muito mais acentuado do que a TV a cabo. Sempre considerei que satélite era muito mais barato do que fazer buraco, mas de fato está acontecendo. Segundo análise da **Folha** de anteontem, o futuro é a TV por satélite, mas essa é uma outra história.

No que se refere à TV a cabo, sempre considerei o nó da questão aumentar a base de assinantes. Se não é possível aumentar o salário das pessoas, tem-se que fazer o contrário: baixar o valor da assinatura. Como entendo que acesso à TV a cabo é democratizar, no País, o acesso das pessoas à cultura e à informação - isso faz parte de imposições de nossa Constituição Federal -, não vejo dificuldade de amanhã gerarmos aqui uma base de sugestões para que o legislador, se for o caso, implante no Brasil o vale TV.

Considerei essa solução muito interessante, tanto que estou tentando fazer a base constitucional para a criação desse vale.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Concedo a palavra ao Conselheiro Paulo Machado de Carvalho Neto

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (Representante das empresas de rádio) – Gostaria de me manifestar de forma bastante objetiva.

Concordo com parte do posicionamento do Conselheiro Roberto Wagner, meu amigo, porém entendo que a manifestação do empresário de TV aberta não pode ficar restrita a uma manifestação, a um documento prévio. Entendo que esse assunto é de uma profundidade muito maior e que caberia, sim, um envolvimento pleno da atividade, e não, pura e simplesmente, um eventual parecer, num relatório pré-formatado.

Entendo que a participação do empresário de TV aberta deve ser feita no momento oportuno e de uma forma ampla.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Conselheira Berenice.

A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA (Representante da categoria profissional dos artistas) – Bom-dia a todos!

Gostaria de ressaltar a importância desse trabalho que realizamos. Penso que talvez a sociedade brasileira tenha tido a oportunidade inédita de acompanhar um debate tão aprofundado sobre uma questão da comunicação social em nosso País.

Então, como me coube a honra de substituir o Daniel na coordenação por um tempo, quando esteve ausente, gostaria de agradecer a todos os colabora-

dores do grupo de apoio e aos nossos colegas Conselheiros.

Está bem claro que não temos a pretensão de transformar esse relatório num posicionamento definitivo. Estamos assistindo à sistematização muito rica de um debate aprofundado que terá, com certeza, um desdobramento muito positivo para o segmento e para a sociedade brasileira como um todo.

Só lamento que as nossas reuniões tenham sido transmitidas pela **TV Senado**, que faz parte do sistema de TV a Cabo, que atinge tão poucas pessoas. Mas ainda assim a repercussão é bem positiva.

De modo que sugiro ao Presidente que lembre que na outra ponta estão nossos espectadores acompanhando todo esse debate e que, com certeza, gostariam de ter uma clareza sobre esse nosso relatório.

É isso. Obrigada, por enquanto.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Os nossos convidados gostariam de fazer observações?

Tem a palavra o Sr. Alexandre Annenberg, da ABTA.

O SR. ALEXANDRE ANNEMBERG (Representante da ABTA) – Bom-dia, Srs. Conselheiros, colegas da Comissão de TV a Cabo. Gostaria de, antes de iniciar os trabalhos de discussão desse documento, fazer um registro que me parece necessário e muito importante. É o registro do empenho e da dedicação do Conselheiro Daniel Herz, que, nesse período, desempenhou atividade extremamente participativa em condições tão adversas de saúde, as quais, no entanto, não impediram que ele se dedicasse com uma profundidade extraordinária à discussão dos temas e à elaboração do documento.

Na verdade, esse documento foi fruto de discussões intensas, de horas e horas de teleconferências, mas o trabalho de redação final, de agrupamento, de consistência delas coube inteiramente ao Conselheiro Daniel Herz, que merece o nosso voto de louvor consignado.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Registro um exagero nas palavras do nosso convidado Alexandre, porque, realmente, foi um trabalho coletivo. De fato, a redação é quase conseqüência disso.

Mais algum de nossos convidados gostaria de se manifestar?

Aproveitando ainda mais um minuto para encerrarmos esse enquadramento do material, o que estamos apresentando no nosso grupo de trabalho é uma proposta não só de entendimento, mas de posicionamento em relação àquilo que se está afigurando como o final do nosso trabalho. É um acordo em relação aos segmentos empresariais diante daquilo que conseguimos fazer.

O que estamos apresentando aqui, que o grupo e o Conselho poderiam legitimar ou validar, se entenderem que têm condições para isso, é uma hipótese, um documento para o debate. É um documento que apresenta elementos de potencialidade e de possibilidade. Alguns são bastante óbvios e se encontram em diversos aspectos de serviços, mas o relatório se resume a apontar potencialidades e possibilidades. Algumas delas podem até sofrer algum questionamento, mas, na condição de hipóteses, constituem um documento inicial.

Como frisou o nosso Conselheiro Paulo Machado, não se trata, obviamente, de posição conclusiva. Não teríamos como fazer isso nem no grupo de trabalho nem, evidentemente, na avaliação dessa formulação inicial pelo empresariado de TV a cabo nem da TV aberta. É essa base de acordo que estamos procurando ressaltar.

Em não havendo uma posição conclusiva e considerando que apontamos uma hipótese, portanto, um documento para debate, esse é o limite, essa é a natureza do que conseguimos fazer. Creio que há elementos que provavelmente podem ser incorporados como referência para formular as bases de um projeto, mas, sem dúvida alguma, não é, até onde a formulação avançou, algo que possa ser afirmado a partir desse documento para o debate.

São essas considerações que gostaríamos de ressaltar. Creio que essa é uma situação assimilada pelo empresariado de TV a cabo e é o que está se propondo também para os representantes do empresariado de TV aberta aqui presentes e outros setores empresariais da área de comunicação e da sociedade que queiram se manifestar. Então, sem prejuízo de retificações, de ajustes que faremos no nosso material, essa é a base de acordo que está sendo proposta no interior do grupo de trabalho e também, acreditamos, no próprio Conselho.

A idéia é fazermos um trabalho intensivo hoje, dada a impossibilidade de envio prévio do material, mediante a leitura e a crítica desse material em conjunto, porque acredito que não haja outra maneira mais consistente. Mesmo que tivéssemos distribuído anteriormente, não escaparíamos de realizar um crivo fino, fazendo os ajustes, retificações, enfim, que se tornam necessários.

Como temos um turno inicial agora, seguido de um turno à tarde, teremos tempo para fazer isso de

uma forma bem consistente. Essa antecipação e essa ênfase nesses aspectos dizem respeito, sobretudo, ao fato do nosso Conselheiro Paulo Machado estar impossibilitado de participar da nossa reunião no período da tarde, em função de compromisso com a Diretoria da Abert, portanto o fato de frisarmos esse aspecto – a base de acordo e a natureza do material – diz respeito a deixar os integrantes do grupo, especialmente dos setores de TV aberta, em relação ao que se atribui a esse resultado e à natureza desse trabalho que esteve ao alcance do grupo de trabalho, em especial, dessa atividade da Comissão de Sistematização...

A idéia, então, é procedermos à leitura conjunta. Como somos relativamente poucos e o material foi organizado por parágrafos, até para facilitar a identificação dos pontos, faríamos as observações ao longo da leitura. Se, por acaso, dificultar, poderemos pensar noutra sistemática, como destaque, leitura de um trecho inteiro, mas eu proporia que fizéssemos isso de uma maneira mais informal, identificando, logo após a leitura do parágrafo, os ajustes, retificações e comentários em relação a cada um deles.

Há alguma discordância em relação ao método?

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (Representante das empresas de rádio) – Sr. Presidente, pelo que estou entendendo, procederemos à leitura de cada um dos itens aqui expostos e faremos as devidas correções durante essa leitura.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Sim.

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (Representante das empresas de rádio) – Então, ao final do dia, pelo que pressuponho, o relatório estaria concluído.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Sim, teríamos, então, todos os ajustes e retificações feitas, sempre preservando este aspecto: aquilo que soar como uma prescrição, uma posição fechada não é da natureza do... O objeto dessa hipótese é identificar potencialidades e possibilidades que se evidenciem pelos dados.

Nosso convidado, representante da Anatel, Sr. Ara Apkar Minassian.

O SR. ARA APKAR MINASSIAN (Representante da Anatel) – Bom-dia.

Gostaria de registrar o trabalho que foi realizado e que gerará muita reflexão por parte de todos os setores envolvidos.

Durante a sua ausência, Conselheiro Daniel, contamos com a ajuda da Drª Berenice, que, brilhantemente, deu seguimento ao seu trabalho e procurou harmonizar todas as partes. Devemos deixar registrado o nosso reconhecimento.

A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA (Representante da categoria profissional dos artistas) – Obrigada.

O SR. ARA APKAR MINASSIAN (Representante da Anatel) – Temos um problema de agenda, como tivemos oportunidade de antecipar ao Conselheiro. Não sei se poderei permanecer por toda a tarde, pois às 15 horas terei que me retirar em virtude de reunião agendada com o Conselho. Além dessa proposta, teremos uma alternativa, até para atender ao Dr. Paulo Machado. Depois, ao fazermos o refinamento, se tivéssemos mais dois dias para enviar as nossas considerações finais, talvez pudéssemos conciliar todos os interesses, além do trabalho que será feito aqui. Assim talvez deixássemos todas as partes confortáveis.

Não sei se o Conselheiro Presidente aceitaria essa opção. Nós percorreríamos o trabalho, faríamos todos os ajustes e, depois, teríamos ainda um prazo de 48 horas, ou o determinado pela Presidência, para que pudéssemos enviar alguma consideração complementar. Caso as partes retornem às suas bases, consultem o empresariado e tenham alguma sugestão adicional a apresentar aos senhores, cabe, então, à Presidência e aos demais Conselheiros acatá-la ou não.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – O problema é que, no grupo, teremos condições de arbitrar, com a contribuição dos nossos participantes, as soluções que foram apresentadas. A dificuldade que resulta dessa saudável preocupação de incorporação é em que momento ou em que condições faríamos esse arbitramento. Então consulto os demais Conselheiros do Grupo de Trabalho.

Poderíamos estabelecer o critério de incorporar o que não afetasse em conteúdo, mas que introduzisse informações ou argumentos que não descaracterizassem esse sentido de hipótese e de identificação de potencialidades e possibilidades? Podemos definir algum critério desse tipo e contar ainda com o pleno do Conselho como instância de revisão final? Exceto um critério com certa elasticidade, mas com conteúdo, as questões que envolvessem conteúdo ou que pudessem ser questionadas como descaracterizadoras dessa situação de hipótese que não teríamos mais tempo para validar.

A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA (Representante da categoria profissional dos artistas) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Com a palavra a Conselheira.

A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA (Representante da categoria profissional dos artistas) – Penso, Dr. Ara, que, sem a alteração do conteúdo, sem informação nova ou polêmica, mas com o objetivo de enriquecer o relatório, essas contribuições podem ser, sim, enviadas, se se tratar de informação a mais ou detalhamento de um posicionamento. Enfim, penso que deve haver entre nós o pacto de não reabrir nenhum ponto de discussão, porque daqui a matéria já vai direto para o pleno do Conselho. O que for fechado hoje permanecerá assim.

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (Representante das empresas de rádio) – Sr. Presidente, entendo que esse é um posicionamento correto, principalmente no intuito de que essas ressalvas que foram consideradas premissas em todos esses processos estejam devidamente configuradas no relatório. Esse ponto é fundamental.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Sim, devemos ter cuidado com isso.

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (Representante das empresas de rádio) – Considero procedente que disponhamos de um período de 24 horas ou 48 horas para fazer alguma alteração redacional.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Reduzindo um pouco a proposta do nosso convidado, Sr. Ara Apkar Minassian, creio que o prazo adequado e razoável seria até meio-dia de quinta-feira. Precisamos distribuir isso, na pior das hipóteses, na manhã de sexta-feira para o Pleno do Conselho. Essa é a antecedência mínima. Então, até meio-dia de quinta-feira, manteremos aberto o prazo para quem tiver mais considerações, informações ou elementos para incorporar a esse documento, a fim de que ele possa ser distribuído na manhã de sexta-feira para o Pleno do Conselho, que se reunirá na próxima segunda-feira e terá o exame desse relatório como ponto de pauta.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Tem a palavra V. Sª.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma sugestão. Na leitura que fiz do relatório, os números 1, 2 e 3 são preâmbulos. A partir do 4, há os objetivos da universalização dos serviços de TV a cabo.

Inicialmente, minha sugestão é a seguinte: faríamos uma leitura do Item 4.1 ao 4.3 e deixaríamos livre a palavra ao setor de TV a cabo presente, para fazer algum tipo de sugestão, alteração ou concordância. Vamos fazendo a leitura e aprovando. Porque o preâmbulo é preâmbulo. A partir do Item 4 é que, de fato, estamos apresentando sugestões concretas para viabilização do serviço de TV a cabo.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Eu gostaria de contra-argumentar o Conselheiro Roberto Wagner, que, embora manifeste sua capacidade aparente de exercício de leitura dinâmica, já procedeu a um reconhecimento bastante detalhado do material apresentado. Parece-me importante que revisemos em detalhes o documento, seja porque há uma redação que ainda está limitada, que precisa de correções e que, portanto, pode gerar algum desentendimento em relação ao conteúdo, mas também como um elemento de apropriação da organização dos elementos selecionados, embora, basicamente, tenhamos trabalhado com as fontes apresentadas ao Conselho. Há um encadeamento, uma lógica, uma fundamentação que precisa ser não só reconhecida, mas também acordada entre nós, embora, com esse caráter e porte de documento inicial, talvez sejam reconhecidas aqui improcedências e inadequações relevantes. O lugar para fecharmos um posicionamento em relação a esses problemas é realmente este grupo de trabalho, não na melhor condição, porque o ideal seria termos distribuído isso com um semana ou dez dias de antecedência.

Assim, consulto o Conselheiro Roberto Wagner se existe alguma inadequação em procedermos a essa revisão realmente em detalhe. Não estamos só procedendo a uma leitura, mas fechando um acordo em relação a um conteúdo.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Sr. Presidente, não haverá tempo hábil para se fazer essa leitura, nem para se discutir o Português. Temos que partir do principal para o acessório.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – O debate não é formal, mas de conteúdo.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Já é meio-dia, nem conseguimos começar ainda a leitura e a discussão. Então começaremos logo a leitura e discussão do Item 4 e, depois, voltaremos, a fim de

analisar pelo menos o principal, para haver um consenso.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Concedo a palavra à Conselheira Berenice.

A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA (Representante da categoria profissional dos artistas) – Sr. Presidente, entendo que podemos começar a leitura do documento. É importante que ele seja lido na íntegra, até para que tornemos público o resultado desse trabalho tão árduo para nós. Como o senhor bem identificou, esse início não deve sofrer nenhum destaque, nenhuma alteração substancial. Já acordamos e definimos o prazo até quinta-feira para alterações de forma, relativas à redação. Essa será apenas a leitura corrida, que considero importante para que fique registrado e tornado público.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Penso que o ideal seria ler a parte principal, colocar a matéria em discussão e ir aprovando.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Então, vamos tentar...

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Se não contarmos com a presença deles, a leitura ficará sem um mínimo de sugestão.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Conselheiro Roberto Wagner, vamos tentar fazer um acordo em relação ao método a ser utilizado.

Vamos começar pelo primeiro ponto, até por solicitação do Conselheiro Paulo Machado. S. Sª pergunta se essa afirmação sobre a natureza do documento será consignada. É justamente o que se faz na apresentação; não se trata apenas de um preâmbulo formal, e sim definidor da natureza do documento. Portanto, creio que não temos como escapar desse ponto.

Testando uns dois ou três tópicos desses, podemos nos perguntar se vai haver muita polêmica, muito ajuste, e poderíamos passar por um processo mais expedito, como o Conselheiro está sugerindo.

Conselheiro, vamos testar essa leitura extensiva e, nesse caso, podemos verificar se realmente...

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – O Dr. Ara disse que não estará à tarde, o Paulito, também não. Se os dois não estarão à tarde, seria interessante que os pontos principais fossem lidos agora e, depois, os menos importantes, à tarde.

O SR. COORDENADOR (Daniel Kolowsky Hertz) – Começaremos pelo Item 1, em função da solicitação do Conselheiro Paulo Machado.

A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA (Representante da categoria profissional dos artistas) – Passo a ler.

Alternativas para a recomposição do modelo de serviços e de negócios da TV a cabo no Brasil

Formulação do Conselho de Comunicação Social desenvolvida a partir da identificação de potencialidades e possibilidades a serem apresentadas ao Congresso Nacional, ao empresariado dos segmentos de TV a cabo e TV aberta e aos setores da sociedade interessados, visando a formulação de um projeto compatível com o interesse público E relevante para o país, voltado para a geração de tecnologia nacional, conteúdo audiovisual brasileiro inependente e emprego, produção industrial, disseminação de cultura, informação e capacitação, e promoção da inclusão digital.

O SR. COORDENADOR (Daniel Kolowsky Hertz) **–** Só para exemplificar, nesse parágrafo, vale ressaltar este aspecto: é um documento para debate.

A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA (Representante da categoria profissional dos artistas) – **1. APRESENTAÇÃO**

1.1. Nas atividades desenvolvidas pelo GT foram apresentadas diversas colaborações, entre as quais encontram-se as da ABTA (Anexos 1 e 2), da Anatel (Anexo 3), do BNDES (Anexo 4) e do conelheiro Daniel Herz (Anexo 5). Os demais participantes do GT – Minicom, Minc e UnB – embora não tenham entregue documentos com contribuições, apresentaram comentários e informações que constituíram referências para o debate e encontram-se documentadas nas atas das cinco reuniões do GT.

1.2. A formulação mais alentada trazida ao GT, sem dúvida, foi apresentada pela ABTA através de dois documentos. O primeiro destes, aliás, já havia sido referido no Parecer n 2, emitido pelo CCS, que originou o trabalho do GT.

1.3. A formulação da ABTA, entretanto, embora apontasse com propriedade os limites e os componentes de inviabilidade do atual modelo do serviço de TV a cabo atualmente posto em prática, apresenta duas características que merecem ser consideradas preliminarmente.

1.4. A primeira delas é a de apresentar objetivos tímidos, que expressam uma visão essencialmente empresarial do mercado. Na interlocução com os demais setores da sociedade integrantes do CCS esta

perspectiva foi enriquecida e alargada com a introdução do conceito de ampliação da utilidade social do serviço, a ser combinado e compatibilizado com o de ampliação e viabilização do mercado do serviço de TV a cabo, proporcionando a base da hipótese aqui desenvolvida.

1.4. A segunda característica significativa da formulação apresentada pela ABTA é o fato de que a mesma é o resultado de uma competente elaboração técnica da sua diretoria mas não corresponde a uma posição assumida pelo empresariado deste segmento.

1.5. O GT também não recebeu diretamente posicionamentos sobre o tema do segmento empresarial da TV aberta, que tem sido um dos mais afetados, positiva ou negativamente, pelo desenvolvimento do serviço de TV a cabo.

1.6. Embora o GT tenha orientado suas atividades na constatação de potencialidades e possibilidades no serviço de TV a cabo que surgem como interessantes oportunidades para o país, a transformação em um projeto da hipótese aqui formulada exige um debate aprofundado e a geração de base de consenso, sobretudo entre os segmentos de TV a cabo e TV aberta e demais setores da sociedade interessados. O CCS considera que isto ainda está por ser feito e é o que transformar um conjunto de idéias em algo com força ativa para gerar compromissos e transformar realidades.

1.7. O que o CCS aqui desenvolveu, portanto, em resposta complementar à demanda apresentada pelo Senado Federal, é o reconhecimento de que a potencialidade existente no serviço de TV a cabo pode ser produtivamente aproveitada para o desenvolvimento deste mercado e para a ampliação da sua utilidade social.

1.8. Tal formulação ainda não expressa, porém, o posicionamento do empresariado dos segmentos de TV a cabo e de TV aberta. Também os setores da sociedade interessados precisam se manifestar. Esta formulação expressa, sobretudo o resultado de uma interlocução entre a inteligência (no sentido estratégico da expressão) desenvolvida no meio empresarial com a inteligência desenvolvida entre entidades da sociedade civil sobre o tema.

1.9. Ao concluir seu trabalho, o CCS acredita ter respondido às indagações feitas no Parecer n. 2, no qual referiu a confiança de que seria possível identificar possibilidades de medidas e iniciativas capazes de promover o desenvolvimento do serviço de TV a cabo como expressão de uma perspectiva nacional e alinhada com o interesse público. O CCS acredita que conseguiu demonstrar que as alternativas existem, são viáveis e podem transformar-se em um projeto relevante para o país.

1.10. O CCS considera que, a despeito de ter concluído os trabalhos do GT com o Parecer complementar ao Parecer n 2, torna-se necessária uma terceira e conclusiva etapa deste trabalho, agora obtendo um posicionamento do empresariado dos segmentos de TV a cabo e de TV aberta e demais setores da sociedade interessados, para debater os resultados aqui alcançados e transformar a hipótese em elementos constitutivos das bases de um projeto relevante para o Brasil.

2. DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO ATUAL DO SERVIÇO DE TV A CABO.

SUMÁRIO SINTÉTICO...

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (Representante das empresas de rádio) – Procederemos à leitura do texto todo e depois faremos as observações?

Sr. Presidente, sugiro que se esclareça que o posicionamento da TV aberta de fato não ocorreu por não ter sido chamada a fazê-lo. Em nenhum momento houve a participação da TV aberta nesse processo, quer no aspecto técnico, quer no aspecto político de negócio. Não convidamos nenhum representante da TV aberta para vir às reuniões do Conselho e participar desse processo.

Portanto, como o papel permanece, é fundamental que essa explicação fique bastante caracterizada, ou seja, que não houve participação da TV aberta por não ter sido convidada a fazê-lo.

A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA (Representante da categoria profissional dos artistas) – Posso prosseguir?

Passamos ao Item nº 2 do documento.

2. DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO ATUAL DO SERVIÇO DE TV A CABO

SUMÁRIO SINTÉTICO DO DIAGNÓSTICO EFETUADO NO PARECER N. 2

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Nesse caso, não há conteúdo novo; só alinhamos os pontos já apresentados no Parecer nº 2.

A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA (Representante da categoria profissional dos artistas) – Passo, portanto, ao Item nº 3.

3. POTENCIALIDADES IDENTIFICADAS NO SERVIÇO DE TV A CABO

3.1. No Parecer n 2, O CCS expressou a convicção da necessidade de "se conseguir formular alternativas" que fossem "além de uma simples resposta

positiva ou negativa ao PLS 175" e constituíssem "alternativa mais adequada à solução dos problemas do segmento de TV a cabo do que a pura e simples eliminação das limitações hoje existentes à participação do capital estrangeiro".

3.2. A busca de alternativas para uma recomposição do modelo de serviços e negócios do serviço parte do reconhecimento da potencialidade existente na TV a cabo brasileira. Constata-se a existência de uma infra-estrutura não utilizada e serviços disponíveis mas não prestados em função do modelo até agora adotado. Isto leva a que 77% dos domicílios que poderiam imediatamente assinar o serviço não o fazem e 92,9% dos que poderiam imediatamente utilizar serviços de banda larga, também não o fazem. O principal motivo, como foi referido anteriormente, são os altos preços e a política restritiva de comercialização adotada para estes serviços, que não os coloca ao alcance da maioria da população.

Vamos ler os quadros?

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Acredito que os quadros poderiam ser visualizados. De um modo geral, são dados conhecidos.

Temos que ressalvar que os dois números oficiais são da Anatel: o total de domicílios urbanos existentes nos municípios que detêm outorga para execução de serviço de TV a cabo e os números apresentados pela ABTA, que dizem respeito às assinaturas do serviço. Os números intermediários sofrem aproximações e não têm uma precisão exata. Por isso, há uma discrepância em relação ao fechamento dos números. No entanto, o quadro que permite a aproximação necessária está caracterizado aqui.

O SR. ARA APKAR MINASSIAN (Representante da Anatel) – No quadro, faltou indicar os milhões e, no outro lado, o percentual.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Exato. Em ambos são domicílios, em milhões, e população, em milhões de habitantes. Esses ajustes formais serão feitos.

O SR. ARA APKAR MINASSIAN (Representante da Anatel) – Quanto a esses domicílios não-assinantes com acesso à rede, creio que também seja número da população.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Todos são números absolutos, em milhões.

O SR. ARA APKAR MINASSIAN (Representante da Anatel) – Então temos que checar o que é isso.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Domicílios não-assinantes com acesso à rede?

O SR. ARA APKAR MINASSIAN (Representante da Anatel) – Sim, está faltando número.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Na verdade, basta calcular a população correspondente. Aqui está apagado, mas há um número de população correspondente ao número de domicílios.

O SR. ALEXANDRE ANNEMBERG (Representante da ABTA) – Sr. Presidente, apenas uma observação técnica. Considerando a inexatidão desses dados, seria aconselhável retirar a segunda casa depois da vírgula, que não faz o menor sentido.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Certo.

Com a palavra, o nosso convidado do Ministério das Comunicações, Márcio Wohlers.

O SR. MÁRCIO WOHLERS DE ALMEIDA (Representante do Ministrério das Comunicações) – Sr. Presidente, apenas para entender a metodologia. Fizemos as observações item a item. No Item 3.2 foram apresentados dois fatores que restringem a potencialidade efetiva. Peço ao colega Milton que apresente um terceiro fator.

O SR. MILTON ALMEIDA CANABRAVA (Representante do Ministério das Comunicações) – Na verdade, eu até estava fazendo essa observação no Item 3.3, mas trata-se da mesma coisa.

No Item 3.2, o principal motivo, como foi referido anteriormente, são os altos preços e a política restritiva de comercialização adotada para esse serviço. Especialmente no caso da banda larga, apenas para citar um dado sem maior compromisso com precisão, parece-me que o serviço de ADSL, em São Paulo, teria cerca de 450 mil usuários. Há um fator que compete fortemente com a utilização da banda larga oferecida pela infra-estrutura de TV por assinatura: a concorrência do serviço oferecido por outras infra-estruturas. Entendo que isso precisa ser destacado como razão específica do caso da banda larga. Como disse, esse assunto também aparece mais adiante, no Item 3.3

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Mais alguma observação sobre esse assunto? (Pausa.)

Sem dúvida alguma, está assinalado corretamente esse fator de competição, mas os custos do ADSL não diferem muito dos preços praticados pelos segmentos de TV a cabo. Pergunto se essa constatação gera alguma interpretação diferente daquela que

se fez aqui em relação à utilização da infra-estrutura do cabo.

O SR. MILTON ALMEIDA CANABRAVA (Representante do Ministério das Comunicações) – Bem, parece-me que o número de usuários da infra-estrutura de ADSL é bem superior ao de usuários de infra-estrutura de cabo, apesar de os preços serem competitivos. Então a minha proposta é que se inclua a competição como uma das razões restritivas no caso da banda larga. Uma análise mais profunda de por que, apesar de os preços serem parecidos, um serviço tem uma adesão maior, uma procura maior, talvez fuja do escopo da Comissão.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA (Representante da ABTA) – Sr. Presidente, V. Sª me dá uma oportunidade?

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Pois não.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA (Representante da ABTA) – O primeiro ponto que foi bem lembrado, mas que justificaria plenamente essa vantagem da companhia de telefonia fixa comutada que oferece o ADSL é o fato de que eles não têm restrição ao capital estrangeiro, e o cabo tem. Então o dinheiro para investimento de que precisaríamos para popularizar esse serviço nos é negado, porque, no Brasil, não há recursos para financiar esse tipo de investimento.

E o segundo ponto que eu também rebateria aqui, ou, se for incluído, faço uma referência, é que só podemos vender *cable modem* ou serviço a quem assina cabo, pela legislação atual. Enquanto não tivermos a liberdade de oferecer esse serviço desvinculado da assinatura, esse dado não é significativo.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Para registro da Ata, o último a falar foi nosso convidado José Francisco.

Concedo a palavra ao Sr. Ara.

O SR. ARA APKAR MINASSIAN (Representante da Anatel) – Obrigado, Conselheiro. Temo que, ao colocarmos essa observação, geremos uma grande confusão nesse relatório. A idéia está correta, porém estamos comparando duas coisas diferentes, com dois cenários diferentes e duas estruturas operacionais totalmente diferentes, apesar de o preço ser compatível. Temo induzir o Conselho ou as pessoas que não participaram atentamente nesse trabalho a uma confusão, o que pode, de repente, inviabilizar seu relatório, se a sociedade externa não entender o espírito do que está escrito aqui. A idéia do representante do Ministério está correta, porém deveríamos adotar uma certa cautela.

A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA (Representante da categoria profissional dos artistas) – Eu gostaria de sugerir que essa preocupação fosse inserida no relatório de um modo mais genérico, evidenciando a concorrência de serviços oferecidos por outros suportes, enfim, não detalhando neste momento. Até porque essa questão, mais adiante, no relatório, está contemplada com mais profundidade.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Então, para consolidarmos os aspectos de conteúdo, primeiro, registramos que a competição é um elemento significativo nessa situação. Registraríamos que isso precisa ser avaliado, interpretado, e não abriríamos a polêmica de posicionamento sobre a sua interpretação. Ficaria registrado como algo que teremos de debater no prosseguimento dos trabalhos.

A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA (Representante da categoria profissional dos artistas) – Damos continuidade?

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Alguma objeção ou observação em relação a esse aspecto de conteúdo? (Pausa.) Então esse é o conteúdo que agregaríamos.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA (Representante da ABTA) – Os totais, os pontinhos...

A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA (Representante da categoria profissional dos artistas) – Com relação aos quadros, eles seriam...

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – A explicação é de que, como são números aproximados, os totais não vão fechar.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA (Representante da ABTA) – Obrigado.

A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA (Representante da categoria profissional dos artistas) – Quer dizer, esses quadros vão passar por uma revisão final ainda.

3.3. O exame da situação atual do serviço de TV a cabo no Brasil, sintetizado na tabela 1, permite identificar a seguinte potencialidade:

I – Existem 9,19 milhões de domicílios que poderiam ser conectados imediatamente e passar a receber o serviço de TV a cabo, bem como ter acesso a redes de banda larga. O que impede isto é o custo da conexão, da mensalidade da assinatura e, no caso

das facilidades de banda larga, o preço do cable modem e do serviço.

II – Existem outros 14,15 milhões de domicílios que poderão ter acesso a serviços de TV a cabo de de banda larga, dependendo dos projetos de expansão dos serviços que estão em operação e dos projetos dos serviços que se encontram em fase de instalação.

3.4. A potencialidade da infra-estrutura e o reconhecimento da atual crise do serviço restrito a apenas 14,6% dos 14,15 milhões de domicílios que poderiam ter acesso ao serviço e, principalmente, apenas 22,6% dos 9,1`9 milhões de domicílios que poderiam assinar imediatamente o serviço, estão a exigir uma nova abordagem.

3.5. Em função destas constatações foi estabelecido um objetivo de sentido estratégico, com a finalidade de ir além das soluções exclusivamente de mercado adotadas até agora, sem bons resultados pelas empresas do segmento, buscando combinar soluções de mercado, economicamente viáveis, com uma ampliação da utilidade social do serviço, constituindo as bases para uma política pública de reorientação do desenvolvimento do serviço no país.

3.6. Para constituir uma hipótese de recomposição do modelo do serviço de TV a cabo o CCS partiu da definição de um objetivo estratégico, que pudesse servir de balizamento para toda a sua formulação e constituir critério de validação e todas as propostas e possibilidades consideradas.

O SR. ARA APKAR MINASSIAN (Representante da Anatel) – Perguntaria à Mesa, e indiretamente à ABTA, se, nesses Itens 3.4 e 3.5, quando falamos na atual crise do serviço, quem ler entenderá que estamos falando do serviço de TV a cabo.

Talvez pudéssemos deixar claro que o serviço é de TV por assinatura ou do setor, se não quisermos falar de serviço, ou deixaremos que todos interpretem que isso seja exclusivamente serviço de TV a cabo?

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – O objeto do grupo de trabalho é precisamente o serviço de TV a cabo. Os dados considerados e a caracterização da crise, dos elementos de diagnóstico, dizem respeito exclusivamente ao serviço de TV a cabo.

O SR. ARA APKAR MINASSIAN (Representante da Anatel) – Desculpem-me, mas há momentos em que falamos em serviço de TV a cabo e, em outros, de serviço.

Tenho receio, mas, depois, na depuração, seria interessante usarmos no documento a palavra serviço e dizermos que se refere ao serviço de TV a cabo.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – A colocação do nosso convidado Ara é procedente, mas sempre que falamos em outros serviços diz respeito a serviços relacionados com as operações de TV a cabo.

Não se trata de outros serviços de TV, como a TV aberta, nem tampouco de outros serviços por assinatura. São serviços relacionados com as operações de TV a cabo. Creio que esse cuidado para não deixar dúvidas sobre isso é essencial.

A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA (Representante da categoria profissional dos artistas) – Seguindo, Item 3.7.

3.7. Objetivo estratégico para a recomposição do atual modelo da TV a cabo

3.7.1. Define-se como objetivo estratégico de uma recomposição do modelo de serviços e negócios da TV a cabo no Brasil a sua universalização, com a meta de incorporação como assinantes de todos os domicílios que tiverem acesso às redes instaladas, para possibilitar uma ampliação do mercado, além dos limites que atualmente o estão inviabilizando, e uma ampliação da utilidade social do serviço, de modo a permitir a um contingente crescente da população o acesso a diversificadas fontes de conteúdo e a disponibilização de rede de banda larga capaz de viabilizar outros serviços adequados à promoção da inclusão digital.

A forma de alcançar o objetivo estratégico se dará mediante a elaboração de uma Política a ser implementada pelo Poder Executivo, com algumas determinações a serem compulsoriamente seguidas por todas as operadoras, eventualmente por alguma medida legislativa que se fizer necessária e, principalmente, por um Programa Nacional de incentivos, com adesão voluntária das operadoras que, para aproveitar seus benefícios, terão que se enquadrar nas suas exigências.

3.8. Os meios e recursos necessários para o alcance do objetivo estratégico e dos objetivos gerais e específicos da ampliação do mercado e da utilidade social do serviço deverão ser especificados de modo a se enquadrar em uma equação econômica que proporcione sustentação adequada e rentável ao conjunto do sistema.

3.9. Neste sentido a política a ser formulada deve considerar o custo real dos investimentos, meios e operações necessárias para viabilizar o alcance

dos objetivos, visando a mobilização dos recursos necessários, a adoção de medidas e iniciativas destinadas a reduzir fatores onerosos que pesam sobre serviço, o estimular à dinâmica do mercado, e o estímulo à adesão pelo público visado dos benefícios que terá com a adesão ao serviço. Entre estes tais como:

a) racionalização no uso da infra-estrutura;

b) condições especiais de financiamento para os investimentos em infra-estrutura, em desenvolvimento tecnológico e em produção industrial;

c) condições especiais de financiamento para aquisição de bens de consumo que se fizerem necessários para integrar o novo contingente de assinantes visado;

d) isenções tributárias parciais ou integrais, temporárias ou permanentes;

e) nacionalização da produção de equipamentos e componentes, inclusive semicondutores;

f) subsídios que viabilizem a integração como assinantes do serviços os segmentos de população de baixa rena;

g) racionalização da operação das operadoras.

3.10. De qualquer modo, sejam quaisquer forem os elementos da política a ser desenvolvida, é premissa essencial a sua consistência econômica, como base do novo modelo para a TV a cabo que se pretende desenvolver no País.

3.11. As bases para o novo modelo aqui proposto identificam a universalização do serviço de TV a cabo e a ampliação do mercado como meio e a ampliação da utilidade social como fim. A atribuição destas definições de meio e fim não constitui caracterização de superioridade a nenhum dos dois elementos considerados. Ocorre que a pretendida ampliação da utilidade social só será possível se a universalização, tal como aqui se define for alcançada e, além disso, a sua correspondente ampliação de mercado for consistente e bem sucedida. Sem esta solução de mercado não há base para a ampliação da utilidade social do serviço buscada.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Quero fazer uma observação. Na revisão formal do documento, e ressalto que se trata mais de uma questão formal do que de conteúdo, creio que convém eliminar a formulação de proposta e reafirmar o aspecto de hipótese, de elemento para debate. Não estamos fazendo propostas que poderiam sugerir um sentido conclusivo. Portanto, na revisão, devemos eliminar a expressão "proposta" e colocar o aspecto de debate, mais provisório, mais fluido.

Pois não. Nosso convidado, Márcio Wohlers.

O SR. MÁRCIO WOHLERS DE ALMEIDA (Representante do Ministrério das Comunicações) – A universalização é questão básica de qualquer política pública. Gostaria de fazer uma pergunta e um comentário a respeito do que estamos discutindo.

Está sendo entendida universalização com base no estoque do **home passed,** o que é uma espécie de primeira aproximação da universalização, mas não abrangeria, digamos, a expansão das redes.

Pergunto se o assunto já foi discutido, mas no sentido de dizer que se trata de uma universalização ainda com base no **home passed;** não é uma idéia finalista da universalização em geral, como entendemos. É apenas para qualificar o conceito, sem adentrar muito na discussão, que possui um lado legal também,o qual não estamos querendo abordar agora.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Respondendo a questão, inclusive trazendo para o grupo algo que não ficou consignado devidamente, há necessidade de um tópico. Trata-se do ponto seguinte, o Item 4, a noção de universalização de que estamos aqui tratando.

O segmento de TV a cabo possui um conceito de universalização expresso nos contratos de concessão, no sentido de cobrir 90% dos domicílios na área de prestação de serviços onde existirem as outorgas. Então esse é o conceito de universalização do segmento TV a cabo.

Quero fazer dois registros: primeiro, isso não está amparado nem na lei nem no regulamento nem na norma, mas consta – e até gostaríamos de ouvir depois nosso convidado da Anatel – dos contratos. Particularmente, convenci-me de que, embora já no debate da lei havia uma preocupação de evitar um confinamento do serviço exclusivamente em áreas de alto poder aquisitivo, inevitavelmente começaria por aí, mas tínhamos já, quando da elaboração da lei, preocupações de que não houvesse um confinamento do serviço a esse circuito.

Então esse conceito de universalização do segmento, da parte da Anatel, é saudável por um aspecto, mas, sem dúvida, considerando inclusive os municípios onde existem concessões hoje, estamos exigindo do cabo algo que não se concede nem em água e nem em esgoto, por exemplo, nem em energia elétrica. Então há um certo contra-senso, uma disparida-

de. Embora a intenção da Anatel, ao fixar isso nos contratos de concessão, seja positiva, existe uma disparidade que merece ser debatida.

Considerando esse aspecto numérico, a idéia de universalização aqui proposta seria menos de ratificação ou validação – não entramos nesse debate. Esse tópico deveria consignar essa exigência e ressaltar que a idéia de universalização que pretendeu nortear esse objetivo estratégico foi a de obter a mais completa adesão onde existir rede disponibilizada. E ela está disponibilizada, inicialmente, na situação de *home passed*, ou seja, ela está disponível para quem quiser assinar, desde que passe na frente dos domicílios.

Assim, estes dois aspectos: uma exigência formal da Anatel e esse sentido estratégico que se pretende atribuir à universalização, são dois elementos, conteúdos, que faltaram aqui e devem constar de um tópico, antes de entrar na questão de universalização, mostrando tanto a exigência formal tanto como a noção que se constituiu de universalização.

Não sei se ficou claro, mas realmente faltou esse tópico.

O SR. MÁRCIO WOHLERS DE ALMEIDA (Representante do Ministrério das Comunicações) – Só para ficar claro, porque universalização é uma palavra muito forte, todos temos essa preocupação social e política quando realizamos uma política pública de universalização. Isso, para mim, seria mais uma cobertura. Eu gostaria de ver um conceito de universalização um pouco mais restrito: cobertura ampla ou 90% da cobertura na área de concessão. Se carimbarmos a palavra universalização, será muito forte para entender uma intervenção pública. Tenho essa preocupação de não "carimbar" a idéia de universalização antes que houvesse a universalização restrita ou a cobertura dos contratos de concessão.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Seria melhor ouvirmos a manifestação do Ara para tentarmos fechar o conteúdo.

O SR. ARA APKAR MINASSIAN (Representante da Anatel) – Vou começar pela última indagação e depois tenho uma observação a fazer.

Os contratos de concessão refletem os editais, e os editais, na verdade, foram elaborados ainda em 1997. Quando a Anatel absorveu os serviços, tínhamos que dar andamento, então não havia como realizarmos um contrato; assinamos um contrato que contraria todo o edital que foi publicado, e as empresas se habilitaram a prestar os serviços baseadas nisso.

Então, seriam dois pesos e duas medidas, e poderíamos até distorcer ou prejudicar as empresas que participaram. Essa é uma preocupação. Deixamos muito claro, ao longo das reuniões, que esse é um ponto que estamos analisando com bastante carinho e, fatalmente, nas novas licitações, uma situação diferente vai aparecer. Com a racionalização das infra-estruturas, podendo utilizar as disponíveis, na realidade, consegue-se atender aos 90% automaticamente.

Vale a pena ressaltar, antes de entrar no conceito da universalização, porque não quero polemizar, que a Lei de TV a Cabo trouxe algo muito importante e, se não me engano, na segunda ou terceira reunião sobre o assunto, nesta Comissão, a ABTA fez uma menção importante que talvez merecesse nossa atenção. A Lei de TV a Cabo, em sua regulamentação, diz que as escolas por onde o cabo está passando têm direito a um ponto.

Na realidade, há um aspecto social que já foi iniciado e, no meu ponto de vista, tem que ficar muito claro. Hoje o cabo está suportando essa facilidade e talvez pudéssemos avançar um pouco mais nesse aspecto social, mas já podemos dizer que a regulamentação prevê algo e, quando falamos nessa utilidade social, referimo-nos a uma abrangência talvez um pouco maior, em função da conclusão a que chegaremos no final.

Se não me engano, na apresentação do Dr. Alexandre ou de alguém da ABTA, fizeram-se várias referências aos canais e até V. Sª disse, na ocasião, Dr. Francisco, que o cabo seria como partir um avião com 30% ou 40% de sua capacidade de lotação, mas, nesse momento, mencionaram algo sobre as escolas que penso que valeria a pena.

Talvez pudéssemos deixar claro, Dr. Márcio. Será que ele não está confundido um pouco? Quando falamos de universalização, é a universalização do serviço; ultimamente, está-se falando em serviço universal. Será que não é essa exatamente a ponte entre um e outro – um é serviço universal e o outro é universalização do serviço? Não sei, talvez.

O SR. MÁRCIO WOHLERS DE ALMEIDA (Representante do Ministrério das Comunicações) – Imagino que o Daniel possa sugerir algo, porque há sinônimos, superposição em todas estas idéias: serviço universal, universalização. Depende de como caracterizamos essas expressões nesse contexto específico.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Nosso convidado, José Francisco de Araújo.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO – Muito obrigado.

Daniel, queria lembrar que, na época, há nove anos, você era capaz de, praticamente, saber todo o projeto de lei do cabo de cor, mas o tempo vai passando e esquecemos algumas coisas que discutimos naquela ocasião – e não foram poucas as nossas discussões.

Uma das disposições que sempre considerei um pouco onerosa, diria até excessivamente onerosa para os eventuais concessionários, foi um artigo que introduzimos na lei, obrigando o operador a disponibilizar o serviço a qualquer cidadão residente na área de exploração. Quer dizer, a universalização imposta pela Lei do Cabo é maior do que a de qualquer outro serviço. Não há nenhum outro serviço que mereça tanto ser classificado como serviço universalizável do que o nosso, a não ser que a lei mude. Mas a lei hoje impõe que a qualquer cidadão, more onde morar, no lugar mais inacessível de qualquer morro do Rio de Janeiro, tenho que levar o serviço, sob pena de ele ir à Justiça e a lei ter de ser aplicada.

Então, como o senhor fez menção de que, no caso, não era disposição da lei, mas da Anatel, a dela é de 90%, da Lei é de 100% a imposição.

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (Representante das empresas de rádio) – Conselheiro Daniel.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Pois não, Conselheiro Paulo Machado.

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (Representante das empresas de rádio) – Sugeriria que, no segundo parágrafo do 3.7.1, substituíssemos "programa nacional" por um programa de incentivo, seguindo a linha de raciocínio do Dr. Márcio, porque programa nacional é uma palavra que apresenta uma conotação muito pesada. A impressão que se tem é de obrigatoriedade do Executivo e do Legislativo de fazer algo de peso. Acredito que seria um programa de incentivos; da mesma forma que no início desse mesmo parágrafo, seria a elaboração de uma política, com "p" minúsculo, e não maiúsculo.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Sobre essa questão da universalização, gostaria de ressalvar que alguns comentários feitos por mim causam estranheza. É um argumento forte o de que se está exigindo mais do que outro serviço de infra-estrutura. Particularmente, não tenho uma visão – acredito que também os demais Conselheiros – sobre se isso deve ser mantido ou alterado. Os comentários, embora traduzam essa estranheza para o debate, não correspondem a uma proposta de posicionamento do Conselho; devem ser debatidos.

Eu só gostaria de ressalvar que, ao fazê-los, não houve um encaminhamento de proposta de posicionamento do Conselho.

O nosso convidado, Ara Apkar Miassian, gostaria de fazer mais uma observação?

O SR. ARA APKAR MINASSIAN (Representante da Anatel) – Sim. Quanto a essa parte, estamos conversando com a ABTA, para encontrar uma solução de consenso, sem que haja reflexo nas aquisições sociais. Isso está sendo discutido e teremos uma solução.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Em relação à consolidação de conteúdo desse aspecto intitulado universalização, faríamos um registro, sem questionamento de mérito, dessa exigência contratual e apresentaríamos a noção de universalização que estamos trabalhando aqui, segundo a qual, nas áreas com disponibilidade de acesso à rede, a política seria voltada para estimular a mais completa adesão dos que tiverem disponibilidade de conexão nessas redes. É uma noção com certa fluidez, que não questiona nem ratifica a exigência contratual, mas diz respeito a situações estabelecidas. Existe rede e possibilidade de conexão imediata, então, surgirão estímulos, esses elementos da política, para possibilitar a adesão de todos aqueles que desejam e que têm condições de fazê-lo.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA (Representante da ABTA) – Seria incrementar a sensibilidade, se fosse usar esse termo.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Não só incrementar a sensibilidade, mas criar meios que permitam, objetivamente, que todos os segmentos da população, inclusive os de baixa renda, que tiverem essa disponibilidade diante dos seus domicílios a exerçam. Esse é o grande desafio.

Pergunto se esses dois elementos de conteúdo, como referências da noção de universalização que estamos trabalhando, são adequados o suficiente. Há alguma observação sobre isso?

A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA (Representante da categoria profissional dos artistas) – Retomo o final do 3.11:

3.11. Sem essa solução de mercado, não há base para a ampliação da utilidade social do serviço buscado. É com esse enfoque que o Conselho de Comunicação Social específica possibilidades e alternativas iniciais para promoção da universalização e am-

pliação do mercado e ampliação da utilidade social do serviço.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – O primeiro ponto desse item seria justamente essa idéia de universalização.

A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA (Representante da categoria profissional dos artistas) –

4. OBJETIVOS DA UNIVERSALIZAÇÃO DO SERVIÇO DE TV A CABO

4.1. Objetivo geral da Universalização do serviço de TV a cabo

Em consonância com o objetivo estratégico estabelecido, define-se como objetivo geral para concretizar a universalização do serviço de TV a cabo a máxima ampliação da base de assinantes, disponibilizando o acesso a conteúdo diversificado e a redes de banda larga, possibilitando a ampliação e o desenvolvimento do mercado, de acordo com a potencialidade de consumo do público assinante de cada segmento social.

E neste ponto faço uma observação: acredito que aqui será acrescido "no âmbito da infra-estrutura instalada".

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Não, seria no ponto anterior, que já antecipa essa...

A SRª BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA (Representante da categoria profissional dos artistas) – Correto.

4.1.2. Objetivos Específicos da Universalização do serviço de TV a cabo

4.1.2.1. Definem-se três objetivos específicos para alcançar o objetivo estratégico da universalização:

> **a)** obtenção da adesão, como assinantes, de 100% dos atuais domicílios com **home passed;**
>
> **b)** ampliação de 40% para 100% da bidirecionalidade da rede atualmente instalada (a ser desenvolvida nas localidades onde forem implementados projetos de promoção da inclusão digital) e acesso aos serviços de banda larga nos domicílios com **home passed;**
>
> **c)** impulso à máxima ampliação das redes das operações atualmente instaladas e das redes das operações em fase de instalação, com plena capacidade bidirecional nas áreas onde forem implementados projetos de promoção da inclusão digital.

4.1.2.2. Para viabilizar o alcance dos objetivos será preciso viabilizar condições de adesão e de mensalidades a baixo preço, em condições acessíveis para os segmentos B, C, D e E que atualmente não têm condições de se tornarem assinantes. Isto implica em ter foco permanente na viabilização econômica do modelo que se pretende desenvolver, evitando o desperdício das atuais instalações, voltadas restritivamente para os segmentos A e B, que atualmente excedem em muito a capacidade deste mercado.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Esse parágrafo está um pouco confuso e merece uma retificação formal. Há uma idéia que deve ser registrada primeiro: a atual infra-estrutura está excedente em relação à capacidade do mercado. Está instalada até em áreas que não são economicamente viáveis. Essa é uma constatação que diz respeito não só a expansões ou ampliação da rede, mas sobretudo a racionalizar o aproveitamento de uma infra-estrutura que, em muitas áreas, encontra-se praticamente sem utilização. Esse é um aspecto que talvez não tenha ficado muito claro e que merece ser melhor esclarecido com ajustes formais.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Sr. Presidente, só uma correção de redação nesse Item 4.2.2, na terceira linha, "atualmente não têm condições de se tornar assinantes". Isso não é verdade. O correto seria "atualmente têm dificuldades financeiras de se tornar assinantes". Há pessoas das classes B, C e D que são assinantes.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA (Representante da ABTA) – Eu queria fazer uma observação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Daniel Koslowsky Herz) – Pois não, Sr. José Francisco.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA (Representante da ABTA) – É sobre problema redacional. Seria bom se pudéssemos substituir "domicílios com **home passed**, pois não é exatamente isso. Seria "domicílios atendidos pela rede" e, entre parênteses, **home passed.**

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Sim, a idéia é registrar aqui, em algum momento, o conceito de **home passed,** depois substituí-lo pelas expressões brasileiras. Mais alguma observação?

Tem a palavra o Sr. Ara Apkar Minassian, da Anatel.

O SR. ARA APKAR MINASSIAN (Representante da Anatel) – Refiro-me ao penúltimo parágrafo do Item 4.1.2.2, "voltadas restritivamente para os segmentos A e B". Estou desconfortável em relação a "restritivamente". Talvez ficasse melhor "voltados para os segmentos A e B", ou "utilizados". Quando digo "restritivamente", dá a impressão de que estou...

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA (Representante da ABTA) – De que nós escolhemos.

O SR. ARA APKAR MINASSIAN (Representante da Anatel) – Mas não é isso; é a conseqüência.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Então temos que modificar os adjetivos.

A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA (Representante da categoria profissional dos artistas) – Continuando a leitura.

4.1.3. Condições para o alcance da adesão de 100% dos domicílios com ***home passed***

4.1.3.1. A adesão de um assinante ao serviço de TV a cabo e a assinatura mensal envolvem um conjunto de custos que devem ser cobertos por uma receita correspondente. O reconhecimento e a especificação destes custos constitui a base para a fixação de preços adequados para a adesão e para a assinatura mensal de modo a se viabilizar a universalização pretendida, bem como para a definição das medidas e iniciativas necessárias para reduzir fatores onerosos que podem concorrer para a redução dos preços e ampliar o número de assinantes ao serviço.

4.1.3.2. Os custos relacionados à adesão de um assinante referem-se aos seguintes itens:

I. no ato da adesão e conexão física do assinante à rede surgem os seguintes custos:

a) Conversor (analógico ou digital);

b) ligação do domícilio à rede;

c) custo de aquisição do assinante (marketing e vendas);

II. a partir da conexão, a disponibilização do serviço de TV a cabo ao assinante envolve os seguintes serviços e correspondentes custos:

a) manutenção;

b) atendimento **(*call center*);**

c) cobrança;

d) amortização do investimento na rede.

4.1.3.3. A estes itens acrescem-se os custos relacionados com o pacote de canais que será disponibilizado, que será tratado à parte, mais adiante.

4.1.3.4. A atual composição de custos e, principalmente, dos preços praticados pelas operadoras de TV a cabo, não possibilita a criação de condições para permitir adesões a baixo preço para o assinante, sendo necessária a criação de condições especiais para que isso seja viabilizado.

4.1.3.5. A realização da idéia de universalização requer resultados comerciais da operação dêem sustentação aceitável e rentável ao conjunto do sistema, de modo que os custos de adesão e de assinatura sejam cobertos mas permitam uma redução de preços capaz de massificar o acesso ao serviço.

4.1.3.6. Para a conexão inicial do assinante o item mais oneroso é o *set-top box*, isto é, o Conversor que é colocado entre o cabo instalado no domicílio pela operadora e o aparelho receptor. O Conversor tem a função de sintonizar os canais e decodificá-los. O equipamento atualmente utilizado é analógico e é fornecido pela operadora, custando entre US$ 50 e US$ 80 (R$ 150 a R$ 240). Seu custo é geralmente coberto pelas operadoras com uma parte da taxa de adesão e diluído na operação, como forma de estímulo ao aumento do número de assinantes.

4.1.3.7. Além do uso do Conversor, existem dois artifícios que podem dispensar o seu uso:

I.- a conexão do assinante, com o oferecimento de um pacote básico de canais, também pode ser feita com a utilização de um artifício técnico deenominado *trap* negativo, um dispositivo que é instalado no *tap* (derivador) que canaliza o sinal da rede que passa na rua para o domicílio do assinante. O *trap* filtra determinadas freqüências, restringindo um conjunto de canais e liberando outros. Deste modo, é possível liberar para o domicílio exclusivamente um determinado conjunto de canais. O uso do *trap*, que custa entre R$ 20 e R$ 25 e o dispositivo é fabricado no país, prescindindo o uso dos Conversores analógicos que são importados. Este recurso foi muito utilizado no Brasil no início da implantação da TV a cabo. Atualmente, pequenas e médias operadoras também o utilizam. A desvantagem é a necessidade de realizar permanentemente auditoria de rede para evitar pirataria;

II – outro recurso, ainda mais simples, é a não codificação de canais, distribuídos junto a canais codificados, de modo que estes últimos só podem ser recebidos pelos que dispuserem de um Conversor. Os demais assinantes, sem Conversor, poderão receber normalmente os canais não codificados. Esta solução permitiria a conexão dos assinantes, para receber um pacote básico de programação, sem o uso de um Conversor.

4.1.3.8. Considerando a situação acima referida e visando a criação de condições para um conexão e assinatura de baixo custo e, conseqüentemente, de baixo preço, ...

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Aqui faltou o final da frase...

A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA (Representante da categoria profissional dos artistas) – Exato. Poderíamos ser levados a considerar, então, que:

I. **Custos de conexão do assinante à rede**:

a) Conversor: dispensa do uso de Conversor com a distribuição de canais não codificados integrantes de um pacote básico;

b) ligação do domícilio à rede em condições especiais, com o assinante (a exemplo do que ocorre com a telefonia fixa), instalando a rede interna no domicílio (observando a orientação técnica das operadoras) e a operadora fazendo a conexão em um ponto externo ao domicílio;

c) o custo de aquisição do assinante (marketing e vendas) seria reduzido ou substituído por uma grande campanha de sustentação da política pública de universalização do serviço, não onerando a assinatura básica de baixo preço;

II. **Custos referentes à assinatura**:

a) manutenção: os custos de manutenção, pela operadora, ao contrário da situação atual, se restringiriam à rede externa;

b) atendimento (***call center***): passaria a ser limitado, pois a manutenção, pelas operadoras, se restringiriam à rede externa;

c) cobrança: desenvolvimento de um serviço especial de cobrança que prescindiria o envio de boleto de cobrança bancário;

d) amortização do investimento na rede: para viabilizar a assinatura de baixo preço, não seria considerado na composição dos custos desta.

4.1.3.9. Outros fatores de custo que podem ser reduzidos para viabilizar a universalização proposta:

Pois não, Dr. Ara.

O SR. ARA APKAR MINASSIAN (Representante da Anatel) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Esse trecho está bastante grande e depois vamos entrar em outros pontos. Nos Itens 4.1.3.4. e 4.1.3.5 tenho uma dúvida. No Item 4.1.3.3, estamos falando que o pacote de canais será tratado mais adiante. Quando verifico o 4.1.3.4 e o 4.1.3.5, percebo que um leigo, ao analisar, vai entender que o problema da TV por assinatura, do serviço de TV a cabo, permitir adesões a baixo preço, está ligado apenas aos aspectos que foram mencionados acima. Creio que deveria haver, no 4.1.3.4 ou no 4.1.3.5, uma ligeira menção para corroborar o que V. Sª escreveu no 4.1.3.3, dizendo que deve haver um pacote básico também. Está subentendido. No entanto, quem está de fora não vai entender. Creio que deveríamos mencionar.

Amanhã ou depois, já que estamos falando de baixo custo – e estou me antecipando –, de repente, poder-se-ia, para segmentos de baixa renda, mantendo a isonomia, oferecer pacotes. Se estou entrando em áreas carentes, por que as programadoras, por exemplo, não podem fazer um preço diferenciado? Os outros teriam um preço normal.

Creio que poderíamos ter um elenco de ações no qual a sociedade como um todo estaria comprometida. É para deixar claro. O problema não está apenas no conversor. Se pudermos fazer uma menção para reforçar, creio que ficará melhor.

Obrigado.

A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA (Representante da categoria profissional dos artistas) – Mais alguém?

O SR. ALEXANDRE ANNEMBERG (Representante da ABTA) – Sr. Presidente, há mais algumas considerações.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Concedo a palavra ao Sr. Alexandre Annenberg, da ABTA.

O SR. ALEXANDRE ANNEMBERG (Representante da ABTA) – Sr. Presidente, há mais algumas considerações técnicas que vão exigir, talvez, uma redação mais adequada. Quando se diz, por exemplo, no Item 1.b "ligação do domicílio à rede em condições especiais", com o assinante instalando a rede interna no domicílio, observando as orientações técnicas das operadoras, com a operadora fazendo a conexão em um ponto externo do domicílio, pode ser visto sob vários ângulos.

Uma coisa é o modelo de uma operadora que entrega o seu serviço em um ponto externo de uma área a ser servida e, a partir desta, não assumir a responsabilidade pela qualidade do serviço. O outro conceito é a entrega do sinal exclusivamente externo à residência. A instalação interna integra a própria rede.

Qualquer má instalação interna acarreta danos sensíveis ao equilíbrio da própria rede. Não é viável.

Deveríamos, talvez, encontrar uma redação que levasse em consideração esses pontos.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Esse foi um dos pontos que tratamos na última reunião, sexta-feira. A interpretação que fiz é a de que havia um componente de inviabilidade. Estamos revisando esse conteúdo. A avaliação de V. Sªs, da ABTA, é a de que seria temerário levantar essa proposição. A dissociação entre a rede interna e externa poderia comprometer o serviço. É isso?

O SR. ALEXANDRE ANNEMBERG (Representante da ABTA) – É isso. De fato, não poderíamos separar a rede externa da interna porque são intimamente ligadas. Não há como separá-las.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Então, esse não é um fator administrável?

O SR. ALEXANDRE ANNEMBERG (Representante da ABTA) – Não.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Temos que cortar esse item? Pois não.

O SR. ALEXANDRE ANNEMBERG (Representante da ABTA) – Da forma como está redigido, seria qualquer domicílio. É diferente de se levar o sinal a uma área ou condomínio.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Registramos aquela modalidade. O registro é de que está imprópria essa formulação e que essa dissociação interna e externa não interessa.

Nosso convidado Ara, da Anatel.

O SR. ARA APKAR MINASSIAN (Representante da Anatel) – Obrigado, Sr. Presidente!

Talvez, neste item "b", pudéssemos fazer a menção às condições especiais a serem estabelecidas, ou seja, não precisaríamos entrar, neste momento, nessa questão, porque, amanhã ou depois, como órgão regulador, podemos vislumbrar uma saída para isso. Então teríamos um *flag* chamando a atenção, mas gostaria de ouvir a ABTA, simplesmente para não deixar que isso caia no esquecimento. Pode ser, por exemplo, numa região carente ou que tenha alguma condição especial que possamos vir a estabelecer, desde que se garanta que não vai haver pirataria. Enfim, haverá também a fiscalização do operador. Quem sabe, com a nossa criatividade, poderemos achar uma solução. Proporia que deixássemos abrangente o item "b", só para pensarmos em condições especiais a serem estabelecidas, ou pode colocar, se quiser, por um órgão regulador, alguma coisa assim. Simplesmente para não dizer que não pensamos. É uma alternativa que, amanhã ou depois, poderemos desenvolver em conjunto com vocês, se permitirem.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Talvez o que pudéssemos fazer, aceitando a contribuição do nosso convidado, seria registrar sem especificar, retirando a especificação dessa dissociação de rede, condições especiais que permitam um barateamento da operação de conexão e instalação da rede. Alguma coisa mais genérica, como algo que deve ser perseguido e não como um elemento de possível solução – e já foi indicado que a dissociação não é – mas que aponte para a necessidade de se perseguirem outras soluções. Fica satisfatório assim?

Pois não, José Francisco Araújo.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA (Representante da ABTA) – Novamente invocando a nossa lei que não quero adjetivar: a Lei do Cabo dá a propriedade da rede interna ao assinante. Entendo que é uma falha, mas a lei definiu que a rede, a partir do domínio da porta do domicílio do assinante, é de propriedade do assinante. Então temos que tomar cuidado, e penso que o Dr. Ara esteja arranjando uma solução conciliatória para isso.

Outra coisa importante também, Presidente, é que nós, no mercado, usamos dois termos para definir o aparelhinho que é instalado na casa do assinante. O conversor, como está aqui dito, é um aparelhinho que instalamos quando a televisão não tem um suficiente número de canais, e a rede não é codificada, só para multiplicar o número de canais que aquele receptor pode receber. E o decodificador, que usamos normalmente – o *set top box* não é muito usado no Brasil – seria o termo empregado aqui para o aparelho. Aqui não é do conversor que estamos falando, e sim do decodificador.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Então temos uma oportunidade para padronizar o nome, inclusive atendendo aos apelos explícitos e tácitos do Ministério das Comunicações para abrasileirarmos o máximo possível as expressões. No curso do trabalho, temos que arranjar uma síntese brasileira para isso. Chegamos ao conversor por sugestão dos representantes da Anatel.

Perseguindo o esforço de abrasileiramento das expressões, pergunto, a partir da intervenção do José Francisco, se existe uma expressão mais adequada do que conversor para substituirmos em todo o documento. A questão é como padronizar essa coisa que vai intermediar o ...

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA (Representante da ABTA) – São duas coisas completamente diferentes.

O SR. PRESIDENTE (Daniel Herz) – Com a palavra o Dr. Ara.

O SR. ARA APKAR MINASSIAN (Representante da Anatel) – Sr. Presidente, na Agência, internamente, toda vez que nos referimos ao *set top box*, sempre utilizamos a expressão Unidade Receptora Decodificadora. Essa é a expressão usada internamente.

Se os representantes e a Mesa concordarem, usaríamos o termo URD - Unidade Receptora Decodificadora, ou Decodificador, como quiserem. Mas até então temos usado Unidade Receptora Decodificadora.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA (Representante da ABTA) – Use esse nome uma primeira vez, como definição, e depois coloque entre parênteses "decodificador"

O SR. PRESIDENTE (Daniel Herz) – Substituiremos, então, todas as referências a conversor, que é o s*et* **top box.**

O SR. ARA APKAR MINASSIAN (Representante da Anatel) – Entendo como conversor porque ele abre a conta de canais.

Então, ficaria a palavra conversor, e s*et top box* substituiríamos por Unidade Receptora Decodificadora.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Vamos substituir, em todos os documentos, a expressão "conversor" por "URD" (Unidade Receptora Decodificadora)".

O SR. MILTON ALMEIDA CANABRAVA (Representante do Ministério das Comunicações) - Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Pois não.

O SR. MILTON ALMEIDA CANABRAVA (Representante do Ministério das Comunicações) - No item 4.1.3.2, I, "a", temos: "conversor analógico ou digital".

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Sim, no caso, Unidade Receptora Decodificadora analógica ou digital. Trocaremos a expressão conversor, que foi uma padronização encontrada naquele momento, por esta, mais completa e apropriada.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA (Representante da ABTA) – A URD, devido ao satélite, já é digital. Existe a URD analógica e a digital.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Então confirmamos esse padrão de denominação em nosso documento.

A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA (Representante da categoria profissional dos artistas) – Podemos prosseguir?

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Como ficou acordado que vamos fazer um intervalo, vou suspender a reunião por uma hora.

Parece que nosso convidado quer fazer uma observação.

O SR. ARA APKAR MINASSIAN (Representante da Anatel) – Sr. Presidente, como estamos embalados, poderemos avançar. Não quero prejudicar nenhum compromisso, mas receio que esse embalo seja perdido. Por isso não me oponho a avançarmos um pouco mais.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – De acordo com a nossa programação, nossos trabalhos irão até as cinco horas.

Não sei se o Conselheiro Roberto Wagner tem a mesma impressão, mas talvez, com mais duas horas e meia, possamos encerrar usando essa sistemática, que se mostrou eficiente.

Para evitar o afastamento dos Conselheiros, o Conselho providenciou um lanche, que podemos fazer aqui mesmo.

Pergunto aos Conselheiros se concordam com a sugestão do nosso convidado da Anatel.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA (Representante da ABTA) – Sr. Presidente, temos uma reunião da ABTA marcada para esse horário, aproveitando justamente o horário do almoço, no restaurante do Senado. Então, para nós, seria impossível ficar.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Portanto, fica prejudicada a proposta do nosso convidado, que estará impossibilitado de participar durante a tarde, mas as suas contribuições relevantes e procedentes poderão ser feitas no prazo acertado de até meio-dia de quinta-feira.

Considerando que alguns Conselheiros tiveram que se afastar e que o convidado tem compromissos, manteremos a programação original.

Suspenderemos a reunião e voltaremos às 14h.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Retomamos a reunião do grupo de trabalho da TV a Cabo, prosseguindo na análise do material apresentado pela equipe de sistematização.

A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA (Representante da categoria profissional dos artistas) – Vamos começar agora o ponto 4.1.3.9.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Gostaria de fazer uma consulta em relação ao Item nº 4.1.3.8, inciso II, alínea "a", para deixá-lo consistente com a alteração que fizemos na alínea "b", do inciso anterior, que é aquela questão da rede interna e externa.

Alegamos na alínea "a", do inciso II, que a manutenção poderia ter custo reduzido em função de se restringir à manutenção da rede externa, que não é o que acontece. Então pergunto o que poderíamos fazer para estabelecer essa consistência.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Sr. Presidente, não tenho de memória o Código de Defesa do Consumidor, mas penso que teríamos alguma dificuldade jurídica em dizer que a responsabilidade seria só da rede externa.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Nós abdicamos dessa possibilidade.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Eu penso que seria prudente, porque certamente se o assinante for buscar o PROCON, e eu disser que sou operador, responsável, até a entrada da cada dele, mas que daí para frente não sou mais, penso que haverá uma dificuldade jurídica quase que intransponível.

O SR. ARA APKAR MINASSIAN (Representante da Anatel) – A responsabilidade, sim, Conselheiro, mas é que pode ser cobrado, como a telefônica, qualquer operadora de serviço telefônico, na rede interna, pode até fazer. Algumas nem fazem. Telemar não mexe em rede interna. E quando faz, cobra.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Normalmente mexe quando o sujeito vai ao Procon. O que se pode criar aqui é uma redação em que...

O SR. ARA APKAR MINASSIAN (Representante da Anatel) – Não, mas já está modificado.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Mas a redação como está aqui, na alínea "a" do inciso II, se restringiria à rede externa.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Nós já abdicamos dessa questão da rede interna e externa. Não existe essa distinção.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Bom, porque, como estava aqui, o Conselho estava dizendo algo que penso ferir o direito do consumidor **lato sensu.**

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – A questão levantada aqui é se nós temos algo a registrar, como não houve essa distinção e a responsabilidade é tanto interna quanto externa, se há algo que possamos alegar como base de redução de custos, em relação à manutenção.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Qual seria a melhor redação segundo eles?

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Observando a contribuição feita pelo nosso convidado Ara, de deixar um pouco mais genérico e considerar como algo a ser perseguido, enfim, condições especiais, poderíamos dar uma consistência com o anterior, sem afirmar que isso é de antemão um fator já assegurado de redução de custos. Se fosse feita a distinção, teríamos um fator de redução. Não é o caso. Então, somando o apelo do nosso Conselheiro Roberto Wagner, que sugestões os senhores dariam para termos essa consistência?

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Dizer o que está aqui de uma forma que fosse juridicamente aceitável. O que o senhor acha?

O SR. ARA APKAR MINASSIAN (Representante da Anatel) – Melhor tirar.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Perfeito.

O SR. ARA APKAR MINASSIAN (Representante da Anatel) – Ou, se a ABTA se sentir confortável, em vez de retirar, poderíamos colocar adequação dos custos de manutenção pela operadora. Não se está dizendo o que é. Fica mais abrangente.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Então, listaríamos apenas aqueles nos quais identificamos possibilidade de incidência de redução dos custos, o que não é o caso.

O SR. ARA APKAR MINASSIAN (Representante da Anatel) – Estou com um problema em entender a letra "b", porque, como está redigido, atendimento *call center* passaria a ser limitado, pois a manutenção pelas operadoras se restringiria... Cuidado, porque isso aqui pode comprometer.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Incide nos dois, na verdade.

Então, eliminamos dois itens em que não há identificação de possibilidade de redução de custos.

Prosseguimos.

A SRª BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA (Representante da categoria profissional dos artistas) – Outros fatores de custo que podem ser reduzidos para viabilizar a universalização proposta:

I – **Postes e dutos** – Os 60 mil km de redes atualmente instaladas utilizam cerca 2 milhões de postes, o que corresponde a cerca de 33 postes por quilômetro de rede, ao custo de cerca de R$ 3 por poste, o que significa um custo mensal de 5% da receita bruta, considerando uma receita média de R$ 60. Nos EUA, para se ter um termo de referência, o custo por poste é de cerca de US$ 0,50 ou R$ 1,50. As agências reguladoras - Agência Nacional de Energia Elétrica -ANEEL- e Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL - já desenvolveram algumas iniciativas para dotar o setor de um regulamento comum para disciplinar o compartilhamento de infra-estruturas, mas continuam sem estabelecer regras efetivas que permitam fixar preços justos e razoáveis.

II – **Tributos** – Incidem diretamente sobre a receita do serviço de TV a cabo a seguinte carga tributária: ICMS 10%, PIS 0,65%, COFINS 3%, FUST 1% e FUNTTEL 0,5%. Considerando o interesse público no desenvolvimento do serviço, o projeto de universalização aqui indicado merece ser estudado, uma isenção total ou parcial, permanente outra transitaria, referente à receita auferida exclusivamente com as assinaturas dos pacotes básicos, ressalvada a receita com os demais canais ou pacotes de canais pagos.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Na reforma tributária, parece-me que, de acordo com o parecer do Virgílio Guimarães, as TVs abertas continuaram sem receber incidência do ICMS. Estou correto?

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA (Representante da ABTA) – Corretíssimo.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Então se poderia pleitear o tratamento isonômico.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA (Representante da ABTA) – O problema é o preço. No caso da TV aberta...

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Esse é o nó?

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA (Representante da ABTA) – Serviços de radiodifusão não onerosos. Estamos lutando por uma outra alternativa: pagarmos ISS.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Transformar em serviço e não em mercadoria. Esse pleito está em andamento?

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA (Representante da ABTA) – Há um projeto do Deputado Luiz Carlos Hauly. Os serviços de comunicação que serviriam de base ao ICMS eram aqueles que transpunham fronteiras intermunicipais ou interestaduais. Posteriormente, tiraram essa qualificação, que serve apenas para transporte de caminhão. O cabo só serve ao Município. Não haveria por que pagar ICMS.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Por que a ABTA não nos envia esses projetos, a fim de que façamos um trabalho conjunto, dando voz e vez aos relatores, até para criar um fato político? Transformar, em vez de mercadoria, em serviço.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA (Representante da ABTA) – Esse apoio é fundamental. O projeto de emenda constitucional vai ao Senado. É claro que faremos isso em regime de urgência para chegar aqui até segunda-feira, na próxima reunião ordinária.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Na próxima reunião do Conselho, poderemos colocá-lo em pauta, aprovar uma moção de apoio ao projeto e convidar o Deputado para explicar sua proposta.

A SRª BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA (Representante da categoria profissional dos artistas) – Continuando, com relação aos tributos...

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA (Representante da ABTA) – Sr. Presidente, os comentários ficarão para o final do Item 4 ou poderemos fazer logo? O ideal seria logo.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Façamos logo.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA (Representante da ABTA) – Então, quero fazer um, por questão de justiça. Está parecendo que a Aneel e a Anatel envidaram todos os esforços, mas, a rigor, não fizeram nada. Hoje em dia, competiria apenas à Aneel estabelecer o preço, porque, como a lei geral de telecomunicações estabeleceu que o preço é justo e razoável, mas é fixado pela Agência sob a qual estão os proprietários da infra-estrutura, a Anatel já fez no que se refere à infra-estrutura pertencente à companhia de telefone. A Anatel já fez a parte dela. A Aneel é que está nos devendo estabelecer um preço. Com base em inúmeros estudos, a ABTA fez um alen-

tado estudo com a Fundação Getúlio Vargas, mostrando qual seria o preço justo e razoável. A Anatel já cumpriu toda a sua parte.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – A nota de rodapé fala "nos limites estabelecidos pela Lei Geral de Telecomunicações". A Anatel pode forçar novamente a Aneel a cumprir.

O SR. ARA APKAR MINASSIAN (Representante da Anatel) – Acredito que, quando entramos, mas continuamos sem estabelecer, nesse ponto deveríamos dizer que está faltando o entendimento final da Aneel em relação ao preço, porque estamos em entendimento com eles. Então, o problema está nesse ponto. Vocês refletiriam que as duas agências trabalharam nas iniciativas e agora estamos forçando o lado de lá a definir o preço. Então, eu deixaria claro que um lado já fez o exercício, inclusive a própria Fundação já elaborou o trabalho, que foi colocado em consulta pública, e a sociedade opinou como um todo. Agora precisamos chegar a um acordo exatamente quanto à energia. Eles entendem que se trata de preço de livre negociação, e nós, pela lei geral, entendemos o contrário.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Trata-se de direito concorrencial. Não pode ser livre negociação. Há um monopólio.

O SR. ARA APKAR MINASSIAN (Representante da Anatel) - Fazendo essa ressalva ao final, refletimos corretamente a questão.

A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA – Prossigo.

Considerando o interesse público no desenvolvimento do serviço, o projeto de universalização aqui indicado merece ser estudado, uma isenção total ou parcial, permanente ou transitória, referente à receita auferida exclusivamente com as assinaturas dos pacotes básicos, ressalvada a receita com os demais canais ou pacotes de canais pagos.

O SR. ALEXANDRE ANNEMBERG (Representante da ABTA) – Sr. Presidente, nesse mesmo item, quando se fala de postes e dutos, faltou outro item que está onerando dramaticamente a infra-estrutura, que são as taxas de uso do solo, que caberiam perfeitamente aqui.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Taxa municipal.

O SR. ALEXANDRE ANNEMBERG (Representante da ABTA) – São taxas municipais que estão sendo exigidas.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Acabamos não tratando esse assunto no grupo. Foi referido, mas não voltamos a tratar. Então, vamos especificar esse conteúdo.

O SR. ALEXANDRE ANNEMBERG (Representante da ABTA) – Inúmeras prefeituras têm estabelecido taxas de uso do solo com as justificativas mais diversas, mas cobram ou um preço público ou uma taxa propriamente dita pela utilização, seja do subsolo, seja das vias aéreas. Por exemplo, acabou de ser aprovada uma lei municipal em São Paulo que taxa violentamente todas as infra-estruturas, sejam elas subterrâneas ou aéreas, atingindo não somente a televisão por assinatura, mas também a telefonia, as redes de energia elétrica. Enfim, há uma intensa atividade legiferante nesse segmento. Essas questões estão sendo decididas na Justiça. Nós, da ABTA, estamos impetrando um mandado de segurança, em São Paulo, para nos opormos a essa taxação que onera significativamente a estrutura.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Com a palavra o Sr. André, da ABTA.

O SR. ANDRÉ MÜLLER BORGES (Representante da ABTA) – Em vários municípios, ela vinha sendo cobrada via decreto. São Paulo foi o primeiro município a editar uma lei com essa cobrança nos mesmos moldes.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Com a palavra o Sr. José Francisco.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA (Representante da ABTA) – Sr. Presidente, como existe uma regra constitucional impedindo os serviços de comunicação de modo geral sejam fatos geradores de qualquer outro imposto que não os previstos, ou seja, o ICMS e o Imposto de Importação. Qualquer tributo seria inconstitucional, mas os nomes e os cognomes que têm sido dados a essa última cobrança de São Paulo, que é uma lei, chama-se "retribuição pelo uso". É um subterfúgio que conseguiram, mas sempre será tributo porque é uma contribuição pecuniária compulsória, cobrada de entidades plenamente vinculadas, mas eles estão tentando dar outra roupagem.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Creio que chegamos a uma caracterização de conteúdos. Especificado, então, o problema, o que se pode inferir em relação à incidência da hipótese que

está sendo esboçada para a formulação posterior de uma política que poderia incidir nessa problemática?

O SR. ALEXANDRE ANNEMBERG (Representante da ABTA) – Sr. Presidente, desculpe-me, mas gostaria de voltar à questão do uso do solo, porque me ocorreu que, talvez, o Conselho pudesse se pronunciar no seguinte sentido: há um projeto já em andamento na Câmara impedindo os Municípios de legislarem sobre formas de onerar concessões federais. Não sei exatamente qual o projeto de lei em andamento, mas é do Deputado Salvador Zimbaldi, se não me engano. Talvez valesse à pena o Conselho tomar conhecimento, porque poderia ser um instrumento que já poderia ser...

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Talvez seja essa a referência de conteúdo que cabe aos limites dessa abordagem fazer, dizendo que isso gera uma polêmica, inclusive, com um questionamento dessa prática de onerar concessões federais, enfim, indicar que há uma polêmica em relação ao assunto e que a incidência nesse debate poderia resultar em uma não-oneração ou redução de ônus no que diz respeito ao serviço que se quer desenvolver e à política que se quer formular. Talvez seja, ainda com certa generalidade, uma maneira de indicar um aspecto polêmico e uma linha de abordagem, em termos de debate, que já sinalizaríamos.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Sr. Presidente, penso o seguinte: seria uma oportunidade ímpar porque, quanto às TVs abertas, de vez em quando, aparece um Prefeito começa a criar mil problemas. O ideal é se pudéssemos examinar a hipótese de incluir, nesse relatório, uma sugestão ao Congresso Nacional para que agilize a aprovação de algum dispositivo legal que impeça, de fato, que concessões federais sejam oneradas por taxas ou tributos estaduais ou municipais.

O Conselho deveria entrar nessa discussão exatamente porque, no interior de São Paulo, cada Prefeito tem uma legislação específica. Por exemplo, em Bauru, paga-se "x" pela antena; já em Jaboticabal, é "x+y". Não há uma legislação que proíbe. O Prefeito mais arrecadador começa a cobrar mil taxas e, se você não paga, cria problema.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Em relação à questão levantada pelo conselheiro Roberto Wagner, parece-me temerário, até porque não é objeto específico deste grupo de trabalho, sem ainda assumir uma posição conclusiva do Conselho em relação a isso. Acho que é um ponto relevante que deve merecer análise do Conselho. Em vez de afirmarmos categoricamente essa posição, referimo-nos à polêmica, inclusive para ser retomada pelo próprio Conselho no prosseguimento da abordagem das questões do cabo e também de como essa questão incide sobre outros serviços de comunicação social eletrônica: TV aberta e outras modalidades. A fórmula de manter o registro e uma linha de abordagem possível, talvez, seja a de caracterizarmos o problema e indicarmos que existe polêmica. E um aspecto de polêmica, de questionamento disso é essa incidência onerosa sobre concessões federais.

Queremos deixar consignada uma linha de abordagem, que retomaríamos tanto no prosseguimento do debate quanto em relação ao que afeta a outros setores.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Eu daria uma sugestão: Fuste, 1%, em vez de 1; Funtel, 0,5 e taxas municipais. Ficaria claro que, sobre os tributos incidentes sobre a TV a cabo, há incidência de taxas municipais.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Vamos ver a questão levantada pelo Conselheiro Roberto Wagner: abriríamos um outro item...

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Não, aqui não. Eu aproveitaria aqui: "Fuste, 1%, – tira o "e" – Funtel, 0,5 e taxas municipais".

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Até agora, estávamos considerando a oportunidade de abrirmos um item especial por vários aspectos. Primeiramente, porque isso não é o consolidado no País, mas algo que está surgindo, que está sendo ampliado e mereceria uma caracterização...

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – A se criar um item 3 específico.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Isso, abriríamos um item 3 para deixar mais visível, inclusive porque é um processo que está em curso ainda e para permitir o entendimento mais em detalhe da...

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Para chamar mais a atenção. Perfeito!

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Creio que chegamos a um entendimento em relação ao conteúdo.

Prosseguimos?

A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA (Representante da categoria profissional dos artistas) – Prosseguimos.

4.1.4. Condições para ampliação da bidirecionalidade das redes e acesso ao serviços de banda larga pelos domicílios com home passed

4.1.4.1. O acesso à rede de banda larga exige uma rede com recursos de bidirecionalidade e equipamentos especiais tanto na operadora quanto no domicílio do assinante. Atualmente, dos 2,08 milhões de assinantes do serviço de TV a cabo, apenas 148 mil (7,1%) utilizam serviço de banda larga.

4.1.4.2. Bidirecionalidade na rede

4.1.4.2.1. Atualmente apenas 40% da rede atualmente instalada apresenta recursos de bidirecionalidade, isto é, a possibilidade de transportar sinais não apenas do cabeçal (head-end) da operadora do serviço de TV a cabo, mas também do terminal do assinante para o cabeçal. Este recurso é essencial, principalmente para a utilização da Internet e outros serviços como de saúde, segurança e outros.

4.1.4.2.2. Os recursos de rede que possibilitam a bidirecionalidade exigem a instalação, junto aos equipamentos amplificadores das redes, de amplificadores reversos, que enviam sinais sentido contrário (assinante-central) ao do amplificador principal (central-assinante), a um custo de US$ 1.500 por quilômetro.

Estimativa de investimentos necessários para dotar as redes instaladas de bidirecionalidade

Agora me auxiliem a ler aqui essa tabela...

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – As tabelas foram lançadas e dizem respeito ao conteúdo. Depois, temos de ajeitar todas as...

A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA (Representante da categoria profissional dos artistas) – Então, para 60 mil quilômetros...

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Rede instalada, 60 mil; rede com bidirecionalidade, 24 mil.

A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA (Representante da categoria profissional dos artistas) – O total.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Na estimativa de custo, isso exigiria um investimento da ordem de R$162 milhões.

A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA (Representante da categoria profissional dos artistas) – Ou US$54 milhões. A fonte é a ABTA.

4.1.4.2.3. A expansão da bidirecionalidade, nas redes atualmente instaladas, vem sendo desenvolvida em função da demanda por serviços de banda larga. As novas redes instaladas, tanto, como expansão das redes nos serviços em operação, como na construção das novas redes dos serviços que ainda estão em fase de instalação, já dispõem de recursos de bidirecionalidade.

4.1.4.3. Acesso à Internet e serviços de dados com recursos de banda larga

4.1.4.3.1. O acesso a serviços de Internet e de dados através das redes utilizadas para prestação do serviço de TV a cabo requer recursos instalados na operadora e no domicílio do assinante.

I – **Recursos necessários na operadora** - na operadora a prestação de serviços de acesso à Internet e de dados exige a instalação de um Na central, necessário um Terminal System, que custa entre US$ 30.000 (R$ 90 mil) e US$ 35 mil (R$ 115 mil), permitindo o atendimento de cada 4 mil assinantes, isto corresponde a cerca de R$ 22,5 a 28,75 por assinante.

II – **Recursos necessários no domicílio do assinante** – o equipamento necessário para a utilização do serviço de banda larga é um **cable modem** padrão DOCSIS, importado, que custa entre US$ 70 (R$ 210) a US$ 80 (R$ 240). Poderia chegar a até US$ 15.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Quanto a esse "poderia chegar", ficou para ser definido se ele seria na versão em que a USP estava se dispondo a desenvolver ou se sob alguma condição de negociação em escala que permitiria uma redução de custo dessa ordem. Do ponto de vista dos comentários que a equipe da ABTA fez, causou-me uma certa dúvida, então acredito seja este o momento para esclarecermos.

O SR. ARA APKAR MINASSIAN (Representante da Anatel) Se é que estamos nos referindo ao projeto da USP, que é do Professor Zufo, ele sempre tem dito que esse preço poderá chegar a R$150. Então, o meu receio é que, daqui a pouco, comecemos a tirar alguns números. Eu prefiro colocar US$50, pois ele tem dito que é nessa linha que ele está trabalhando. Eu não sei também se mencionarmos apenas cabo modem não seria o correto? Porque estamos falando em padrão e esse documento, lido em qualquer momento, deverá ser atual. Então, será que isso está agregando algum valor ao mencionado padrão ou seria melhor colocar um **cable modem?** Somente para não se engessar.

A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA (Representante da categoria profissional dos artistas) – Tira, não é?

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Então, ajustemos essa redação.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA (Representante da ABTA) – Se vocês me permitirem, eu tive uma dúvida no item nº 4.1.4.2.1. Depois disso, não aparece mais essa frase "para utilização da internet e outros serviços como o de saúde, de segurança e outros." Será que aqui estamos nos referindo a outros serviços que utilizam protocolo IP? Talvez seja isso, ou por que estamos falando em saúde?

O SR. ARA APKAR MINASSIAN (Representante da Anatel) Como nós temos a Net, em São Paulo, que tem acordos com os laboratórios Fleury. Eu penso que esse tipo.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA (Representante da ABTA) – Da internet e de outros serviços.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Que envolvem transmissão de dados. Eu acredito que seja essa a idéia.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA (Representante da ABTA) – Em alta velocidade. Em dados e imagens, ou algo assim.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – E que se diferenciam da internet.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA (Representante da ABTA) – Isso. Ou, talvez, até a palavra correta seria multimídia, não é?

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Mas, então, caracterizaria a internet ou não?

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA (Representante da ABTA) – Não.

A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA (Representante da categoria profissional dos artistas) – Mas se pode simplificar, como saúde, segurança, etc, e telemedicina.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Em relação ao inciso II, em que estávamos, cortamos o padrão do Axis e deixamos somente, genericamente, o cabo modem.

A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA (Representante da categoria profissional dos artistas) – E os US$50.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Sim. Então, voltamos para a "moeda Zufo" de US$50.

A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA (Representante da categoria profissional dos artistas) – Continuando na próxima página.

4.1.4.3.2. A exemplo dos serviços de TV a cabo os serviços de banda larga e especialmente os de acesso à Internet, geram de ligação do domícilio à rede, aquisição do assinante, manutenção, atendimento (*call center*), cobrança e amortização do investimento na rede.

O SR. ARA APKAR MINASSIAN (Representante da Anatel) – Eu não entendi.

A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA (Representante da categoria profissional dos artistas) – Eu também não. Para mim, o fato ficou solto. A partir da ligação do domicílio, tudo aquilo é desencadeado?

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Os serviços de banda larga reproduzem aquela estrutura de custos que existe na TV a cabo, correto?

A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA (Representante da categoria profissional dos artistas) – Então, eu acho que é melhor colocar assim.

O SR. ANDRÉ MÜLLER BORGES (Representante da ABTA) – Mas no modelo atual, o domicílio já está ligado à rede. Se há o requisito prévio da assinatura de TV, ele já está ligado. É o *cable modem* e a instalação dele.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Então, ele desonera da conexão, que está feita.

A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA (Representante da categoria profissional dos artistas) – A redação não está clara.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Nós estamos falando do Item 4.1.4.3.2, não é?

A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA (Representante da categoria profissional dos artistas) – Sim.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Ligação e domicílio à rede, já está coberto. Aquisição do assinante: um considera manutenção, o outro, atendimento, cobrança e amortização do investimento. Aí vamos repetir aquela abordagem de que também precisa ser dada a consistência em relação à questão da rede.

A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA (Representante da categoria profissional dos artistas) – Então:

4.1.4.3.3. Com exceção do dispositivo de conexão instalado no domicílio, que é o *cable modem*, que não pode ser dispensado, a exemplo do Conversor analógico, os demais fatores de custo e de preço podem observar basicamente os requisitos atribuídos às conexões e assinaturas do serviço de TV a cabo:

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Então, o ponto "a" está fora. Isso nós cortamos simplesmente, não é?

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA (Representante da ABTA) – Fazendo uma retificação, depende do modelo. Porque hoje, no modelo de TV por assinatura, já existe a ligação; mas, com a licença de serviço de comunicação multimídia, há o custo de ligação, porque o domicílio não precisa ter assinatura de TV. Então, retificando um pouco o que eu havia falado anteriormente, depende do modelo.

O SR. ARA APKAR MINASSIAN (Representante da Anatel) - José Francisco, eu queria acrescentar que inclusive há, e não podemos contrariar, o princípio que está estabelecido na página anterior de que muitos dependem ainda de bidirecionalidade que propiciaria esse serviço. Então, sempre a rede teria que ser mexida.

Às vezes, tem-se um amigo que quer ter o vírtua e não pode porque no prédio dele ainda não recebe o retorno. Então, isso envolve algum investimento de rede, não basta estar conectado. O fato de ter TV a cabo em casa não pressupõe a possibilidade de prestar o serviço, mesmo instalando *cable modem*.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – É por isso que nós tratamos, à parte, a questão da bidirecionalidade ,até como um pré-requisito

A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA (Representante da categoria profissional dos artistas) – Então, vamos ler para ver se está contemplado o que é necessário que conste.

I. **Custos de conexão do assinante à rede**:

a) ligação do domícilio à rede em condições especiais, com o assinante (a exemplo do que ocorre com a telefonia fixa), instalando a rede interna no domicílio (observando a orientação técnica das operadoras) e a operadora fazendo a conexão em um ponto externo ao domicílio;

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Não. Aí teríamos que puxar aquela versão proposta pelo Sr. Ara em relação ao ponto anterior. Acho que devemos puxar para cá, fazendo a observação de que, no caso de liberação da prestação do serviço sem a necessidade de assinatura, seria um custo integral da conexão.

A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA (Representante da categoria profissional dos artistas) – Vale então o item e a observação.

b) o custo de aquisição do assinante (marketing e vendas) seria reduzido ou substituído por uma grande campanha de sustentação da política pública de universalização do serviço, não onerando a assinatura básica de baixo preço;

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Ou reduzindo ônus.

A SRª BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA (Representante da categoria profissional dos artistas) –

II. Custos referentes à assinatura:

a) manutenção: os custos de manutenção, pela operadora, ao contrário da situação atual, se restringiriam à rede externa;

b) atendimento (*call center*): passaria a ser limitado, pois a manutenção, pelas operadoras, se restringiriam à rede externa;

c) cobrança: desenvolvimento de um serviço especial de cobrança que prescindiria o envio de boleto de cobrança bancário;

d) amortização do investimento na rede: para viabilizar a assinatura de baixo preço, não seria considerado na composição dos custos desta.

4.1.5. Ampliação das redes das atuais operações e implantação das redes dos serviços de TV a cabo em fase de instalação

4.1.5.1. A expressão das redes dos serviços utilizadas para prestação do serviço de TV a cabo em operação corresponderá a uma extensão destas deverá ser orientada de forma a compor uma equação compatível com a viabilização econômica do sistema.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Ali onde está escrito "a expressão", na verdade, é "a expansão", não é?

A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA (Representante da categoria profissional dos artistas) –

4.1.5.2. As empresas do segmento de TV a cabo avaliam que uma significativa parcela das redes encontra-se em áreas não econômicas, nas bases atuais em que o serviço é prestado e cobrado, Com a recomposição do modelo aqui formulado esta situação se alteraria e, com base nesta nova realidade, se pode projetar uma equação economicamente viável mesmo para as áreas atualmente definidas como não econômicas.

4.1.5.3. A mesma situação ocorre com a infra-estrutura e os serviços que ainda estão em fase de instalação e pode ser referência essencial para projetar a amplitude e o ritmo da sua expansão.

4.1.7. Outras oportunidades de acesso a serviços e redes de banda larga

4.1.7.1. Além do acesso aos serviços de TV a cabo e redes de banda larga enfatizado aqui em caráter individual e domiciliar, imprescindível para gerar um mercado de massas, o processo de universalização pode ser complementado por outras modalidades de acesso, entre as quais se destacam:

I – **Serviço Comunitário de TV a cabo**: Esta modalidade está voltada para atender a uma comunidade restrita e bem determinada como, por exemplo, um conjunto de domicílios localizado em morro, com uma população com severas restrições de poder aquisitivo ou com sérias dificuldades técnicas para instalação do serviço. Nestes casos, o sinal é entregue, por um preço fixo em um determinado ponto da comunidade, cabendo a esta o desenvolvimento de uma rede interna para conexão de cada um dos domicílios, responsabilizando-se também pela manutenção da mesma e rateando o preço da assinatura coletiva. Esta modalidade está sendo testada pela NET em projetos-piloto desenvolvidos em duas capitais.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Existe um projeto da TV Comunitária aqui no Congresso.

O SR. ARA APKAR MINASSIAN (Representante da Anatel) **–** Uma TV Comunitária aqui, na realidade, é serviço comunitário de TV a cabo, que é diferente do serviço...

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Eu sei. A preocupação é a seguinte: na radiodifusão, as rádios oficiais, legalmente instaladas no Brasil, FM, sobretudo, estão quebradas, porque a concorrência predatória das rádios comunitárias é um negócio absurdo. Hoje, segundo informação que obtive semana passada, já existem mais de 20 mil – pelo menos é o que se fala. Só em Roraima, um Deputado já disse que há 700 rádios comunitárias.

Então, esse serviço comunitário de TV a cabo, no futuro, poderia ser a solução, Dr. Ara Apkar.

O SR. ARA APKAR MINASSIAN (Representante da Anatel) **–** Pois não, estou ouvindo.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – É o seguinte: vejo aqui a possibilidade de negociarmos esse serviço comunitário de TV a cabo em detrimento da TV comunitária **lato sensu**.

O SR. ARA APKAR MINASSIAN (Representante da Anatel) **–** Talvez, aqui pudéssemos colocar serviço de TV a cabo a comunidades – não gosto muito do termo "baixa renda", mas, para comunidades...

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Carentes.

O SR. ARA APKAR MINASSIAN (Representante da Anatel) **–** Não, talvez colocássemos... Nós, internamente, estamos usando um nome que, talvez, não sei se repercute... Talvez um serviço de TV a cabo popular. Não sei que nome posso dar neste momento.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Gosto da palavra "comunitária", exatamente porque me dá um gancho. Nessa negociação, aqui no Congresso, dizemos que não é necessário fazer a TV comunitária aberta. Existe a chance de se fazer TV comunitária fechada. O próprio Conselho já aprovou um relatório, e a ABTA tem condições de fazer esse serviço de TV comunitária fechada. E tiramos essa possibilidade que, para nós, será um transtorno, de existir a TV comunitária aberta.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA (Representante da ABTA) – Então, talvez "serviço de TV a cabo comunitário" ou "serviço comunitário", como queiram.

Há um desconforto neste relatório. Se me permitirem, a última linha seria eliminada, que diz: "Essa modalidade está sendo testada". Entendo que não cabe colocar essa expressão, porque, amanhã ou depois, no Brasil inteiro, na linha que o senhor está conduzindo, Conselheiro Wagner, nós vamos ter uma série de testes.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – "Também quero testar a minha", vão dizer.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA (Representante da ABTA) – Exatamente. Acho isso extremamente perigoso. Sei que estamos acompanhando esses testes rigorosamente, por se tratar de algo bem restrito. Inclusive cheguei a comentar isso, não diretamente, mas retiraria essa expressão, se me permitirem. Quanto ao nome que for determinado, para mim, não tenho há nenhum desconforto. Concordo que talvez isso seja um gancho para negociarmos.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Exato. No

caso, a ABTA ficaria numa posição de força e confortável. "Olha, eu tenho condições de viabilizar isso, desde que sejam atendidos tais e tais pré-requisitos". As TVs abertas certamente iriam apoiar, porque deixariam de ter a concorrência predatória de TVs abertas comunitárias.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Quanto à natureza, tanto do documento como a da citação, quero lembrar que não estamos bancando isso ainda como uma posição conclusiva. Estamos apontando possibilidades que mereceriam ser reconhecidas ou consideradas. No caso, esse tipo de possibilidade não é um modelo que vai existir em todas as operações; são situações que até poderíamos identificá-las como extremas de incorporação, de contingente de população em situações bem determinadas, às quais ainda estão sendo estudadas. Penso que, de fato, não comporta citar as experiências piloto. Portanto, não podemos definir que todas as operações, em todas as áreas "terão" necessariamente; "poderão ter". É uma possibilidade de incorporação desses contingentes. E mais: tanto essa quanto outras modalidades, como ligação de hospitais, escolas, têm que ser entendidas, no contexto da hipótese que está sendo formulada, como aspectos complementares, porque, embora isso aí não seja de menor importância, o objetivo é criar um mercado de massa para a TV a cabo. E isso aí não cria um mercado de massa; ele complementa, amplia a utilidade social, de fato, mas o nosso entendimento é o de que o grande fator de ampliação da utilidade social é a criação do próprio mercado de massa. Esse é o aspecto transformador da realidade de incorporação em escala de dezenas de milhões. Então, sem diminuir a importância de todas as iniciativas que permitam esse transbordamento, inclusive esse, com uma possibilidade, que poderíamos reconhecer como extrema, não está no cerne do tipo de ampliação da utilidade social, que é justamente termos um mercado de massa em escala de dezenas de milhões.

A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA (Representante da categoria profissional dos artistas) – Viabilizar atividades.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Não sei se isso aí contempla a preocupação do Conselheiro Roberto Wagner. Então, merece ser citado isso aqui, não como um modelo para todas as operações; é uma possibilidade a ser exercida eventualmente, inclusive até porque, ao incluir no documento, apontamos...

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Deixando como está, para mim já fica a possibilidade aberta para depois se negociar. A redação está perfeita.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Mais alguma observação sobre isso?

A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA (Representante da categoria profissional dos artistas) – Então, seguindo:

II – **Pontos coletivos de acesso a serviços de TV a cabo e de banda larga**: A introdução dos serviços de TV a cabo e de banda larga, em particular acesso à Internet, em escolas, bibliotecas, hospitais, centros comunitários, telecentros para acesso de cidadãos em geral, entre outros, constitui uma importante alternativa para completar o processo de universalização aqui proposto.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – "Complementar o processo".

A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA (Representante da categoria profissional dos artistas) – "Para completar".

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Não, aqui está, tem que ajustar, mas a idéia é essa.

A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA (Representante da categoria profissional dos artistas) – Então, passando ao Item 5:

5. OBJETIVOS DA AMPLIAÇÃO DA UTILIDADE SOCIAL DO SERVIÇO

5.1. Objetivo geral da ampliação da utilidade social do serviço

Em consonância com o objetivo estratégico estabelecido, define-se como objetivo geral para concretizar a ampliação da utilidade social do serviço de TV a cabo a disponibilização para os assinantes de um pacote básico de canais com conteúdo diversificado e relevante, de facilitação de meios para acesso a rede de banda larga com orientação para a promoção da inclusão digital e de acesso ao mercado de canais pagos, segmentados ou não, de acordo com as possibilidades de consumo de cada assinante.

5.2. Objetivos específicos da ampliação da utilidade social do serviço

5.2.1. Proporcionar aos assinantes, com o menor preço de assinatura possível, um pacote básico com conteúdo diversificado e relevante em quatro aspectos:

I. **promoção da cidadania**; incluindo os 7 canais de utilidade pública (incluindo o do Judiciário). Com a digitalização da TV a cabo deve ser incluído o desdobramento do canal legislativo, dedicando-se um para as Assembléias Legislativas e outro para as Câ-

maras de Vereadores e um canal para cada um dos três níveis do Poder Executivo (Federal, Estadual e Municipal), complementando as "janelas eletrônicas" abertas para as instituições disponibilizadas para os cidadãos;

II. **formação cultural**: composição com canais internacionais disponíveis gratuitamente (português, espanhol, inglês, italiano, francês, alemão, entre outros) e outros que componham este perfil. A utilização destes canais pode ser valorizada com a introdução de dublagem, legendagem e aplicação *close-caption*, o que pode ser desenvolvido com um custo ínfimo em relação ao benefício social que proporcionaria.

III. **educação e capacitação**: Futura e outros que componham o perfil;

IV. **entretenimento**: canais da TV aberta e outros que componham o perfil

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Infelizmente, vamos ter que sofrer a ausência do nosso convidado, Ara Minassian, que já tinha compromissos agendados anteriormente e fez um grande esforço para estar conosco aqui até este momento, a quem agradecemos e de quem esperaremos outras contribuições, observações que se mostraram aqui extremamente procedentes em relação aos itens dos quais ele não vai poder participar do debate aqui.

Então, agradecendo a presença do Ara, continuaremos esperando a sua contribuição.

O SR. ARA APKAR MINASSIAN (Representante da Anatel) **–** Agradeço também os demais companheiros que estão aqui presentes. De qualquer forma, dois companheiros da Anatel vão ficar aqui até o final dos trabalhos.

Muito obrigado e desculpem.

A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA (Representante da categoria profissional dos artistas) – Seguimos então?

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Vamos entrar, posteriormente, na questão de banda larga e aqui tinha uma referência que faltou incluir o item, apenas para excitar a imaginação e possibilidades que seria a identificação dos canais de uso eventual como base para se produzir programas e veiculação de eventos capazes de responder às demandas dessas áreas, especialmente em educação e capacitação, permitindo que determinadas abordagens, ou determinados eventos, até voltados para esse aspecto de capacitação possam ser veiculados. Então, o evento, por exemplo, de segurança no trabalho, questões de saúde poderiam ser objetos de um programa que vai durar um dia, dois dias e permitiria atingir esses objetivos de um modo geral, mas, especialmente, de um item que é relevante para justificar, inclusive, esse tipo de recurso, como o de vale-tevê, que estamos explorando aqui. Enfim, colocar a possibilidade de acesso dos assinantes a esse tipo de conteúdo é um fator extremamente relevante para essa ampliação de utilidade social e possibilidade de atingir esses objetivos.

A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA (Representante da categoria profissional dos artistas) – Entraria o quê? TV Escola, Sistema S, até parte da programação da rede pública.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Sim. Mais um item, destacando que é um recurso existente no serviço, que pode ser utilizado e aí, com certeza, na medida que isso for reconhecido, certamente não faltarão empresas ou até partes de eventos especializados. E ocorre, como segurança no trabalho, por exemplo, que, seguramente, tem eventos em todo o Brasil. É algo que poderia justificar um programa de duas horas ou transmitir uma palestra, enfim, para permitir que essas coisas possam ser disponibilizadas publicamente naquilo que comportaria fazê-lo.

A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA (Representante da categoria profissional dos artistas) – Segmentação.

Seguindo:

5.2.2. Disponibilização de rede de banda larga para viabilização de objetivos específicos e projetos voltados para a promoção da inclusão digital.

5.2.3. A exemplo do que acontece em outros países o estímulo ao acesso a programação relevante do pacote básico, para finalidades educativas, de capacitação, de cidadania ou cultural, em um sentido amplo, pode ser desenvolvido por revistas e publicações que identifiquem, sumariem e comentem os programas indicados.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Aqui tem um outro item que faltou e que seria relevante como conclusão das duas etapas que foram feitas. Trata-se da identificação como resultante da possibilidade de termos uma assinatura mensal numa faixa de R$20,00 a R$25,00, sem um afinamento de números e custos, uma estimativa ainda genérica, mas para sinalizar o tipo de preço a que poderemos chegar, de R$20,00 a R$25,00, numa disseminação sem o URD na ponta do usuário.

A mesma coisa em relação aos serviços de banda larga, com a ressalva de que deveríamos ter um *cable modem*. Se for nas bases atuais, aí ele não se

viabilizaria; então, seria na proposta da USP, esperando que a expectativa do Professor Ursúfulo se concretize e tenhamos um equipamento nessa faixa em torno de R$150,00 e com a funcionalidade necessária.

A existência do *cable modem*, vale ressaltar, não resolve ainda o problema da inclusão digital, porque teremos que definir que capacidade de processamento, além do *cable modem* se teria nessa ponta do assinante. Então, nesse sentido, os projetos de promoção da inclusão digital terão que complementar a conexão com uma definição da capacidade de processamento e do custo que haveria na ponta do assinante. Então, é algo que necessariamente precisará de uma complementação.

Mas a base de preço a que se chegou foi algo desta ordem, ou seja, assinaturas da ordem de R$25,00, no caso da tevê, prescindindo da URD, ou seja, com entrega de canais não codificados, numa primeira fase. Depois, com a digitalização, teremos um outro cenário, quase que a curto e médio prazos e os mesmos valores para assinatura do serviço de banda larga, ressalvado esse problema do *cable* e dos outros recursos de processamento. Aí já é uma situação mais complexa.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Só para entender. O senhor está defendendo a idéia de colocar aqui no relatório que esse pacote ficaria em torno de R$20,00.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Não, não estou falando nem que ele deve e nem que ele vai...

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Acho que não deveria haver referência a valores. Estamos defendendo a idéia de que é possível. Quanto vai custar, é uma série de...

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Sim. Acho que podemos fazer todas as ressalvas possíveis. Agora, não estamos nem defendendo nem indicando que esse será o preço alcançado. Talvez ele possa ser maior ou menor, mas as avaliações feitas foram as de que se poderia chegar a esses valores, que são indicativos para passar a idéia de que não há precisão. Agora, para dar uma ordem de grandeza e de acessibilidade, sendo que dificilmente teremos um valor inferior a isso, fazendo um comentário sobre essa avaliação.

Quando falamos em R$20,00 ou R$25,00, seria algo que especialmente...

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Aqui não se fala nesse valor. A idéia é colocá-lo ou não?

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – A idéia é colocar para passar uma ordem de grandeza e ver aquilo que seria objeto do subsídio, porque não temos como entrar nos extratos inferiores de classe "C" e muito menos "D" e "E" com uma mensalidade de R$25,00; isso é inacessível. Trata-se de um valor dessa ordem. Penso que todas as ressalvas têm que ser feitas para mostrar que isso é mais um exemplo, uma possibilidade, uma ordem de grandeza. É numa mensalidade dessa base que vão incidir os subsídios.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Então, seria o caso do 5.2.1 – Proporcionar aos assinantes, com o preço aproximado de R$20,00, a assinatura.

A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA (Representante da categoria profissional dos artistas) – Entre US$5 e US$10.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Um pacote básico.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Sim. A idéia não é nem dizer que essa vai ser o que queremos; é a da mais barata possível. Essa é a ordem de grandeza a que parece ser possível chegar.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Eu não colocaria, não; deixaria o menor preço de assinatura possível.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Nesse caso, ficaria a dúvida. Se, hoje, a média de assinaturas é R$ 60,00, se não indicarmos uma ordem de grandeza...

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – É razoável colocar R$20,00? Dêem a opinião de V. Sªs, por favor.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA (Representante da ABTA) – De até R$25,00, mas reconhecendo que esse é um valor elevado. A idéia do Daniel é importante, porque as pessoas precisam ter uma dimensão de quanto subsidiar, para que esse valor fique ao alcance da população.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Estou achando R$25,00 alto; penso que deve ser muito menos.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA (Representante da ABTA) – O problema é o de que R$25,00 é alto sob o aspecto da capacidade de pagar, mas está no limite de custo.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – No limite de custo, dependendo das coisas. Se há uma série de vantagens, limita-se.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA (Representante da ABTA) – As pessoas podem identificar o montante de vantagem...

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – O que há de dispositivo na Constituição Federal que obriga os Estados, os Municípios, o Distrito Federal e a União a gastar, para fazer inclusão digital está aqui, é só ler. São quase 50 artigos.

Penso que dá para negociarmos algo absolutamente compatível com a realidade de um salário mínimo de R$280,00. Porque R$25,00 são quase 10% do salário. Esse número não pode ser muito alto, porque dá a idéia de que se está blefando. Estamos fazendo um trabalho, e vêm com número de R$25,00, que, na verdade, não vai resolver.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA (Representante da ABTA) – O que se quis dizer é que, admitindo-se R$10,00 como um valor razoável e tendo-se a noção de que R$25,00 é um valor possível nas condições atuais, temos que dar um jeito de promover incentivos, para fazer com que este último se reduza em R$15,00. Nesse aspecto, é relevante tal montante, porque esse é o desafio.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Já que é para apresentar um desafio, que se estabeleça um número que se vai buscar.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – O nosso compromisso aqui é criar um sistema que seja economicamente viável. Tenho convicção de que uma assinatura de R$10,00 é inviável, não vai produzir o mercado de massa, não vai resolver, até porque R$10,00 para dois salários mínimos é muita coisa; para R$500,00, é um peso no orçamento.

Estamos falando aqui do que tem a maior correspondência possível com os custos e precisa ser reconhecido. Talvez não sejam R$20,00, mas R$18,00 ou R$19,00, num um ajuste fino. Agora, tenho certeza de que, com menos de R$15,00, não se viabiliza o sistema.

Com o nosso problema identificado, com uma composição de custos e os preços decorrentes, precisamos criar condição de subsídio, para dar acesso até mesmo a quem ganha um salário mínimo. E estamos fazendo uma sinalização que talvez seja pobre e que ficou única: a de comprometimento de 1% da renda, ou seja, no caso de um salário mínimo é R$2,50, daí por diante. O artifício que estamos utilizando foi o que encontramos, e considero justificável, é um vale semelhante ao vale-transporte. Daí em diante, existiriam incentivos para os empregadores cobrirem a diferença entre o comprometimento máximo da renda do assinante com outra parcela coberta pelo empregador, que seria a forma subsidiada. Não há outra maneira. E aí, mesmo que se definissem R$10,00, isso é caríssimo para o tipo alcance que queremos produzir.

Então, a idéia se R$20,00 ou R$25,00 pode parecer muito elevado, é como disse o André: trata-se de identificarmos qual é a incidência de subsídio, a dimensão do subsídio que se precisa produzir para gerar o que estamos chamando de universalização. Penso que não há escapatória. A sinalização de um número permite que esse debate flua. Não estamos dizendo que vai ser. Estamos dizendo que é uma possibilidade que se vislumbrou e que vai ter que...

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – O conceito é muito vago.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Qual conceito?

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Estamos discutindo um conceito. Qual conceito? Universalizar, quer dizer, democratizar o acesso à tevê por assinatura. Então, se se coloca um número, fico pensando como um crítico. Digamos que o Conselho tenha chegado à conclusão de que um pacote viável é de R$25,00. Esse pessoal está dormindo. Não estão sabendo que R$25,00 é quase 10% da renda do trabalhador. Portanto, não vai universalizar.

Então, considero esse valor de R$25,00 absolutamente alto. Não vai resolver. Já que não vai resolver, porque colocar um número, que vai complicar? Deixa como está aqui, vago, e o trabalho nosso, junto com a BTA, é convencer o Governo de que ele terá que intervir para viabilizar esse vale-tevê e uma série de vantagens em que se possa vender essa assinatura a R$5,00, R$8,00. Tudo tem preço.

Dando um exemplo, sou dono de posto de gasolina, tenho rede de postos de gasolina. Estou comprando por R$1,80 e vendendo a R$1,82. Todo o setor está com dificuldades, porque o Governo resolveu intervir e achatou todo mundo. Então, as pessoas

hoje estão vivendo em função de um achatamento. O Governo vai ter que ajudar. É meta do Lula – esses dias ele estava falando – fazer a inclusão digital de qualquer forma. Se é meta dele, ele tem que fazer a parte dele. Essa grade aqui pode custar zero para as tevês.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Mas não custa zero.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Pode custar. A questão da tevê aberta não tem legislação que obrigue. Se tiver legislação que obrigue as tevês abertas serem sem ônus, você já matou. O resto é tevê que não cobra nada.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Sim, mas mesmo para essa operação, se é R$1,00, R$2,00 ou R$3,00, existe um custo. Se não considerarmos toda a composição de custo, não estamos fazendo aquilo a que estamos nos propondo, ou seja, criar um mercado de massa de serviço de tevê a cabo economicamente viável e que permita estruturar o mercado no Brasil.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – O conceito é viabilizar. Então, sou contra o número; porém, posso ser voto vencido.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA (Representante da ABTA) – A questão do número é só forma. No fundo, estamos dizendo a mesma coisa, ou seja, estamos falando sobre qual é o modo de dar esse recado. No fundo, é dizer que há, além de tudo isso, a necessidade de um componente de incentivo que permita que os operadores sejam remunerados e, no entanto, o assinante tenha um preço que possa pagar, compatível com o rendimento dele.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – E aí tem o hiato, ou seja...

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA (Representante da ABTA) – Tem o hiato que é o nível do...

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Há o custo e o preço, de um lado; o poder aquisitivo, do outro. O número, mesmo que fosse reduzido em relação a isso aqui, não estaria ainda acessível para o tipo de público que queremos incorporar. Então, é nesse ato que deve incidir subsídios, como também certo dimensionamento. Sempre insisto que devem ser feitas todas as ressalvas em relação a isso: que é exemplificativo, é para sinalizar uma ordem de grandeza e para mostrar que, por mais reduzido que seja, não vamos chegar a um preço de assinatura assimilável pelos segmentos C, D e E, como queremos fazer. Então, essa ordem de grandeza vai permitir discutir a questão do subsídio. Não há como fazer isso sem alguma forma de subsídio. Se vai incidir sobre 20, ou 18 ou 26, isso é algo que o processo vai definir depois. Sem subsídio não há como fazer essa massificação.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Mas está claro aqui. Eu acho que não existe dificuldade. É preciso o braço do Estado para baratear o serviço. Isso está claro.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Até porque essa compreensão, mesmo no Congresso, não é muito clara. Como a média geral dos preços de assinatura hoje se situa em torno de R$60,00, sendo que os pacotes mais completos podem chegar até R$120,00 ou R$130,00, então é uma realidade que precisa de algum parâmetro de identificação, para que se possa situar como é que nós vamos incidir nessa situação toda para gerar a massificação que nós estamos pretendendo. Então, a idéia de apresentar um número não é restritiva nem pretende condicionar isso; é apenas para sinalizar um cenário no qual nós estamos procurando incidir.

A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA (Representante da categoria profissional dos artistas) – Prosseguimos?

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Berenice, desempate.

A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA (Representante da categoria profissional dos artistas) – Eu, particularmente, penso que o serviço não vai ser de graça sob nenhum aspecto, em momento nenhum. Estamos trabalhando aqui na perspectiva de viabilizar esse segmento e impedir a desnacionalização dessa atividade. Todo o esforço foi nesse sentido.

Se o valor de R$20,00 é ainda alto para a universalização do serviço, nós já questionamos isso aqui. Seria uma universalização no âmbito da infra-estrutura instalada hoje, nas áreas onde existem as redes – isso num primeiro momento. E isso, de certa forma, exclui a universalização total como uma possibilidade de experiência-piloto para ser levada aos morros etc. Nós sabemos que 50 milhões de pessoas no Brasil não têm acesso – não é à TV – à comida, não tem acesso à casa, não têm acesso à água. E essas pessoas, obviamente, não terão acesso à TV nem de graça. Não vão assistir a nenhuma forma de TV. Eu penso, Dr. Roberto, que, se hoje custa 60 e

nós sinalizarmos 20, já é um bom preço para começar a discutir.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Quinze seria muito caro também.

A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA (Representante da categoria profissional dos artistas) – Exatamente. A TV de graça já seria muito cara hoje no Brasil. Antes seria preciso dar água, escola, energia elétrica. Antes de dar TV, é preciso fornecer energia. É isso.

Podemos continuar?

6. O Novo Mercado Gerado pela Recomposição do Modelo:

6.1. A extraordinária ampliação da base de assinantes pretendida por esta recomposição do modelo de serviços e negócios, pretendendo gerar como efeito um novo mercado, com padrões de consumo distintos dos estratos de alta renda que atualmente consomem pacotes sofisticados de canais.

6.2. A incorporação, em larga escala, de contingentes dos segmentos de renda B, C, D e E implicará na adoção de práticas comerciais, como a própria ABTA vem cogitando em suas formulações, chegando até a aquisição de canais individualmente produzindo uma escala de consumo até agora inexistente no serviço, mesmo nos pacotes adquiridos pelos estratos de alta renda.

Bem, eu só queria relembrar que essa a primeira redação do relatório e que nós temos que ir adequando...

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – A redação está ruim aqui. Tem que ajustar.

A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA (Representante da categoria profissional dos artistas) – Mas está claro para todo o mundo do que se trata. Continuo:

6.3. As modalidades de aquisição de consumo individualizado enfrenta dificuldades técnicas no sistema analógico e só se viabilizará integralmente, do ponto de vista técnico, com toda a sua potencialidade, com a digitalização do serviço de TV a cabo, como será especificado mais adiante.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Aqui, há uma ou duas frases que explicam as dificuldades técnica. Eu acabei não as encontrando, mas há notas explicando por que há limitações bastante severas no sistema digital. Nós resolvemos isso com uma ou duas frases.

A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA (Representante da categoria profissional dos artistas) –

6.4. Pode-se conceber um mercado no qual, além das aquisições dos canais pelos assinantes, uma vez consolidado o novo perfil do serviço, pode-se conceber outras formas de comercialização que atualmente podem parecer inusitadas como, por exemplo, a oferta de assinaturas mensais de canais como brinde, na aquisição de produtos ou em promoções do varejo. Um pacote de refrigerantes, por exemplo, pode ofertar como brinde um mês de assinatura de um canal de esportes. Certamente não faltará criatividade para aproveitar as oportunidades geradas por um mercado desenvolvido em escala de massas, como o que aqui está se propondo viabilizar.

7. Oportunidades para a Produção Audiovisual Brasileira

7.1. A incorporação do imenso contingente de população no mercado de TV a cabo, principalmente oriundos dos segmentos de renda B, C, D e E, reforçará a demanda por conteúdo brasileiro, já expressa na manifesta preferência (inclusive nos segmentos de renda A e B) pela TV aberta.

7.2. Esta demanda por conteúdo nacional, que se prevê em larga escala, abre uma extraordinária oportunidade para que se desenvolva no país um indústria voltada para este novo mercado.

Esta oportunidade precisa ser considerada não só pelos empreendedores atuantes na produção audiovisual brasileira independente. O Poder Executivo deve adotar uma política voltada para:

I – estimular a descentralização da produção audiovisual, com a criação de pólos regionais, alguns existentes e outros ainda em formação, nenhum dos quais ainda encontrando escala industrial de produção;

II – formação de recursos humanos necessários ao desenvolvimento de uma base industrial de produção audiovisual independente no Brasil;

III – desenvolvimento de tecnologia para a produção audiovisual digital e de outros serviços relacionados;

IV – apoio à disputa do mercado internacional pela produção audiovisual brasileira independente.

8. **Meios para Viabilizar Serviços com Baixos Preços**

8.1. Fundamentação de um sistema de Vale TV e Internet

8.2. Itens de estruturação de um sistema de Vale TV e Internet

(Itens dos programas Vale-Transporte e Vale-Refeição)

Itens
Vale TV e Internet

Custeio

– Beneficiário paga uma contrapartida correspondente a 1% da renda

– Empregador custeia o excedente à parcela de 1% da renda do beneficiário

Benefício

– Valor total da mensalidade do pacote básico e/ou do serviço de acesso à Internet por rede de banda larga

– Não pode ser concedido em dinheiro.

Emissão e comercialização

– Empresa operadora do serviço de TV a cabo ou consórcio

– Em centrais ou postos de venda

– Aquisição dos vales ou cartões magnetizados pelo empregador

Deduções

– Dedução do imposto de renda do valor das despesas comprovadamente realizadas, limitadas a uma redução de no máximo 10% do imposto devido em cada exercício.

Incidência tributária e fiscal

– Não tem natureza salarial

– Não incide contribuição previdenciária ou do FGTS

– Não configura rendimento tributável do beneficiário

– Não se incorpora à remuneração para quaisquer efeitos

Formalização

– Convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho

– Cadastro de empresas e fornecedores no Ministério do Trabalho.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Aqui há que se fazer duas observações preliminares. Primeiro, foram relacionados aqui alguns itens, mas há vários outros. Foi feita uma seleção de itens que aparentemente são pertinentes nos modelos de vale-transporte e vale-refeição. A impressão que me deu, ao estudar essas duas legislações, é que elas fornecem uma base já bastante razoável para uma formulação dessa natureza.

A questão essencial, menos do que a modalidade e os aspectos operacionais, é a linha de fundamentação. O vale-transporte está alicerçado não somente na idéia de preservação da renda, mas também de viabilização de um sistema de transporte público por meio de uma sistematização das formas de receita.

O vale-refeição está alicerçado, fundamentalmente, essencialmente, na idéia de saúde pública.

Assim, com esses argumentos de relevância, acho que teríamos condições de ter uma fundamentação também alicerçada em aspectos de relevância dos serviços. Ou seja, tanto dos de banda larga quanto os de TV a cabo.

As notas que eu tinha sobre o assunto foram extraviadas eletronicamente, mas elas existem. Na verdade, elas têm uma correspondência com aquelas questões de conteúdo. Por que deve existir subsídio para a TV a cabo e exclusão digital. O combate à exclusão digita, como foi citado aqui várias vezes pelo Conselheiro Roberto Wagner, está sobejamente fundamentado. Isso é algo que não envolve nenhuma discussão. Nós precisaríamos só fazer um alinhamento.

No que diz respeito à TV, os aspectos seriam relevantes – aí há uma simetria em relação às questões de conteúdo – referentes à cidadania, à formação cultural em sentido amplo, à capacitação e formação de recursos humanos.

Há um livro que apresenta uma abordagem muito interessante de uma advogada, livro publicado recentemente, o reconhecimento no direito da base constitucional para o direito ao entretenimento e que merece ser restrito. Essa é uma abordagem muito interessante e eu recomendaria. Não me lembro do nome da autora nem do livro, mas depois passaremos para os participantes. É algo que merece respeito, porque tem uma fundamentação da base constitucional do direito e entretenimento. Então, são quatro elementos de fundamentação. Vou, nas próximas horas, achar essas notas. A questão chave é a da fundamentação. A operacionalidade é *a posteriori*. E, como lembrou o Conselheiro Roberto Wagner, evidentemente, se for o artifício encontrado, de fato, seja porque esgotou a nossa criatividade, ou porque talvez seja o melhor mesmo, não conseguimos ver além dessa possibilidade de produção de subsídios de uma forma funcional e testada já com outras modalidades. Talvez existam outras formas de enfrentar esse hiato entre os custos mínimos e o preço mínimo correspondente e a capacidade aquisitiva. Talvez existam outras formas de enfrentar esse hiato. Recorremos a uma fórmula que já se mostrou viável para outros segmentos. A relevância social de distribuirmos TV atingindo esses objetivos tem uma analogia

equivalente à que se atribuiu ao transporte e à alimentação nas sociedades contemporâneas. Essa é a fundamentação que justificaria isso, sem prejuízo de outras alternativas que possamos identificar.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Sr. Presidente, bem rapidamente. Diz o art. 5º, inciso XIV: É assegurado a todos o acesso à informação.

Art. 6º – São direitos sociais a educação e o lazer.

Art. 7º – São direitos dos trabalhadores: inciso XXVII – Proteção em face da automação. É a exigência de proteger o trabalhador contra a automação. Quer dizer, a inclusão digital.

Art. 23 – É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios:

V – proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência;

X – combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos.

Art. 215 – O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e o acesso às fontes da cultura nacional.

Finalmente, o art. 216, § 3º: "A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais".

Está tudo aqui. Talvez o nome vá ser Inclusão Digital via TV a Cabo, uma hipótese.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – É que são duas. Uma, o braço de inclusão digital, e a outra, o braço de acesso à...

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Está associado. A TV digital, a TV a cabo com a Internet, resolve.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Essa é uma explicação de como entrou. A origem dessa formulação foi um item colocado no primeiro documento de proposta de modelos e negócios da ABTA, que foi citado ali, sem desenvolvimento. Na verdade, acabamos voltando para isso porque parece que talvez seja essa a fórmula mais consagrada, inclusive do ponto de vista operacional, amplamente testada nessas duas modalidades. Se o aspecto de relevância for demonstrado – acho que ele é demonstrável, inclusive por todos esses aspectos constitucionais que o Conselheiro Roberto Wagner acabou de citar – a fundamentação é tranqüila. Nas sociedades contemporâneas a disseminação de informação dessa natureza, com esses aspectos, é imprescindível.

A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA (Representante da categoria profissional dos artistas) – Fundamental.

Podemos prosseguir?

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) **–** Prosseguimos?

A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA (Representante da categoria profissional dos artistas) – Acho que não é necessário detalhar esse quadro, ele segue os mesmos elementos de custeio, benefício, emissão e comercialização.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Com a lacuna da fundamentação, o essencial ficou reduzido aqui a alguns aspectos operacionais dos outros modelos que dão uma caracterizada na funcionalidade do sistema.

A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA (Representante da categoria profissional dos artistas) – Deduções, incidência tributária e fiscal e a formalização em si da proposta, que seguem, como o Conselheiro Daniel expôs, os atestados sistemas de vale-transporte e vale-refeição.

9. Digitalização do Serviço de Tv a Cabo

9.1. A necessidade de digitalização do serviço de TV a cabo

9.1.1. A digitalização do serviço de TV a cabo é considerada como algo inevitável. A percepção do mercado é que se a TV aberta quer digitalizar, a TV a cabo tem que digitalizar.

9.1.2. A TV a cabo precisa evoluir com a digitalização, entre outros aspectos, para enfrentar a concorrência do DTH que já nasceu digital e hoje apresenta recursos e serviços alternativas técnicas bem mais avançadas do que o cabo como, por exemplo:

a) Guia de programação, no qual o assinante navega, de forma amigável, fazendo consultas;

b) dados da programação em exibição e tempo decorrido;

c) disponibilidade de aproximadamente 300 canais;

d) 80 canais *pay-per-view* cm oferta de 10 a 20 filmes (enquanto o cabo analógico só pode oferecer 4 ou 5), sendo que, pelo menos, 4 canais incluem filmes iniciados de ½ em ½ hora;

e) serviço de áudio digital, com dezenas de programações especializadas em distintos gêneros musicais;

f) interatividade local, com armazenamento no Conversor digital de informações e notícias que podem ser consultadas de forma semelhante como se utiliza a Internet;

g) recursos de exibição de vídeo em ¼ de tela, enquanto o assinante faz consulta aos serviços de informação;

h) o assinante pode receber mensagens da operadora, inclusive personalizadas, pelo sistema de interatividade local;

i) o conversor digital e a antena podem ser adquiridos em rede de varejo;

j) facilidade em mudança de domicílio ou relocalização da antena e do Conversor digital;

k) O Conversor digital pode incorporar recursos sofisticados como disco rígido para gravar programação, capacidade de registro e de aprendizado das preferências do assinante, recursos para pular automaticamente os comerciais e interface com *cable modem*;

l) o modelo de comercialização adotado é sem contato direto da operadora com o assinante, no que se refere aos serviços de instalação, que são terceirizados, tendendo a conferir mais agilidade no atendimento das suas demandas;

m) O retorno de informações do assinante para a operadora, inclusive de consumo de programas, se dá através de linha telefônica, através de um modem de 2kb, que é operado automaticamente, sem intervenção do assinante, geralmente na madrugada;

n) para a operadora o serviço recolhe informações sobre hábitos de consumo do assinante, e programa a inserção de publicidade conforme estes hábitos.

O SR. ALEXANDRE ANNEMBERG (Representante da ABTA) – Desculpe-me, apenas para tirar uma dúvida. No item "l", o modelo de comercialização adotado é sem contato direto da operadora. Eu não entendi o que isso tem a ver com a digitalização. Acho que não cabe. No caso do cabo, não é esse o modelo.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Na verdade, houve uma simples transcrição de tópicos.

O SR. ANDRÉ MÜLLER BORGES (Representante da ABTA) – De todas as vantagens que tem o DTH, porque, por exemplo, o "j" numa se aplicaria a cabo, quanto à facilidade, porque continua preso a uma rede de cabos; o "j", ou não.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Quanto ao "m", também. É uma questão operacional.

O SR. ALEXANDRE ANNEMBERG (Representante da ABTA) – Bem lembrado. O André lembrou aqui o "j", que não tem relação com o cabo.

A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA (Representante da categoria profissional dos artistas) – Então, cabe uma revisão nesses itens.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – O que cortaríamos?

A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA (Representante da categoria profissional dos artistas) – O "j", "l" e o "n".

O SR. ANDRÉ MÜLLER BORGES (Representante da ABTA) – O "n"? Por quê? O "n", ocorreria com a digitalização, para qualquer um. Temos aqui o seguinte: "Recolhe informações sobre hábitos de consumo".

O SR. ALEXANDRE ANNEMBERG (Representante da ABTA) – Na verdade, o "m" não caberia, quando fala: "O retorno de informações do assinante para a operadora se dá através de linha telefônica". Isso não cabe, é típico de DTH.

O SR. ANDRÉ MÜLLER BORGES (Representante da ABTA) – Não, mas também poderá ser para nós, em áreas não bidirecionais.

O SR. ALEXANDRE ANNEMBERG (Representante da ABTA) – Mas não isso que estamos imaginando com a digitalização.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Então, cortamos o "m" também?

O SR. ALEXANDRE ANNEMBERG (Representante da ABTA) – Penso que sim.

A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA (Representante da categoria profissional dos artistas) – Mantém o "n"?

O SR. ALEXANDRE ANNEMBERG (Representante da ABTA) – O "n" pode ficar.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Mais algum?

A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA (Representante da categoria profissional dos artistas) – Deixaria os dois, "m" e "n".

O SR. ANDRÉ MÜLLER BORGES (Representante da ABTA) – Novamente, o "m" não é aplicável no melhor modelo, mas num modelo mais barato também vai ser aplicado. O DTH é digital e tem que fazer o retorno por via telefônica. Teoricamente, o cabo não

precisa, desde que a rede seja bidirecional. Acontece que 100% da rede não são bidirecionais.

O SR. ALEXANDRE ANNEMBERG (Representante da ABTA) – Mas quando digitalizar, necessariamente ela se tornará bidirecional. Quando se fizer a digitalização se faz a bidirecionalidade.

O SR. ANDRÉ MÜLLER BORGES (Representante da ABTA) – Não necessariamente.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Num processo, mas num ponto de chegada, no final da digitalização ela vai ser completa.

O SR. ANDRÉ MÜLLER BORGES (Representante da ABTA) – Não precisa ter um rede bidirecional para ter o serviço digital.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Perfeito, isso está afirmado.

O SR. ANDRÉ MÜLLER BORGES (Representante da ABTA) – Mas é diante dessa circunstância que estou analisando o "m". Onde ela for bidirecional, com certeza isso não se aplica, mas onde não for se aplicará.

A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA (Representante da categoria profissional dos artistas) – Então, mantém?

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Na verdade, estamos falando de características do DTH. Então, o reconhecimento dessa característica pode até sugerir possibilidades transitórias. Com certeza, não vamos detalhar isso em relação ao cabo, mas no universo dos recursos utilizados pelo DTH, podem ser consideradas referências para o processo de transição.

O SR. ANDRÉ MÜLLER BORGES (Representante da ABTA) – Penso que temos que listar todos os diferenciais que o cabo pode alcançar.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Sim.

Na verdade, cortamos o "j" e o "l", deixamos os outros dois. É isso?

A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA (Representante da categoria profissional dos artistas) – Deixamos todos os outros.

Então, seguindo.

9.2. A digitalização do serviço de TV a cabo pode ser desenvolvida sem qualquer alteração na infra-estrutura das redes. Mesmo as redes mais antigas e até mesmo as que não dispõem de recursos de bidirecionalidade podem ser digitalizadas. A viabilização desta se dá com a substituição, no domicílio do assinante, do Conversor Analógico por um Conversor Digital e, no cabeçal (*head-end*) da operadora com a troca de um modulador analógico por um digital.

9.3. Os operadores atualmente recebem digitalizados os sinais dos canais que retransmitem. Cada canal é recebido por m equipamento com saída analógica de onde os sinais seguem para um modulador analógico que utiliza uma faixa de freqüência e atribui um número para o canal. A digitalização implica na substituição de cada um dos moduladores analógicos por modulares digitais, que custam cerca de US$ 3.000 (RS$ 9.000).

9.4. Com a digitalização, não há impacto maior na qualidade da imagem, preservando-se a definição que é recebida. Caso esta seja incrementada, sendo transmitida com requisitos de alta definição, por exemplo, esta vantagem só será usufruída pelos assinantes que dispuserem de um monitor capaz de reproduzir esta qualidade de definição.

9.5 A grande vantagem e a mais imediata é o ganho de utilização do espectro no serviço. Dos atuais 66 canais viabilizados pelo serviço de TV a cabo em bases analógicas, pode-se chegar até cerca de 500 canais com o sistema digitalizado.

9.6. Com a digitalização, além da ampliação do número de canais oferecidos, a TV a cabo poderá prestar os mesmos serviços complementares hoje disponíveis no DTH.

9.7. As transmissões e a recepção pelos assinantes também podem se manter simultaneamente digitais e analógicas, com a duplicação das transmissões nas duas modalidades. Ocorrendo isso, os assinantes receberão e utilizarão o sinal de acordo com o Conversor Analógico ou Digital que dispuserem.

9.8. Esta situação permite que no processo de digitalização, enquanto são introduzidos Conversores digitais em determinados domicílios, haja o deslocamento dos Conversores analógicos destes domicílios para outros, sem necessidade de aquisição de novos, estabelecendo uma fase de transição no serviço, com a utilização de equipamentos já disponíveis.

9.9. A configuração do modelo de universalização aqui proposto, terá como resultado final um serviço totalmente digitalizado e comporta o uso conjunto de todas as soluções que o tornarem economicamente viável, sendo que a sua especificação depende de uma avaliação de custos, viabilidade e oportunidade.

O SR. ANDRÉ MÜLLER BORGES (Representante da ABTA) – No 9.5, talvez, vale a pena enfatizar que, além do maior número de canais, em especial, pode ter um maior número de pacotes. Lembramos que isso era uma restrição do analógico, então, vale

ressaltar esse aspecto. E os pacotes e programação têm uma variação de preço relevante.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Seria a forma de administrar ou de estruturar a comercialização que poderia chegar a um grande número de pacotes, inclusive até a oferta individual de canais.

O SR. ANDRÉ MÜLLER BORGES (Representante da ABTA) – No limite.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – No limite.

A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA (Representante da categoria profissional dos artistas) –

9.10. **O papel central dos Conversores digitais**

9.10.1. O elemento chave do processo de digitalização da TV a cabo é o DSTB (*Set Top Box Digital*), equipamento que aqui está sendo denominado de Conversor Digital\. Este substituirá os atuais Conversores analógicos na função de receber os sinais que vêm pelo cabo, sintonizar os canais e decodificá-los de forma adequada para exibição no receptor de televisão do assinante.

9.10.2. Estas funções de sintonia e decodificação podem estar em um Conversor digital externo, como o referido Conversor ou podem também ser exercidas por um dispositivo Conversor instalado no interior do receptor de televisão.

9.10.3. Diferentemente dos atuais Conversores analógicos, que são simples sintonizadores e decodificadores dos sinais, sem recursos especiais ou inteligência, a digitalização da TV a cabo exigirá um processamento e decodificação de sinais de vídeo com mais recursos.

9.10.4. O mínimo previsto para o Conversor Digital corresponde à incorporação de recursos de processamento para viabilizar a exibição de um guia eletrônico da programação exibida; informações sobre o programa que está sendo exibido em cada canal; interatividade local que permite acesso a informações adicionais sobre a programação ou outros serviços de informação que podem ser regularmente atualizadas com fluxos de informação enviados pela fonte geradora e que, mesmo sem canal de retorno de caráter bidirecional, ficarão disponíveis para acesso em cada receptor pelos usuários; canais de áudio digital com dezenas de modalidade de gêneros musicais; acesso a programas *pay-per-view*, como filmes, shows e espetáculos esportivos; entre outros recursos.

9.10.5. Entre os recursos mais sofisticados que podem ser incorporados ao Conversor Digital encontram-se um disco rígido com capacidade para gravação de programas para exibição posterior; incorporação de um *modem* para conexão com telefone ou um *cable modem* para conexão de alta velocidade, permitindo total interatividade e acesso à Internet.

9.10.6.. O conversor analógico, utilizado atualmente pela TV a cabo, custa entre US$ 50 e US$ 80 (R$ 150 a R$ 240). O Conversor Digital utilizado pelo DTH, tomando como referência o modelo usado pela Sky, custa cerca de US$ 270 (R$ 800). Um Conversor Digital a ser utilizado pela TV a cabo tem custo avaliado que vai da estimativa da Eletros, de US$ 500 (R$ 1.500, considerando um equipamento sofisticado) até a pretensão da USP de desenvolver um modelo de Conversor digital genuinamente nacional por cerca de US$ 50 (R$ 150) que o mesmo seja produzido no país.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Podemos tomar como referência preços praticados pelo mercado, para não citar nomes.

A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA (Representante da categoria profissional dos artistas) – Está bem.

9.10.7. As dezenas de milhões de unidades de Conversores digitais necessários para viabilizar o modelo e serviços e negócios apresentado na hipótese aqui enunciada constitui uma oportunidade única para alavancar a produção industrial para um segmento que talvez seja o único capaz de apresentar reais características de um mercado de massa, capaz de incorporar alta tecnologia, componentes eletrônicos, inclusive semicondutores, capaz de gerar escala de produção para não só reverter o papel subordinado que o Brasil ocupa no mercado internacional, mas também para capacitar o país como pólo exportador, não só para a América do Sul, mas também para o mercado mundial.

O SR. ALEXANDRE ANNEMBERG (Representante da ABTA) – Desculpe, mas o termo “dezenas de milhões” talvez seja um pouco de exagero.

O SR. ANDRÉ MÜLLER BORGES (Representante da ABTA) – Pelos números atuais, se multiplicarmos os 2.2 milhões por dois pontos em cada domicílio, hoje em dia, infelizmente, não chegamos a dezena.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Os milhões de unidades poderão chegar a dezenas de milhões – vale a pena dar uma excitada na

imaginação. De fato, hoje, nós estamos falando em milhões de unidades.

A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA (Representante da categoria profissional dos artistas) – Que poderão ultrapassar...

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Citamos algo assim para demonstrar a dimensão das pretensões.

O SR. ALEXANDRE ANNEMBERG (Representante da ABTA) – Mas que não sejam inatingíveis.

A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA (Representante da categoria profissional dos artistas) – Prossigamos.

> 9.10.8. Para atingir os objetivos aqui esboçados o Conversor digital deve apresentar três características básicas:
>
> I. **Multiplataforma** – Deve permitir o processamento da sintonia e decodificação de sinais oriundos não só da TV a cabo, mas também da TV aberta e das outras duas modalidades de TV por assinatura (MMDS e DTH).

O SR. ANDRÉ MÜLLER BORGES (Representante da ABTA) – Permite-me fazer uma observação?

A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA (Representante da categoria profissional dos artistas) – Pois não.

O SR. ANDRÉ MÜLLER BORGES (Representante da ABTA) – Nós já havíamos discutido o caso do DTH, não é, Alexandre? Já não é possível, porque eles adotaram outro modelo. Nós, então, conseguiríamos uma convergência com a TV aberta e MMDS?

A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA (Representante da categoria profissional dos artistas) – Exatamente.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Citamos o DTH porque consideramos que ficaria meio indefensável, numa primeira aproximação do assunto, não considerarmos a possibilidade de sinalizar convergência, sabendo que, hoje, por definições feitas até o momento, dificilmente haverá uma adesão, ao menos nesse processo. Futuramente, poderemos evoluir a esse ponto.

O SR. ALEXANDRE ANNEMBERG (Representante da ABTA) – É que a base do DTH, já instalada, inviabiliza uma recomposição no caso...

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Sim, mas como o processo de digitalização projeta-se, a abertura da porta é uma condição de sinal, na primeira aproximação. A idéia, então, é essa. Parece que seria indefensável abrir para todos.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Na não-aceitação poderia ser até um certo preconceito desse ou do DTH.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Sendo que o componente inviabilidade, a curto e médio prazo – talvez até a longo prazo – está dado. Por interesse próprio, nem o próprio segmento se disporia. A condição de multiplataforma, considerando o interesse do consumidor e a importância de geração dessa convergência, é um sinal que deveria ser dado. Seria, então, com esse sentido, sem entrar no aspecto de viabilidade.

Há alguma observação? (Pausa.)

A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA (Representante da categoria profissional dos artistas) – Podemos prosseguir, então.

> II. **Interoperabilidade** – Deve apresentar um padrão operacional assegurado por um misto de *hardware*, *firmware* e *software*, inclusive de uma das suas principais aplicações que é o CAS (Sistema de Acesso Condicional), que permite à fonte geradora, identificar o equipamento que está recebendo o sinal. Para operações comerciais e internet, por exemplo, isto é imprescindível. O software deverá ser aberto, não proprietário e com código aberto, permitindo o seu desenvolvimento no país.
>
> III. **Modularidade** – Deve permitir que os usuários adquiram Conversores digitais com sofisticação de acordo com suas necessidades e capacidade aquisitiva. Também deve ser assegurado que não haverá obsolescência acelerada deste equipamento. Por isso é essencial que o mesmo seja modular, permitindo que apresente facilidade de incorporação de atualizações e novos recursos, de acordo com o interesse e a capacidade de investimento do assinante, viabilizando o acompanhamento da evolução técnica de cada um dos seus diversos componentes. Esta modularidade, no caso brasileiro, deve ser radical, sendo assegurada para todos e cada um dos seus componentes básicos e outros complementares que poderão ser adicionados:

I – **Componentes básicos do Conversor digital**:

a) Interfaces de processamento de vídeo;

b) Controlador entrada/saída;

c) Hardware e software de Acesso Condicional;

d) Unidade de memória;

e) Decoder MPEG e CPU;

f) Gerador de gráficos;

g) Interface Pal/M;

h) Interface de processamento de Vídeo e Áudio Digital;

i) Interface externa (deve ter pelo menos uma incluída, como, por exemplo um modem para uso com telefone, dentre outras possíveis, como Ethernet, RS 232, USB, IEEE 1394);

II – **Itens complementares do Conversor digital**:

a) Disco rígido (*hard disk* que, se não existir inicialmente, deve ser possível incorporá-lo posteriormente, além deste também poder ser progressivamente ampliado);

b) maiores recursos de Interface externa, podendo incluir modem para uso com telefone, Ethernet, RS 232, USB, e IEEE 1394;

c) entrada para Smart Card.

9.10.9. Para atingir os objetivos aqui propostos é necessário criar formas de enfrentamento das atuais barreiras de mercado para viabilizar uma penetração rápida e massiva destes equipamentos. Isto significa que os modelos básicos e mais baratos e Conversores digitais deverão ser vendidos com financiamento de longo prazo e com juros mínimos. É preciso viabilizar algo como, apenas para constituir um exemplo, prestações mensais de R$ 15, em um ano de financiamento. A política governamental deve assegurar isso. São medidas como esta que darão viabilidade ao impacto de massa que se quer criar com esse novo modelo de serviços e negócios para a TV a cabo no Brasil.

9.10.10. O Conversor Digital, nas suas configurações mais ou menos sofisticadas, deverá ser tornado tão comum como um eletrodoméstico, podendo ser vendido no varejo, como forma de redução de custos do sistema como um todo.

10. A Adoção de Conversor Digital para a Tv a Cabo e a Tv Aberta

10.1. Inicialmente tanto a TV a cabo como a TV aberta cobrirão o mesmo segmento de mercado. Os atuais assinantes do cabo (2 milhões) são os que apresentam maior poder aquisitivo para adquirir monitores digitais (que tem elevado preço), o que ocorrerá basicamente em estratos do segmento A, e mesmo os que não os adquirirem, são os que sairão na frente (A e também B) na aquisição dos Conversões digitais.

10.2. A programação em HDTV ou SDTV, além de outros serviços que viriam pelos canais digitais abertos seriam um estímulo a esta adesão.

10.3. A adesão à TV digital aberta, recebida diretamente via ar, por antena, tende a enfrentar resistências, pois isto significaria voltar à instalação de antenas (com os problemas decorrentes: ter de investir em antena, interna ou externa, instalar antena, fazer manutenção de antena, etc.), isto é, retornando aos problemas que o cabo lhe havia poupado.

10.4. A melhor alternativa, na perspectiva do assinante da TV a cabo, com certeza é a de receber o sinal da TV aberta através de um mesmo Conversor digital, considerando as inevitáveis resistências referidas no item anterior e se esta análise estiver correta, também na perspectiva das operadoras de TV aberta, a melhor alternativa para acesso a este segmento mercado de alta renda deve ser através do cabo.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – A redação está um pouco confusa. Temos de dar uma ajeitada, mas o conteúdo é, mais ou menos, outro. É algo que, aparentemente, serve aos dois segmentos.

A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA (Representante da categoria profissional dos artistas) –

10.5. Com a perspectiva de colocar sua programação digital prioritariamente neste segmento de alto consumo abrangido pelo cabo, a TV aberta poderia iniciar este acesso antes mesmo das operações das transmissões digitais abertas, via ar, permitindo testes de receptividade do público e promovendo o sistema digital.

10.6. Supõe-se que o ritmo da universalização do serviço de TV a cabo aqui pretendido possa ser muito mais acelerado do que o da transição do analógico para digital na TV aberta. Isto pode se revelar como sendo de grande interesse da TV aberta, pois possibilitaria melhor aproveitamento da sua produção digital, por um maior público, em um prazo menor.

10.7. Mantida a tendência atual, os canais abertos no cabo seriam os mais fortes, com maior audiência, sendo inclusive fortalecidos com o atrativo da programação digital.

10.8. O conteúdo da TV aberta é muito valorizando pelos atuais assinantes de TV a Cabo. Embora dispondo de dezenas de canais e tratando-se de um público concentrado nos segmentos A e B, cerca de 70% da audiência dos assinantes de TV a cabo concentram-se nos canais da TV aberta. Estima-se, por isso, que a ampliação do acesso ao serviço pelos segmentos C, D e E, deve manter ou mesmo ampliar este interesse nas programações da TV aberta.

10.9. A valorização do acesso aos canais da TV aberta pelo serviço de TV a cabo deverá ocorrer, também, pela qualidade do sinal que será veiculado, resolvendo os problemas de recepção que, especialmente nos centros urbanos, prejudicam os telespectadores.

10.10. Através dos canais digitais da TV aberta na TV a cabo os assinantes devem ter acesso à toda gama de programação e serviços que estes oferecerão, do mesmo modo como se o acessassem pelo ar.

10.11. Considerando todos estes aspectos, deve ser mantida a obrigatoriedade estabelecida pela Lei 8.977, segundo a qual, para prevenir qualquer tipo de situação abusiva, por qualquer uma das partes, os operadores de TV a cabo devem transmitir a programação (e, com a digitalização, os serviços incluídos) veiculada nas freqüências utilizadas pelos operadores da TV aberta digital assim como, do mesmo modo, estas não podem se negar a ter seus sinais distribuídos pelo serviço de TV cabo, nas suas áreas de prestação de serviço.

10.12. Quanto à universalização aqui proposta, com a perspectiva de se ampliar em larga escala os domicílios para a condição de assinantes do serviço de TV a cabo, isto tende a ser encarado pela TV aberta com dúvidas ou até mesmo compreensíveis temores. Na verdade este processo corresponde a uma situação inevitável, mundialmente estabelecida que, pela hipótese aqui delineada seria precipitada e acelerada, no Brasil, de forma deliberada, mas com um ritmo que se pretende previsível e, portanto, capaz de ser administrado nos seus efeitos, sobre o sistema de comunicação social eletrônica como um todo, de modo a se reduzir eventuais prejuízos e a se buscar o maior benefício possível para todos os segmentos afetados.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) **–** Tenho um dado aqui que talvez mereça ser citado, que guarda uma certa correspondência com o que está acontecendo no Brasil.

Nos Estados Unidos, dados do início deste ano dão conta de que 70% da audiência dos canais da TV aberta já se dão pelo cabo. Mais de 2/3 da audiência da TV aberta se dá por meio do cabo.

Esse dado surgiu por conta de notícias sobre uma aproximação do segmento de TV aberta com o segmento de TV a cabo, para acertar uma série de aspectos operacionais, com a finalidade de produzir sinergia nas duas operações.

Talvez esse seja um dado que mereça ser citado, porque trata de uma tendência mundial. E esse é um dado impressionante, porque, praticamente, a TV aberta já está atuando como programadora de conteúdo de canais generalistas distribuídos pelo cabo.

O SR. ALEXANDRE ANNEMBERG (Representante da ABTA) – Um outro argumento que talvez pudéssemos adicionar é que o cabo disponibilizaria imediatamente a interatividade, no caso da televisão digital, que é um elemento essencial para a inclusão digital. E essa é uma vantagem extraordinária que o cabo adicionaria à TV digital, porque a TV digital via ar não é interativa.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Inclusive para a TV aberta.

O SR. ALEXANDRE ANNEMBERG (Representante da ABTA) – Exatamente. A TV digital via ar não é interativa. É o cabo que adiciona o aspecto interativo, que é fundamental.

A SRA. MARIA LÚCIA RICCI BARDI (Representante da Anatel) – Com licença. Meu nome é Lúcia, da Anatel. Quero fazer um comentário.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Como é o seu nome?

A SRA. MARIA LÚCIA RICCI BARDI (Representante da Anatel) – Lúcia, da Anatel.

Gostaria de fazer um comentário sobre a necessidade da manutenção da livre recepção da radiodifusão em TV aberta. Quando estipulamos R$20,00, R$25,00 ou outro valor, vale a pena ressaltar a necessidade da manutenção desse aspecto em relação à TV aberta.

Várias questões são abordadas aqui e talvez merecessem a atenção de quem presta serviço de TV aberta. Esse foi o comentário feito hoje pela manhã, porque esse aspecto também deve ser visto por outra ótica.

Era só isso.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Ressalto que não se trata de condicionar isso

à TV aberta. A TV aberta continuará a ser transmitida pelo ar, gratuitamente. Esse seria um meio que potencializaria a distribuição dos sinais da TV aberta, inclusive obrigatoriamente.

Ressaltamos que o princípio estabelecido na Lei nº 8.977 deve ser preservado, ou seja, os operadores de TV a cabo devem manter a obrigação de distribuir, na sua área de prestação de serviços, os canais das geradoras existentes. Então, não se trata de restringir os serviços de TV aberta, mas de fazer com que, mesmo no serviço de TV a cabo, eles estejam presentes e também sejam distribuídos gratuitamente pelas operadoras.

O SR. ALEXANDRE ANNEMBERG (Representante da ABTA) – Esse é o ponto importante: gratuitamente, sem ônus.

A SRA. MARIA LÚCIA RICCI BARDI (Representante da Anatel) – Refiro-me a outro aspecto: o conversor universal. Na TV aberta, o conversor universal deve manter as características. Se o conversor apenas receber televisão digital aberta, manterá as características de TV digital. Ao se incorporarem outras funcionalidades a ele, o seu preço poderá ficar mais alto.

Creio que essa consideração deve ser avaliada pelo Conselho para que esse conversor, que se pretende universal, seja acessível a toda a população que hoje recebe TV aberta, porque, um dia, essa digitalização ocorrerá. Então, qual será o preço do conversor?

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Por isso, como lembra a nossa colega Berenice, está previsto que seja modular e produzido pelo menor custo possível.

Posteriormente, analisaremos como a falta de uma política de orientação desse aspecto – esse é o próximo item – gerou uma situação de custos que nos levou a importar produtos. Não houve política industrial nem política para orientar esse processo. Então, cada operador adquiriu, em fornecedores internacionais, equipamentos que poderiam ter sido produzidos no Brasil. Há preocupação com custos, com produção nacional. Se for possível fazer uma URD de R$15,00, abaixo daquilo que o Professor Zufo está prometendo, partiremos para essa alternativa. Essas preocupações estão no cerne dessa proposta.

No que diz respeito à TV aberta, não se trata de restringir ou condicionar, mas de fazer com que, mesmo nos serviços fechados, ela não se ausente e esteja presente para competir, como determina a Lei nº 8.977.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Sr. Presidente, entendo a interferência da representante da Anatel.

De fato, quando o conversor se tornar digital, certamente haverá dois tipos: o conversor para a TV aberta custará "x" e o conversor que também permitir a TV fechada custará "x" mais "y". Com isso, é possível manter o princípio básico de que a TV aberta não tem ônus. E para que isso ocorra, não foi adicionado na conversão um *plus* que não interessa àquele que não terá TV fechada. O nó da questão é o seguinte: hoje, as TVs abertas – e foi o caso da **Rede Globo** na briga com a **DirectTV**, que foi parar na SDE. A **DirectTV** queria transmitir a **Rede Globo**, que, por sua vez, foi ao Ministério da Justiça e ganhou a ação. Portanto, a **DirectTV** não transmite a TV aberta **Rede Globo**.

Como estávamos conversando na hora do almoço, em algum momento, a legislação vai obrigar que as TVs fechadas abriguem os canais abertos. E a recíproca também terá que ser verdadeira. Os canais fechados terão o direito de inserir os canais abertos que quiserem. Então, essa questão da **Rede Globo** com a **DirectTV** terá que ser resolvida mediante uma legislação nova. Eu, TV aberta, quero inserir o meu canal em qualquer TV fechada, e ter esse direito. Eu, TV fechada, quero inserir na minha TV todos os canais abertos que estiverem disponíveis – portanto, teria que haver esse direito. Essa briga, em algum momento, vai-se dar, e certamente a legislação advirá desse relatório em algum momento. Muita coisa terá que ser feita por meio de legislação no caso específico da reciprocidade de canal aberto e fechado.

O SR. ANDRÉ MÜLLER BORGES (Representante da ABTA) – Não entendo por que a digitalização mudaria qualquer coisa nesse sentido. A questão de **Rede Globo** com **DirectTV** não muda em nada. Porque a característica da operação de cabo e de distribuição dos canais abertos no Município continua exatamente a mesma. Uma operadora de satélite, por exemplo, não tem condições de fazer isso. Ela não tem nem a capacidade para reproduzir todo o conteúdo local aberto que há em todo o Território Nacional. Então, a regulamentação dos dois serviços é totalmente distinta. E no cabo, digital ou não, prevalece aquela regra de *must care* e dos canais abertos, gerados no local.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Mas nesse pacote que anotamos como sendo o mais popular, di-

zemos claramente que nele estariam todos os canais abertos.

O SR. ANDRÉ MÜLLER BORGES (Representante da ABTA) – Que é a regra vigente.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Pois é. Mesmo que estejamos estudando uma forma de resolver a questão financeira da TV a cabo, certamente o Conselho, em algum momento, dirá que o que serve para TV a cabo serve para o DTH também. É lógico. O Conselho não é o Conselho da TV a cabo. O Conselho é que vai resolver os problemas. Então, vamos ter que democratizar também o acesso ao DTH.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Antes disso, temos duas excrescências, que é a regulamentação...

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Nesse momento, essa questão virá à tona. Não é possível criar uma solução para um tipo de TV por assinatura em detrimento de outro.

O SR. ANDRÉ MÜLLER BORGES (Representante da ABTA) – Mas são bem diferentes nesse aspecto.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Eu sei. Tecnicamente, são diferentes. Mas a lógica que estamos aqui estudando será igual. Estamos tentando viabilizar a democratização das TVs por assinatura. Por enquanto, estamos tratando de TV a cabo. Mas há o interesse de que o DTH também seja democratizado. E o DTH será tão mais interessante para o assinante se ele puder conter também as TVs abertas. E hoje isso não é possível, porque algumas TVs o aceitam e outras não.

O SR. PRESIDENTE (Daniel Koslowsky Herz) – Concedo a palavra ao Sr. Milton.

O SR. MILTON ALMEIDA CANABRAVA (Representante do Ministério das Comunicações) – Aproveitando os apartes, eu, como participante pela primeira vez, apoiando o colega Márcio, que teve que se ausentar agora à tarde, realmente estava ansioso para que essa discussão tocasse nesse ponto. Eu estava sentindo que faltava uma consideração desse tipo, uma vez que, à medida que esse trabalho evoluir, certamente, outros segmentos que, no final, disputam o mesmo mercado – porque, no início deste documento, não se mencionou a competição feita pelo DTH e, no Item 9, foi introduzida. Na primeira oportunidade, por ser um assunto mais afeito a nosso trabalho no Ministério, na Secretaria de Telecomunicações, onde atuo, falamos dos usuários dos serviços baseados na infra-estrutura de ADSL, que competem com a infra-estrutura de cabo no acesso de faixa larga. Depois, comecei a perceber que haveria, certamente, em algum ponto, a necessidade de se considerar a competição que há no segmento de TV por assinatura das outras modalidades desse serviço. Então, acho muito oportuno, realmente, que se discuta essa questão, porque, à medida que se saia da Comissão específica de TV a cabo, subindo esse assunto para outros níveis, vai-se colocar isso. Nem sei qual seria a melhor solução. Não estou aqui pretendendo colocar nenhuma idéia ou alguma política, mas acho que, em algum ponto, isso tem de ser contemplado, pelo menos, para sinalizar para quem leu o documento que a questão foi considerada. A princípio, acho que ela deveria ter até uma menção no início, e não só no item 9, para situar a questão.

Era isso.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Penso que vou-me comprometer. Inclusive na redação final, vamos criar, talvez, um capítulo específico sobre isso, porque o Conselho foi provocado – e muito bem provocado – pela Associação Brasileira de Televisão por Assinatura (ABTA), mas estamos tratando aqui de política que vai envolver todo tipo de TV por assinatura.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Só uma ressalva aqui: o objeto do grupo de trabalho é especificamente o serviço de TV a cabo, num esforço que foi orientado a partir, justamente, de um projeto de lei do Senado Federal que tratava especificamente de TV a cabo. Então, o objeto está determinado.

Até questiono este aspecto de concorrência com outros serviços de TV por assinatura, que não é objeto desta abordagem. Embora possa e deva ser tratado em outras Comissões do próprio Conselho, como, por exemplo, a Comissão de Tecnologia Digital, que se propõe a analisar o conjunto da digitalização na comunicação social eletrônica como um todo, como poderíamos nos referir a esse aspecto aqui neste trabalho, que tem esse objeto bem definido? Então, gostaríamos de obter uma especificação dessa proposição.

O SR. MILTON ALMEIDA CANABRAVA (Representante do Ministério das Comunicações) – A minha preocupação está centrada na necessidade de mostrar ou, pelo menos, de citar que, quando se fala em ampliar a base de assinantes da TV a cabo, é preciso considerar que esta mesma base é disputada por outras formas de TV por assinatura, como o MMDS e

o DTH. Então, parece-me importante fazer pelo menos uma referência de que o crescimento da base de assinantes da TV a cabo precisa considerar que essa base é disputada por outras modalidades de TV por assinatura.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – A base atual, ou a que se quer constituir com a ampliação?

O SR. MILTON ALMEIDA CANABRAVA (Representante do Ministério das Comunicações) – A que se quer constituir, que é o objeto maior aqui do trabalho; ou seja, a partir da hora que você amplia a base da TV por assinatura na modalidade de cabo, é provável e quase certo que os concorrentes se movimentem, até para dificultar o aumento do espaço da TV a cabo. Então, alguma consideração de que esse mercado é sujeito à competição, isso me parece importante. Pode ser que, digamos, numa situação bastante possível, na minha visão – destaco que estou entrando nesse assunto agora e não tenho idéias mais amadurecidas –, dependendo dos movimentos feitos no segmento de cabo, eles podem ser até totalmente neutralizados por reduções do preço da DTH. Vai depender da amplitude dessas medidas, de quais delas serão sucesso e terão êxito no final. Mas acho que não se pode considerar que um movimento na TV a cabo garanta um aumento da base de assinantes da TV a cabo.

Depende também de como a concorrência vai reagir inclusive ao longo da evolução desse trabalho no âmbito do Legislativo, do Executivo e, depois, até no próprio mercado.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Tem a palavra a Conselheira Berenice.

A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA (Representante da categoria profissional dos artistas) – Quero somente acrescer uma reflexão. No caso, entra um papel fundamental do Executivo, do próprio Ministério como condutor dessa política que deve ser estabelecida. Partimos de uma premissa e o Conselho se posicionou contrário à desnacionalização dessa atividade econômica. Assim, entendemos que seria prejudicial para o interesse público e para o País a desnacionalização tendo em vista os investimentos praticados até hoje pelo empresariado brasileiro.

Considerando isso é que vimos buscar, a princípio, essa universalização no sentido de otimizar a utilização de uma rede de infra-estrutura já existente e instalada, ou seja, a política seria basicamente no sentido de viabilizar a capilarização desse serviço, universalizando-o com todas as conseqüências que viemos de analisar aqui.

Creio que a habilidade, o jogo de cintura e a capacidade do Executivo ao conduzir frente à concorrência, como você coloca essa questão, de deixar claro o que basicamente está em jogo do ponto de vista do Governo, do Executivo na defesa de interesses públicos, de investimentos feitos, na defesa da manutenção de uma atividade econômica que por lei pode vir a ser desnacionalizada, é o diferencial.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Confesso, até fazendo uma indagação para o Milton e demais integrantes do grupo, que não vejo como o MMDS pode competir com o serviço de TV a cabo pela amplitude do que o cabo pode oferecer em relação ao MMDS. Também não vejo como, principalmente nas bases, com os requisitos que se estão atribuindo ao modelo, o DTH pode competir com o serviço de TV a cabo com a sua composição de custo e com as suas características operacionais.

Parece-me que essa possibilidade de o processo de concorrência incidir negativamente sobre o processo é inverossímil. Devolvo a indagação esperando comentários dos demais participantes do grupo.

O SR. MILTON ALMEIDA CANABRAVA (Representante do Ministério das Comunicações) – Como destaquei, não tenho o assunto mais amadurecido, mas percebo no dia-a-dia dentro de minha convivência, da minha inserção social, pessoas que eventualmente deixam de ser assinantes de TV a cabo e passam para uma anteninha de banda KU e se tornam assinantes de DTH. Não sei realmente qual é a intensidade disso e se, de fato, se constitui em uma ameaça concorrencial maior à TV a cabo.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA (Representante da ABTA) – Sr. Presidente, quero somente comentar sobre MMDS.

O digital pode alterar totalmente esse cenário, que já tem, por exemplo, a COM, uma das nossas associadas na BTA que está com cidades servidas por serviço digital, como Manaus, e oferece cento e vinte canais, o que acaba essa barreira tecnológica.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Sr. Presidente, as TVs abertas possuem também canais de TV DTH, por satélite.

A Record tem um DTH e está pensando em quando o colocará em funcionamento. E a **Rede Globo** tem interesse na **Sky**. Enfim, quando a matéria for votada no plenário do Conselho, apresentarei uma re-

dação com algum tipo de item em que a questão do DTH seja também pelo menos comentada.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Bem, vejamos então em que sentido ela deve ser complementada, até para não deixarmos esse tipo de coisa estourar na reunião do Conselho. Vamos tentar antecipar em que medida ela deve ser referida e com que sentido, dentro do contexto dessa elaboração específica sobre cabo.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Deveríamos deixar consignado o seguinte: as eventuais reduções tributárias oferecidas à TV a cabo deverão ser também, forçosamente, oferecidas à MMDS e à DTH.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Nesse ponto, particularmente, há uma discordância. Forçosamente não.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Juridicamente não se pode discriminar. Isso faz parte do Código Tributário Nacional.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Assim sendo, que ampliação da utilidade social vai se buscar no DTH?

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Mas a legislação tributária é muito clara. Não se pode oferecer renúncia fiscal para um setor em detrimento de outro.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Não é em detrimento de outro.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Claro. Ao se criar condições de um setor se tornar mais competitivo, em tese está se prejudicando outro. Isso é claro.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA (Representante da ABTA) – Creio que poderíamos, Conselheiro Roberto Wagner Monteiro, estabelecer um critério de retribuição à TV a cabo proporcional àquilo que ela oferece em termos públicos e gratuito de...

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Isso é razoável.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA (Representante da ABTA) – O DTH não tem isso. Não tem essa obrigação e não faz isso. A não ser a Câmara dos Deputados e o Senado Federal. Portanto, acredito que deveria guardar proporção. A TV a cabo fatalmente terá mais incentivos ou mais benefícios porque carregamos uma média de 30% em nossa...

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – O consumidor pode optar pelo DTH, e não ser assinante, porque o DTH é muito caro. Ao se criar condições da TV a cabo ser mais barata e buscar mais assinantes, não se pode fazer isso em detrimento do outro.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Mas não é em detrimento de outro.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Claro. O direito do consumidor é sagrado. Ao se criar condições para que o produto A fique mais barato que o B, isso não tem base legal. Claro que não tem. Qualquer advogado da **DirectTV** ou da **Sky** pode questionar isso no Cade. Criou-se uma vantagem para um setor contra o outro.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Em primeiro lugar, devemos regulamentar o DTH porque é uma excrescência legal a forma como foi regulamentado no Brasil. Não possui base legal. E, enquanto isso não for resolvido, não há condições nem de equacionar o que o serviço pode apresentar em relação à ampliação na utilidade social. Creio que podemos até pautar a questão do DTH em todos os aspectos, inclusive de um projeto específico que faça o que foi feito em relação à TV a cabo, provocado por um processo aqui estabelecido, que é o de equacionar as questões do setor e vincular a determinados estímulos ao desenvolvimento do mercado, apresentar uma ampliação da sua utilidade social. O conceito que constituímos no debate da TV a cabo vale para o MMDS e pode valer para o DTH.

Mas com relação a reivindicar uma extensão de vantagens que estamos cogitando – não há uma posição conclusiva ainda – atribuir a um segmento no qual estamos constituindo um conjunto de fatores que amplia a sua utilidade social, é diferente de simplesmente atribuir a outros segmentos, sem nenhuma contrapartida de ampliação da utilidade social. Podemos até pautar a questão de DTH e ver se é possível. Mas, na situação atual, não há o que justifique estender benefícios que estamos cogitando ainda para esse segmento num contexto que procuramos determinar, e estender simples e restritamente a outros segmentos.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Sr. Presidente, trata-se de um preconceito. Falo de conceitos. Preconceito é achar que um pode e outro não, um é mais social do que o outro. Isso é preconceito. Falo de conceito. Juridicamente, isso terá que ser feito.

Apresentarei na reunião do Conselho. E o Conselho vai votar.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Certo.

A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA (Representante da categoria profissional dos artistas) – Sr. Presidente, eu gostaria...

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Só um pouquinho. O Milton, do Minicom, havia pedido a palavra, para uma observação.

O SR. MILTON ALMEIDA CANABRAVA (Representante do Ministério das Comunicações) – Sem querer entrar nessa questão da renúncia fiscal, do incentivo fiscal, essa polêmica que foi colocada, mas uma manifestação que a Secretaria de Telecomunicações já fez recentemente a respeito de um projeto de lei do Senado, não me lembro bem, no sentido de que, considerando especialmente essa possibilidade de digitalização da TV a cabo, de incluir o maior número possível de canais comunitários e universitários. Inclusive isso me parece ser uma forma de ampliar a legitimidade desses pleitos de algum tratamento diferenciado em relação à TV a cabo.

A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA (Representante da categoria profissional dos artistas) – Eu gostaria de falar o seguinte: por ser esta a nossa última reunião e o fato de estarmos trabalhando há três ou quatro meses de uma forma disciplinada, bastante democrática, buscando resultados, sinceramente fico um pouco receosa de começarmos a abrir esse debate. Porque creio que não vamos conseguir chegar a lugar algum.

Pergunto, por exemplo, se a sua sugestão se refere à TV a cabo ou a MMDS, DTH e outras coisas?

Mas eu não desejo a sua resposta. Eu só gostaria de lembrar que isso abriria uma nova discussão, que não é o momento. Teríamos que convocar audiências públicas, chamar o pessoal da ABTU, chamar o pessoal da radiodifusão comunitária. E não é o caso. Estamos aqui respondendo ao Presidente Sarney, Presidente do Senado, sobre o Projeto de Lei nº 175, do Senador Ney Suassuna. É isso temos que responder. E esse projeto de lei não prevê a desnacionalização do DTH, do MMDS. Ele já é desnacionalizado. Quer dizer, ele versa estritamente sobre o segmento, sobre a atividade econômica da TV a cabo. E é dela que estamos tratando.

Desculpem-me. O objetivo não é restringir, é tentar sistematizar e chegar a um resultado. Penso que essa é uma primeira experiência, o Conselho de Comunicação Social é muito novo. Vocês que estão participando pela primeira vez não sabem, mas temos alguns códigos e alguns pactos, dentre eles o de sempre ter em mente que assessoramos o Congresso Nacional à medida da sua demanda; não legislamos, os legisladores são eles; a nossa participação aqui é de aprofundar debates e de municiá-los. Como a composição do Conselho é tripartite, empresários, trabalhadores e sociedade civil, e cada um tem seus interesses diferenciados, não vamos nunca buscar o confronto, mas sempre bases de consenso que permitam que avancemos na perspectiva das questões relativas à comunicação social no País.

Portanto, apelo a vocês e ao Daniel – sinto-me até à vontade para falar isso, à medida que coordenei bastante tempo esta Comissão – para que consigamos concluir isso. O trabalho não é perfeito, é óbvio. Acho que muito mais poderíamos fazer, inclusive a sugestão é que partamos para uma terceira etapa, que apresentemos esse resultado parcial, porque nosso prazo regimental está esgotado e temos que levar à apreciação do Pleno do Conselho de Comunicação Social na segunda-feira e, nessa mesma semana, encaminharmos à Presidência do Senado. Feito isso, estaremos solicitando que haja, digamos, uma terceira etapa na atuação desta Comissão, que esta Comissão não seja dissolvida e possa continuar chamando, inclusive, os empresários da TV aberta, buscando a operacionalização, não mais a reflexão apenas, mas uma operacionalização desses objetivos todos.

Então, sem querer ser estraga prazeres, porque também adoro discutir, debater, penso que poderíamos tentar concluir, porque falta pouco tempo.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Vamos terminar, mas vou apresentar e o Conselho vai votar.

A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA (Representante da categoria profissional dos artistas) – Já antecipo que o meu voto é contrário.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Então um a um.

A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA (Representante da categoria profissional dos artistas) – É que não venho para a votação, então já fica declarado publicamente.

Prosseguindo, item 10.13.

10.13. **A necessidade de políticas públicas para orientar as soluções técnicas**

10.13.1. Sem uma política orientando soluções comuns, não só cada segmento (TV aberta e cabo)

produzirá suas próprias alternativas, mas cada empresa desenvolverá a sua.

10.13.2. A falta deste tipo de política, dada a omissão do Poder Executivo, levou a que cada empresa de TV a cabo, quando o processo deslanchou, desde a aprovação da Lei, em 1995, escolhesse suas alternativas no mercado internacional. Sem uma política industrial, sem qualquer estímulo para que se produzisse *set top* no Brasil, o que seria não só perfeitamente factível, mas também mais barato, cada empresa escolheu um fornecedor internacional para resolver seu problema.

10.13.3. A falta de política industrial para esta área, aliás, está criando situações de desinvestimento. Um determinando fabricante investiu US$ 30 milhões para produzir cabos aqui, apostando no mercado nacional em composição com a base de exportação que aqui poderia ser instalada. Hoje a demanda nacional representa apenas 0,5% da sua produção, que assim está só voltada para a exportação. Ou seja há um cenário criado para que, tão logo esta indústria encontre uma sede melhor para uma base de exportação, se transferirá para lá.

10.13.4. Como resultado, o *set top box* de uma operadora do Rio é diferente e não pode ser usado em Campinas, por exemplo. Em São Paulo, em função de incorporações ocorridas, o *set top* de certas áreas é diferente de outras e só podem ser usados nas regiões específicas, para mostrar a disparidade das soluções adotadas.

10.13.5. O DTH também adotou suas próprias soluções de *set top* e sistemas operacionais. Cada uma das operadoras adotou a sua própria, incompatível com as outras. Entre as três maiores, por exemplo, a Sky e a Tecsat (terceira do ranking) adotaram soluções próximas, no padrão DVB, mas diferenças no sistema operacional e outras diferenças nas camadas de áudio e de inteligência os tornam incompatíveis.

10.13.6. No caso do MMDS, como há uma grande indústria internacional dominante, que é a General Instruments, os operadores se associaram para uma aquisição conjunta dos conversores. Em função da descontinuidade das linhas de produção, inclusive, atualmente, estão negociando, conjuntamente, outras alternativas no mercado internacional.

10.13.7. Estabelecer estas diferenças na estrutura do Conversor significa, além de um sem número de inconvenientes para o usuário decorrentes da multiplicação de conversores que passarão a ser necessários nos domicílios (no mínimo, um para a TV aberta e outro para o cabo), gerando barreiras a competição, de um serviço para outro e, também, potencialmente, de uma empresa para outra.

10.13.8. Até aqui, o cliente destes equipamentos conversores, na sua versão analógica, é a operadora diante de fornecedores internacionais. Na situação que se quer criar, na qual o uso seja conjunto pela TV aberta e pela TV a cabo, passando a ser algo tão comum que poderá ser adquirido pelos usuários no varejo, no mercado de massa, do mesmo modo que se faz com os receptores de TV.

10.13.9. Hoje isto não acontece com os *set top* analógicos porque, como as operadoras procuraram suas próprias soluções e os fornecem para seus assinantes, obviamente optaram pelas soluções mais baratas, isto é, dispositivos sem inteligência que só servem para sintonizar e decodificar os sinais.

10.13.10. Com isso, as operações, hoje heterogêneas, passarão a ter um perfil técnico nacional, com benefícios para todos, inclusive para a indústria, naquilo que o país deve se dispor a produzir.

10.13.11. A exemplo do aconteceu com as soluções individualizadas adotadas pelas empresas de TV a cabo, há distintas e heterogêneas soluções de CAS e software adotadas no Brasil. Mais uma vez a indústria do país ficou à margem da produção destes recursos que foram integralmente importados.

11. FINANCIAMENTO E CRÉDITO

11.1. Constata-se que o BNDES oferece recursos, mas não consegue fazer chegar às pequenas operadoras porque seus agentes repassadores não mostram interesse. Estes são encarados como empresas quaisquer de porte não atraente, e não os percebem como uma atividade especial, em fase de amadurecimento e que necessita de atenção especial.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Nesse aspecto, além dessa observação que diz respeito a operações pequenas e médias, transcreveríamos os elementos de conteúdo contidos na exposição do representante do BNDES, sem criar conteúdo novo em relação ao que está lá, quando destacou que o BNDES seria mobilizado por uma formulação de política. Na medida em que existisse uma formulação de política, ele teria condições de comparecer. E essas formulações de política poderiam conter determinadas condições especiais ou características, para tratar as questões do segmento. Uma vez determinado esse balizamento, ele teria critérios e referências para analisar projeto por projeto, individualmente, que é o modo como opera.

Então, são três assertivas feitas pelo representante do BNDES, que dão o perfil de atuação do banco e em que medida ele poderia comparecer num pro-

jeto que envolvesse essa abordagem do segmento, destacando que há condições de ser feito, bastando que esses requisitos sejam cumpridos.

A idéia é transcrever aquilo para consignar a forma de envolvimento do BNDES na implementação de uma política dessa natureza.

O SR. ALEXANDRE ANNEMBERG (Representante da ABTA) – Eu só gostaria de fazer justiça à **NET**. No capítulo anterior, foi dito que todos os recursos tecnológicos foram integralmente importados. Não é o caso. Por exemplo, a base do Rio possui URDs nacionais.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Qual é o item?

O SR. ALEXANDRE ANNEMBERG (Representante da ABTA) – O item anterior todo, 10.13. Parece que nunca houve uma experiência brasileira de URDs nacionais. A **NET** viabilizou um projeto de nacionalização que foi feito na Zona Franca de Manaus por um grupo argentino, no qual tivemos problemas técnicos sérios com esse equipamento, se bem que hoje a maioria está corrigida.

Mas o grande problema que enfrentamos, quanto ao qual não houve uma displicência da empresa brasileira, é que toda as vezes em que fazemos uma tomada de preços para URDs, são poucos os fabricantes do mundo, mas os poucos que participavam dessas grandes concorrências vinham com preços imbatíveis, até para fabricar no Brasil, porque, a rigor, aquilo é um produto marginal nos Estados Unidos, que já estão em *decoders* bem mais sofisticados. Não só no caso da **NET**, mas também de outra empresa da qual as **Organizações Globo** participam, a **Sky**, os URDs também são nacionais, são feitos aqui, como Gradiente. É só não colocar integralmente, apesar de ter havido algumas tentativas de nacionalização desses equipamentos.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Vamos modular esse conteúdo. Em primeiro lugar, vale registrar a dificuldade de haver preços competitivos da produção nacional em relação à produção internacional. Talvez, se tivéssemos uma política industrial voltada para a produção, poderíamos ter preços competitivos. Não é o que se constata. Isso é importante.

A outra é a de nacionalização. Vamos ver como registrar isso.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA (Representante da ABTA) – Viabilizamos uma indústria em Manaus, que ainda sobrevive, exatamente para produzir os URDs brasileiros.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – De quanto tempo para cá?

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA (Representante da ABTA) – Isso, mais ou menos, há seis anos. Confesso, hoje, Presidente, que não sei como é a situação. Você tem idéia de que a empresa dos *decoders* do Rio continua ativa? O André é o nosso Diretor.

O SR. ANDRÉ MÜLLER BORGES (Representante da ABTA) – Ela presta manutenção para nós. A NET, por uma conjuntura de mercado, não vinha crescendo, então, estava com estoque excedente de URDs.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – E essa produção nacional poderia dar conta de toda a demanda do mercado?

O SR. ANDRÉ MÜLLER BORGES (Representante da ABTA) – Não sei a capacidade deles de produção. É um número pequeno, e a tecnologia não é a melhor; ao contrário, é a pior. Era uma solução transitória para nós até a digitalização.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA (Representante da ABTA) – Eu somente estou dando esse depoimento porque cada empresa escolheu um fornecedor internacional para resolver o seu problema. Nós tentamos realmente um nacional e criamos até um mercado excelente, porque o Rio de Janeiro é um mercado de centenas de milhares. Então, realmente era um mercado promissor, mas a empresa não teve fôlego, e houve uma retração geral. Passou-se a usar *decoders* devolvidos para colocar em outros domicílios que faziam assinatura. Então, a retração do mercado como um todo também inviabilizou, provavelmente, qualquer tentativa de uma indústria mais próspera de URDs (Unidade Receptora Decodificadora)

O SR. ANDRÉ MÜLLER BORGES (Representante da ABTA) – Eu acho que o ponto é o seguinte: a falta de política não permitiu uma escala. Então, o fato histórico está corrigido, mas o recado continua sendo o mesmo.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Creio que também aqui não comporta citarmos as empresas envolvidas. O que vale é o seguinte: mesmo as tentativas de produção nacional ficaram frustradas por problemas tecnológicos, por falta de escala e pela própria retração do mercado, que ajudou a complicar mais a situação. É preciso situar genericamente que mesmo esse esforço foi articulado no âmbito de empresas, e não como política pública.

Então, o que estamos falando aqui é da necessidade de uma política pública que dê orientação e suporte para esse desenvolvimento. O episódio sofre os problemas da regra que foi estabelecida, ou seja, a falta de políticas públicas fez com que tanto as soluções articuladas pelas empresas, amparadas na pura e simples importação, quanto as que revelaram até um esforço de nacionalizar a produção enfrentaram

dificuldades de toda ordem. É preciso genericamente situar a ordem dos problemas.

Com esse adendo aqui não redigido, mas que é o conteúdo que está na apresentação do representante do BNDES, concluiríamos os elementos de conteúdo constantes do documento. A recomendação feita para a Mesa é de que coloquemos o relatório...

Na verdade, faltou esclarecer o seguinte: há dois elementos para posicionamento. Um é um relatório que o grupo deve apresentar para o Conselho como parecer que o Conselho apresentará para o Congresso. Outro é esse estudo que subsidia o relatório, que é basicamente uma parte formal. Ele vai explicar a sistemática, incluir determinados elementos de análise, que podem ser balizados pelos títulos mais ou menos do que se tratou e com uma recomendação específica.

Então, essa recomendação é um núcleo do parecer e precisa ser formulada adequadamente, mas é basicamente um pedido de reconhecimento, a exemplo do que se fez no Parecer nº 2, de que esses são elementos que complementam o posicionamento que o Conselho começou a tomar no parecer e, no entendimento do Conselho, são relevantes para subsidiar o debate. Não há como escapar de certa generalidade, apontando os elementos de potencialidade e possibilidade que foram identificados.

Essa é uma parte formal que o Conselho precisará encaminhar ao Senado, na qual se anexa o estudo que procura demonstrar essas potencialidades e possibilidades. Nós precisamos, na verdade, produzir dois documentos: concluir esse estudo com o sentido de documento para o debate e elaborar esse aspecto formal do parecer. Então, é algo que vamos ter que, no mesmo prazo, concluir.

Então a sugestão é de que o trabalho de sistematização feito pela equipe, que seria a base de formulação do estudo, fosse colocado em votação, em seus aspectos de conteúdo, sujeito ainda a essas 36 horas de emendas de informações complementares e outras emendas formais. Como vimos aqui, é preciso uma revisão de redação bem rigorosa.

O procedimento é este: colocamos em votação no grupo a sistematização aqui apresentada, ressalvadas as emendas que ainda serão apresentadas.

A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA (Representante da categoria profissional dos artistas) – Ou seja, votaríamos agora a análise e a recomendação.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Não. Votaríamos o estudo. Teremos de extrair elementos de conteúdo para, basicamente, informar a análise; e a recomendação é mais uma formalidade: pedir que o Senado reconheça como elemento válido para prosseguimento do debate de sustentação da posição apresentada.

Então, colocamos em votação a sistematização apresentada ao grupo de trabalho, ressalvadas as emendas.

A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA (Representante da categoria profissional dos artistas) – E quem vota?

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Formalmente, vota o grupo de trabalho.

A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA (Representante da categoria profissional dos artistas) – Então, eu voto pela aprovação do conteúdo.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Como vota o Conselheiro Roberto Wagner?

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Voto pela aprovação, com a possibilidade de emendas.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Sim. Como também voto pela aprovação, foi aprovado por unanimidade, ressalvadas as emendas que poderão ser apresentadas até às 12h de quinta-feira, sem prejuízo de outras emendas que possam ser levadas ao plenário e que estão facultadas a todos os Conselheiros.

Com essa conclusão e acertados os prazos e procedimentos para ajustes finais dessa formulação, indagamos se algum Conselheiro ou participante deseja se manifestar.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Rapidamente, eu gostaria de dizer que o Presidente do BNDES anteontem disse que o Banco irá investir pesadamente na inclusão digital. O Ministro Miro Teixeira já disse que os recursos do Fust e os do Funtel também serão destinados a isso. Assim, a questão financeira está resolvida. Há o desejo político de se investir na inclusão digital. Se pudermos elaborar um projeto em que a TV a cabo se insira prioritariamente na inclusão digital, não vejo dificuldades de resolvermos esse problema.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Há mais alguma manifestação de algum dos nossos convidados?

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA (Representante da ABTA) – Eu apenas gostaria de acrescentar aliás, o comentário do Conselheiro Roberto Wagner é muito oportuno o seguinte: o Tribunal de Contas da União, no dia 18 de agosto, proferiu um parecer a uma consulta do Ministério das Telecomunicações, segundo o qual todo serviço de acesso à Internet em banda larga, ou seja, os recursos de rede digitalizada vão ter de ser objeto de uma licença de serviço novo a ser regulado pela Anatel.

Então, estamos diante dessa perplexidade. A Anatel terá de criar e regular um serviço novo para ter acesso ao Fust para a prestação desse serviço de acesso em alta velocidade em banda larga.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Eu li a nota, parece-me, na **Gazeta Mercantil**.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA (Representante da ABTA) – Eu o tenho na íntegra. O Acórdão...

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – O senhor só tem o acórdão, mas não o voto.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA (Representante da ABTA) – Mas, hoje, no **Diário** há 14 páginas...

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Mas criar um outro tipo de serviço?

O SR. MILTON ALMEIDA CANABRAVA (Representante do Ministério das Comunicações) – Se for do interesse, em função da hora, que nos manifestamos sobre a questão, poderemos dar algumas explicações.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Rapidamente, creio que seria interessante.

O SR. MILTON ALMEIDA CANABRAVA (Representante do Ministério das Comunicações) – Realmente, respondendo a uma solicitação do Ministério das Comunicações, o Tribunal de Contas publicou um acórdão. Nele ficou estabelecido que, dentro do arcabouço legal vigente, a única forma de conseguir utilizar os recursos do Fust sem que o processo, em última análise, seja levado para uma via judicial, como já foi em uma tentativa anterior, seria, como foi mencionado, a criação de um novo serviço em faixa larga. É preciso que se enfatize que é para o uso em faixa larga. Para o uso em STFC não haveria problemas. Seria preciso, realmente, criar um serviço público ao qual seriam dadas concessões por meio do plano de outorgas, que o Tribunal de Contas deixou bem claro que é em aberto. Pode ser em nível municipal, estadual ou para partes do território nacional.

Os serviços adjudicados, outorgados para prestar o serviço, poderiam receber os recursos do Fust.

Essa interpretação está centrada na questão da responsabilidade de universalização, de acordo com a LGT, incidir sobre concessionários. Esse foi o ponto que prevaleceu para que o Tribunal de Contas apontasse o caminho, ou seja, o Fust só pode ser gasto com concessionários. De acordo com a LGT, só os concessionários têm obrigações de universalização. É, realmente, a posição do Tribunal. Vou ressaltar, mais uma vez, que de acordo com o arcabouço legal vigente: a LGT, a Lei do Fust e os decretos.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA (Representante da ABTA) – Envolvia quem esse caso?

O SR. MILTON ALMEIDA CANABRAVA (Representante do Ministério das Comunicações) – Foi uma consulta feita pelo Ministério das Comunicações ao Tribunal de Contas.

O interesse do Ministério era saber do Tribunal de Contas orientações para conduzir de forma, digamos, mais eficaz e sem os problemas verificados anteriormente, um processo para utilizar os recursos do Fust em relação aos serviços de faixa larga.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA (Representante da ABTA) – Presidente, há algo curioso. Conversei com um consultor do Tribunal de Contas da União a respeito. Como o foco foi o fato de não sendo concessionária depende dessa licença, curiosamente, o caso da TV a cabo é uma concessão. É o único serviço de telecomunicações, além da telefonia fixa comutada, que é concessão. Em que caso estaríamos? S. Sª não soube responder-me. Talvez esse seja um tema que o Ministério das Comunicações vá ter que indagar. Temos outros casos e não só o do TFC. Cabo também é concessão. Somos também concessionários e teríamos, em tese, a mesma regalia. Esse assunto ainda não está resolvido.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Antes de dar os trabalhos como concluídos, não só o desta reunião, mas da etapa do grupo de trabalhos da TV a cabo, gostaria de fazer dois registros.

O primeiro soma os comentários já feitos anteriormente. Menciono o trabalho feito pela Conselheira Berenice, que tive oportunidade de acompanhar, sobretudo pelas atas. S. Sª é habilidosa e tem-se esforçado a fim de dar prosseguimento aos trabalhos. Ressalto seu excelente desempenho na condução dos trabalhos que foram essenciais para assegurar o sucesso e o resultado final a que estamos chegando neste grupo. Creio que as referências feitas à atuação da Conselheira Berenice são mais do que justas. É o reconhecimento de alguém que teve um papel da maior importância para que tenhamos chegado a um resultado bem-sucedido, evidentemente com a contribuição dos demais Conselheiros.

(Levanta-se a reunião às 17h15min.)

Ata da 10ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 06 de novembro de 2003.

Às dez horas do dia seis de novembro de dois mil e três, na Sala de Autoridades do Gabinete da Presidência, com a presença dos Srs. Senadores José Sarney, Presidente, Paulo Paim, 1º Vice-Presidente, Senador, Eduardo Siqueira Campos, 2º Vice-Presidente, Senador Romeu Tuma, 1º Secretário, Alberto Silva, 2º Secretário, Heráclito Fortes, 3º Secretário e Sérgio Zambiasi, 4º Secretário, reuniu-se a Mesa do Senado Federal, sob a Presidência do Senador José Sarney. Abertos os trabalhos, o Sr. Presidente, Senador José Sarney submeteu ao Colegiado a apreciação dos seguintes itens: 1) **Requerimentos: nº 754, de 2003,** de autoria da Comissão de Fiscalização e Controle, ao Ministro da Integração Nacional; **n º 771, de 2003,** de autoria do Senador Romero Jucá, ao Ministro da Fazenda; **nº 794, de 2003**, de autoria do Senador *Mozarildo Cavalcanti, à Ministra* do Meio Ambiente; **nº 824, de 2003**, de autoria do Senador Papaléo Paes, ao Ministro das Comunicações; **nº 854, de 2003,** de autoria do Senador Demóstenes Torres, ao Ministro Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da Republica; **nºs 882, nº 883, de 2003,** todos de autoria da Senadora Ana Júlia Carepa, ao Ministro dos Transportes e **nº 924, de 2003,** de autoria do Senador César Borges, ao Ministro da Fazenda. Com a palavra o relator, Senador Eduardo Siqueira Campos, leu seus relatórios favoráveis. *Submetidos à votação, os requerimentos foram aprovados* e remetidos à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências. **2**) O Senador Alberto Silva apresentou relatórios favoráveis aos Requerimentos: **nº 807 e 818, de 2003**, ao Ministro-Chefe da Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica; **nº 808, de 2003,** ao Ministro do Planejamento Orçamento e Gestão, **nº 842, de 2003**, ao Ministro-Chefe da Casa Civil, **nº 949, de 2003,** ao Ministro da Saúde e **nº 1.017, de 2003,** ao Ministro da Educação, todos de autoria do Senador Arthur Virgílio e **nº 897, de 2003**, de autoria do Senador Tião Viana, ao Ministro da Defesa; **nº 917, de 2003** e **nº 918, de 2003**, ambos de autoria da Senadora Lúcia Vânia, ao Ministro Extraordinário da Segurança Alimentar. Submetidos à votação, os requerimentos foram

aprovados e remetidos à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências. **3)** O Senador Paulo Paim apresentou relatórios favoráveis aos **Requerimentos: nº 787, de 2003,** de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães, ao Ministro da Fazenda; **nº 823, de 2003**, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, ao Ministro da Defesa; **nº 892, de 2003**, de autoria da Comissão de Fiscalização e Controle, ao Ministro da Justiça; **nº 885, de 2003**, ao Ministro da Justiça; nº **886, de 2003**, ao Ministro do Trabalho; **nº 887, de 2003**, ao Ministro da Educação e **nº 888, de 2003**, ao Ministro da Cultura, todos de autoria da Senadora Lúcia Vânia; **nº 962, de 2003**, ao Ministro da Fazenda e **nº 964, de 2003**, ao Ministro das Relações Exteriores, todos de autoria do Senador Arthur Virgílio. Submetidos à votação, os requerimentos foram aprovados e remetidos à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências. **4) Requerimentos: nºs 777** e **nº 782, de 2003**, ao Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República; **nº 784, de 2003**, ao Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; **nº 942, de 2003**, ao Ministro da Saúde; **nº 1.002, de 2003,** ao Ministro da Educação; **nº 1.024, de 2003**, ao Ministro da Defesa e **nº 1.054, de 2003**, ao Secretário Nacional de Direitos Humanos, todos de autoria do Senador Arthur Virgílio; **nº 876, de 2003**, ao Ministro do Desenvolvimento Agrário, e **nº 877, de 2003,** ao Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, todos de autoria do Senador Leonel Pavan e **nº 1.045, de 2003,** de autoria da Senadora Lúcia Vânia, ao Ministro da Justiça. Usando a palavra, o relator, Senador Sérgio Zambiasi, leu seus relatórios favoráveis aos requerimentos que, submetidos à votação, foram aprovados e remetidos à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências. **5)** O Senador Romeu Tuma apresentou relatórios favoráveis aos **Requerimentos: nº 779, de 2003**, ao Ministro do Desenvolvimento Agrário; **nº 843, de 2003**, ao Ministro da Justiça; **nº 867, de 2003**, à Ministra da Assistência e Promoção Social; **nº 905, de 2003**, ao Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão e **nº 906, de 2003**, ao Ministro dos Transportes, todos de autoria do Senador Arthur Virgílio; **nº 889 de 2003;** ao Ministro do Turismo; **nº 890, de 2003,** à Ministra da Assistência e Promoção Social; **nº 916, de 2003**, ao Ministro Extraordinário da Segurança Alimentar e **nº 990, de 2003,** ao Ministro do Desenvolvimento Agrário, todos de autoria da Senadora Lúcia Vânia. Com a palavra, o relator, Senador

Romeu Tuma, leu seus relatórios favoráveis aos requerimentos que, submetidos à votação, foram aprovados e remetidos à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências. **6)** O Senador Heráclito Fortes apresentou relatórios favoráveis aos Requerimentos: **nº 693, de 2003**, de autoria do Senador Marcelo Crivella, ao Ministro da Educação; **nº 725, de 2003,** de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, ao Ministro da Saúde e **nº 837, de 2003**, de autoria da Comissão de Fiscalização e Controle, ao Ministro da Fazenda. Submetidos à votação, foram aprovados e remetidos à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências. Prosseguindo os trabalhos, o relator do **Requerimento nº 809, de 2003,** Senador Romeu Tuma, apresentou relatório sobre a matéria. O Senador Alberto Silva solicitou vista do mesmo, tendo sido atendido pelo Sr. Presidente, nos termos regimentais. A seguir, o Sr. Presidente deferiu solicitações de reexame, formuladas por seus respectivos relatores, referentes aos **Requerimentos nºs: nº 642 e 810 de 2003,** Senador Paulo Paim; **nº 862, de 2003**, Senador Alberto Silva e **nº 1.022, de 2003,** Sérgio Zambiasi. Antes de encerrar a reunião, o Sr. Presidente deu conhecimento à Mesa do Aviso nº 118/2003-CDDPH/SEDH/PR, do Secretário Especial dos Direitos Humanos, da Presidência da República, solicitando a indicação do Líder da Maioria e do Líder da Minoria, a fim de compor o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana. Submetido o assunto à Mesa, o entendimento foi de que, na presente Sessão Legislativa, o Líder da Maioria é o Senador Tião Viana, Líder do Bloco de Apoio ao Governo (PT/PSB/PTB/PL). Em seguida, o Senhor Presidente suspendeu a reunião, ao tempo em que determinou que eu, _____ (Raimundo Carreiro Silva), Secretário-Geral da Mesa, lavrasse a presente Ata. Reaberta a reunião, a Ata foi lida pelo Senhor Primeiro-Secretário e aprovada pelos Senadores presentes. Nada mais havendo a tratar, às onze horas e vinte minutos, declarou encerrada a reunião e assinou a presente Ata.

Senador José Sarney
Presidente

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DIRETORA REALIZADA EM 06 DE NOVEMBRO DE 2003

Às dez horas, do dia 06 de novembro de dois mil e três, reuniu-se a Comissão Diretora do Senado Federal, com a presença dos Senhores Senadores: José Sarney, Presidente; Paulo Paim, Primeiro Vice-Presidente; Eduardo Siqueira Campos, Segundo Vice-Presidente; Senador Romeu Tuma, Primeiro-Secretário, Senador Alberto Silva, Segundo-Secretário, Senador Heráclito Fortes, Terceiro-Secretário, Senador Sérgio Zambiasi, Quarto-Secretário e João Alberto Souza, Primeiro Suplente de Secretário. Declarados abertos os trabalhos pelo Senhor Presidente, passa-se à apreciação da seguinte pauta: ***Item 1***: Processo nº 009043/03-9 – Prestação de Contas do Grupo Brasileiro da União Interparlamentar, referente ao primeiro trimestre de 2003. Pareceres favoráveis da Secretaria de Controle Interno do Senado Federal, e do Relator Senador Romeu Tuma, Primeiro-Secretário. Aprovado. ***Item 2:*** Processo nº 013549/03-0 – Prestação de Contas do Grupo Brasileiro da União Interparlamentar, referente ao segundo trimestre de 2003. Pareceres favoráveis da Secretaria de Controle Interno do Senado Federal, e do Relator Senador Romeu Tuma, Primeiro-Secretário. Aprovado. ***Item 3***: Processo nº 019246/03-0, sobre à padronização dos procedimentos referentes à elaboração, à conferência e à emissão da relação de ordens bancárias externas – RE e de ordens bancárias intra-siafi - RT. Aprovado. ***Item 4***: Processo nº 005446/03-1 – Solicitação do Grupo Brasileiro da União Interparlamentar. Parecer favorável do Relator Senador Romeu Tuma, Primeiro-Secretário. Aprovado. ***Item 5***: Processo nº 017512/01-8, Taís Nogueira Rodrigues, requer na forma da Lei nº 8.112/90, Pensão Civil. Indeferido. ***Item 6***: Emendas à despesa (PL 0031/2003-CN) referente à Construção do Anexo III, no valor de R$ 12.500.000,00 (doze milhões e quinhentos mil reais). Aprovado. Ampliação e Reforma do Edifício-Sede da Secretaria Especial de Informática do Senado Federal –PRODASEN, no valor de R$ 9.119.000,00 (nove milhões cento e dezenove mil reais). Aprovado. Construção da Sede da Universidade do Legislativo Brasileiro – UNILEGIS, no valor de R$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil reais). Aprovado. Processo Legislativo, no valor de 99.165.695,00 (noventa e nove milhões, cento e sessenta e cinco mil, seiscentos e noventa e cinco reais). Aprovado. *Produção e Distribuição de Documentos Legislativos, no valor de* R$ 4.195.000,00 (quatro milhões cento e noventa e cinco mil reais). Aprovado. ***Item 7***: Fica mantido o item 6, estabelecido na Reunião da Comissão Diretora do dia 18 de setembro de 2003, para ex-senadores, que ocupem cargos públicos, desde que não sejam amparados por qualquer outro plano de saúde. Aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, às onze horas e dez minutos, declarou encerrada a reunião, determinando que eu, _____ (Agaciel da Silva Maia), Diretor-Geral do Senado Federal, lavrasse a presente Ata que, depois de aprovada, vai assinada pelo Presidente.

Brasília, 06 de novembro de 2003.

Senador JOSÉ SARNEY

Presidente

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 5166 , DE 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997,

RESOLVE dispensar a servidora VANDA WOLNEY CAVALCANTE AIRES, matrícula 4719, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, da Consultoria Legislativa, a partir de 08 de outubro de 2003.

Senado Federal, 11 de novembro de 2003.

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 5167 , DE 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta dos Processos n.ºs 019.386/03-6 e 019.387/03-2,

R E S O L V E exonerar **MARIA CELINA DE MORAES JARDIM**, matrícula n.º 34.414, do cargo de Assistente Parlamentar, AP-6, do Gabinete do Senador Heráclito Fortes e nomeá-la, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Terceira Secretaria.

Senado Federal, em 11 de novembro de 2003.

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 5168 , DE 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **019297/03-3,**

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **KARINY MARIA SANTOS GUEDES** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PT.

Senado Federal, em 11 de novembro de 2003.

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 5169 , DE 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Resolução do Senado Federal n.º 07, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **019.256/03-5,**

R E S O L V E tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral n.º 5074, publicado no Boletim Administrativo de Pessoal do Senado Federal n.º 2871, de 03/11/2003, que exonerou o servidor **CARLOS CESAR SANTOS** do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Almeida Lima.

Senado Federal, em 11 de novembro de 2003.

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 5170 , DE 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **019.256/03-5,**

R E S O L V E tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral n.º 5075, publicado no Boletim Administrativo de Pessoal do Senado Federal n.º 2871, de 03/11/2003, que nomeou **JAMILE GANEM VIEIRA,** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Almeida Lima.

Senado Federal, em 11 de novembro de 2003.

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 5171 , DE 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º 019385/03-0,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **MAURO PEREIRA DE SOUZA**, matrícula n.º 33.209, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Gabinete da Terceira Secretaria.

Senado Federal, em 11 de novembro de 2003.

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 5172 , DE 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **019330/03-0,**

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MARCELO NASCIMENTO CHAGAS** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador João Capiberibe.

Senado Federal, em 11 de novembro de 2003.

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 5173 , DE 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 019238/03-7,

R E S O L V E exonerar **ANA LÚCIA MARTINS LOBATO**, matrícula n.º 34564, do cargo de Assistente Parlamentar, AP-2 do Gabinete da Liderança do PSDB e nomeá-la, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Assessor Técnico do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Reginaldo Duarte.

Senado Federal, em 11 de novembro de 2003.

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
(52ª LEGISLATURA)

	BAHIA
PFL	Rodolpho Tourinho
PFL	Antonio Carlos Magalhães
PFL	César Borges
	RIO DE JANEIRO
PT	Roberto Saturnino
PL	Marcelo Crivella
PMDB	Sérgio Cabral
	MARANHÃO
PMDB	João Alberto Souza
PFL	Edison Lobão
PFL	Roseana Sarney
	PARÁ
PMDB	Luiz Otávio
PT	Ana Júlia Carepa
PTB	Duciomar Costa
	PERNAMBUCO
PFL	José Jorge
PFL	Marco Maciel
PSDB	Sérgio Guerra
	SÃO PAULO
PT	Eduardo Suplicy
PT	Aloizio Mercadante
PFL	Romeu Tuma
	MINAS GERAIS
PL	Aelton Freitas
PSDB	Eduardo Azeredo
PMDB	Hélio Costa
	GOIÁS
PMDB	Maguito Vilela
PFL	Demóstenes Torres
PSDB	Lúcia Vânia
	MATO GROSSO
PSDB	Antero Paes de Barros
PFL	Jonas Pinheiro
PT	Serys Slhessarenko
	RIO GRANDE DO SUL
PMDB	Pedro Simon
PT	Paulo Paim
PTB	Sérgio Zambiasi
	CEARÁ
PSDB	Reginaldo Duarte
PPS	Patrícia Saboya Gomes
PSDB	Tasso Jereissati
	PARAÍBA
PMDB	Ney Suassuna
PFL	Efraim Morais
PMDB	José Maranhão
	ESPÍRITO SANTO
PPS	João Batista Motta
PMDB	Gerson Camata
PL	Magno Malta
	PIAUÍ
PMDB	Alberto Silva
PFL	Heráclito Fortes
PMDB	Mão Santa
	RIO GRANDE DO NORTE
PTB	Fernando Bezerra
PMDB	Garibaldi Alves Filho
PFL	José Agripino
	SANTA CATARINA
PFL	Jorge Bornhausen
PT	Ideli Salvatti
PSDB	Leonel Pavan
	ALAGOAS
PT	Heloísa Helena
PMDB	Renan Calheiros
PSDB	Teotônio Vilela Filho
	SERGIPE
PFL	Renildo Santana
PDT	Almeida Lima
PSB	Antonio Carlos Valadares
	AMAZONAS
PMDB	Gilberto Mestrinho
PSDB	Arthur Virgílio
PDT	Jefferson Peres
	PARANÁ
PSDB	Alvaro Dias
PT	Flávio Arns
PDT	Osmar Dias
	ACRE
PT	Tião Viana
PSB	Geraldo Mesquita Júnior
PT	Sibá Machado
	MATO GROSSO DO SUL
PMDB	Juvêncio da Fonseca
PT	Delcídio Amaral
PMDB	Ramez Tebet
	DISTRITO FEDERAL
PMDB	Valmir Amaral
PT	Eurípedes Camargo
PFL	Paulo Octávio
	TOCANTINS
PSDB	Eduardo Siqueira Campos
PFL	João Ribeiro
PMDB	Leomar Quintanilha
	AMAPÁ
PMDB	José Sarney
PSB	João Capiberibe
PMDB	Papaléo Paes
	RONDÔNIA
PMDB	Amir Lando
PT	Fátima Cleide
PMDB	Valdir Raupp
	RORAIMA
PPS	Mozarildo Cavalcanti
PDT	Augusto Botelho
PMDB	Romero Jucá

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Ramez Tebet (PMDB-MS)
Vice-Presidente: Senador Paulo Octavio (PFL-DF)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Flávio Arns
Eduardo Suplicy	3. Serys Slhessarenko
Delcídio Amaral	4. Duciomar Costa
Roberto Saturnino	5. Magno Malta
Antonio Carlos Valadares	6. Aelton Freitas
Geraldo Mesquita Júnior	7. (vago)
Fernando Bezerra	8. (vago)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Mão Santa	2. Luiz Otávio
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Gerson Camata*
João Alberto Souza	5. Sérgio Cabral
Pedro Simon	6. Ney Suassuna
Valdir Raupp	7. Maguito Vilela
PFL	
César Borges	1. Antonio Carlos Magalhães
Efraim Morais	2. Demóstenes Torres
Jonas Pinheiro	3. João Ribeiro
Jorge Bornhausen	4. José Agripino
Paulo Octavio	5. José Jorge
Rodolpho Tourinho	6. Marco Maciel
PSDB	
Antero Paes de Barros	1. Arthur Virgílio
Sérgio Guerra	2. Álvaro Dias
Eduardo Azeredo	3. Lúcia Vânia
Tasso Jereissati	4. Leonel Pavan
PDT	
Almeida Lima	1. Osmar Dias
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. João Batista Motta**

*Desfiliou-se do PMDB, em 15.09.2003.
**Desfiliou-se do PPS, passando a integrar a bancada do PMDB em 02.10.2003.
Atualizada em 15.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO DE TURISMO

TEMPORÁRIA
(07 titulares e 07 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Octávio (PFL –DF)
Vice-Presidente: Senador Leonel Pavan (PSDB – SC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aelton Freitas	1. Antonio Carlos Valadares
Serys Slhessarenko	2. Ideli Salvatti
PMDB	
Garibaldi Alves Filho	1. Mão Santa
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
PFL	
Paulo Octavio	1. João Batista Motta** (PPS)*
João Ribeiro	2. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Eduardo Azeredo

*Vaga cedida ao PPS.
**Desfiliou-se do PPS, passando a integrar a bancada do PMDB em 02.10.2003.
Atualizada em 02.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO DE MINERAÇÃO
TEMPORÁRIA
(07 titulares e 07 suplentes)
Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa (PT – PA)
Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho (PFL – BA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Julia Carepa	1. Delcídio Amaral.
Aelton Freitas	2. Magno Malta
PMDB	
Luiz Otávio	1. Hélio Costa
Sérgio Cabral	2. Gerson Camata**
PFL	
Rodolpho Tourinho	1. Efraim Morais
João Ribeiro	2. Almeida Lima (PDT)*
PSDB	
Sérgio Guerra	1.Eduardo Azeredo

*Vaga cedida pelo PFL
**Desfiliou-se do PMDB, em 15.09.2003.
Atualizada em 15.08.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO DESTINADA A ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS

TEMPORÁRIA
(09 titulares e 09 suplentes)

Presidente: Senador César Borges (PFL – BA)
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra (PTB – RN)
Relator: Senador Ney Suassuna

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Roberto Saturnino	1. Eduardo Suplicy.
Fernando Bezerra	2. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	3. Antonio Carlos Valadares
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valdir Raupp
Pedro Simon	2. Gerson Camata*
PFL	
César Borges	1. Jonas Pinheiro
Paulo Octávio	2. José Jorge
PSDB	
Sérgio Guerra	1.Lúcia Vânia
PDT - PPS	
João Batista Motta**	(vago)

*Desfiliou-se do PMDB, em 15.09.2003.
**Desfiliou-se do PPS, passando a integrar a bancada do PMDB em 02.10.2003.
Atualizada em 02.10.2003
Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO FOME ZERO
TEMPORÁRIA
(07 titulares e 07 suplentes)
Presidente: Rodolpho Tourinho (PFL – BA)
Vice-Presidente: Senador Eduardo Suplicy (PT – SP)
Relator: Senador Romero Jucá (PMDB – RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Eduardo Suplicy	1. Delcídio Amaral.
Fernando Bezerra	2. Serys Slhessarenko
PMDB	
Ney Suassuna	1. Garibaldi Alves Filho
Romero Jucá	2. Luiz Otávio
PFL	
Jonas Pinheiro	1. Demóstenes Torres
Rodolpho Tourinho	2. Paulo Octávio
PSDB	
Lúcia Vânia	1.Leonel Pavan

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
(29 titulares e 29 suplentes)

Presidente: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)
Vice-Presidente: Senador Papaléo Paes* (PMDB-AP)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1. Delcídio Amaral
Eurípedes Camargo	2. Fernando Bezerra
Fátima Cleide	3. Tião Viana
Flávio Arns	4. Antonio Carlos Valadares
Sibá Machado	5. Duciomar Costa
(vago)	6. (vago)
Aelton Freitas	7. Serys Slhessarenko
Geraldo Mesquita Júnior	8. (vago)
PMDB	
Mão Santa	1. Garibaldi Alves Filho
(vago)	2. Hélio Costa
Maguito Vilela	3. Ramez Tebet
Sérgio Cabral	4. José Maranhão
Ney Suassuna	5. Pedro Simon
Amir Lando	6. Romero Jucá
Papaléo Paes*	7. Gerson Camata**
PFL	
Edison Lobão	1. Antonio Carlos Magalhães
Jonas P inheiro	2. César Borges
José Agripino	3. Demóstenes Torres
Paulo Octávio	4. Efraim Morais
Maria do Carmo Alves	5. Jorge Bornhausen
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Arthur Virgílio
Lúcia Vânia	2. Tasso Jereissati
Teotônio Vile la Filho	3. Leonel Pavan
Antero Paes de Barros	4. Sérgio Guerra
Reginaldo Duarte	5. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
Juvêncio da Fonseca	2. (vago)
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

*Desfiliou -se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.
** Desfiliou- se do PMDB em 15.09.2003.
Atualizada em 30.10.2003

2.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA CRIANÇA DO ADOLESCENTE E DA JUVENTUDE

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)
Vice-Presidente: Senadora Roseana Sarney (PFL-MA)
Relatora: Senadora Patrícia Saboya Gomes (PPS-CE)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1.(vago)
Fátima Cleide	2. (vago)
PMDB	
Amir Lando	1. (vago)
Juvêncio da Fonseca*	2. (vago)
PFL	
Roseana Sarney	1. (vago)
PSDB	
Lúcia Vânia	1. (vago)
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. (vago)

*Desfiliou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.
Atualizada em 10.09.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO IDOSO
(7 titulares e 7 suplentes)
Presidente: Senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ)
Vice-Presidente: (vago)
Relator: Senador Leomar Quintanilha (PFL -TO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Sibá Machado	1. (vago)
Aelton Freitas	2. (vago)
PMDB	
Sérgio Cabral	1. (vago)
(vago)	2. (vago)
PFL	
Leomar Quintanilha	1. (vago)
PSDB	
Antero Paes de Barros	1. (vago)
PDT	
(vago)	1. (vago)

Atualizada em 14.08.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS
(7 titulares e 7 suplentes)
Presidente: Senador Flávio Arns (PT-PR)
Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro (PFL-MT)
Relator: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Flávio Arns	1. (vago)
Eurípedes Camargo	2. (vago)
PMDB	
Ney Suassuna	1. (vago)
Garibaldi Alves Filho	2. (vago)
PFL	
Jonas Pinheiro	1. (vago)
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. (vago)
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. (vago)

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE SAÚDE
(7 titulares e 7 suplentes)
Presidente: Senador Papaléo Paes*(PMDB-AP)
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho (PDT-RR)
Relator: Senador Mão Santa (PMDB-PI)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Serys Slhessarenko	1. (vago)
Eurípedes Camargo	2. (vago)
PMDB	
Mão Santa	1. (vago)
Papaléo Paes*	2. (vago)
PFL	
Maria do Carmo Alves	1. (vago)
PSDB	
Reginaldo Duarte	1. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

*Desfiliou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.
Atualizada em 17.09.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Edison Lobão (PFL-MA)
Vice-Presidente: Senador José Maranhão (PMDB-PB)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Serys Slhessarenko	1. Eduardo Suplicy
Aloizio Mercadante	2. Ana Júlia Carepa
Tião Viana	3. Sibá Machado
Antonio Carlos Valadares	4. Duciomar Costa
Magno Malta	5. Geraldo Mesquita Júnior
Fernando Bezerra	6. João Capiberibe
Marcelo Crivella	7. Aelton Freitas
PMDB	
Amir Lando	1. Ney Suassuna
Garibaldi Alves Filho	2. Luiz Otávio
José Maranhão	3. Ramez Tebet
Renan Calheiros	4. João Alberto Souza
Romero Jucá	5. Maguito Vilela
Pedro Simon	6. Sérgio Cabral
PFL	
Antonio Carlos Magalhães	1. Paulo Octávio
César Borges	2. João Ribeiro
Demóstenes Torres	3. Jorge Bornhausen
Edison Lobão	4. Efraim Morais
José Jorge	5. Rodolpho Tourinho
PSDB	
Álvaro Dias	1. Antero Paes de Barros
Tasso Jereissati	2. Eduardo Azeredo
Arthur Virgílio	3. Leonel Pavan
PDT	
Jefferson Péres	1. Almeida Lima
PPS	
João Batista Motta*	1. Mozarildo Cavalcanti

*Desfiliou-se do PPS, passando a integrar a bancada do PMDB em 02.10.2003.
Atualizada em 08.10.03.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR E FISCALIZAR AS "INDICAÇÕES APONTADAS" NO RELATÓRIO FINAL DA "CPI DO JUDICIÁRIO" E RECEBER NOVAS DENÚNCIAS E INFORMAÇÕES RELACIONADAS COM O OBJETIVO DA INVESTIGAÇÃO

(7 titulares e 7suplentes)
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

Criada através do Requerimento nº 12-CCJ, de 1999, aprovado em 15/12/1999.

3.2) SUBCOMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati
Vice-Presidente: Pedro Simon
Relator Geral: Senador Demóstenes Torres

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Pedro Simon	1. João Alberto Souza
Garibaldi Alves Filho	2. Papaléo Paes
PFL	
Demóstenes Torres	1. Efraim Morais
César Borges	2. João Ribeiro
PT	
Serys Slhessarenko	1. Sibá Machado
PSDB	
Tasso Jereissati	1. Leonel Pavan
OUTROS PARTIDOS (PDT, PTB, PSB, PPS e PL)	
Magno Malta	1. Fernando Bezerra

Atualizada em 02.09.03

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Osmar Dias (PDT-PR)
Vice-Presidente: Senador Hélio Costa (PMDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Fátima Cleide	1. Tião Viana
Flávio Arns	2. Roberto Saturnino
Ideli Salvatti	3. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	4. (vago)
Duciomar Costa	5. (vago)
Aelton Freitas	6. (vago)
(vaga cedida ao PMDB)	7. (vago)
Heloísa Helena	8. (vago)
PMDB	
Hélio Costa	1. Mão Santa
Maguito Vilela	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Papaléo Paes
Gerson Camata*	4. Luiz Otávio
Sérgio Cabral	5. Romero Jucá
José Maranhão	6. Amir Lando
Valmir Amaral (por cessão do Bloco de Apoio ao Governo)	
PFL	
Demóstenes Torres	1. Edison Lobão
Jorge Bornhausen	2. Jonas Pinheiro
José Jorge	3. José Agripino
Efraim Morais	4. Marco Maciel
Maria do Carmo Alves	5. Paulo Octavio
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
PSDB	
Sérgio Gue rra	1. Arthur Virgílio
Leonel Pavan	2. Eduardo Azeredo
Reginaldo Duarte	3. Teotônio Vilela Filho
Antero Paes de Barros	4. Lúcia Vânia
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres
Almeida Lima	2. Juvêncio da Fonseca
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

* Desfiliou -se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113498 Fax: 3113121

E – Mail: julioric@senado.gov.br .

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
(12 (doze) titulares e 12 (doze) suplentes)

Presidente: Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)
Vice-Presidente: (vago)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Roberto Saturnino	1. (vago)
Fátima Cleide	2. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	3. Papaléo Paes*
PMDB	
Hélio Costa	1. Gerson Camata***
Sérgio Cabral	2. Juvêncio da Fonseca**
(vago)	3. Luiz Otávio
PFL	
Roseana Sarney	1 Paulo Octavio
Demóstenes Torres	2. José Agripino
Edison Lobão	3. (vago)
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Arthur Virgílio
Leonel Pavan	2. Reginaldo Duarte
PDT	
Almeida Lima	2. (vago)

* Desfiliou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.
**Desfiliou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.
*** Desfiliou-se do PMDB em 15.09.2003.
Atualizada em 15.09.2003

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO DE RÁDIO E TV

PERMANENTE

9 (nove) titulares

9 (nove) suplentes

(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

4.3) SUBCOMISSÃO DO LIVRO

PERMANENTE

7 (sete) titulares

7 (sete) suplentes

(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

4.4) SUBCOMISSÃO DO ESPORTE

PERMANENTE

7 (sete) titulares

7 (sete) suplentes

(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

5) - COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE
(17 titulares e 9 suplentes)
Presidente: Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
Vice-Presidente: Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
(vago)	1. Ana Júlia Carepa
Heloísa Helena	2. Delcídio Amaral
Antonio Carlos Valadares	3. Geraldo Mesquita Júnior
Aelton Freitas	
Duciomar Costa	
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valmir Amaral
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata*	
João Alberto Souza	
PFL	
César Borges	1. Jorge Bornhausen
Antonio Carlos Magalhães	2. Paulo Octavio
João Ribeiro	
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Leonel Pavan
Antero Paes de Barros	
PDT	
Osmar Dias	1. Almeida Lima
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	

* Desfiliou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
PERMANENTE
(05 titulares e 05 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa (PT –PA)
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral (PMDB – DF)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1.Aelton Freitas
Delcídio Amaral	2.Duciomar Costa
PMDB	
Valmir Amaral	1. Romero Jucá
PFL	
Leomar Quintanilha	1. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Antero Paes de Barros

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO DE OBRAS INACABADAS
PERMANENTE
(05 titulares e 05 suplentes)

Presidente: Senador Efraim Morais (PFL –PB)
Vice-Presidente: Senador Leonel Pavan (PSDB – SC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aelton Freitas	1. Ana Júlia Carepa
Delcídio Amaral	2.Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	
Gerson Camata*	1. Luiz Otávio
PFL	
Efraim Morais	1. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Arthur Virgílio

* Desfiliou-se do PMDB em 15.09.2003.
Atualizada em 15.09.2003.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) - COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Magno Malta (PL-ES)
Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Sibá Machado	1. Serys Slhessarenko
Eurípedes Camargo	2. (vago)
Magno Malta	3. (vago)
Aelton Freitas	4. (vago)
(vago)	5. (vago)
PMDB	
Renan Calheiros	1. (vago)
Ney Suassuna	2. Amir Lando
José Maranhão	3. Gilberto Mestrinho
Sérgio Cabral	4. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	5. (vago)
PFL	
Edison Lobão	1. Demóstenes Torres
Efraim Morais	2. Jonas Pinheiro
Maria do Carmo Alves	3. (vago)
Rodolpho Tourinho	4. Roseana Sarney
PSDB	
(vago)	1. Lúcia Vânia
(vago)	2. (vago)
Reginaldo Duarte	3. Antero Paes de Barros
PDT	
Jefferson Péres	1. Almeida Lima
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. João Batista Motta*

*Desfiliou-se do PPS, passando a integrar a bancada do PMDB em 02.10.2003.
Atualizada em 30.10.2003

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos
Telefone 3111856 Fax: 3114646
E – Mail: mariadul@senado.br .

7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)
Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella (PL-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Eduardo Suplicy	1. Flávio Arns
Heloísa Helena	2. Fátima Cleide
João Capiberibe	3. Aloizio Mercadante
Marcelo Crivella	4. Duciomar Costa
Fernando Bezerra	5. Aelton Freitas
Tião Viana (por cessão do PMDB)	Sibá Machado (por cessão do PMDB)
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. Pedro Simon
João Alberto Souza	2. Ramez Tebet
Luiz Otávio	3. Valdir Raupp
Hélio Costa	4. (vago)
(vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo)	5. (vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo)
PFL	
Antonio Carlos Magalhães	1. Edison Lobão
João Ribeiro	2. Maria do Carmo Alves
José Agripino	3. Rodolpho Tourinho
Marco Maciel	4. Roseana Sarney
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Antero Paes de Barros
Eduardo Azeredo	2. Tasso Jereissati
Lúcia Vânia	3. Sérgio Guerra
PDT	
Jefferson Péres	1. Juvêncio da Fonseca
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Atualizada em 23.10.03

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas–feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

7 (sete) titulares

7 (sete) suplentes

Presidente: Senador Marcelo Crivella

Vice-Presidente: Senador João Capiberibe

Relator: Senador Rodolpho Tourinho

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Marcelo Crivella	1. Duciomar Costa
João Capiberibe	2. Aelton Freitas
PMDB	
Hélio Costa	1. Ramez Tebet
Luiz Otávio	2. Juvêncio da Fonseca*
PFL	
Marco Maciel	1. Roseana Sarney
Rodolpho Tourinho	2. Maria do Carmo Alves
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Antero Paes de Barros

*Desfiliou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.

Atualizada em 18.09.2003

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

Reuniões: Quintas–feiras às 10:00 horas.

E – Mail: luciamel@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

7 (sete) titulares

7 (sete) suplentes

Presidente: Senador Jefferson Péres

Vice-Presidente: Senador Mozarildo Cavalcanti

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
João Capiberibe	1. Sibá Machado
Fátima Cleide	2. (vago)
PMDB	
Valdir Raupp	1. Gilberto Mestrinho
PFL	
Marco Maciel	1. João Ribeiro
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Lúcia Vânia
PDT	
Jefferson Péres	1. (vago)
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

Reuniões: Quintas–feiras às 10:00 horas.

E – Mail: luciamel@senado.gov.br

8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador José Jorge (PFL-PE)
Vice-Presidente: Senador João Batista Motta (PPS-ES)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Eurípedes Camargo	2. Antonio Carlos Valadares
Serys Slhessarenko	3. Heloísa Helena
Sibá Machado	4. Ana Júlia Carepa
Fátima Cleide	5. Duciomar Costa
Duciomar Costa	6. Fernando Bezerra
Magno Malta	7. Marcelo Crivella
PMDB	
Gerson Camata*	1. Mão Santa
Amir Lando	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valmir Amaral	4. Renan Calheiros
Gilberto Mestrinho	5. Ney Suassuna
José Maranhão	6. Romero Jucá
PFL	
João Ribeiro	1. César Borges
José Jorge	2. Jonas Pinheiro
Marco Maciel	3. Efraim Morais
Paulo Octavio	4. Maria do Carmo Alves
Rodolpho Tourinho	5. Roseana Sarney
PSDB	
Leonel Pavan	1. (vago)
Sérgio Guerra	2. Arthur Virgílio
Teotônio Vilela Filho	3. Reginaldo Duarte
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
PPS	
João Batista Motta***	1. Mozarildo Cavalcanti

* Desfiliou-se do PMDB em 15.09.2003.
**Desfiliou-se do PPS, passando a integrar a bancada do PMDB em 02.10.2003.
Atualizada em 30.10.2003

Secretário: Celso Parente
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3114607 Fax: 3113286
E – Mail: cantony@senado.gov.br.

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO
(Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995 **3ª Eleição Geral**: 27.06.2001
2ª Eleição Geral: 30.06.1999 **4ª Eleição Geral**: 13.03.2003

Presidente: (VAGO) [13]
Vice-Presidente: Senador DEMÓSTENES TORRES [2]

PMDB					
Titulares	**UF**	**Ramal**	**Suplentes**	**UF**	**Ramal**
(Vago) [10]	MS	1128	1. Ney Suassuna	PB	4345
João Alberto Souza	MA	1411	2. Pedro Simon	RS	3232
Ramez Tebet	MS	2222	3. Gerson Camata[11]	ES	3256
Luiz Otávio	PA	3050	4. Alberto Silva	PI	3055
PFL [5]					
Paulo Octávio	DF	2011	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Demóstenes Torres	GO	2091	2. César Borges [4]	BA	2212
Rodolpho Tourinho	BA	3173	3. Maria do Carmo Alves[12]	SE	1306
PT [1]					
Heloísa Helena	AL	3197	1. Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibá Machado	AC	2184	2. Fátima Cleide	RO	2391
(Vago)[8]			3. Eduardo Suplicy [3]	SP	3213
PSDB [5]					
Sérgio Guerra	PE	2385	1. Reginaldo Duarte	CE	1137
Antero Paes de Barros	MT	4061	2. Arthur Virgílio	AM	1201
PDT					
Juvêncio da Fonseca [7 e 14]	MS	1128	1. Augusto Botelho (PDT)	RR	2041
PTB [1]					
(Vago)[6]			1. Fernando Bezerra (PTB)	RN	2461
PSB [1], **PL** [1] **e PPS**					
Magno Malta (PL)	ES	4164	1. (Vago)[9]	RJ	5077
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

Notas: (atualizada em 01.10.2003)

[1] Partido pertencente ao **Bloco de Apoio ao Governo** (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.
[2] Eleitos em 18.3.2003, na 1ª Reunião do Conselho.
[3] Eleito na Sessão do SF de 18.3.2003.
[4] Eleito na Sessão do SF de 19.3.2003.
[5] Partido pertencente à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.
[6] Vaga ocupada pelo Senador **Geraldo Mesquita Júnior** (Bloco/PSB-AC) até 6.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.
[7] Vaga ocupada pelo Senador **Jefferson Péres** (PDT-AM) até 7.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.
[8] Vaga ocupada pelo Senador **Flávio Arns** (Bloco/PT-PR) até 8.5.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.
[9] Vaga ocupada pelo Senador **Marcelo Crivella** (PL) até 13.8.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.
[10] Vaga ocupada pelo Senador Juvêncio da Fonseca até 01.10.2003, quando passou a ocupar vaga do PDT, partido ao qual se filiou em 11.09.2003.
[11] Desfiliou-se do PMDB em 15.9.2003.
[12] Eleita na Sessão do SF de 18. 9.2003, em substituição ao Senador **Renildo Santana**, que ocupou a vaga de 19.3 a 15.9.2003, quando retornou a titular do mandato.
[13] O Senador **Juvêncio da Fonseca** renunciou ao cargo de Presidente do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF de 25.09.2003
[14] Indicado para ocupar a vaga de titular pelo PDT, conforme comunicado lido na Sessão do dia 01.10.2003.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefone: 311-4561
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO [1]

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG)	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Notas:
[1] Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-4552
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

1ª Designação: 16.11.1995
2ª Designação: 30.06.1999
3ª Designação: 27.06.2001
4ª Designação 25.09.2003

COMPOSIÇÃO

Senador Eurípedes Camargo[1]	**Bloco de Apoio ao Governo**
Senador Demóstenes Torres[1]	**PFL**
(aguardando indicação)	
(aguardando indicação)	
(aguardando indicação)	

Notas:
[1] Designados na Sessão do SF do dia 25.09.2003.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-4552
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998, aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001
2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko [4]
Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior [4]

PMDB
Senador Papaléo Paes [8]
PFL [6]
Senadora Roseana Sarney (MA) [1]
PT [5]
Senadora Serys Slhessarenko (MT) [1]
PSDB [6]
Senadora Lúcia Vânia (GO) [1]
PDT
Senador Augusto Botelho (RR) [3]
PTB [5]
Senador Sérgio Zambiasi (RS) [7-9]
PSB [5]
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) [2]
PL [5]
Senador Magno Malta (ES) [1]
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) [1]

Atualizada em 14.10.2003

Notas:
[1] Designados na Sessão do SF de 26.2.2003
[2] Designado na Sessão do SF de 7.3.2003
[3] Designado na Sessão do SF de 11.3.2003
[4] Eleitos, por aclamação, em 12.3.2003, na 1ª Reunião do Conselho.
[5] Partido pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.
[6] Partido pertencente à Liderança Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.
[7] Vaga ocupada no período de 26.2.2003 a 10.10.2003 pelo Senador Papaléo Paes, que na Sessão do SF de 7.5.2003 comunicou seu desligamento do PTB e filiação ao PMDB.
[8] Designado na Sessão do SF de 14.10.2003, conforme indicação da Liderança do PMDB lida na Sessão da mesma data. A vaga do PMDB foi ocupada no período de 26.2.2003 a 1º.08.2003 pela Senadora Íris de Araújo, cujo exercício do mandato encerrou-se em virtude do retorno do titular, Senador Maguito Vilela.
[9] Designado na Sessão do SF de 10.10.2003, em substituição ao Senador Papaléo Paes.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefone: 311-4561 - sscop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Presidente nato [1]: Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
PRESIDENTE Deputado João Paulo Cunha (PT-SP)	**PRESIDENTE** Senador José Sarney (PMDB-AP)
1º VICE-PRESIDENTE Deputado Inocêncio Oliveira (PFL-PE)	**1º VICE-PRESIDENTE** Senador Paulo Paim (BLOCO/PT-RS)
2º VICE-PRESIDENTE Deputado Luiz Piauhylino (PSDB-PE)	**2º VICE-PRESIDENTE** Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
1º SECRETÁRIO Deputado Geddel Vieira Lima (PMDB-BA)	**1º SECRETÁRIO** Senador Romeu Tuma (PFL-SP)
2º SECRETÁRIO Deputado Severino Cavalcanti (PPB-PE)	**2º SECRETÁRIO** Senador Alberto Silva (PMDB-PI)
3º SECRETÁRIO Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	**3º SECRETÁRIO** Senador Heráclito Fortes (PFL-PI)
4º SECRETÁRIO Deputado Ciro Nogueira (PFL-PI)	**4º SECRETÁRIO** Senador Sérgio Zambiasi (BLOCO/PTB-RS)
LÍDER DA MAIORIA Deputado Nelson Pellegrino (PT-BA)	**LÍDER DA MAIORIA** Senador Tião Viana (PT/AC)
LÍDER DA MINORIA Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	**LÍDER DA MINORIA** Senador Efraim Morais (PFL-PB)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO Deputado Luiz Eduardo Grenhalgh (PT-SP)	**PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA** Senador Edison Lobão (PFL-MA)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Deputado Zulaiê Cobra (PSDB-SP)	**PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL** Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)

Nota:
[1] De acordo com o art. 5º do Ato nº 1/73-CN.

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

.

COMPOSIÇÃO

Presidente: JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO[1] **Vice-Presidente: JAYME SIROTSKY**

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO	EMANUEL SORAES CARNEIRO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO CABRAL DE ARAÚJO	(VAGO)[2]
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT	MIGUEL CIPOLLA JR.
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	DANIEL KOSLOWSKY HERZ	FREDERICO BARBOSA GHEDINI
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	FRANCISCO PEREIRA DA SILVA	ORLANDO JOSÉ FERREIRA GUILHON
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA	STEPAN NERCESSIAN
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO	MANUEL ALCEU AFFONSO FERREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ALBERTO DINES	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JAYME SIROTSKY	JORGE DA CUNHA LIMA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	CARLOS CHAGAS	REGINA DALVA FESTA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	RICARDO MORETZSOHN	ASSUNÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE

Composição atualizada em agosto de 2003

Nota:
[1] Presidente e Vice-Presidente eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 25.6.2002.
[2] Vago em decorrência da renúncia do Suplente CARLOS ROBERTO BERLINCK, que ocupou o cargo até 04.08.2003.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: (61) 311-4561 e (61) 311-4552
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccs

CONGRESSO NACIONAL

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 - Comissão de Regionalização da Programação
(constituída na Reunião de 26/06/2002)
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)

02 - Comissão de Tecnologia Digital
(constituída na Reunião de 26/06/2002, para atender à Consulta nº 1, de 2002-CCS, formulada pela Presidência do Senado Federal ao Conselho de Comunicação Social)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão) – desde 14/10/2002
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio) – desde 14/10/2002
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) – desde 14/10/2002

03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária
(constituída na Reunião de 02/09/2002)
- Regina Dalva Festa (Representante da sociedade civil) – Coordenadora
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)

04 - Comissão de TV a Cabo
(constituída na Reunião de 17/03/2003, para emissão de parecer sobre o Projeto de Lei do Senado nº 175/2001, e mantida para atender à proposta do Parecer nº 2/2003-CCS, aprovado na Reunião de 07/04/2003, no sentido da realização de análise da situação da TV a Cabo no Brasil e apresentação de medidas e iniciativas com vista à solução dos problemas enfrentados pelo setor)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil)

05 - Comissão de Concentração na Mídia
(constituída na Reunião de 07/04/2003, para análise da concentração e controle cumulativo nas empresas de comunicação social em pequenas e médias cidades brasileiras)
- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Alberto Dines (Representante da sociedade civil)
- Ricardo Moretzsohn (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: (61) 311-4561 e (61) 311-4552
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccs

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Mesa Diretora eleita em 28.05.2003

Presidente: Deputado DR. ROSINHA	**Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON**
Secretário-Geral: **Senador RODOLPHO TOURINHO**	**Secretário-Geral Adjunto:** **Deputado ROBERTO JEFFERSON**

MEMBROS NATOS [1]	
Senador EDUARDO SUPLICY Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	**Deputada ZULAIÊ COBRA** Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT – PTB – PSB – PL) [2]	
IDELI SALVATTI (PT/SC)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR) [6]
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	2. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB/SE)
PMDB	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. LUIZ OTÁVIO (PMDB/PA)
ROMERO JUCÁ (PMDB/RR)	2. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
PFL [3]	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
RODOLPHO TOURINHO (PFL/BA)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
PSDB [3]	
EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)	1. LEONEL PAVAN (PSDB/SC)
PDT	
JEFFERSON PÉRES (PDT/AM) [7]	Vago [8]
PPS [4]	
MOZARILDO CAVALCANTI (PPS/RR)	1. JOÃO BATISTA MOTTA (PMDB/ES) [11]

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PT	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. PAULO DELGADO (PT/MG)
PFL	
GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. PAULO BAUER (PFL/SC)
PMDB	
OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)	1. EDISON ANDRINO (PMDB/SC)
PSDB	
EDUARDO PAES (PSDB/RJ) [5]	1. JULIO REDECKER (PSDB/RS)
PPB	
LEODEGAR TISCOSKI (PPB/SC)	1. CELSO RUSSOMANO (PPB/SP)
PTB	
ROBERTO JEFFERSON (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
PL	
OLIVEIRA FILHO (PL/PR) [10]	1. WELINTON FAGUNDES (PL/MT) [10]
PSB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JAMIL MURAD (PCdoB/SP) [9]
PPS [4]	
JOÃO HERRMANN NETO (PPS/SP)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)

Notas:

[1] Membros natos, nos termos do parágrafo único do art. 1º da Resolução 1/1996-CN.

[2] O **Bloco de Apoio ao Governo** foi constituído, no Senado Federal, em 01.02.2003 (DSF de 02.02.2003, pg. 00338).

[3] Partido pertencente à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), no Senado Federal, constituído em 29.04.2003 (DSF de 30.04.2003, pg. 09125).

[4] Vaga decorrente da aplicação da Resolução nº 2, de 2000-CN.

[5] Vaga ocupada pelo Deputado Feu Rosa até 25.06.2003, conforme comunicação lida na Sessão do Senado da mesma data.

[6] Vaga ocupada pelo Senador Marcelo Crivella até 11.08.2003, conforme comunicação lida na Sessão do Senado da mesma data.

[7] Vaga ocupada pelo Senador Osmar Dias até 26.08.2003, conforme comunicação lida na Sessão do Senado da mesma data.

[8] Vaga ocupada pelo Senador Jefferson Péres até 26.08.2003, quando passou a ocupar a vaga de titular deixada pelo Senador Osmar Dias.

[9] Vaga ocupada pelo Deputado Edson Ezequiel até 08.09.2003, conforme indicação da Liderança do PSB lida na Sessão do Senado da mesma data

[10] Vaga ocupadas pelos Deputados Welinton Fagundes (titular) e Neucimar Fraga (Suplente) até 30.09.2003, conforme indicação da Liderança do Bloco PL/PSL lida na Sessão do Senado da mesma data.

[11] Desligou-se do PPS e passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 02.10.2003, conforme comunicado lido na Sessão do SF desta data.

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil
Telefone: (55) (61) 318-8232 Fax: (55) (61) 318-2154
cpcm@camara.gov.br
www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador EDUARDO SUPLICY [1]

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
LÍDER DA MAIORIA **Deputado NELSON PELLEGRINO** (PT-BA)	**LÍDER DA MAIORIA** **Senador TIÃO VIANA**
LÍDER DA MINORIA **Deputado JOSÉ CARLOS ALELUIA** (PFL-BA)	**LÍDER DA MINORIA** **Senador EFRAIM MORAIS** (PFL-PB) [3]
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL **Deputada ZULAIÊ COBRA** (PSDB-SP)	**PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL** **Senador EDUARDO SUPLICY** (PT 2 -SP)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-4552
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

Notas:

[1] Conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião da Comissão, realizada em 15.8.2001 (Ata publicada no DSF de 22.08.2001, pg. 17595).

[2] Partido pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo (PT/PTB/PSB/PL), no Senado Federal, constituído em 01.02.2003 (DSF de 02.02.2003, pg. 00338).

[3] Partido pertencente à Liderança Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB), no Senado Federal, constituída em 29.04.2003 (DSF de 30.04.2003, pg. 09125).

EDIÇÃO DE HOJE: 230 PÁGINAS